

Tiago José Bini

**A AÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES
FAMILIARES AGROECOLÓGICOS NO DESENVOLVIMENTO
DA AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ – SC**

Dissertação apresentada como requisito para aprovação no curso de Mestrado em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, na linha de pesquisa Organizações e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Serva

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Bini, Tiago José

A ação das organizações de agricultores familiares agroecológicos no desenvolvimento da agroecologia no território do Alto Vale do Itajaí SC / Tiago José Bini ; orientador, Maurício Roque Serva - Florianópolis, SC, 2015. 233 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Administração.

Inclui referências

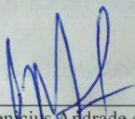
1. Administração. 2. Ação Coletiva. 3. Organizações Agroecológicas. 4. Agroecologia. I. Serva , Maurício Roque. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de PósGraduação em Administração. III. Título.

Tiago José Bini

**A AÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES
FAMILIARES AGROECOLÓGICOS NO DESENVOLVIMENTO DA
AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ – SC**

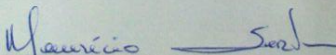
Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Administração”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós Graduação em Administração.

Florianópolis, 30 de abril de 2015.

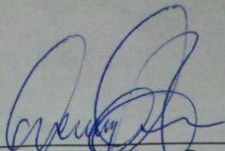


Prof. Marcus Venícios Andrade de Lima, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:



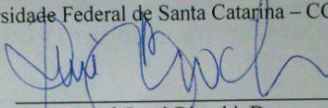
Prof. Mauricio Serva, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Oscar José Rover, Dr.

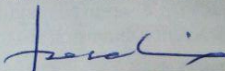
Membro Externo

Universidade Federal de Santa Catarina – CCA/UFSC



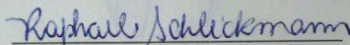
Prof. Renê Birochi, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.ª Rosalia Aldraci Barbosa Lavarda, Dra.

Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Raphael Schlickmann, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico esta dissertação à minha
família e aos agricultores
familiares.

AGRADECIMENTOS

Chego ao final de mais um ciclo acadêmico satisfeito com a trajetória e grato, primeiramente a Deus, que é fonte de paz e luz para minha vida e às pessoas que sempre acreditaram em mim e em minhas capacidades, e também contribuíram para este trabalho.

Assim, agradeço especialmente:

A meus pais, pelo apoio e amor incondicional;

Às minhas irmãs, Luana e Vanesa, pela inspiração, coragem e pela alegria que me dão seus filhos, meus sobrinhos, Arthur e Igor;

Aos amigos, Anderson, Cristiano, Daniel, João Paulo, Rafael e Thiago e outros mais, pelas palavras certas e verdadeiras nas horas que mais precisei;

A Daniel e Gustavo, por suas críticas e reflexões, fazendo-me pensar além do senso comum;

Aos colegas e amigos do Núcleo ORD, em especial a Gustavo, Danilo, Flávia e Vanêssa pelo apoio, paciência e seriedade acadêmica;

A Anderson, Caroline, Monique, Flávia pelas leituras e contribuições neste trabalho;

Àqueles que passaram pela minha vida e que deixaram boas lembranças;

A uma pessoa especial, que encontrei no caminhar deste trabalho;

Ao meu orientador e amigo, Maurício, pelas contribuições neste estudo e companheirismo demonstrado em muitos momentos;

Aos professores que tenho, por sempre me mostrarem os caminhos;

Aos professores da banca examinadora, pelas contribuições, conversas e disposição de materiais durante a análise dos dados;

À secretaria do Programa de Pós-Graduação em Administração, em especial ao prof. Marcos, por toda a presteza e esclarecimentos durante o curso;

A todos os agricultores agroecológicos dos grupos visitados, por sua calorosa acolhida e entusiasmo em participar deste estudo, contribuindo com suas histórias e impressões;

Aos representantes das entidades visitadas, pela acolhida e compartilhamento de informações.

A todos vocês acima elencados, muito obrigado! Suas impressões, opiniões e atitudes sinceras contribuíram muito para eu poder finalizar mais um ciclo de minha vida, dando uma pequena contribuição à academia e aos agricultores familiares.

Se você já construiu castelos no ar, não tenha
vergonha deles. Estão onde devem estar.
Agora, dê-lhes alicerces.

(Henry David Thoreau, 1968).

RESUMO

O presente estudo buscou analisar a ação coletiva dos agricultores familiares agroecológicos e os efeitos no desenvolvimento da agroecologia no território do Alto Vale do Itajaí. Para isso, a partir de uma pesquisa qualitativa, com natureza descritiva e exploratória, do tipo estudo multicase, analisou-se a ação das organizações agroecológicas presentes no território do Alto Vale do Itajaí. A coleta de dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas, observação não participante e análise documental junto à agricultores das organizações familiares agroecológicas e entidades promotoras da agroecologia no território. Os dados foram analisados a partir dos objetivos específicos e do referencial teórico que orientaram este estudo. Os resultados permitiram inferir que a ação coletiva dos agricultores agroecológicos algumas vezes se dá de forma espontânea e fluida, com a adoção de algumas regras de ingresso e funcionamento estabelecidas; outras vezes se dá por imposições externas, como problemas de saúde e dificuldades com as agriculturas convencionais. Os grupos apresentam elementos de reciprocidade e dispõem de alguns dispositivos de organização, como reuniões, visitas às propriedades e divisão do trabalho. No âmbito do território, as organizações estudadas contribuem para o fortalecimento da agricultura familiar agroecológica e da agroecologia. Outra importante contribuição para o território é o esforço das organizações agroecológicas na realização de feiras livres nas praças desses municípios possibilitando relações diretas entre produtores e consumidores e fomentando, aos poucos, a “cultura da feira” no território. As organizações também realizam interações com políticas públicas e entidades do território que atuam na agricultura e desenvolvem ações para a agroecologia. As ações das organizações estudadas ensejam ainda elementos de desenvolvimento territorial e sustentável.

Palavras-chave: Ação Coletiva, Organizações Agroecológicas, Agroecologia.

ABSTRACT

This study investigates the collective action of agro-ecological family farmers and the effects on the development of agro-ecology in the territory of Alto Vale do Itajaí. Based on a qualitative research with descriptive and exploratory approach, of a multicases study, the action of agro-ecological organizations was examined at the territory of Alto Vale do Itajaí. The data collection was carried out through semi-structured interviews, observation and document analysis of farmers from the agro-ecological family's organizations and promoting organizations of agro-ecology in the territory. The data were analyzed from the specific goals and the theoretical framework that guided this study. The results showed that the collective action of agro-ecological farmers sometimes occurs spontaneously and fluidly with the adoption of some established rules of entry and operations; other times it occurs by external impositions, such as health problems and difficulties with conventional agricultures. The groups have elements of reciprocity and some organizational devices, such as meetings, visits to properties and division of labor. Within the territory, the organizations studied contribute to the strengthening of agro-ecological family farming and agro-ecology itself. Another important contribution to the territory is the effort of agro-ecological organizations in holding the street markets of these municipalities allowing direct relations between producers and consumers and promoting gradually the "culture of fair" in the territory. The organizations also conduct interactions with public policy and planning organizations from the territory that works in agriculture and develop actions to agro-ecology. The actions of the studied organizations bring elements of territorial and sustainable development.

Keywords: Collective action, Agro-ecological organizations, Agro-ecology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Distribuição fundiária – Alto Vale do Itajaí	71
Figura 2- Bacia hidrográfica do Rio Itajaí-Açu.....	109
Figura 3- O Alto Vale do Itajaí	110
Figura 4- Municípios do Alto Vale do Itajaí	111
Figura 5- Organizações agroecológicas encontradas no território	128
Figura 6 - Modelo de análise dos dados	131
Figura 7 – Prática da agroecologia nos grupos.....	171
Figura 8 - Interface com políticas públicas	184
Figura 9 - Comercialização das organizações agroecológicas	186
Figura 10 - Locais de feiras dos grupos	188
Figura 11 - Feira/mostra de agroecologia.....	194
Figura 12 - Interface com entidades	198
Figura 13 - Grupo de Trabalho em Agricultura Orgânica	204

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Paradigmas dos estudos de ação coletiva.....	42
Quadro 2 - Participantes da pesquisa	121
Quadro 3 - Objetivos, questões norteadoras e técnicas de coleta de dados.	125
Quadro 4 - Quadro de referência para trabalho de campo.....	126
Quadro 5 - Características das Organizações e áreas de abrangência .	142

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução do Índice de Gini no Sul do Brasil	68
Tabela 2 - Estrutura fundiária de Santa Catarina.....	69
Tabela 3 - Estabelecimentos familiares no Alto Vale do Itajaí	70
Tabela 4 - IDH-M do Alto Vale do Itajaí.....	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFA – Agricultura Familiar Agroecológica

AMAVI – Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí

APAOC – Associação de Produtores de Alimentos Orgânicos e Coloniais

APREMAVI – Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida

CEASA – Central de Abastecimento do Estado de Santa Catarina

CEMEAR – Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais

CEPAGRO – Centro de Estudos e da Promoção da Agricultura de Grupo

CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina

CNUCED – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONSAGRI – Conselho dos Secretários de Agricultura

CONSAGRI – Conselho dos Secretários Municipais de Agricultura da AMAVI

COOPERFAVI – Cooperativa da Agricultura Familiar do Vale do Itajaí

COOPERTEC – Cooperativa Central de Tecnologia, Desenvolvimento e Informação

CQCT – Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco;

CRESOL – Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com interação Solidária

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

DI – Distritos Industriais

DTS – Desenvolvimento Territorial Sustentável

ECOCERT – Organismo de Inspeção e Certificação

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

ONG – Organização não governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

UNIDAVI - Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	25
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	25
1.2 OBJETIVOS	32
1.2.1 Objetivo Geral	32
1.2.2 Objetivos Específicos.....	32
1.3 JUSTIFICATIVAS	32
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	35
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	36
2.1 AÇÃO COLETIVA	36
2.1.1 Sociedade civil.....	36
2.1.2 Ação Coletiva na Sociedade Civil.....	39
2.1.3 Paradigmas e teorias da ação coletiva	41
2.1.4 Ação coletiva na agricultura familiar	43
2.1.5 Relações de reciprocidade na ação coletiva dos agricultores.....	44
2.1.6 Formas organizativas e associativismo: a busca por espaços democráticos.....	46
2.2 AGRICULTURA FAMILIAR	48
2.2.1 Agricultura Familiar: um panorama de seu debate	48
2.2.2 Pluriatividade	52
2.2.3 Multifuncionalidade da Agricultura Familiar	55
2.2.4 Revolução Verde e modelo agrícola convencional	57
2.2.5 Agricultura Orgânica e Agroecologia.....	59
2.2.6 Políticas públicas para a agricultura familiar.....	62
2.2.6.1 Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)	63
2.2.6.2 Aposentadoria do Trabalhador Rural	63
2.2.6.3 PAA e PNAE.....	64
2.2.6.4 Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco	65
2.2.7 Comercialização da agricultura familiar	66
2.2.8 Agricultura Familiar e seu panorama em números no Brasil, em Santa Catarina e no território estudado.	67
2.2.9 Perspectivas de desenvolvimento para a Agricultura Familiar	72
2.3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UM CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO PARA OS TERRITÓRIOS RURAIS	73
2.3.1 Crescimento econômico e sua crise	74
2.3.2 Início da discussão sobre território: a formação sócio-espacial	76
2.3.2.1 O espaço como o lugar da existência humana	76
2.3.2.2 Da noção de espaço à noção de território	78
2.3.2.3 O “retorno ao território”: os Distritos Industriais Italianos	79
2.3.3 Da noção de território ao Desenvolvimento Territorial	81
2.3.4 Desenvolvimento Sustentável	85
2.3.4.1 Implicações e Dimensões do Ecodesenvolvimento	88
2.3.4.2 Os caminhos para o ecodesenvolvimento	90

2.3.5 Desenvolvimento territorial sustentável	91
2.3.6 Enlaces das abordagens do DS e DT para a agricultura familiar ...	94
2.4 O ALTO VALE DO ITAJAÍ	96
2.4.1 O processo de imigração no Brasil	96
2.4.2 A Colonização no Vale do Itajaí	99
2.4.3 A chegada dos imigrantes no Alto Vale do Itajaí	102
2.4.3.1 O tropeiro e a Estrada de Ferro Santa Catarina	104
2.4.3.2 Formação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí	105
2.4.3.3 A vida nas colônias	106
2.4.3.4 O imigrante e sua solidariedade	107
2.4.4 Alto Vale do Itajaí: caracterização do território	109
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	116
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	116
3.1.1 Abordagem da pesquisa	116
3.1.2 Natureza do estudo	117
3.1.3 Estratégia de pesquisa adotada: Estudo de caso	118
3.2 COLETA DE DADOS	119
3.2.1 Entrevistas semiestruturadas	120
3.2.2 Observação não participante	122
3.2.3 Pesquisa documental	124
3.2.4 Operacionalização da coleta de dados	124
3.3 O TRABALHO DE CAMPO	127
3.4 MODELO DE ANÁLISE DOS DADOS	130
4 ANÁLISE DOS DADOS	132
4.1 APRESENTAÇÃO E HISTÓRIA DOS GRUPOS	133
4.1.1 Associação de Produtores Agroecológicos Sementes do Futuro	133
4.1.2 Associação “Natureza é Vida”	135
4.1.3 Grupo Geração Saudável	135
4.1.4 APAOC – Associação de Produtores de Alimentos Orgânicos e Coloniais	136
4.1.5 Grupo “Natural da Terra”	138
4.1.6 Grupo “Semear sementes para o futuro”	138
4.2 A AÇÃO COLETIVA DOS GRUPOS	140
4.2.1 Características dos grupos	141
4.2.2 Objetivos dos grupos	143
4.2.3 Critérios de ingresso e regras de permanência nos grupos	145
4.2.4 Reuniões	150
4.2.5 Atividades desenvolvidas em grupo	154
4.2.6 Divisão de trabalho	158
4.2.7 Benefícios do trabalho em grupo	160
4.3 A ARTICULAÇÃO DOS GRUPOS EM TORNO DA AGROECOLOGIA E DA AFA	163
4.3.1 Pluriatividade das famílias	163
4.3.2 A prática da agroecologia nos grupos	165
4.3.3 Benefícios da agroecologia para as famílias	174

4.3.4 Entraves à produção agroecológica	176
4.4 INTERAÇÕES E EFEITOS COM O DESENVOLVIMENTO DA AGROECOLOGIA NO	
TERRITÓRIO	180
4.4.1 Interação com Políticas públicas	180
4.4.2 Comercialização dos grupos	184
4.4.3 Feiras livres	189
4.4.4 Interação com entidades do território	195
4.4.5 Entidades promotoras da agroecologia no território	199
5.4.5.1 Rede Ecovida de Agroecologia	199
5.4.5.2 CEMEAR	201
5.4.5.3 Programa Diversificação de Áreas Produtivas com Tabaco	201
5.4.5.4 Grupo de Trabalho em Agricultura Orgânica	203
4.4.6 Contribuição dos grupos de agroecologia no território	206
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	210
REFERÊNCIAS	217
ANEXOS	235
ANEXO I – DADOS DA POPULAÇÃO E ÁREA DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO	
ITAJAÍ.	235
ANEXO II – DADOS AGRICULTURA ALTO VALE DO ITAJAÍ	236

1 INTRODUÇÃO

Para apresentar a “ação das organizações de agricultores familiares agroecológicos e os efeitos no desenvolvimento da agroecologia no território do Alto Vale do Itajaí”, são discutidos nesta introdução os aspectos da contextualização do tema e os consequentes objetivos que o orientam. Num segundo momento desta parte justifica-se a escolha e a relevância do assunto e apresenta-se a estrutura dos capítulos principais.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

A sociedade civil situa-se no âmbito da interação social entre a Economia e o Estado. Sendo composta pela esfera privada (especialmente da família), pela esfera das associações (principalmente associações voluntárias), pelos movimentos sociais e pelas formas de comunicação pública, a sociedade civil moderna é criada a partir de formas de autoconstituição e automobilização (COHEN, ARATO, 1997).

Na sociedade civil formas de ação coletiva acontecem em virtude do engajamento do Estado, por meio, principalmente, de políticas públicas e outros incentivos. Há também, por iniciativa da própria sociedade civil, formas de ação coletiva que estão sendo organizadas e possuem um impacto direto nas pessoas e comunidades envolvidas. Essas ações organizadas da sociedade civil emergem também no meio rural (COSTABEBER; MOYANO, 2000).

O engajamento coletivo no meio rural proporciona a formulação de estratégias para incrementar e diversificar as rendas agrárias, por meio da organização da produção, conquista de novos mercados, estratégias para a inclusão social e o direito à participação cidadã na construção de alternativas orientadas às necessidades locais (COSTABEBER; MOYANO, 2000).

Muitas ações coletivas são desenvolvidas em comunidades camponesas e organizações profissionais de agricultores familiares, nas formas de associações, cooperativas e sindicatos. Desse modo, uma nova articulação se dá na emergência e na diversificação de novos atores coletivos do mundo rural ou em novas práticas de interação com o setor público (SABOURIN et al., 2005).

Em muitas áreas rurais também se observa o surgimento de grupos de agricultores familiares com práticas voltadas para um novo

modo de produção agrícola, de forma agroecológica e cooperada, impulsionando o espaço onde atuam e possibilitando até mesmo uma nova forma de desenvolvimento rural levando em conta outras dimensões, além da esfera econômica (MUSSOI, 2002).

Nos territórios rurais a agricultura familiar pode ser caracterizada como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Wanderley (1999) salienta que esse caráter familiar não é um simples detalhe superficial e descritivo. Para a autora, “o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente” (WANDERLEY, 1999, p. 21).

A agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros. Com base em dados do Censo Agropecuário de 2006 (último censo agropecuário realizado), a agricultura familiar é responsável pela produção dos principais alimentos consumidos pela população brasileira: 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e 58% do leite. Na produção de carnes ela também se destaca, sendo responsável por 59% do plantel de suínos, 50% da produção de aves e 30% dos bovinos.

No estado de Santa Catarina, aproximadamente 90% dos estabelecimentos rurais são classificados como agricultura familiar¹, possuindo no máximo 50 hectares (IBGE, 2009b). Além dessa característica, a maior parte das áreas agrícolas do Estado apresenta relevo acidentado. Essas condições implicam na necessidade de diversificação da produção, maior produtividade/área, qualificação da mão de obra, trabalho integrado (agricultura/agroindústrias) e na organização dos produtores por meio do cooperativismo e da associação de agricultores.

O território que foi selecionado para o estudo é o Alto Vale do Itajaí, situado no centro do estado de Santa Catarina, é um território que possui relevância na agricultura, com uma expressiva faixa da população em área rural. Os dados do Censo de 2010 apontam que, do total de

¹ Para ser “agricultura familiar” a área do estabelecimento agrícola não deve exceder quatro módulos fiscais, a mão de obra utilizada nas atividades econômicas desenvolvidas deve ser predominantemente da própria família, a renda familiar deve ser predominantemente originada dessas atividades e o estabelecimento ou empreendimento deve ser dirigido pela família (IBGE, 2009b).

pessoas do território (269.424), cerca de 97.622 pessoas vivem na área rural, representando 36% da população desses municípios (IBGE, 2010)².

A formação do território do Alto Vale do Itajaí se deu, principalmente, pela vinda de imigrantes alemães, italianos, poloneses e portugueses. A colonização foi organizada em pequenas propriedades (cada uma medindo 20 hectares no máximo) devido à topografia acidentada, característica da região. A extração de madeira foi a primeira atividade econômica, junto com a agricultura de subsistência e a pecuária (VIEIRA et al., 2010). O distanciamento geográfico e econômico dos primeiros povoamentos dessa área condicionou também a formação de um “tecido social dotado de uma forte coesão comunitária” (VIEIRA et al., 2010, p. 313).

As características dos 28 municípios integrantes do Alto Vale do Itajaí são semelhantes em termos de relevo, formação étnica e aspectos culturais. A agricultura presente nesse território é, predominantemente, do tipo familiar, pluriativa e caracterizada pelo monocultivo, com produção atrelada às agroindústrias (IBGE, 2009a). Essas famílias se destacam na produção de fumo, cebola, arroz e leite, da mesma forma que a criação de aves e suínos, em menor quantidade (EPAGRI, 2014).

Analisando o caso do fumo na região, Uba (2012) afirma que há produtores que, mesmo apresentando satisfação com o retorno econômico da produção de fumo, buscam a diversificação produtiva. E há produtores que se mantêm na produção de tabaco, satisfeitos, sobretudo, com a segurança oferecida pela agroindústria, que está embasada num sistema de produção integrada; apesar das consequências para a saúde dos trabalhadores, conforme pesquisas já apontadas por Boeira e Guivant (2003) e Perondi et al. (2011).

Outro produto agrícola que é relevante na parte centro-sul do território é a produção de cebola, tendo destaque nacional o município de Ituporanga em maior produção por hectare. A produção de cebolas também utiliza uma extensa gama de fertilizantes, agrotóxicos e maquinários agrícolas, o que, às vezes, dificulta a inserção de novos produtores na atividade, dado seu grande investimento de capital na época do plantio.

As agroindústrias, que também estão presentes no Alto Vale, surgiram com vertente modernizadora da Revolução Verde³ e causaram

² Os dados completos, da distribuição da população urbana e rural por município, estão disponíveis no Anexo 1.

impacto na agricultura familiar, buscando “integrá-la” em seus processos produtivos, imbricadas numa concepção empresarial; esse processo para Ploeg (2006) implicou num súbito e multifacetado processo de mercantilização da agricultura. As relações econômicas estabelecidas entre os agricultores familiares e as agroindústrias compradoras de sua produção são complexas e muitas vezes criam-se relações de poder assimétricas, uma vez que as empresas têm todo o controle sobre o processo produtivo (PAULILO, 1990). São exemplos de agroindústrias as empresas atreladas à produção de aves, suínos, tabaco (fumo), cebola e leite, presentes também no território estudado.

Nesse sentido, as perspectivas da agricultura familiar dependerão de uma revisão profunda do paradigma dominante de desenvolvimento. Para Mussoi (2002) é preciso entender que a agricultura familiar é praticamente incompatível com o atual modelo de desenvolvimento econômico. Mior et al. (2014) defendem também que, nos anos recentes, o modelo produtivista na agricultura tem produzido efeitos econômicos, sociais e ambientais negativos, fazendo-se repensar modelos tecnológicos dominantes e trazendo ao centro do debate novas formas de produção agrícola, diferentes funções para a agricultura e mudanças nas relações entre homem e natureza (MIOR *et al.*, 2014).

Há espaços onde a agricultura convencional, inspirada pela Revolução Verde, é colocada em cheque, por apresentar limites claros com relação à sustentabilidade nas esferas ambiental, social e econômica (WANDERLEY, 2000). As dimensões da *agroecologia* e da *sustentabilidade* aparecem, assim, como uma nova perspectiva e alternativa para um modelo de agricultura e de sociedade ambientalmente mais saudáveis e justas.

No contexto rural, surgem estratégias coletivas de agricultores familiares buscando superar esse modelo convencional e criar alternativas de produção e renda. Uma das estratégias manifestadas em muitos territórios é a formação de organizações formais ou informais para a prática da agroecologia, troca de conhecimentos, ajuda mútua e comercialização de produtos agroecológicos.

Supõe-se que as dimensões da *sustentabilidade* e da *agroecologia*, praticadas de forma coletiva entre os agricultores, podem

³ A Revolução Verde pode ser caracterizada como um paradigma tecnológico derivado da evolução dos conhecimentos da química e da biologia, que definiram uma trajetória tecnológica baseada no uso intensivo de insumos químicos (fertilizantes e pesticidas) e maquinário agrícola (ALBERGONI; PELAEZ, 2007).

suscitar novos espaços de reconstituição das relações de reciprocidade⁴ e fortalecer o capital social⁵, que em parte se perdeu com o processo modernizador, promovendo uma revitalização da agricultura familiar nos territórios.

No território do Alto Vale do Itajaí, foram identificados grupos e associações de produtores rurais agroecológicos que, para efeitos de caracterização neste estudo, serão chamadas de “organizações agroecológicas de agricultores familiares”. A delimitação é necessária em virtude da imprecisão do termo “associação”, onde esta pode ser compreendida desde formas jurídicas mais estruturadas até grupos sociais mais informais⁶. As “organizações agroecológicas” englobam todas essas formas associativas e cooperativas de ação coletiva dos agricultores familiares em prol da agroecologia. Essas organizações formam-se nesses pequenos municípios e expandem suas fronteiras com a adesão de novos associados em grande parte da microrregião do Alto Vale do Itajaí (demarcação político-administrativa).

O território do Alto Vale do Itajaí, entendido no âmbito deste estudo como “território dado”⁷, também abriga muitos “territórios construídos”⁸. Um desses territórios construídos é o da agroecologia, onde as organizações de agricultura familiar agroecológicas desempenham um papel fundamental.

As pesquisas atuais sobre território indicam que a formação de um território resulta do encontro e da mobilização dos atores que integram um dado espaço geográfico e procuram identificar e resolver problemas comuns. Para Pecqueur (2005), o desenvolvimento territorial

⁴ As relações de reciprocidade serão brevemente discutidas no item 2.1.5 deste estudo.

⁵ Capital social para Putnam (1996, p. 177) diz respeito “às características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. O autor menciona que o “estoque de capital social” de uma sociedade é importante para que haja cooperação voluntária e ocorra o seu desenvolvimento.

⁶ No Censo Agropecuário de 2006 o IBGE classificou os empreendimentos coletivos agrícolas em: associações, cooperativas, condomínio, consórcio e sociedade de pessoas (IBGE, 2009b).

⁷ A delimitação é político-administrativa. Para Bonnal et al (2008) um “território dado” pode abrigar vários “territórios construídos”.

⁸ A noção de território construído “é o resultado de um processo de construção pelos atores. O território não é *postulado*, é constatado *a posteriori*” (PECQUEUR, 2005, p. 13).

é uma construção dinâmica que pode não ocorrer somente por força de políticas públicas, mas também ocorre pela construção dos atores.

Desse modo, para o autor, o desenvolvimento territorial.

[...] se dá num processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território (PECQUEUR, 2005, p. 12).

Em muitos territórios surge a necessidade de construir espaços de abertura para um desenvolvimento mais equitativo. Nesse sentido, a aproximação com a abordagem do desenvolvimento territorial sustentável se faz apropriada, por permitir que os diferentes tipos de recursos territoriais possam ser compreendidos também como expressões do patrimônio natural e cultural compartilhado pelas populações sediadas em territórios dados (VIEIRA et al 2006). Os estudos de desenvolvimento territorial sustentável são importantes para analisar como os atores das organizações da sociedade civil articulam suas ações num espaço e quais os efeitos dessas ações no território que atuam.

O que chama atenção no presente estudo são os novos arranjos de produção agrícola que estão surgindo no território. São modos alternativos à agricultura convencional, mais sustentáveis à longo prazo, sob o ponto de vista econômico, social e ambiental, e não implicam em grandes investimentos, quando comparados às culturas convencionais ali praticadas.

São organizações que estão emergindo e se fortalecendo dentro desse território; em sua maioria, tratando-se de grupos para a venda de produtos derivados de uma agricultura que, por exemplo, não utiliza agrotóxicos e se propõe a ser mais sustentável, sob o ponto de vista ambiental, social e econômico. Há uma significativa participação de agricultores em organizações de cunho agroecológico na produção de alimentos para feiras e outros mercados institucionais.

A escolha do território do Alto Vale do Itajaí para este estudo se deu, principalmente, pela área de abrangência das organizações de agricultores familiares identificadas. Portanto, o território de estudo é a área compreendida pelas organizações agroecológicas do Alto Vale do Itajaí.

O presente estudo busca, assim, evidenciar as ações coletivas da sociedade civil, mais especificamente das organizações agroecológicas de produtores rurais, no território do Alto Vale do Itajaí, de forma a

analisar como se dá a ação coletiva e quais os efeitos no desenvolvimento da agroecologia no território.

Diante do contexto apresentado, chega-se à pergunta de partida que orientou a elaboração deste estudo: **como se dá a ação coletiva dos agricultores familiares agroecológicos e os efeitos no desenvolvimento da agroecologia no território do Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina?**

Assim, pretendeu-se compreender como se formam e como se organizam essas organizações, como são suas lógicas de ação no território, como se relacionam com outras organizações e como são suas ligações com a esfera do poder público. Pois entender os processos de gestão dessas organizações é fundamental para entender seu funcionamento e influência no território onde atuam (ANDION, 2005).

Este trabalho possui um recorte de análise *meso e macro* do ambiente. Em uma perspectiva *meso*, buscou-se entender a ação das organizações. Para tanto, levantou-se seus históricos, suas formas de organização coletiva, seus principais desafios e suas contribuições para a atividade agroecológica no território.

Já na perspectiva *macro*, pretendeu-se entender o ambiente ao qual estão inseridas essas organizações, para isso, o estudo atentou-se em compreender a relação das organizações agroecológicas com as políticas públicas de desenvolvimento rural, com as ONGs e demais entidades que possuem ações para a agroecologia no território, numa tentativa de compreender o ambiente no qual estão inseridas as ações coletivas dos agricultores familiares.

O presente estudo possui uma abordagem *qualitativa* do tipo *estudo de multicasos*. Para operacionalizar a pesquisa, foi realizada a coleta de dados na forma de *triangulação de fonte de dados*, com entrevista semiestruturada, observação não participante e pesquisa documental. No levantamento de dados foi utilizado um quadro com tópicos iniciais de pesquisa, procurando contemplar cada objetivo específico deste estudo. Assim, na análise procurou-se responder e relacionar cada objetivo de modo a compreender a ação coletiva dos agricultores familiares agroecológicos no território do Alto Vale do Itajaí.

1.2 OBJETIVOS

Explanada a contextualização do tema, algumas observações e inquietações iniciais desta pesquisa, apresentam-se os objetivos geral e específicos que orientam este estudo:

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste estudo é:

Analisar a ação das organizações de agricultores familiares agroecológicos e os efeitos no desenvolvimento da agroecologia no território do Alto Vale do Itajaí.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral, são elencados os objetivos específicos:

a) analisar como ocorre a ação coletiva organizada dos agricultores familiares agroecológicos no território do Alto Vale do Itajaí;

b) apresentar como ocorre a articulação das organizações agroecológicas em torno da agroecologia e da agricultura familiar agroecológica – AFA no território do Alto Vale do Itajaí;

c) identificar as interações das organizações agroecológicas com o território e analisar os efeitos de suas ações e interações para o desenvolvimento da agroecologia no território do Alto Vale do Itajaí

1.3 JUSTIFICATIVAS

Este estudo busca analisar a ação das organizações de agricultores agroecológicos e os efeitos no desenvolvimento da agroecologia no território do Alto vale do Itajaí. Para isso, evidenciam-se os grupos de agroecologia que estão à frente desse processo, em prol de uma agricultura mais sustentável, sob o ponto de vista social, econômico e ambiental. Dessa forma, destacar e trazer em evidência as ações das organizações agroecológicas se faz necessário, para fortalecer as ações já iniciadas e ensinar novas formas de ação coletiva em benefício da agricultura familiar no território.

A relevância do tema se fez presente no ano de 2014, o qual foi declarado pela ONU, na ocasião da 66ª sessão da Assembleia Geral das

Nações Unidas em outubro de 2013, como o “Ano Internacional da Agricultura Familiar”. O objetivo do reconhecimento pela ONU é reposicionar a agricultura familiar no centro das políticas agrícolas, ambientais, sociais e das agendas nacionais, identificando lacunas e oportunidades para promover uma mudança, rumo a um desenvolvimento mais equitativo e equilibrado (AIAF, 2014).

A agricultura familiar também possui grande representatividade e importância no território eleito para estudo. A distribuição de população rural/urbana dos 28 municípios do Alto Vale do Itajaí demonstra que 15 desses possuem a maior parte de seu contingente humano vivendo em áreas rurais. Na maior parte dessa área predominam os estabelecimentos de agricultura familiar (IBGE, 2009a). O debate atual em torno da noção de agricultura familiar é, então, apresentado e discutido, para aumentar o entendimento dessa categoria social e contribuir para os estudos na área.

Pensar no mundo rural implica também pensar numa dinâmica de desenvolvimento e, num segundo momento, sobre o sentido de se pensar esse processo em termos de um marco espacial ou territorial (SCHNEIDER, 2004). Por isso, os estudos de desenvolvimento territorial sustentável (DTS) são relevantes no contexto deste trabalho, com vistas a criar um cenário para um desenvolvimento sustentável no território estudado.

O trabalho prático, resultado desta pesquisa, busca contribuir diretamente para os agricultores e entidades relacionadas à agricultura no território ao destacar a importância que a ação coletiva traz à comunidade local e à agroecologia do território. Ademais, é também uma ferramenta para os agentes públicos elaboradores de políticas públicas, principalmente para o território abordado.

Quanto à relevância acadêmica deste estudo, verificou-se, na literatura existente, que há poucas pesquisas que agregam a dimensão da ação coletiva organizada, a agricultura familiar e o desenvolvimento territorial sustentável. Nesse sentido, a contribuição se dá na análise do fenômeno da ação coletiva a partir das abordagens teóricas utilizadas.

Foram buscados também aspectos relacionados aos processos de gestão e coordenação das organizações da agricultura familiar. As dimensões sobre “o organizar” da ação coletiva são, portanto, temas relevantes no âmbito deste trabalho. A gestão das organizações da sociedade civil é também tema pouco explorado, seja em razão de preconceitos ideológicos existentes, seja pela existência de pouca fundamentação teórica adaptada à natureza dessas organizações (ANDION, 2005).

Os resultados desta pesquisa podem instigar os agricultores familiares convencionais do território (aqui entendido como aqueles que produzem monoculturas, principalmente de fumo, arroz e cebola) a repensarem sua atuação na agricultura, com vistas a uma possível transição para outros tipos de agriculturas mais sustentáveis, do ponto de vista social, ambiental e econômico.

A agricultura convencional, oriunda dos modelos técnico-científicos do processo de modernização da agricultura a partir dos anos 60 no Brasil, também muito praticada no território, do ponto de vista energético apresenta-se insustentável, conforme apontado nos levantamentos de Neske (2009). Os padrões agrícolas convencionais são responsáveis, em parte, pelo esgotamento das fontes não renováveis de energia e pela crise ou problemática ambiental (ALMEIDA, 1997).

A integração mercantil dos produtores ao mercado global de *commodities* agrícolas, promovida pela Revolução Verde, foi ocasionando um processo crescente de mercantilização das agriculturas de base familiar (NESKE, 2009). Esse fenômeno também aconteceu no território estudado, onde há um predomínio da cultura do fumo e cebola. Repensar esse modelo que entrou em crise, mostrando novos arranjos produtivos, que emergem a partir da sociedade civil, valorizando os saberes locais e o ecossistema de maneira mais sustentável social e ambientalmente, é sempre uma oportunidade para repensar os rumos da agricultura do território.

Este estudo também contribui para o campo da administração, sugerindo à essa ciência ampliar seu escopo de atuação para investigar também práticas alternativas de gestão ligadas ao rural, especificamente a agricultura familiar. Nos estudos preliminares identificou-se um vasto campo de atuação e pesquisa; havendo assim, uma diversidade de práticas e estratégias elaboradas pelos atores da agricultura familiar, de forma coletiva, visando a manutenção e a reprodução familiar dos mesmos.

Ademais, este trabalho foi idealizado por inquietações do autor desta pesquisa. A motivação para estudar alternativas para a agricultura familiar acompanha toda sua formação acadêmica pela vivência de anos nesse ambiente, especificamente na produção do fumo no território estudado. Foram identificadas dificuldades pelas quais os agricultores passam nesse tipo de atividade e quão essa prática se torna dependente da agroindústria, da mesma forma como exposto em Paulilo (1990). Foi percebido também um inexpressivo número de organizações de agricultores no território, onde muitos desses agricultores mostravam resistências pessoais e relacionadas à viabilidade comercial para cultivar

outro tipo de agricultura, que neste trabalho é entendida como mais sustentável do ponto de vista ecológico, econômico e social.

Assim, estudar a ação coletiva dos grupos agroecológicos se justifica por identificar as suas contribuições para a agroecologia no território e, ao mesmo tempo, mostrar à agricultores da agricultura convencional que é possível e viável realizar outro tipo de agricultura.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O presente estudo está estruturado em cinco partes, sendo a primeira constituída por esta introdução, onde foram apresentados a problemática da pesquisa, os objetivos geral e específicos que guiam o estudo e a justificativa da escolha do tema pelo pesquisador, bem como sua relevância para os estudos da área.

A segunda parte contempla a fundamentação teórica, onde objetiva-se trazer as principais contribuições dos autores aos temas que estão no escopo deste trabalho. A escolha teórica deu-se em razão da abrangência do trabalho e necessidade de diferentes conceitos para analisar a ação coletiva dos agricultores familiares agroecológicos e os efeitos no desenvolvimento da agroecologia no território. Assim, buscou-se trazer o debate recente dos principais temas: ações coletivas da sociedade civil, agricultura familiar e desenvolvimento territorial sustentável.

A terceira parte expõe os procedimentos metodológicos que guiam esta pesquisa, apresentando-se assim o delineamento da pesquisa, a forma de coleta e análise de dados utilizada.

A quarta parte se concentra na apresentação e discussão dos dados levantados no trabalho de campo. Dessa forma, com base no referencial teórico exposto e nos objetivos deste estudo, buscou-se analisar a ação coletiva dos agricultores familiares agroecológicos e seus efeitos para o desenvolvimento da agroecologia no território do Alto Vale do Itajaí.

As considerações finais integram a quinta e última parte textual deste trabalho. Nela, são reunidos os principais aspectos levantados da análise dos dados, buscando-se responder à pergunta de pesquisa que orienta este estudo.

Posteriormente estão descritas as referências bibliográficas que embasaram este estudo e os anexos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo apresenta-se o panorama atual e as implicações das bases teóricas selecionadas para investigar o problema de pesquisa e, assim, atingir os objetivos deste trabalho.

Inicialmente, foram discutidos alguns aspectos sobre a sociedade civil, suas principais teorias e a ação coletiva na agricultura, com suas estruturas de reciprocidade.

2.1 AÇÃO COLETIVA

Nesta seção, pretende-se discutir sobre as formas de ação coletiva, partindo desde as noções de sociedade civil, apresentando suas principais correntes para compreender o fenômeno da ação coletiva e, posteriormente, os aspectos da organização dos produtores rurais em forma de associação.

2.1.1 Sociedade civil

A utilização do conceito de sociedade civil faz emergir muitos questionamentos relativos aos seus contornos, quem a compõe, quais suas relações com o meio, etc. Os diferentes sentidos atribuídos ao conceito de sociedade civil ao longo do tempo mostram que esses sentidos se relacionam com os contextos históricos nos quais eles foram concebidos (ANDION, 2009).

O conceito de sociedade civil proposto pela autora traz à tona as particularidades dessa esfera social que não é colocada como um todo unificado, mas como uma diversidade de grupos que se caracterizam pela sua variedade, pela sua autocriação, automobilização e institucionalidade, definidas na interação com as demais esferas sociais (ANDION, 2009).

Até o século XX, predominou uma concepção “negativa” de sociedade civil, pois a mesma era definida em contraposição ao Estado, com este sendo considerado como o principal ator responsável pela

construção do bem comum. Por outro lado, na pós-modernidade⁹, há uma busca de uma definição “positiva” da sociedade civil, concebida como uma esfera autônoma, com um papel político definido e que ainda está em construção (ANDION, 2009).

A perda de poder de regulação da esfera política do Estado, aliada à forte pulverização dos interesses coletivos - que quase se confundem com os individuais - e a crise das grandes utopias (marxismo, liberalismo, anarquismo) são fenômenos da pós-modernidade que configuram uma nova concepção de sociedade civil, ou o ressurgimento da mesma (ANDION, 2009).

Assim, a ação coletiva, no contexto pós-moderno, se configura, torna-se mais complexa, e não menos importante. Assim, segundo Andion (2009, p. 10), “os espaços privilegiados para fazer a ponte entre o privado e o público se pulverizam e deixam de estar nas mãos apenas do Estado”.

Vilaça (1993) acusa que as transformações sociais ocorridas, a partir dos anos 70, foram causadas pelo enfraquecimento econômico e social do Estado-providência, pelas contradições do regime fordista de acumulação e são indicadores do agravamento da crise da modernidade. Da mesma forma, crescimento e progresso são postos em causa e o Estado já não consegue mais ser o elemento unificador da vida social. Assim, “a recriação do espaço público passa pelas possibilidades de liberdade de invenção de formas de associação como via para maior participação dos cidadãos” (VILAÇA, 1993, p. 53).

Para Bresser-Pereira (1999)¹⁰, a sociedade civil é a parte da sociedade que está fora do aparelho do Estado. Para o autor, nas sociedades democráticas atuais, a sociedade civil está situada entre a sociedade e o Estado, e deixa de ter uma condição passiva, quando

⁹ Para Taschner (1999) não há um consenso sobre o conceito de pós-modernidade. A pós-modernidade tem como referência ou contraponto a modernidade. O debate contemporâneo sobre a pós-modernidade vem da percepção de que estamos vivendo uma série de mudanças que nos afetam direta e indiretamente e que é preciso entender. Assim, enquanto a modernidade poderia ser caracterizada como um processo de racionalização e diferenciação crescentes de esfera da vida, com tendência à fragmentação social e alienação, a pós-modernidade poderia ser interpretada como um processo de diferenciação, ou seja, como um processo que tende a implosão de fronteiras entre dimensões ou aspectos da vida social previamente diferenciados (TASCHNER, 1999).

¹⁰ Para Bresser-Pereira (1999) a sociedade civil é entendida como sociedade que, fora do Estado, é praticamente organizada e possui poder econômico, intelectual e, principalmente, organizacional (por meio de seus membros).

dominada pelo Estado ou o mercado, passando a buscar, de forma ativa, a reforma do Estado e o mercado.

Para Bresser-Pereira (1999), na medida em que a sociedade civil se fortalece e se democratiza, transforma-se em agente estratégico da defesa dos direitos de cidadania e do interesse público. Emerge, assim, a transformação da sociedade civil em agente principal da mudança social e de reforma do Estado, compondo a dimensão política da sociedade.

Scherer-Warren (1993) evidenciou que a ação transformadora da sociedade civil por si mesma é pelo menos tão fundamental quanto aquelas empreendidas a partir e do aparelho do Estado. Da mesma forma, Bresser-Pereira (1999) ressalta que sociedade estruturada na forma de sociedade civil passa a ser o ator fundamental que, nas democracias contemporâneas, está de uma forma ou de outra promovendo as reformas institucionais do Estado e do mercado.

Bresser-Pereira (1999) ainda evidencia que não se pode atribuir à sociedade civil o campo dos interesses privados e, tampouco, libertador, tornando-a consubstanciação do interesse público; da mesma forma que não se pode pensar que o Estado seja o campo do interesse geral: “[...] assim como o Estado defende com frequência interesses privados, a sociedade civil pode lutar pelo interesse geral, mas a defesa de interesses particulares é inerente à própria ideia de sociedade civil” (BRESSER-PEREIRA, 1999, p. 8).

A sociedade civil, em termos sociais, abrange todas as classes sociais, inclusive as empresas privadas, e não apenas os grupos envolvidos em atividades de organizações não governamentais (BRESSER-PEREIRA, 1999, p. 8). Dessa forma,

entidades representativas de interesses, organizações públicas não estatais de serviço, como as escolas, hospitais e entidades de assistência social, e organizações públicas não estatais de controle social, como as organizações não governamentais (ONGs), os movimentos sociais, e as associações de base (grassroots) são entidades do terceiro setor que formam, mas não esgotam a sociedade civil (BRESSER-PEREIRA, 1999, p. 35).

Para Bresser-Pereira (1999) a sociedade civil é o espaço onde indivíduos e grupos afirmam seus interesses e seus valores éticos. Nesse sentido, são os valores cívicos que constituem o interesse público e permitem a cooperação e a ação coletiva.

Andion (2009) apresenta, em uma perspectiva contemporânea, que a sociedade civil se define como uma esfera social particular, com um papel específico, diferenciado do Estado e do mercado, mas que mantém relações de interface com essas duas esferas.

Alberto Melucci também evidencia uma perspectiva contemporânea aos movimentos da sociedade civil:

[...] os movimentos nas sociedades complexas são redes submersas de grupos, de pontos de encontro, de circuitos de solidariedade, que diferem profundamente da imagem do ator coletivo politicamente organizado. Configuram-se como estruturas em estado de latência, nas quais cada célula vive uma vida própria, mantendo, ao mesmo tempo, uma série de relações através da circulação de informações e pessoas (MELUCCI, 2001, p. 97).

A sociedade civil, assim, se organiza e cria diversas organizações que assumem muitas formas de ação coletiva, entre elas: associações de bairro, cooperativas, casas de ajuda mútua, dentre tantas outras (COHEN, ARATO, 1997).

2.1.2 Ação Coletiva na Sociedade Civil

A ação coletiva da sociedade civil é ordenada em engajamentos sociais, que podem se situar em formas mais espontâneas e fluidas - como redes sociais até arranjos mais formais, hierárquicas e racionalizadas como as burocracias e as empresas (ANDION, 2013). Bresser-Pereira (1999) também expõe que a ação coletiva assume estruturas jurídicas distintas, podendo assumir a forma de movimentos sociais, associações sem fins lucrativos, empresas, cooperativas, fundações, etc.

Costa (2004) ressalta que algumas pesquisas desenvolvidas no cruzamento da economia com a sociologia têm apresentado resultados importantes para a reflexão sobre a ação coletiva. Elas tratam da forma como os indivíduos atuam em grupo e de como suas preferências e interesses pessoais podem não ser determinantes para sua ação na dimensão do coletivo.

Isso pode ser verificado, por exemplo, em problemas envolvendo a tomada de decisão. Indivíduos tomam decisões sobre sua participação numa ação coletiva determinados por fatores que não se reduzem a seus próprios interesses e preferências (COSTA, 2004).

Para Olson (1999), sob uma perspectiva mais utilitarista, a lógica inerente aos grandes grupos que se organizam visando à promoção de interesses comuns não decorre do comportamento individual centrado nos interesses pessoais. Para o autor, “os indivíduos racionais e centrados nos próprios interesses não agirão para promover seus interesses comuns ou grupais” (p. 14).

Assim, o autor discute a diversidade de interesses na ação coletiva:

[...] não é fato que só porque todos os indivíduos de um determinado grupo ganhariam se atingissem seu objetivo grupal eles agirão para atingir esse objetivo, mesmo que todos eles sejam pessoas racionais e centradas nos seus próprios interesses (OLSON, 1999. p. 14).

O tamanho do grupo também influencia a cooperação dos membros segundo Olson (1999). Assim, quanto maior o tamanho do grupo, menor a probabilidade de os agentes individuais estarem dispostos a pagar voluntariamente os custos da cooperação, por mais que esta seja essencial para a realização de um objetivo comum.

Ostrom (1991) e Sabourin (1999) a ação coletiva é um processo interativo e uma construção social decorrente de aprendizagem coletiva, a partir das trajetórias sociais dos indivíduos e da sua experiência construída no seio dos grupos. Ostrom (1991) apresenta três modos de coordenação e construção da ação coletiva indissociáveis: a *delegação de responsabilidade e de poder*, a *aprendizagem* e a *elaboração de novas regras*.

Reynald (2004) já destaca a importância da regulação na ação coletiva. Assim, toda ação social tem uma dimensão normativa com o intuito de organizar ação coletiva visando determinar um comportamento. Nesse sentido, as regras têm autoria e destinatários e estão ligadas a um projeto de ação comum. As mesmas se legitimam no grupo à medida que são compartilhadas e aceitas por todos os indivíduos (REYNALD, 2004).

Para Reynald (2004) os atores sociais se constituem na medida em que empreendem uma ação coletiva. A ação coletiva não se dá por meio de um interesse comum: é a pressão moral, as restrições organizacionais que se colocam em prática, além dos limitantes institucionais, que estabilizam a ação coletiva.

Em muitas discussões sobre ação coletiva os autores se referem aos movimentos sociais, que são uma das formas de ação coletiva

“orientados por uma preocupação com um bem público a promover ou um mal público a evitar” (CEFAÏ, 2007, p. 15 *apud* ANDION, 2013). Para Melucci (2001, p. 35), “um movimento social é uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade dos sistemas ao qual a ação se refere”.

Os movimentos formam redes complexas entre os diferentes níveis e significados da ação social. Os atores coletivos não devem ser objetivos de análises, mas sim o produto de suas ações e os significados delas (GOHN, 2004).

O estudo dos movimentos sociais ganhou espaço, densidade e status de objeto científico de análise no meio acadêmico a partir dos anos 60, com o desenvolvimento de várias abordagens (GOHN, 2004).

Andion (1998) entende que a diversidade de organizações e a intensidade da ação social desses grupos configuram um fenômeno inovador e significativo, que deve ser estudado também pelas teorias administrativas. A análise das formas de funcionamento e a ação coletiva dessas organizações ensejam uma diversidade de conhecimentos para várias áreas do conhecimento.

Para Melucci (2001, p. 46), uma ação coletiva “é resultante de objetivos, recursos e limites, isto é, uma orientação finalizada que se constrói por meio de relações sociais no interior de um campo de oportunidades e vínculos” (MELUCCI, 2001, p.46).

As ações coletivas são, assim, formas de engajamento público, que, dependendo do paradigma usado, podem assumir diferentes significados e interpretações. Por isso, na próxima seção, apresentam-se, em formato de síntese, os principais paradigmas e teorias da ação coletiva.

2.1.3 Paradigmas e teorias da ação coletiva

Para a apresentação dos principais paradigmas dos estudos de ação coletiva serão apresentados no Quadro 1, com base em Andion (2013) e Gohn (2004), as principais ênfases de cada abordagem, suas teorias com seus respectivos autores e as visões e entendimento da ação coletiva.

Quadro 1- Paradigmas dos estudos de ação coletiva

Paradigmas/ênfase	Principais teorias	Visão da ação coletiva	Autores principais
Paradigma clássico (funcionalista – enfatiza a manutenção do <i>status quo</i> . Predomina neste paradigma uma concepção sistêmica e sincrônica do mundo social orientada para consecução de objetivos).	Teoria da ação coletiva	Emerge naturalmente, de forma direta, sem mediação; são caracterizadas como respostas irracionais para aspectos estruturais (privação, frustração).	Park Tarde Smelser Marx e Wood
Paradigma racionalista (funcionalista e utilitarista com foco na mudança social a partir de uma visão determinista da natureza humana e objetiva da ciência e com ênfase na ação racional-estratégica).	Teoria da ação racional Teoria da mobilização de recursos Teoria da mobilização política	Emerge das estratégias dos atores integrados de modo a conseguir concretizar seus interesses. Conflito social como uma luta pela apropriação dos recursos existentes (materiais e não materiais).	Olson McCarthy e Zald Tilly Gamson McAdan
Paradigma Marxista (estruturalismo radical – enfatiza a mudança estrutural da sociedade. Defende que a mudança radical deve ocorrer na natureza e na estrutura da sociedade).	Teorias marxistas clássicas Teorias Neomarxistas	Ocorre por meio da luta de classes visando transformar as contradições existentes no sistema capitalista (lutas históricas entre capital e trabalho).	Jovem Marx Rosa de Luxemburgo Gramsci Marx Maduro (Aglieta, Lipietz, Veltz)
Paradigma dos Novos Movimentos Sociais (humanismo – foco na mudança social a partir de uma visão não determinista, ênfase nas estruturas e nos atores e na subjetividade)	Teorias dos Novos Movimentos Sociais	Aspectos estruturais (crise da legitimidade) e reemergência da sociedade civil são elementos chave. NMS emergem entre mundo da vida e mundo do sistema.	Habermas Offe Tourraine Melluci Cohen

Fonte: adaptado de Andion (2013) e Gohn (2004).

Na seção da análise dos dados serão resgatados autores e elementos principais de diferentes abordagens para compreender o fenômeno da ação coletiva na prática, por meio das organizações de agricultores agroecológicos.

2.1.4 Ação coletiva na agricultura familiar

Andion (2007) chama atenção para os movimentos sociais ligados à agricultura familiar que, a partir de 1990, influenciaram a estrutura política e contribuíram para a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), na concepção da Política de Reforma Agrária, na implantação dos assentamentos rurais e no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Esse último órgão, ressalta a autora, foi responsável pela elaboração e implementação das principais políticas públicas referentes à agricultura familiar.

Costabeber e Monayo (2000) ressaltam, por meio de sua pesquisa, que a ação coletiva impulsiona a transição agroecológica, apoiando a continuidade das mudanças em direção a estágios mais avançados de sustentabilidade econômica social e ambiental.

Diante da competitividade imposta pelos sistemas produtivos agrícolas, os produtores familiares podem encontrar na organização coletiva condições mais favoráveis de obtenção de êxito no setor agrícola (OLIVEIRA; HESPANHOL, 2011).

Muitas organizações de agricultores são locais e informais, e permitem benefícios à agricultura familiar. Para os pesquisadores, mesmo que os produtores familiares tenham como meta a produção econômica, subjetivamente eles podem alcançar a reprodução social do grupo e, conseqüentemente, a dinamização da unidade familiar (OLIVEIRA; HESPANHOL, 2011).

Guilhoto et al. (2007a) destacam o papel das associações e cooperativas, que possibilitam a permanência do sistema familiar em algumas regiões, mas que são totalmente inexistentes em outras. Os autores ainda afirmam que é preciso que, além do governo, as forças da sociedade civil estejam também engajadas na tarefa de valorizar a produção familiar no meio rural.

Estudando as concepções de identidade nos grupos agroecológicos, Bauer e Mesquita (2007) identificam que os mesmos passam por três fases distintas, a saber: a formação do grupo; a organização do grupo; e a solidificação do grupo. A primeira fase é motivada inicialmente pela exigência tanto por parte das Organizações não governamentais, como por parte das cooperativas de produtores

ecológicos, uma vez que não existe ingresso individual. “Isso se torna um motivo pragmático e imediato que leva o agricultor a buscar parceiros para a criação de um grupo, ou a buscar um grupo em que se possa inserir” (p. 23).

A segunda fase implica na organização do grupo. Ali, o agricultor recebe tanto a instrução e apoio das organizações, como as influências positivas e negativas dos outros agricultores, seja de fora do grupo, seja da própria família, para o ingresso ou não na agroecologia. A última fase é a solidificação, que é quando o grupo se formaliza e se legitima no meio e entre outros grupos. “Nessa fase o grupo consolida seus laços de união e é representado por seus integrantes como uma família” (BAUER; MESQUITA, 2007 p.24).

Vieira (2008) evidencia que a estrutura organizacional das entidades de agricultores agroecológicos podem assumir características burocráticas e possuem como principais atribuições as funções de coordenação, secretaria, tesouraria e conselho de ética.

2.1.5 Relações de reciprocidade na ação coletiva dos agricultores

O conceito de reciprocidade é próprio das sociedades arcaicas na tradição antropológica do século XX, marcada pelas contribuições de Marcel Mauss e seus sucessores, mas pode ser aplicado também à compreensão das sociedades modernas. Ela determina uma relação entre os agentes na qual eles são reconhecidos pelo fato de possuírem vida própria para além do nível das transações puramente comerciais. Na sociedade contemporânea, as relações de reciprocidade estão presentes, por exemplo, na família, nas relações de amizade ou em algumas formas de relacionamento comunitário. A reciprocidade implica em fidelidade, gratidão e identidade (PECQUEUR, 2009).

Os tipos de reciprocidade associados à produção agropecuária, que tem características de agricultura de origem camponesa, são: ajuda mútua na produção, organização local e interfamiliar, o manejo compartilhado de recursos coletivos e formas de uso/comercialização conjuntas da produção (SABOURIN, 2003).

Os agrupamentos de agricultores, chamados por Sabourin (2010) de “dispositivos coletivos”, estão fundados em relações de reciprocidade (ajuda mútua, cooperação e compartilhamento de recursos) e, ao mesmo tempo, estão ensejando novas formas de negociação e obtendo reconhecimento e apoio dos poderes públicos.

Ploeg (2006) defende a existência de uma condição camponesa caracterizada pela busca de autonomia, mediante a autogestão de

recursos compartilhados e de iniciativas associativas. Essa condição camponesa leva o agricultor a adotar ou a adaptar um modo de produção camponês fundamentalmente diferente daquele da empresa agrícola ou do agronegócio.

Wolf (2003) já destacava também que a reciprocidade se materializa na troca de presentes, na prestação de serviços, na ajuda a outrem, o consolo, o ato de ensinar, e demais formas de expressar uma amizade emocional ou expressiva, a qual se caracteriza pela forte troca afetiva entre os membros, além da troca de recursos materiais.

Na base da teoria da reciprocidade, Sabourin (2008) destaca os trabalhos de Simmel, Mauss, Lévi-Strauss, Polanyi, Gouldner e Temple e Chabal, que foram os autores pioneiros que permitiram reconhecer a validade e a universalidade das relações de reciprocidade nas civilizações e na história

Tesche (2007) discute que, para Mauss, a reciprocidade está baseada na dádiva, ato de dar de forma generosa e gratuita, de receber e de retribuir, formando um processo de solidariedade, ajuda mútua e fortalecendo a confiança, pois “no ato de dar existe mais que uma mera troca, existe todo um simbolismo presente que reforça valores humanos além dos valores econômicos envolvidos” (p. 25).

As relações de reciprocidade se desenvolvem mediante estruturas que podem ser binárias e bilaterais (compadrio, ajuda mútua), ternárias e unilaterais (transmissão de patrimônio entre gerações), ternárias e bilaterais (compartilhamento de recursos e de responsabilidades) (SABOURIN, 2008).

Da mesma forma, o autor evidencia que as regras ancestrais de reciprocidade camponesa (ajuda mútua, manejo dos bens comuns) já não atendem mais a todas as exigências da atividade agropecuária e da atuação dos poderes públicos. Por isso, as comunidades recorrem a novas formas de organização para assumir essas antigas práticas (SABOURIN, 2008).

As relações de reciprocidade ainda potencializam o pertencimento/enraizamento¹¹ dos sujeitos nas comunidades rurais. Esse processo de enraizamento pode apresentar-se como um dos elementos centrais à dinâmica de constituição, solidificação e difusão do capital social entre comunidades, tanto em suas dimensões econômicas, como políticas e culturais (SABOURIN, 2003).

Na perspectiva do enraizamento social (*embeddedness*), a reciprocidade e o mercado são partes integrantes das sociedades capitalistas, sendo possível, portanto, localizar estruturas de reciprocidade nas práticas de trocas mercantis (HERRERA; BIROCHI, 2014).

2.1.6 Formas organizativas e associativismo: a busca por espaços democráticos

O associativismo no âmbito deste trabalho é entendido como toda forma de agrupamento dos agricultores, uma vez que muitas de suas organizações constituem organizações mais formais (associações) e outras já possuem caráter mais informal (grupos).

Para Albuquerque (2003), o associativismo, em seu sentido amplo, compreende o processo pelo qual uma ou mais pessoas e/ou grupo(s) decidem reunir-se de forma regular, mas não necessariamente contínua, para dar conta de demandas comuns.

Nesse sentido, o associativismo se apresenta como um conjunto de práticas sociais dotadas e localizadas historicamente, que propõe a autonomia do ‘nós’, qualificando a cooperação entre as pessoas, porque baseia estas práticas sociais na reciprocidade, na confiança, na pluralidade e no respeito mútuo (ALBUQUERQUE, 2003, p. 15).

¹¹ O Conceito de enraizamento foi introduzido por Karl Polanyi no livro “A grande transformação” em 1944. O autor defendia que as economias pré-capitalistas estão enraizadas na tradição e na religião ao passo que a economia capitalista (ou a economia de “mercado autorregulado”) não está (PLEIN, 2010). Já para Granovetter, dentro da abordagem da Nova Sociologia Econômica, as relações econômicas não são uma estrutura externa aos indivíduos como acreditavam os neoclássicos, mas estão enraizadas nas relações sociais (PLEIN, 2010).

Para o autor, o associativismo constitui-se numa prática democrática. A forma com que se expressa ao redor de certas operações feitas entre pessoas explicitam um modo de exercer a cidadania, “independente dos resultados alcançados ou da maneira como os elementos estão agrupados ou associados” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 15).

A forma associativa pressupõe ir além de um contrato mútuo, estabelecendo obrigações e objetivos comuns, buscando superar dificuldades em função de um interesse comum. Segundo Albuquerque (2003, p. 15)

A essência dessa sociedade civil está fundada na repartição do ganho, na união dos esforços e no estabelecimento de outro tipo de agir coletivo, que tem na operação qualificada a implementação de outro tipo de ação social.

Os grupos juridicamente estabelecidos podem existir em vários campos da atividade humana, e sua criação deriva de motivos sociais, filantrópicos, científicos, econômicos e culturais (ALBUQUERQUE, 2003).

Para Araújo (2005), as associações representam uma forma mais simples e informal de organização coletiva, podendo ser caracterizadas por alguns pesquisadores, como um nível intermediário das organizações, situadas entre grupos informais e as cooperativas.

Por outro lado, Schmidt (2002) evidencia que muitas vezes as organizações de produtores rurais não correspondem às figuras organizacionais de associação ou cooperativismo previstas em lei. Com isso, o associativismo entre os agricultores familiares pode ter ou não uma existência legal.

Ganança (2006, p. 17) aponta que o engajamento dos cidadãos por meio de diferentes tipos de organizações civis é salutar para o seu desenvolvimento, uma vez que estimula a participação política das pessoas e permite que, aos poucos, elas possam tomar suas próprias decisões, “eliminando progressivamente as arraigadas estruturas de desigualdade presentes em nossa sociedade”.

Assim, as formas organizativas são estruturas que contribuem para o aumento da vida social, agregam interesses e educam o indivíduo para o convívio social. Por meio delas que os indivíduos de uma mesma classe ou segmento social aprendem a expressar suas opiniões, ouvir o outro, construir sínteses e posições coletivas, planejar e realizar ações comuns. (GANANÇA, 2006).

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR

A intenção desta seção é apresentar o debate atual sobre a agricultura familiar, levantar seus principais temas relevantes, apresentando alguns dados da agricultura no território estudado e, principalmente, mostrar a relevância que a agroecologia adquire neste debate, e como ela pode ser uma alternativa para o fortalecimento da agricultura familiar.

2.2.1 Agricultura Familiar: um panorama de seu debate

O debate sobre a agricultura familiar no Brasil é relativamente recente. Segundo Porto e Siqueira (1994), é a partir do início da década de 1990 que as discussões a seu respeito ganham respaldo teórico e político, passando a fazer parte das reflexões estabelecidas nos respectivos campos.

No campo político, Schneider (2003) também ressalta que a expressão começou a ser usada fortemente pelos movimentos sociais do campo, principalmente em meados dos anos 1990, consolidando-se como uma expressão que poderia abarcar um conjunto de categorias sociais, como, por exemplo, assentados, arrendatários, parceiros, integrados às agroindústrias, entre outros.

O conceito continua, ainda, sem contornos definidos, segundo Schneider (2003), e isso se deve à diversidade de formas sociais no campo brasileiro, às imposições a que essas se veem constantemente defrontadas, e às diferentes perspectivas teóricas que não permitem chegar a um “consenso” em torno da temática.

Em outra obra, o autor evidencia que as formas sociais que atualmente se abrigam sob a denominação de agricultura familiar, em épocas anteriores, recebiam outras denominações, segundo o contexto regional e a formação histórico-social. No campo intelectual, o reconhecimento começa pelos estudos que buscavam delimitar o universo dos estabelecimentos rurais que não contratavam força de trabalho, sendo familiares, em oposição às propriedades patronais (SCHNEIDER, 2006).

Sobre concepção da agricultura familiar no Brasil, Germer (2002) já apresentava que a agricultura familiar foi focalizada, teoricamente, de dois pontos de vista diferentes e em certa sequência cronológica, no Brasil, a partir dos anos de 1970. Um ponto de vista, que segue a linha

de interpretação baseada em Chayanov¹², que tendia a encarar a agricultura como espaço de uma produção “familiar” entendida como um tipo de organização produtiva dotada de uma lógica própria e capaz de resistir à transformação capitalista. E um segundo ponto de vista, no qual a expressão “familiar” aparece de forma bem diferente do tipo de Chayanov, trata-se de uma concepção norte-americana, que define a produção da agricultura de forma capitalista, também denominada frequentemente de “empresa familiar”, marcada pelo camponês semi-independente na transição entre o feudalismo e o capitalismo, situação característica da agricultura russa no fim do século XIX.

Nesse sentido, Abramovay (1992) já fazia uma distinção fundamental entre agricultores familiares e camponeses. Os camponeses podem ser entendidos como “sociedades parciais com uma cultura parcial, integrados de modo incompleto a mercados imperfeitos” (p. 115), personificando os vínculos sociais e sem uma contabilidade nas operações produtivas.

Por outro lado, para o autor, a agricultura familiar é

[...] totalmente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder as políticas governamentais. (ABRAMOVAY, 1992, p. 22).

Na tradição chayanoviana o camponês era visto como aquele que mantinha um equilíbrio entre trabalho e consumo. Diferentemente de um trabalhador assalariado, o camponês é um sujeito que cria sua própria existência (ABRAMOVAY, 1992).

Diferentemente de uma empresa capitalista, num estabelecimento camponês o critério de maximização da utilidade não é a obtenção da maior lucratividade possível em determinadas condições. O uso do trabalho camponês é limitado pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades familiares. E essas não se confundem forçosamente com as necessidades de uma empresa (ABRAMOVAY, 1992, p. 70).

¹²Alexander Chayanov é um clássico marxista da questão agrária. Chayanov elaborou uma teoria do funcionamento das unidades produtivas baseadas fundamentalmente no trabalho da família. A preocupação central de sua obra não está em conservar valores e formas sociais antigas, mas em como promover a modernização econômica em ambientes onde essas formas são dominantes (ABRAMOVAY, 1992).

Outros autores, por outro lado, defendem que o surgimento do modo empresarial de produção agropecuária não ocasionou no desaparecimento do modo camponês de produção, que em muitos lugares do mundo permanecem “bolsões” de agricultura camponesa (PLOEG, 2006, p. 17).

Wanderley (2013) sugere a ideia de rupturas e continuidades no debate sobre agricultura familiar. Para a autora, o agricultor familiar não é um personagem novo na sociedade contemporânea desvinculado de seu passado camponês, mas, ao contrário, os agricultores familiares seriam portadores de elementos de ruptura com seu passado camponês ao mesmo tempo em que mantém algumas continuidades.

Os agricultores familiares

são portadores de uma tradição (cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida), mas devem adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver em sociedade uma vez que estão inseridos no mercado moderno e são influenciados pela sociedade englobante e pelo Estado (WANDERLEY, 2013, p. 47-48).

Lamarche (1993) defende que podem ser identificados três grandes “tipos-ideais” de agricultores familiares: (i) modelo familiar: aqueles cuja finalidade não seria a reprodução enquanto unidade de produção, mas a reprodução familiar; (ii) modelo de subsistência: os agricultores que estão interessados apenas na sobrevivência da família; e (iii) modelo de empreendimento agrícola: aqueles cuja motivação é um tipo de exploração agrícola organizada com base no trabalho assalariado e/ou orientada para a obtenção de “um ganho máximo”.

Lamarche (1998) já defende que não existe mais modelo ideal de agricultura familiar. Para ele, as unidades de produção da agricultura familiar se dão a partir de sua integração numa economia de mercado e na sociedade de consumo que daí resulta. Esse entendimento põe obstáculos para que essas unidades de produção se desenvolvam, se fortaleçam e se reproduzam nas bases de um modo de funcionamento de tipo camponês ou de subsistência.

Os estudos sobre agricultura familiar a definem como aquela que funciona a partir da articulação das dimensões trabalho, gestão e propriedade familiar (SCHNEIDER, 2006).

A agricultura familiar possui importância não somente pelo seu significativo papel social na mitigação do êxodo rural e da desigualdade

social do campo e das cidades. Para Guilhoto et al., (2007a), esse setor deve ser encarado como um forte elemento de geração de riqueza, não apenas para o setor agropecuário, mas para a própria economia do país.

Acerca das principais questões a serem enfrentadas na agricultura familiar, Vieira et al. (2005) apresentam o enfraquecimento da pequena produção agrícola de base familiar, a intensificação do êxodo rural, e a urbanização descontrolada.

Stropasolas (2006) destaca que diversos estudos e pesquisas anteriores revelam um agravamento contínuo da exclusão socioeconômica na agricultura familiar no estado de Santa Catarina. Assim, os migrantes rurais são cada vez mais jovens; entre eles, é tendencialmente crescente a proporção de mulheres. O aumento do êxodo rural, principalmente entre os mais jovens, tem ameaçado o próprio desenvolvimento rural, sendo notório o processo de envelhecimento relativo da população que permanece no campo.

A dicotomia do rural em relação ao urbano também aparece como um desafio a ser superado e é manifestada, segundo Stropasolas (2006), na migração de jovens do campo para a cidade, que coloca em evidência as contradições e os conflitos, externos e internos, que resultam da forma singular e desigual de interação do rural com a sociedade global” (p. 12).

Para Schneider (2006), a abordagem da agricultura familiar requer uma análise sociológica multidimensional, em virtude da diversidade das formas sociais familiares e, ao estudá-la, deve-se olhar para a organização do trabalho e da produção, e sua relação com a natureza, passando pelo entendimento dos mecanismos de construção das estratégias de interação com o ambiente social e econômico, considerando os aspectos culturais e simbólicos que caracterizam as suas relações domésticas (parentesco, gênero etc.) assim como os múltiplos exercícios de cidadania.

Por outro lado, no nível da organização familiar, a natureza familiar das unidades agrícolas é o elemento central, e está apoiada nas relações de parentesco e de herança existentes entre seus membros. É no interior da família e do grupo doméstico que se localizam as principais razões que explicam, ao mesmo tempo, a persistência e a sobrevivência de certas unidades, e a desagregação e o desaparecimento de outras (SCHNEIDER, 2003).

As decisões tomadas pela família e pelo grupo doméstico ante as condições materiais e o ambiente social e econômico são cruciais e

definidoras das trajetórias e estratégias que viabilizam ou não sua sobrevivência social, econômica, cultural e moral (SCHNEIDER, 2003, p. 114).

Segundo o autor, uma das mudanças estruturais emergentes na agricultura familiar é a expansão das unidades familiares pluriativas, onde uma parte dos membros das famílias residentes no meio rural passa a se dedicar em atividades não agrícolas, que se desenvolvem dentro ou fora das propriedades rurais (SCHNEIDER, 2003). A questão da Pluriatividade é tema relevante no debate sobre a agricultura familiar e passa a ser discutida na próxima seção.

2.2.2 Pluriatividade

A pluriatividade, enquanto fenômeno mundial tem início, para Carneiro (1998a), nas décadas de 1960 e 1970, com a ampliação da oferta de emprego, nas indústrias locais, a trabalhadores não qualificados de origem rural. Isso levou a uma grande massa de camponeses a se assalariar e abandonar suas atividades artesanais, que durante séculos lhe proporcionaram uma renda complementar, mas sem desistir da condição de agricultor.

[...] Transformados em ‘operários-camponeses’, eles conservaram a identidade camponesa assegurada pela propriedade de um pequeno lote de terra, normalmente herdado da família, e pelo sistema de trabalho fabril em turnos que lhes permitia trabalhar na terra durante parte do dia (CARNEIRO, 1998a, p. 4).

Wanderley (2001, p. 37) aclara que a pluriatividade não constitui um processo de abandono da agricultura e do meio rural, mas “expressa uma estratégia familiar adotada, quando as condições o permitem, para garantir a permanência no meio rural e os vínculos mais estreitos com o patrimônio familiar”.

Schneider (2003) ressalta que no trabalho de Chayanov o recurso a atividades não agrícolas é determinado, primeiramente, pela variação no ciclo demográfico familiar (fases diferentes conforme a família tenha filhos pequenos ou quando resta somente o casal mais velho, onde a necessidade por trabalhos “não agrícolas” é menor). Outro fator que pode incentivar a pluriatividade são as condições econômicas gerais que se dão no local de trabalho, onde a disponibilidade de tecnologia e trabalho podem favorecer as atividades não agrícolas.

A noção de pluriatividade só é formulada no Brasil a partir da década de 1990, principalmente na região Sul do país, onde a relação entre trabalho industrial e trabalho agrícola vinha se tornando uma alternativa para pequenos agricultores (CARNEIRO, 1998a).

Schneider (2003) define a pluriatividade como:

[...] um fenômeno por meio do qual, membros das famílias que habitam no meio rural, optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural (SCHNEIDER, 2003, p. 112).

No contexto da história de Santa Catarina, Carneiro (1998a) cita o trabalho de Seyferth¹³ (1974), onde esta já apresentava manifestações da pluriatividade por parte dos membros das famílias de imigrantes que colonizaram Santa Catarina. Dessa forma, a prática de trabalhos não agrícolas, principalmente entre mulheres e crianças, era bastante antigo. A partir da década de 1930 foi que o trabalho nas indústrias passou a compor a reprodução camponesa, configurando assim uma situação em que a lavoura complementava os salários e se legitimava a agricultura de tempo parcial (CARNEIRO, 1998a).

A condição de pluriatividade dos primeiros imigrantes em Santa Catarina também é destacada por Mussoi (2002). Para ele, os imigrantes traziam consigo uma “experiência não negligenciável de gestão da ‘economia policultura familiar’, exercendo paralelamente atividades de transformação de caráter artesanal familiar” (p. 29). Essa condição proporcionou aos primeiros colonos uma melhoria sensível nas condições materiais de vida e foi, principalmente, ao lado do artesanato, “um fator de resistência às crises cíclicas da economia monocultura” (p. 29).

Carneiro (1998a) ressalva que a pluriatividade é uma condição de reprodução social dos grupos que a praticam:

[...] As atividades não agrícolas se convertem em condição para a permanência de parte da população no campo e, conseqüentemente, para a continuidade da exploração agrícola, mas sob novos padrões (CARNEIRO, 1998a, p. 168).

¹³ Pesquisadora sobre imigração no Sul do Brasil.

Para Schneider (2009) é a interação entre atividades agrícolas, para-agrícolas¹⁴ e não agrícolas que gera pluriatividade, tendendo a ser mais intensa à medida que mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem situados. Portanto, a pluriatividade é heterogênea e diversificada, e está ligada, de um lado, às estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, variável de acordo com as características do contexto ou do território em que estiver inserida (SCHNEIDER, 2009).

Assim, o autor entende o fenômeno da pluriatividade como uma estratégia de reprodução social e econômica das famílias rurais, e resultante da interação entre as decisões individuais e familiares com o contexto social e econômico em que as famílias estão inseridas (SCHNEIDER, 2009).

A questão em torno da noção de pluriatividade é levada a um contexto mais amplo, quando se discute a pluriatividade enquanto sistema de atividades (BONNAL et al., 2008). Para os autores, o conceito de pluriatividade limita o entendimento da atuação dos agricultores, levando somente a uma esfera privada dos mesmos, que se refere às atividades remuneradas quase sempre do produtor e da família.

Dessa forma, os autores destacam que o sistema de atividades é mais amplo que o conceito de pluriatividade:

O sistema de atividades das famílias rurais é entendido como o conjunto das atividades agrícolas e não agrícolas, remuneradas ou não, desempenhadas pelos membros da família rural, destinadas a realizar as funções necessárias à reprodução econômica e social da família (BONNAL et al., 2008, p. 198).

Portanto, para Bonnal et al. (2008) as atividades agrícolas e não agrícolas conformam um sistema de atividades cuja coerência e orientação dependem dos objetivos individuais e coletivos dos membros da família.

O sistema de atividades contempla todos os membros da unidade familiar que estejam unidos por relações de solidariedade e/ou de reciprocidade, quer residam juntos, quer não. E por outro ângulo, o

¹⁴ São atividades produtivas desenvolvidas pelos membros da unidade familiar, dentro do próprio estabelecimento, para atender ao mercado local, como por exemplo, a confecção de artesanato a partir de produtos oriundos da unidade produtiva familiar.

sistema engloba todas as atividades, incluindo aquelas que não são meramente econômicas (BONNAL et al., 2008).

Entram nesse sistema as atividades de índole social, ambiental e simbólica, dada a compreensão de que é precisamente a proximidade do simbólico e do social que confere sentido às atividades econômicas, além de essas atividades serem indispensáveis à manutenção dos indivíduos no seu entorno social e ambiental (BONNAL et al., 2008, p. 199).

É a partir desses sistemas de atividades que se podem observar as múltiplas funções associadas à agricultura, no qual esta aparece como atividade central e polissêmica, moldando e antecedendo o território. (CAZELLA et al., 2009).

2.2.3 Multifuncionalidade da Agricultura Familiar

A multifuncionalidade pode ser definida como o “conjunto das contribuições da agricultura para um desenvolvimento econômico e social considerado na sua globalidade” (SABOURIN, 2008). O autor recorda que o conceito de multifuncionalidade nasceu no Brasil, com a declaração contida na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ocorrida no Rio de Janeiro, sobre desenvolvimento sustentável, no ano de 1992. A partir desse encontro, a multifuncionalidade foi caracterizada como o reconhecimento, pela sociedade do interesse público ou geral, de funções sociais, ambientais, econômicas ou culturais, não diretamente produtivas ou não mercantis e associadas à atividade agropecuária (SABOURIN, 2008).

Bonnal et al. (2008) recordam que a noção de multifuncionalidade trouxe um novo e ampliado olhar sobre a agricultura de base familiar, permitindo analisar a interação entre as famílias rurais e os territórios na dinâmica de reprodução social, considerando os modos de vida das famílias na sua integridade e não somente seus componentes econômicos.

Carneiro e Maluf (2003) já destacam que a noção de multifuncionalidade da agricultura permite recolocar os termos em que a agricultura é inserida na problemática do desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que essa abordagem fornece embasamento para repensar as políticas agrícolas.

Sabourin (2008) justifica que, ao defender uma agricultura multifuncional, é preciso também valorizar, preservar e tornar duradouras as funções sociais, ambientais e até econômicas, de interesse geral, associadas à produção agrícola.

A noção de multifuncionalidade permite ainda o rompimento do enfoque setorial (agrícola) e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura, deixando a mesma de ser vista apenas como produtora de bens agrícolas. “Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidades e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos” (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 19).

Da mesma forma, Bonnal et al. (2008, p. 187) atribuem que a noção de Multifuncionalidade permitiu a incorporação de outras dimensões à unidade produtiva:

A unidade de observação deixa de ser a agricultura *stricto sensu* e passa a ser a família rural¹⁵ como uma unidade social e não apenas unidade produtiva (BONNAL, et al., 2008, p. 187).

Essa visão, ainda segundo os autores, se encaixa muito bem à realidade brasileira, permitindo perceber dinâmicas e fatos sociais obscurecidos pelas visões que privilegiam somente os processos econômicos (BONNAL et al., 2008). Assim, a noção recebe aportes oriundos de abordagens que vão desde a natureza do processo produtivo agrícola e dos seus impactos socioambientais, até a dinâmica de ocupação das famílias rurais e de ocupação do espaço social agrário.

Carneiro e Maluf (2003) expressam quatro manifestações da multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil, onde cada uma das formas que manifestam essas funções refletem aspectos particulares de cada contexto sócio-espacial ou territorial. Os territórios então se diferenciam quanto à presença simultânea de mais de uma das funções e à articulação que se estabelece entre elas. As funções percebidas são:

- i) *reprodução socioeconômica das famílias rurais*: implica na geração de trabalho e renda, que permite às famílias rurais se manterem no campo em condições dignas;

¹⁵ Por família rural entende-se a unidade que se reproduz em regime de economia familiar e que desenvolve qualquer processo biológico sobre um pedaço de terra, considerando também que ela está “situada” num território com determinadas características socioeconômicas, culturais e ambientais (BONNAL, et al., 2008, p. 187).

- ii) *promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade*: inclui, nessa função, toda a disponibilidade e acesso a alimentos de qualidade que reflitam a diversidade ecológica e cultural;
- iii) *manutenção do tecido social e cultural*: inclui fatores ligados à identidade social e às formas de sociabilidade das famílias e comunidades rurais;
- iv) *preservação dos recursos naturais e da paisagem rural*: essa função passa pelos conflitos entre o uso sustentável dos recursos naturais na prática da agricultura nas unidades familiares, e aspectos da legislação ambiental (CARNEIRO; MALUF, 2003).

A multifuncionalidade é uma característica inerente às práticas agrícolas, uma vez que a agricultura produz, além de bens alimentares, os chamados bens não mercantis, como os indicados acima (PIRAUX, 2010). Porém, muitas vezes, essas funções não são reconhecidas ou viabilizadas financeiramente pelo poder público (CARNEIRO; MALUF, 2003).

2.2.4 Revolução Verde e modelo agrícola convencional

A Revolução Verde pode ser caracterizada como um paradigma tecnológico derivado da evolução dos conhecimentos da química e da biologia, que definiram uma trajetória tecnológica baseada no uso intensivo de insumos químicos (fertilizantes e pesticidas) (ALBERGONI; PELAEZ, 2007).

Foi um projeto de “modernização da agricultura” que adquiriu muitas formas em todo o mundo.

[...] Independente das mudanças específicas em cada país, a modernização implicou primeiramente em aumentos significativos de escala de produção e reduções na absorção de trabalho agrícola. Em segundo lugar, implicou na introdução de uma tecnologia dirigida a uma intensificação produtiva que tomou o lugar das formas de intensificação fundadas no trabalho (SCHNEIDER, 2006, p. 16).

No Brasil, Serva e Andion (2008), ressaltam que a adoção de pacotes tecnológicos teve um grande impulso nos governos militares, com o apoio oficial dado para a formação de cooperativas de grande porte e da agroindústria em geral.

O modelo agrícola convencional está baseado no aumento da produção e da produtividade, com o uso intensivo de agroquímicos, variedades geneticamente melhoradas, expansão dos sistemas de irrigação e, também, na intensa mecanização da produção. Para Altieri (1998) esse modelo trouxe a diminuição dos padrões de diversidade preexistente, intensa degradação dos solos agrícolas e a contaminação química dos recursos naturais (ALTIERI, 1998).

Todo esse processo de modernização implicou em um “abrupto e multifacetado processo de mercantilização” (PLOEG, 2006, p. 16). Essa mercantilização (principalmente na matriz de insumos da agricultura), juntamente com a reestruturação do processo de produção, foi a base de um novo modo empresarial de produção agropecuária “construído através e pela modernização” (p. 16). Dessa forma, ganha evidência a agricultura empresarial (SCHNEIDER, 2006).

Silveira et al. (1999) discutem que, na agricultura brasileira, o modelo da Revolução Verde tem excluído sistematicamente do processo produtivo os agricultores que não conseguem responder às crescentes necessidades de aumento da produção agrícola. Dessa forma, a produção em larga escala e a busca de níveis de produtividade elevados não tem conseguido generalizar-se, causando grande exclusão de uma ampla gama de agricultores que produzem de forma individual.

Wanderley (2000) acentua que o modelo produtivista entrou em crise a partir dos anos 1980. “O sucesso inegável, da modernização da agricultura gerou, paralelamente, suas próprias crises” (p. 95). Apoiada em Lamarche (1993) a autora ressalta três dimensões da “crise” da agricultura: (i) A dimensão econômica: a agricultura moderna, na busca da autossuficiência, produziu uma superprodução, desequilibrando os mercados; (ii) a dimensão social: os níveis de produtividade atingidos resultaram na redução da necessidade de força de trabalho ocupada nas atividades agrícolas, gerando desemprego no campo; e (iii) a dimensão ambiental: com o uso indiscriminado de defensivos químicos, que trouxeram um sério desgaste aos recursos naturais.

O forte apelo a movimentos sociais também se manifestou ao longo dos anos 80 e 90, fazendo um contraponto à Revolução Verde e reivindicando melhorias para a agricultura familiar (FERREIRA, 2002, p. 30):

[...] a nova visão refletia o fato de que se estavam organizando, em vários países, associações e movimentos sociais de base rural que propunham uma forte crítica às políticas rurais e agrícolas

gestadas conforme o modelo de desenvolvimento modernizador.

Andion (2007) reflete que o modelo da Revolução Verde provocou uma intensificação da concentração produtiva e de renda no meio rural, uma exclusão dos agricultores familiares dos sistemas agroalimentares, e produziu impactos ambientais relevantes, como a perda da fertilidade dos solos, destruição das florestas, do patrimônio genético e da biodiversidade.

A euforia inicial provocada pelo modelo de desenvolvimento pautado na Revolução Verde foi mais tarde substituída por uma série de questionamentos relacionados aos seus impactos sociais e ambientais, como a sua visibilidade energética. Assim, Gliessman (2000) enfatiza que, em contraponto à Revolução Verde, surge o movimento da agricultura agroecológica, que é objeto da próxima seção. Com uma proposta mais sustentável e integradora para os agricultores, a agroecologia vem se materializando na transição para uma agricultura cujos imperativos de produção possam se compatibilizar com as exigências sociais e suas relações com o meio ambiente.

2.2.5 Agricultura Orgânica e Agroecologia

A agroecologia pode ser concebida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentável (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

Para esses autores, a agroecologia deve atender requisitos sociais, considerar aspectos culturais, preservar recursos ambientais, considerar a inclusão política e o *empowerment* dos seus atores, por meio de uma ação social coletiva, de caráter participativo (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

Para Altieri (2004), a concepção de agroecologia suscita uma produção estável, que somente se dá no contexto de uma organização social que protege a integridade dos recursos naturais e estimula a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente.

Por outro lado, a agroecologia busca a superação de um modelo agroquímico e de monoculturas “que já se mostrou excludente e socioambientalmente inadequado [...], por formas mais modernas de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica” (CAPORAL, 2008, p. 906).

Esse processo de inserção da agroecologia é também chamado de *transição agroecológica*, e pode ser definido como um processo gradual de mudança, por meio do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que tem como meta a conversão do modelo agroquímico de produção agropecuária para estilos de agricultura que incorporem princípios, métodos e tecnologias de base ecológica (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

Assim, para Caporal (2008),

[...] mais do que mudar práticas agrícolas, trata-se de mudanças em um processo político, econômico e sociocultural, na medida em que a transição agroecológica implica não somente a busca de uma maior racionalização econômico-produtiva [...], mas também de mudanças nas atitudes e valores dos atores sociais com respeito ao manejo e conservação dos recursos naturais e nas relações sociais entre os atores implicados (CAPORAL, 2008, p. 906).

Em diversos países surgiram versões de “agricultura alternativa”, com distintas denominações: orgânica, biológica, ecológica, biodinâmica, regenerativa, permacultura, etc.. Cada uma com seus princípios, tecnologias e normas segundo a corrente na qual estão inseridas (CAPORAL, 2008).

Há uma distinção entre agriculturas de base ecológica, baseada nos princípios da agroecologia, e outros tipos de agriculturas alternativas. Essas últimas não necessariamente terão que seguir as complexas dimensões do enfoque agroecológico, embora apresentem denominações que dão a conotação de aplicação de práticas ou técnicas que visam atender certos requisitos sociais ou ambientais (CAPORAL, 2008).

As organizações estudadas caracterizam-se por serem agroecológicas, principalmente em virtude de a ONG que atua no território - o CEMEAR¹⁶ - incentivar esse tipo de agricultura.

Moreira e Carmo (2007) apresentam os sete princípios fundamentais da agroecologia: i) integralidade; ii) harmonia e equilíbrio; iii) autonomia de gestão e controle; iv) minimização das externalidades negativas; v) manutenção e fortalecimento dos circuitos curtos de

¹⁶ Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais. A ONG será brevemente apresentada no item 5.4.5.2 uma vez que desenvolve muitas ações para com os grupos de agricultores estudados.

comercialização; vi) utilização do conhecimento local vinculado aos sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais; vii) pluriatividade, seletividade e complementaridade de rendas.

A agricultura agroecológica é aquela que possui uma compreensão holística dos ecossistemas e leva em conta os seguintes critérios:

- (a) baixa dependência de *inputs* comerciais; (b) uso de recursos renováveis localmente acessíveis; (c) utilização dos impactos benéficos ou benignos do meio ambiente local; (d) aceitação e/ou tolerância das condições locais, antes que a dependência da intensa alteração ou tentativa de controle sobre o meio ambiente; (e) manutenção, à longo prazo, da capacidade produtiva; (f) preservação da diversidade ecológica e cultural; (g) utilização do conhecimento e da cultura da população local; e (h) produção de mercadorias para o consumo interno antes de produzir para a exportação (GLIESSMAN, 2000).

A agroecologia no âmbito deste trabalho é uma manifestação de sustentabilidade. De acordo com Caporal e Costabeber (2002), a agroecologia possui orientação para um enfoque científico em função das transições dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencional para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentável. A agricultura agroecológica pode, ainda, sustentar as três dimensões essenciais do desenvolvimento de Ignacy Sachs (1993): social, ecológico e o econômico.

Wilkinson (2008) evidencia que o movimento da agricultura orgânica começou como um movimento alternativo para pequenos produtores que comercializavam em circuitos curtos de distribuição, com seus produtos sendo comercializados muitas vezes em redes alternativas baseadas em relações imediatas entre produtor e consumidor, como vendas diretas e feiras locais.

Assim, segundo Darolt (2012), a maioria dos produtores de base ecológica com bons resultados de comercialização tem utilizado dois a três canais de vendas principais: feiras do produtor, entrega de cestas em domicílio e, mais recentemente, compras governamentais. Em relação à comercialização de produtos orgânicos em Santa Catarina, Zoldan e Karan (2005) constataam que agricultores familiares agroecológicos realizam a comercialização a partir de diferentes estratégias e por distintos canais, tendo na venda direta sua maior expressão.

Os agricultores agroecológicos e suas organizações são os responsáveis diretos na comercialização, contrariando as estratégias de multiplicação e concentração de agentes intermediários entre o processo produtivo e consumo final (ZOLDAN; KARAM, 2005). Também foi percebido que a comercialização em circuitos curtos¹⁷ predomina, prevalecendo assim a relação direta entre o agricultor e consumidor final com as feiras como principal canal. Até quando o circuito é longo, o agricultor, mesmo que indiretamente, encontra-se envolvido no processo por meio das associações, cooperativas ou das entidades representativas e ONGs que prestam assessoria. (ZOLDAN; KARAM, 2005).

2.2.6 Políticas públicas para a agricultura familiar

Teixeira (2002) expõe que “políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, bem como mediações entre atores da sociedade e do Estado. As políticas públicas devem, ainda, responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis.

Guilhoto et al. (2007a) evidenciam que as políticas públicas voltadas para o segmento familiar - de crédito, de assistência técnica, de pesquisa e de comercialização - são fundamentais para incrementar a produtividade do trabalho e, por consequência, a sustentabilidade econômica dos agricultores familiares.

Na década de 1990 as políticas públicas começaram a olhar mais para essa categoria social. Com a criação do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1996, a agricultura familiar começou a ser institucionalizada a partir do Estado. Esse programa teve como finalidade a promoção de crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo deixados de lado das políticas públicas ao longo da década de 1980, e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade (SCHNEIDER, 2003; SCHNEIDER et al., 2009).

Em um estudo desenvolvido por Gazolla (2004) acerca da contribuição do Pronaf para a geração de segurança alimentar na agricultura familiar, os autores identificam que esta política não

¹⁷ Os circuitos curtos de comercialização são formas de varejo que mobilizem no máximo um intermediário e são importantes por manter uma relação direta de quem produz e quem consome, permitindo trocas e diálogos para melhorar os produtos e a distribuição, além de reduzir os custos de logística (DAROLT, 2012).

consegue fomentar a produção dos agricultores e, acaba reforçando o padrão produtivista, não permitindo que os agricultores familiares possam diversificar suas alternativas de renda e de desenvolvimento rural.

Existem oito linhas de financiamento do Pronaf: Pronaf Agroindústria; Pronaf mulher; Pronaf Agroecologia¹⁸; Pronaf ECO; Pronaf Mais Alimentos; Pronaf Composição de Dívidas; Pronaf Jovem; Pronaf Microcrédito (BNDES, 2015).

Além do Pronaf, há outras políticas públicas que envolvem a agricultura familiar¹⁹. Algumas delas serão apresentadas brevemente, uma vez que muitos agricultores agroecológicos são beneficiários.

2.2.6.1 Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)

O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) foi criado no âmbito do Programa “Minha Casa, Minha Vida” e concede subsídios ao beneficiário (pessoa física), agricultor familiar ou trabalhador rural, organizados por uma entidade organizadora, para a aquisição de material de construção, para a construção, conclusão ou reforma/ampliação da unidade habitacional em área rural (CAIXA, 2015).

Com o programa é possível a aquisição de material de construção para construção, conclusão ou reforma/ampliação de Unidade Habitacional rural e de cisternas para a captação e armazenamento da água da chuva em localidades com irregularidade de chuvas e secas recorrentes (CAIXA, 2015).

2.2.6.2 Aposentadoria do Trabalhador Rural

O benefício da aposentadoria por idade ao trabalhador rural teve sua maior expressão com a Lei 8.213/91 que definiu a idade mínima para requerer o benefício. Para ter direito à aposentadoria rural, os agricultores familiares e trabalhadores rurais devem preencher dois requisitos: ter idade mínima de 55 anos para as mulheres e 60 para os

18 Têm acesso a esse programa os agricultores que pretendem iniciar atividades da agroecologia ou estão em processo de transição de agricultura com base ecológica. O limite individual de financiamento é de R\$ 150 mil, e até um valor de R\$ 750 mil para operações coletivas (BNDES, 2015).

¹⁹ As políticas a seguir também possuem interface com a agricultura do território: Bolsa Família, SEAF – Seguro da Agricultura Familiar; PNDTR – Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural; PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário e PROINF – Programa de Infraestrutura e Serviços.

homens; e ter, no mínimo, 15 anos de tempo de atividade rural comprovada (INSS, 2015).

A aposentadoria é devida a todo trabalhador rural, pequeno agricultor, arrendatário e meeiro que atue no campo, para o sustento próprio ou o de sua família. Assim, somente os agricultores que cultivem pequenas propriedades rurais, conforme os parâmetros da economia familiar, podem requerer esse benefício (INSS, 2015).

2.2.6.3 PAA e PNAE

O PAA e o PNAE são programas intersetoriais que, dentre outros objetivos, buscam efetivar e operacionalizar a necessária associação da produção familiar local e o consumo de alimentos em quantidade e qualidade compatíveis com o conceito de segurança alimentar, conforme definido pela Lei 11.346 de 2006 (CAMARGO et al., 2013).

O **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)** foi criado por meio da Lei 10.696/03, de dois de julho de 2003. Camargo et al. (2013) ressaltam que a criação do PAA em 2003 é também fruto de mobilizações sociais e das demandas por maior acesso dos produtores familiares às ações públicas de garantia de preço e renda e ampliação do mercado de seus produtos.

Os recursos para o funcionamento do programa advêm do MDA, do MDS e do MAPA por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), com complementação pelos estados e municípios. (CAMARGO et al., 2013).

O Programa contribui para a segurança alimentar e nutricional dos produtores e de segmentos mais pobres da população, como os atendidos pelas entidades da rede socioambiental, restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos, que recebem produtos da agricultura familiar pela modalidade “Doação Direta” do PAA (CEPAGRO, 2013).

Dentre as vantagens do Programa estão a dispensa de licitação e a liberdade do produtor entregar os produtos que tem disponíveis na propriedade. Por outro lado, o baixo limite de recursos por Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)²⁰, é visto como uma de suas falhas por alguns dos produtores (CAMARGO et al., 2013).

O **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)** foi regulamentado pela Lei 11.947 de 2009, que, entre outras cláusulas, dá

²⁰ Para o PAA cada agricultor pode fornecer no máximo R\$ 8.000,00 por ano em produtos.

legítima importância à agricultura familiar. Assim, do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações (BRASIL, 2009).

Cada agricultor portador de DAP pode entregar até R\$20.000,00 por ano em produtos para o PNAE. Porém, por ser um programa coordenado pelas prefeituras municipais por meio de chamadas públicas, em que o produtor se compromete a fornecer uma quantidade fixa de produtos semanalmente, sua operacionalização demanda maior capacidade de gestão e organização dos agricultores (CAMARGO et al., 2013).

A compra dos produtos dos agricultores familiares realiza-se por meio de chamadas públicas, que estabelecem, previamente, uma tabela de preços. Estes não devem ser maiores que os praticados no atacado e no varejo alimentício, para não onerar as compras públicas em relação às licitações convencionais de produtos para a alimentação escolar (CAMARGO et al., 2013).

Acredita-se que o PAA e o PNAE são um novo alento para os agricultores familiares e para o desenvolvimento rural, em virtude de estímulos a formas de produção mais autônomas e da possibilidade de participação em mercados diferenciados (GRISA; WESZ JÚNIOR, 2010).

2.2.6.4 Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco

O programa tem o intuito de apoiar ações de desenvolvimento rural para motivar a adesão dos agricultores familiares às propostas de diversificação produtiva nas regiões produtoras de tabaco. Assim, visa fomentar processos produtivos que representem uma alternativa à fumicultura, pautados no desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e redução do uso de agrotóxicos (MDA, 2015).

As ações do Programa nascem dentro da Política Nacional de Controle de Tabaco, desenvolvida como contrapartida do Brasil enquanto signatários da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT). O Programa é coordenado pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A operacionalização se dá por meio de parcerias com organizações governamentais, não governamentais e sociedade civil, que viabilizam a

execução dos projetos de assistência técnica e extensão rural, capacitação e pesquisa (MDA, 2015).

O programa é baseado nos princípios do desenvolvimento sustentável, segurança alimentar, diversificação produtiva e participação social, e atua na qualificação do processo de produção e de desenvolvimento nas áreas de fumicultura, assim como na perspectiva da produção ecológica, mediante a redução do uso de agrotóxicos (MDA, 2015).

2.2.7 Comercialização da agricultura familiar

Mior et al. (2014) expõem que os agricultores constroem novas e múltiplas formas de inserção nos circuitos de troca e, a partir daí, novas iniciativas surgem, como a produção orgânica, pequenas agroindústrias rurais, feiras livres, casas coloniais, associações e cooperativas de produção, comercialização e consumo, cooperativas de crédito solidário, marcas coletivas, selos de qualidade, comércio solidário e redes de certificação coletiva. Para os autores, essas novas estratégias se consolidam em diversificação dos meios de vida, levando à conformação de novos padrões de desenvolvimento rural.

A abertura de outras opções de comercialização para os agricultores – como feiras livres, mercados de cadeias curtas e mercados institucionais, além das cadeias tradicionais de produto - proporciona ao agricultor a vantagem de comercializar seus produtos sem a ameaça de informalidade, ou o medo de perder seus tradicionais direitos como agricultor (ESTEVAM; MIOR, 2014).

Na agricultura familiar há a importância dos mercados de proximidades, que refletem as relações diretas que são estabelecidas, tanto com os consumidores quanto com os pequenos varejistas locais, para a realização das trocas mercantis (FERRARI, 2014).

Assim, as vendas diretas (na propriedade, na feira livre, entrega no domicílio, na loja do produtor, na beira da estrada) permitem uma ampliação das relações sociais com os consumidores e a expansão da demanda, à medida que o produto se torna mais conhecido. Ademais, ressignifica essa relação ao trocarem-se informações, saberes, receitas e impressões, criando novas relações entre as famílias envolvidas (FERRARI, 2014).

As feiras livres permitem ofertar produtos diretamente aos consumidores, sem a mediação de intermediários, diminuindo as etapas de comercialização e contribuindo para a valorização dos produtos. A feira livre promove, assim, a mudança nos modos de conexão entre a

produção e o consumo de alimentos, buscando reconectar o alimento ao contexto social, ambiental e cultural de sua produção (FERRARI, 2014).

2.2.8 Agricultura Familiar e seu panorama em números no Brasil, em Santa Catarina e no território estudado.

No último Censo Agropecuário, realizado no ano de 2006, foi acrescentado um levantamento especial sobre Agricultura Familiar. O IBGE classificou os estabelecimentos agropecuários em “familiar” e “não familiar” de acordo com o texto da Lei n.º 11.326 de 24 de julho de 2006, onde que, para um estabelecimento ser classificado como “agricultura familiar”, ele deve, resumidamente: i) ter no máximo quatro módulos fiscais²¹; ii) possuir a mão de obra utilizada nas atividades econômicas desenvolvidas por pessoas da própria família; iii) ter a renda familiar, predominantemente, originada das atividades vinculadas ao próprio estabelecimento; iv) ter o estabelecimento ou empreendimento dirigido pela própria família (IBGE, 2009b).

Os **números da agricultura familiar no Brasil** demonstram que há 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, representando 84,4% dos estabelecimentos rurais brasileiros. Esse contingente de agricultores familiares ocupa uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários²² brasileiros. Esses dados indicam uma estrutura agropecuária ainda concentrada no país: os estabelecimentos não familiares, representando apenas 15,6% do total de estabelecimentos agrícolas, ocupam 75,7% da área. Calculando a área média nacional dos estabelecimentos familiares obtém-se um resultado de 18,37 ha por agricultor; por outro lado, a área média que cada agricultor “não familiar” possui é de 309,18 ha (IBGE, 2009a).

²¹ Módulo Fiscal (MF) – é uma unidade de medida agrária que representa a área mínima necessária para as propriedades poderem ser consideradas economicamente viáveis. No Alto Vale do Itajaí, o tamanho dos módulos fiscais é de 18 hectares (INCRA, 1980).

²² O IBGE concebe como estabelecimento agropecuário “todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes e temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais” (IBGE, 2009b).

Ao se analisar o **Índice de Gini**²³, utilizado para medir os contrastes na distribuição do uso da terra, percebe-se que, no período intercensitário entre 1996 a 2006, o Brasil ainda apresenta alto grau de concentração, expresso pelos índices de 0,856, em 1996, e 0,872, em 2006. A distribuição de terras é mais concentrada quanto mais próximo esse índice estiver da unidade, ou seja, poucos estabelecimentos agropecuários concentram um alto percentual de terras (IBGE, 2009a).

O Índice de Gini ainda demonstra diferenças regionais relacionadas ao grau de concentração de terras. Segundo os dados, a região sul constitui a área de menor desigualdade na distribuição das terras entre os diferentes estratos de área, quando comparada com o resto do país (IBGE, 2009b). A Tabela 1 apresenta a evolução do Índice de Gini nos últimos três Censos Agropecuários nos estados do sul:

Tabela 1 - Evolução do Índice de Gini no Sul do Brasil

Evolução do Índice de Gini			
	1985	1995	2006
Brasil	0,857	0,856	0,872
Paraná	0,749	0,741	0,770
Santa Catarina	0,682	0,671	0,682
Rio Grande do Sul	0,763	0,762	0,773
Média Região Sul	0,731	0,725	0,728

Fonte: IBGE, 2009b.

Com uma estrutura fundiária consolidada pela presença da produção colonial do migrante europeu, contrastando com aquela dominante nas demais regiões do País, à exceção de algumas regiões do Sudeste, de origem colonial semelhante, a divisão de terras no Sul reproduziu o padrão agrário do campesinato da Europa Ocidental, parcelando as terras em pequenas propriedades, característica típica da agricultura familiar (IBGE, 2009b).

Quanto à **estrutura fundiária do estado de Santa Catarina** (Tabela 2), segundo o Censo Agropecuário de 2006, o estado possui um total de 187.061 estabelecimentos agropecuários, sendo que desses, 167.335 (89,5%) estabelecimentos possuem até 50 hectares e os 19.726 (10,5%) estabelecimentos restantes têm mais de 50 hectares (IBGE, 2009a).

²³ O Índice Gini mede o grau de concentração de algum recurso (pode ser renda, terras...) entre membros de uma população determinada. O índice varia de 0 a 1 sendo que 1 representa o máximo de concentração.

Tabela 2 - Estrutura fundiária de Santa Catarina

Estrato de área (ha)	Número de estabelecimentos	% de participação
menos que 10	55.321	29,9
de 10 a 20	59.293	31,7
de 20 a 50	52.721	28,2
de 50 a 100	11.907	6,4
de 100 a 1000	7.444	4
mais que 1000	375	0,2
Total	187.061	

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE, 2009a.

A apresentação da estrutura fundiária do estado de Santa Catarina também remete a um olhar para o Índice de Gini utilizado para medir os contrastes na distribuição do uso da terra nos estados. Santa Catarina apresentou, no último Censo Agropecuário, um índice de concentração de terras de 0,682, caracterizando um baixo grau quando comparada ao cenário nacional.

Vieira et al. (2010) salientam que, apesar de o estado deter um dos menores índices de concentração fundiária quando comparados ao contexto nacional, há um enfraquecimento da pequena produção agrícola de base familiar e uma consequente intensificação do êxodo rural, fato que também é verificado em Stropasolas (2008).

Quanto à **empregabilidade da agricultura familiar no Brasil**, os números do Censo Agropecuário de 2006 mostram que, entre os estabelecimentos familiares e não familiares, do total de pessoas ocupadas no campo, 74,4% são da agricultura familiar e 25,6% não familiar. Em termos absolutos, isso demonstra que, num total de 16,5 milhões de pessoas ocupadas na agricultura brasileira, a agricultura familiar emprega 12,3 milhões de pessoas, enquanto a não familiar 4,2 milhões (IBGE, 2009b).

Batista (2014) destaca que, apesar de a área no Brasil destinada às lavouras da agricultura familiar ser pequena (17,7 milhões de hectares), mesmo assim a pequena propriedade consegue ser a principal fornecedora de alimentos básicos para a população brasileira. A agricultura familiar é responsável por produzir, 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e 16% soja do país. Ainda, com uma área reduzida de 36,4 hectares de pastagem, esses pequenos produtores são importantes fornecedores de

proteína animal para o país, com 58% do leite, 50% das aves, 59% da carne suína e 30% de bovinos (IBGE, 2009a).

Ghilhoto et al. (2007) apresentam que o segmento familiar da agricultura brasileira, ainda muito heterogêneo, responde por importante parcela da produção agropecuária, apresentando em importantes atividades, inter-relações estreitas com os segmentos industrial e de serviços, implicando uma importante participação no produto gerado pelo agronegócio.

Os resultados do PIB do agronegócio familiar e patronal para o Brasil, entre 1995 e 2005, são apresentados no trabalho de Guilhoto et al. (2007b). A participação do agronegócio brasileiro²⁴ (familiar e patronal) no PIB nacional é de 27,9% no ano de 2005. Desse montante, no mesmo ano, 9,0% do PIB brasileiro foi representado pelo segmento familiar da agropecuária brasileira. Esses valores demonstram a representatividade da agricultura familiar na geração de riqueza para o país.

Acerca da **agricultura familiar no território do Alto Vale do Itajaí**, os dados demonstram que há predominância da pequena agricultura no território, constituindo a maioria dos estabelecimentos rurais.

Tabela 3 - Estabelecimentos familiares no Alto Vale do Itajaí

Estabelecimentos familiares no Alto Vale do Itajaí				
	N de estabelecimentos	%	Área (ha)	% (área)
Agricultura Familiar	18 676	90,6	312 601	66,8
Agricultura não familiar	1 948	9,4	155 558	33,2
Total	20 624	100,0	468 159	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006.

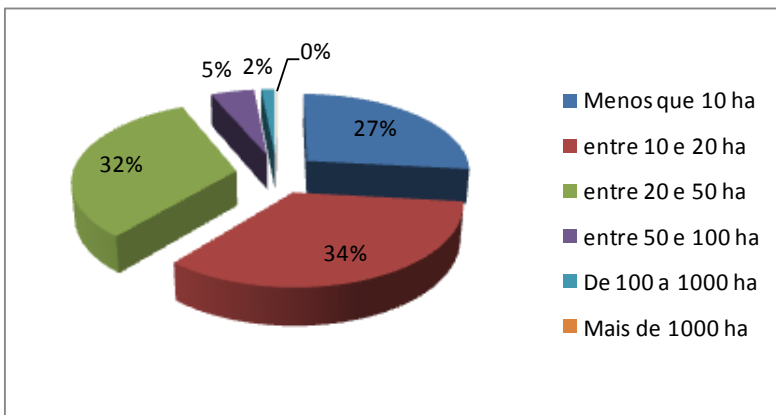
Percebe-se, pelo exposto na Tabela 3, que no Alto Vale do Itajaí predomina a agricultura familiar nos estabelecimentos, ocupando 66,80% da área destinada aos estabelecimentos agrícolas. Já quando se observam os dados referentes à agricultura não familiar, percebe-se que há uma pequena concentração de terras, significando 33,20% da área destinada às propriedades rurais (IBGE, 2009a).

Observando a distribuição fundiária das propriedades rurais do território (Figura 1) verifica-se a predominância da pequena

²⁴ Aqui inclui o montante da agricultura familiar (definidas segundo a lei 11.326, de 24 de julho de 2006) e da agricultura patronal – que possui grandes extensões de terras no Brasil, como já apresentado.

propriedade, constituindo a maioria dos estabelecimentos rurais. Em média, os estabelecimentos de agricultura familiar nesse território ocupam uma área de 16 hectares (IBGE, 2009a).

Figura 1- Distribuição fundiária – Alto Vale do Itajaí



Fonte: Censo Agropecuário - IBGE, 2009a.

Percebe-se que 61% dos agricultores do território têm menos de 20 ha para suas atividades, configurando pequenas propriedades para a exploração familiar. Entretanto, para a exploração agrícola, os agricultores devem respeitar as normas do Novo Código Florestal, que demarca áreas de preservação permanente e áreas de Reserva Legal nas propriedades, que, dependendo das propriedades, podem comprometer de 10 a 20% de suas áreas (BRASIL, 2012). A legislação ambiental, aliada ao relevo em muitas áreas de aclives e declives, são fatores que diminuem a área destinada ao cultivo dessas propriedades.

Zago (2002) aponta que, a partir de 1980, o crescimento da agricultura na região do Alto Vale do Itajaí tem cedido crescente espaço para sistemas de produção que demandam o emprego excessivo de agroquímicos nas culturas de fumo, cebola, arroz, milho, entre outras.

A predominância da pequena propriedade e a diversidade de relevos na região favoreceu a diversificação da produção no Alto Vale do Itajaí. Convivem no território, atualmente, atividades produtivas voltadas para o autoabastecimento, com atividades voltadas, principalmente, para o fornecimento de matéria prima para a agroindústria. No setor agrícola, destaca-se a produção de cebola, fumo, arroz e milho e, no setor pecuário, a produção de suínos, frango e leite (TAMASSIA, 2011).

Os dados detalhados do Alto Vale do Itajaí, por município, estão disponíveis no ANEXO II.

2.2.9 Perspectivas de desenvolvimento para a Agricultura Familiar

Ao conceber um tipo de agricultura sustentável, de forma que se contraponha à agricultura convencional, com o olhar voltado para as “diferentes agriculturas” (LAMARCHE, 1998), valorizando a multifuncionalidade que a mesma possui no território (BONNAL et al., 2008) consegue-se transcender os limites da agricultura e revela-se uma nova visão da relação rural/urbano (ANDION, 2007).

O rural contemporâneo é um rural que começa a ser pensado abarcando territórios do futuro, como resposta possível à crise do emprego e da qualidade de vida gerada pela civilização urbano-industrial. Tais territórios apresentam-se opostos à posição teórica da homogeneização do rural, surgindo como posição da reconstrução e ressignificação do mesmo. Nessa visão, o rural aparece como um espaço de vida e trabalho, uma rede de relações sociais, uma paisagem ecológica e cultural com representações específicas de pertencimento, de desejo ou projetos de vida (FERREIRA, 2002).

Para tornar o desenvolvimento social mais equilibrado nas regiões rurais, Vieira et al. (2005, p. 389) enfatizam a necessidade do resgate territorial: “torna-se necessário a valorização do conhecimento da comunidade local, o fomento do diálogo dos saberes e o fortalecimento das capacidades dos atores sócio-territoriais”.

Andion (2007) destaca que os projetos que possuem maior potencial e atendem às necessidades presentes da agricultura familiar são aqueles que buscam a promoção do desenvolvimento territorial no meio rural. Assim, a abordagem do desenvolvimento territorial resgata as potencialidades do Brasil rural que não foram valorizadas pelos modelos tradicionais de desenvolvimento (principalmente a Revolução Verde).

Valorizando o território, os agricultores familiares colocam-se como importantes agentes de uma mudança para um modelo de desenvolvimento sustentável no meio rural, principalmente, por serem produtores de alimentos e outros produtos agrícolas e, ao mesmo tempo, responsáveis pela gestão prudente dos recursos naturais locais (ABRAMOVAY, 1998).

O enfoque territorial tem um significado muito relevante nas diferentes perspectivas analíticas que trabalham o tema do desenvolvimento rural. O rural ressignificado exige a construção de

novas identidades (territorialidades), a partir da valorização de outras dimensões do território, além da econômica (FLORIANI; FLORIANI, 2010). Desse modo, os saberes produzidos localmente passam a ser valorizados, e a multifuncionalidade da agricultura passa a ser um vetor de desenvolvimento rural.

A noção do desenvolvimento territorial sustentável aplicada aos territórios rurais permite perceber as novas manifestações da agricultura familiar, que antes estavam fadadas ao desaparecimento (ABRAMOVAY, 1998). Desse modo, é também um olhar que alcança as “novas ruralidades” que se manifestam nos territórios (WANDERLEY, 2004).

A ideia das “novas ruralidades” permite levar em conta as particularidades do rural e as distintas mudanças ocorridas nesse espaço, que ultrapassa a redefinição de suas bases econômicas (ANDION, 2007). Segundo a autora, a concepção de “novas ruralidades” é emergente e tem influência nas redefinições de desenvolvimento rural, da agricultura familiar e do próprio espaço rural.

Sob essa concepção, a visão do rural como sinônimo de atraso, de passado e de precariedade começa a ganhar contornos de um rural enquanto espaço de construção de futuro e portador de soluções (ANDION, 2007). A superação da dicotomia cidade/campo e a própria valorização dos agricultores familiares passa por essa nova forma de pensar o desenvolvimento sustentável dos territórios.

A próxima seção vem introduzir o debate ao desenvolvimento territorial sustentável como pano de fundo para compreender as ações das organizações estudadas em prol da agroecologia no Alto Vale do Itajaí.

2.3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UM CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO PARA OS TERRITÓRIOS RURAIS

Busca-se, nesta seção, apresentar os aspectos de formação da abordagem do desenvolvimento territorial sustentável – DTS e sua inserção no âmbito desse trabalho. Antes de apresentar suas perspectivas enquanto uma dinâmica de desenvolvimento que essa abordagem emergente sugere, é preciso destacar o contexto no qual suas principais bases nasceram: a crise do modelo fordista.

2.3.1 Crescimento econômico e sua crise

O período pós-guerra foi marcado por uma relação direta entre o desenvolvimento e o crescimento econômico, que foi bastante fortalecida nas três décadas seguintes. Nesses anos, houve um crescimento econômico muito acentuado nos países capitalistas, principalmente no conjunto dos países industrializados. Esse período, compreendido entre 1945 a 1975, ficou conhecido como fordismo (SERVA, 2010).

Serva (2010, p. 43) ressalta que, para os teóricos da regulação²⁵, o “fordismo foi um modelo geral de desenvolvimento que se instalou metodicamente nos países do ocidente [...] embora de maneira específica em cada um”. A partir da segunda metade dos anos 40, com os Estados Unidos saindo vitoriosos da guerra, a economia foi centrada em grandes organizações industriais. “A ideia era promover o pleno emprego e este era obtido por meio do crescimento econômico constante” (SERVA, 2010, p. 43).

O Estado de Bem-Estar Social fazia um papel compensatório, sustentando o sistema e prestando serviços de qualidade em setores como educação, saúde, saneamento e promovendo um amplo sistema previdenciário, “mantendo as pessoas consumidoras mesmo após o período ativo de trabalho”. Assim, durante trinta anos, principalmente nos Estados Unidos, houve um período de crescimento econômico quase ininterrupto (SERVA, 2010, p. 44).

Lipietz (1991) evidencia que o Estado-providência, garantidor do Bem-Estar Social, com políticas de redistribuição, transferências, salários mínimos, permitia aos trabalhadores continuar a consumir mesmo que estivessem impedidos em função do desemprego. Assim, mecanismos como o crédito estimularam o consumo além da renda. Para Jean (2010) o Estado-providência, na medida em que desresponsabiliza o indivíduo com relação à gestão de seu próprio futuro, gera uma atitude de dependência e passividade que, no limite, refreiam as iniciativas de mobilização e organização social.

O “compromisso fordista” realizava a conexão entre produção de massa crescente e consumo de massa crescente e o Estado de Bem-Estar Social cumpria sua parte. O fordismo investia o Estado de uma responsabilidade ativa no controle da conjuntura econômica (LIPIETZ,

²⁵ A teoria baseia-se no conceito de regulação econômica e foi concebida em meados da década de 1970, com base nos trabalhos de Michel Aglietta, André Orléan, Bernard Billaudot, Robert Boyer, Benjamin Coriat e Alain Lipietz.

1991). Sob essa perspectiva, o crescimento econômico tornou-se erroneamente sinônimo de desenvolvimento econômico (JEAN, 2010).

Uma concepção muito popular de desenvolvimento econômico, fortemente influenciado por uma perspectiva fordista, está na noção de Etapas do Desenvolvimento Econômico elaborada pelo economista americano W.W. Rostow (1966). Para o autor, o desenvolvimento econômico ocorre em cinco etapas²⁶ distintas que precisam ser percorridas de forma linear, como requisitos a serem cumpridos para que o objetivo final seja atingido. Rostow (1996) até estabelece um prazo médio, em anos, que um país em processo de desenvolvimento leva para “cumprir” cada etapa.

Porém, nos anos 70, o cenário começa a mudar. Uma série de fatores concorreram para que esse modelo de desenvolvimento acelerado entrasse em crise. Dentre eles, Serva (2010) destaca o decréscimo nos ganhos de produtividade, em parte pelo desgaste provocado pelo *taylorismo*²⁷ prolongado e pela própria competição, já em escala mundial.

Lipietz (1991) já apresentava que o compromisso fordista entrou em crise sob todos os aspectos: baixa de rentabilidade do modelo produtivo fordista, internacionalização dos mercados e da produção comprometendo a regulação nacional, revolta dos produtores diante da

²⁶ "1ª - Sociedade tradicional – produção limitada, tecnologia rudimentar, subordinação do homem ao ambiente e inadequado aproveitamento dos recursos naturais;

2ª – As pré-condições para o arranco – estágio em que aparece pré-condições para o desenvolvimento econômico – atitudes racionais adequadas ao controle e à exploração da natureza;

3ª – O arranco – inclui as sociedades nas quais são ultrapassados os primeiros limites das sociedades tradicionais – investimento de capital na produção, crescimento da manufatura e aparecimento de um sistema político, social e institucional – base da sociedade moderna.

4ª A marcha para maturidade – estágio em que as forças de expansão econômica passam a predominar na sociedade;

5ª A era do consumo em massa – é estágio de desenvolvimento efetivo da produção em bases industriais e científicas e de um aumento significativo do investimento produtivo de capital." (ROSTOW, 1966).

²⁷ O modelo fordista tinha sua organização do trabalho estruturada sobre os princípios do taylorismo, da otimização da racionalização e da automação dos processos de produção. Nessa forma da produção, a idealização e organização do trabalho foram separadas da execução (LIPIETZ, 1991).

alienação do trabalho e diante da onipotência da hierarquia e do Estado, aspiração dos cidadãos a maior autonomia, omissões crescentes diante da solidariedade administrativa, dentre outros. (LIPIETZ, 1991).

Abriu-se espaço então para políticas neoliberais que fortaleceram o mercado, mas enfraqueceram o Estado e sua capacidade de institucionalizar formas de regulação e estabilização social. As desregulamentações financeiras promovidas nos anos 80 permitiram a ampliação da especulação financeira na década de 90 e no início do século XXI. Suas consequências foram desastrosas ao final da primeira década do novo século. Até hoje os Estados lutam para restabelecer a confiança econômica, pois muitos ainda acreditam que os princípios do fordismo podem ser restaurados (LIPIETZ, 1991).

Por outro lado, em meio à crise global, se observava o destaque de pequenos territórios, com um uma cooperação entre os atores e um desenvolvimento mais equitativo entre suas populações. Assim, ganham destaque, nesses anos, os estudos de território ao mesmo tempo em que estudos sobre outras formas de desenvolvimento mais equitativo, despertados pela consciência ampliada sobre os limites ecológicos do crescimento.

2.3.2 Início da discussão sobre território: a formação sócio-espacial

Antes de discutir a noção de desenvolvimento territorial, busca-se nos estudos da geografia apresentar a discussão em torno da formação sócio-espacial, que foi estruturante para a mudança da perspectiva do espaço para o território (SANTOS, 1998; PECQUEUR, 2006).

2.3.2.1 O espaço como o lugar da existência humana

Haesbaert (2004) evidencia que nos estudos de Lefebvre, o autor se referia sempre a espaço, e não a território, mas que para este, não se trata de um espaço no sentido genérico, muito menos de um espaço natural; “trata-se, isto sim, de um espaço-processo, um espaço socialmente construído [...]” (HAESBAERT, 2004, p. 3).

Para Santos (2002) a noção de espaço é muito abrangente, com vários significantes e significados. Desse modo, há várias correntes da geografia apresentadas por Aresi (2006) que foram dando novas interpretações para o “espaço”. Mas, como não é o objetivo neste trabalho detalhar cada corrente, muito menos apresentar todas as suas abordagens, opta-se por citar as principais interpretações dadas ao “espaço”, e como esse conceito se desdobra ao “território”, aparecendo como uma das interpretações para o “espaço”.

Schneider e Tartaruga (2004) também já evidenciam que, em termos de sua abrangência analítica, o conceito de espaço é amplo e complexo, o que às vezes o torna de difícil operacionalização (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004).

O espaço por muito tempo na geografia foi visto somente como o lugar onde aconteciam os fenômenos. Com o tempo, ampliou-se a noção de espaço por meio de inúmeras metodologias e o espaço começa a ser visto como uma invenção humana realizada por meio do movimento da natureza (GODOY, 2011).

Assim, o espaço é entendido como uma *completude*, formulado pelos elementos da natureza e, também, pelas dimensões sociais oriundas das relações entre as pessoas, como a cultura, a política e a economia (SANTOS, 2002). Para Aresi (2006), o espaço conhecido é revestido das mais variadas estratégias, sejam elas pessoais, grupais, intergrupais ou nacionais.

Com a formação sócio-espacial de Milton Santos²⁸ e algumas análises marxistas que discutiam a questão da dialética sócio-espacial, começa-se a ter uma conotação mais crítica e humana do espaço.

Desse modo, em Santos (1988), a existência humana se dá no espaço:

O espaço resultado da produção, e cuja evolução é consequência das transformações do processo produtivo em seus aspectos materiais ou imateriais, é a expressão mais liberal e também mais extensa dessa práxis humana, sem cuja ajuda a existência não pode ser entendida (SANTOS, 1988, p. 12).

Assim, a sociedade em movimento é aquilo que dá vida e dinamiza o espaço. Por isso, o valor se distribui diferentemente no espaço e cada lugar tem um valor diferente. Em resumo, “as estruturas espaciais são, ao mesmo tempo, um estado – o que é provisório – e são o objeto de um movimento que modifica seu conteúdo – o que é permanente” (SANTOS, 1988, p. 15).

Assim, para Aresi (2006, p. 16):

²⁸ Milton Santos aparece dentro da corrente da geografia crítica. Sua contribuição aparece com a formação do conceito de formação sócio-espacial, defendendo que o espaço é importante para uma formação socioeconômica (ARESI, 2006).

O espaço em questão, obviamente é o espaço humano, simultaneamente produto e produtor de múltiplos espaços. Sua definição é árdua porque, para o mesmo autor [SANTOS, 2002], além de ele ser a morada do homem, o seu lugar de vida e de trabalho, ele possui a tendência de mudar com a história, já que o espaço geográfico é, também, um espaço social. A sociedade e o espaço interagem dialeticamente, formando o que se pode denominar de dialética sócio-espacial.

Na compreensão da dialética sócio-espacial é importante salientar que o espaço pode ser essencialmente dado, mas a organização e o sentido do espaço são produtos da translação, da transformação e da experiência social vivida pelos grupos sociais (ARESI, 2006).

A dialética sócio-espacial em Santos (1988, p. 15) aparece quando o mesmo afirma que “o espaço é uma estrutura social dotada de um dinamismo próprio e revestida de certa autonomia, na medida em que sua evolução se faz segundo leis que lhe são próprias”.

A geografia humanista passou a dar importância para o “lugar”, passando a ser um conceito-chave relevante, ao mesmo tempo em que o espaço passa a ser compreendido como espaço vivido, o lugar da experiência humana. A geografia crítica, imbuída do espírito marxista, considerava o espaço como o *locus* da reprodução das relações sociais de produção (ARESI, 2006).

2.3.2.2 Da noção de espaço à noção de território

Aresi (2006) expõe, por meio de sua pesquisa, que ao trabalhar com a questão de “espaço”, este aparece como um mega conceito, e apesar de que o “espaço” ser compreendido como uma dimensão social, ele apresenta algumas dificuldades de ordem metodológica. Assim, a análise de “território” permite a possibilidade de trabalhar com a unidade. “O território, diferentemente do espaço, é um aspecto objetivo da realidade e, por essa razão, possível de ser tratado dentro de suas especificidades” (ARESI, 2006, p. 2).

Em todo espaço há a predominância de muitas territorialidades, porém isso não significa afirmar que exista o mesmo número de territórios. Nesse sentido, um território não é um processo natural e exige a organização e a cooperação dos atores locais, com o objetivo de mobilizar e colocar em valor os recursos territoriais, por meio de estratégias específicas, tanto no nível organizacional, quanto institucional (ANDION, 2007).

O território, para Santos (1999), é permeado pela vida humana; é o lugar em que

desemboca todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência (SANTOS, 1999, p. 7).

Na abordagem de Santos (1999) o território é entendido como “território usado” que é sua junção do território com a identidade:

[...] O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 1999, p. 8).

Santos e Silveira (2001) trazem o conceito de *territorialidade*, que pode ser entendida como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence, um sentimento de exclusividade e limite que ultrapassa a raça humana e prescinde da existência do Estado. Assim, a territorialidade abrange “a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio dos humanos” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 19).

Desse modo, para Aresi (2006), um espaço geográfico e social específico é formado: o território. O território pode ser visto como um espaço geográfico moldado por uma dinâmica própria, com características identitárias comuns (LAGES et al., 2004).

Na próxima subseção, busca-se trazer as experiências que levaram os debates sobre o espaço a considerar a dimensão do território. Assim, o caso dos Distritos Industriais Italianos é exemplo clássico dessas discussões.

2.3.2.3 O “retorno ao território”: os Distritos Industriais Italianos

Com a crise do fordismo, as noções de sustentabilidade ambiental e qualidade de vida passaram a vigorar e a se legitimar, contribuindo para mudanças significativas nas relações com o espaço. Para Schneider (2004), é nesse contexto que ganha evidência o território, “agora como

uma noção com estatuto operacional que permite a superação dos condicionantes e limites do aporte regional” (p. 102).

O “retorno do território”, defendido por Milton Santos (1998), está relacionado, principalmente, às mudanças socio-espaciais e político-institucionais do capitalismo em sua fase pós-fordista (HARVEY, 1993). Assim, o território surge como nova unidade de referência para a atuação do Estado e a regulação das políticas públicas (SCHNEIDER, 2004).

Outra vertente, mais empírica, dos estudos de território surge a partir dos trabalhos de cientistas sociais italianos (Becattini, Bagnasco, Garofoli, etc.), e alguns economistas preocupados em compreender as especificidades da industrialização da região da Terceira Itália²⁹, que indicou emergência de um novo modelo de organização dos processos produtivos industriais, denominado de especialização flexível, que representaria um avanço em relação ao fordismo (SCHNEIDER, 2004).

Carrière e Cazella (2006) consideram que foi a homogeneidade cultural que permitiu a coerência no funcionamento dos distritos industriais³⁰ italianos. Pecqueur (2006) já destaca a capacidade de adaptação e a reação aos movimentos do mercado no mundo globalizado, onde, ao mesmo tempo, as empresas do DI concorriam e cooperavam entre si.

A partir da experiência da Terceira Itália evidenciou-se a noção territorial do desenvolvimento. A proximidade geográfica, cultural e organizacional existentes entre os atores criaram um tecido social fértil para a dinâmica produtiva da Terceira Itália. Assim,

²⁹ Esse vocábulo foi introduzido na literatura especializada por Arnaldo Bagnasco, para denominar as zonas italianas situadas nas regiões centro e nordeste do país, que se diferenciam do ponto de vista socioeconômico de duas outras grandes regiões italianas: a noroeste, o triângulo constituído pelas cidades de Milão, Turim e Gênova e, ao sul, o *Mezzogiorno*. Se as grandes estruturas industriais predominam no primeiro caso e se o atraso de desenvolvimento é onipresente no segundo, a Terceira Itália se distingue pela sua dinâmica de desenvolvimento particular, decorrente da presença de inúmeras Pequenas e Médias Empresas (PME). As PME constituem o cerne do modelo chamado correntemente de “industrialização difusa” na Itália (CAZELLA et al., 2006).

³⁰ A noção de Distritos Industriais foi criada pelo economista A. Marshall no início do século XX e foi utilizada pelos pesquisadores italianos para os estudos da Terceira Itália, onde defendiam que ali emergiam Sistemas Produtivos Locais (SPL) que permitiam integrar as esferas econômica, cultural e institucional, tornando essas regiões altamente competitivas.

por centrar força nas relações de reciprocidade e na solidariedade como opção de desenvolvimento, a Terceira Itália ofereceu um modelo antagônico àquele representado pelo Keynesianismo/Fordismo (MENEZES; SERVA, 2012).

Para Veiga (2002) algumas lições gerais sobre os “distritos” começaram a ser tiradas, e foram também surgindo muitas dúvidas sobre a possibilidade de que elas pudessem vir a ser aproveitadas em contextos muito diferentes. A Terceira Itália despertou o interesse de estudiosos, onde se começou a perceber a dimensão local como a solução para o estímulo à inovação e ao desenvolvimento, desconsiderando a complexidade desse processo histórico e seus fatores estruturantes (RIBEIRO, 2009). Os estudos de desenvolvimento local passam a fazer parte da agenda de estudiosos.

O sucesso do caso da Terceira Itália tem feito com que muitos pesquisadores se perguntem se a experiência dessa região pode ser reaplicada em outras regiões do planeta. Outras experiências têm sido constatadas em determinadas regiões que conseguiram potencializar seus recursos materiais e sociais com base na cooperação. Entre esses exemplos está o caso de Blumenau, apresentado por Cécile Raud (BENKO & LIPIETZ, 2000). Nessa região, uma série de fatores históricos e sociais favoreceu a formação de um campesinato igualitário formado a partir do assentamento de imigrantes europeus (alemães e italianos), dentro de uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade (ABRAMOVAY, 2010, p. 29).

2.3.3 Da noção de território ao Desenvolvimento Territorial

Pecqueur (2006, p. 149) define território como “uma construção de um grupo combinado, por vezes provisório, estruturado em torno de recursos compartilhados. Com muita frequência, esses recursos estão ligados a (ou oriundos de) um espaço físico bem delimitado”.

Há três características centrais da economia dos territórios para Pecqueur (2006, p. 88 e 89):

(a) a sociedade e a comunidade estão em equilíbrio; (b) o funcionamento e a organização dos sistemas produtivos locais são igualmente marcados pela historicidade e pela memória coletiva; (c) a modalidade comercial não é a única a ser levada em conta em termos de coordenação; existem também no âmbito territorial, relações de reciprocidade.

A definição de território para Lévesque (2010) possibilita levar em conta os recursos e os fatores de produção que estão ancorados nas coletividades, bem como “os fatores intangíveis e extra econômicos ou não mercantis”, juntamente com os recursos específicos que são intransferíveis. O autor cita como exemplo destes últimos fatores (LÉVESQUE, 2010, p. 78):

[...] as formas de cooperação, o capital social, a coesão social, as habilidades sociais e as aprendizagens, as capacidades de adaptação e de inovação, de reconversão e de antecipação, a qualidade de vida e os serviços, sem ignorar o papel das instituições.

Dessa forma, para o autor, o enfoque territorial corresponde à uma construção social e histórica do território que culmina na denominada *economia plural*³¹ e *relações de reciprocidade*³² (LÉVESQUE, 2010). As relações de reciprocidade³² da economia territorial também são destacadas por Pecqueur (2009) e Abramovay (2010) como constituintes dos territórios.

Assim, por meio dos produtos e serviços vendidos localmente, da contribuição de todos os atores (incluindo agentes públicos) e a integração das amenidades ambientais “o próprio território torna-se o produto a ser vendido, na medida em que ele constitui a oferta compositória” (PEQUEUR, 2006, p. 87).

O autor, em outra obra, defende a noção de “cesta de bens”, que consiste em um dos atributos de um território bem coordenado. Assim, a cesta de bens de um território pode ser percebida quando, num momento de aquisição de um produto de qualidade territorial, o consumidor descobre a especificidade de outros produtos procedentes da produção local e determina a sua utilidade a partir do conjunto de produtos oferecidos, formando, assim, a cesta (PECQUEUR, 2006).

³¹ A economia plural tem como característica fundamental a diversidade, remetendo a uma economia aberta, não dicotômica, que implica reconhecimento do polo da reciprocidade, eliminando a legitimação exclusiva do binômio Estado-Mercado, incentivando uma economia caracterizada pela combinação dos três polos (Estado, mercado e sociedade civil) resultando numa pluralidade de iniciativas de cunho econômico, que leva em conta as interfaces entre as esferas econômica, ecológica, social e política (ANDION, SERVA E LÉVESQUE, 2006).

[...] A cesta não é, portanto, uma adição de bens privados justapostos, mas uma combinação de bens privados e bens públicos. Esses últimos podem ser amenidades ambientais (paisagens, climas...), mas também investimentos públicos, financiados por meio de incentivos fiscais ou subvenções, que participam na constituição da cesta (PECQUEUR, 2006, p. 145).

Bonnal et al. (2008) entendem território como resultado de projetos coletivos voltados para a construção de recursos específicos e discriminantes.

[...] O território é claramente definido como um lugar de construção de recursos específicos, condição julgada necessária para a criação de bens diferenciados. Entende-se como recurso específico um recurso que dificilmente pode ser transferido de um lugar para outro. Ele é intrínseco ao local ou ao território (BONNAL et al., 2008, p. 192).

Carrière e Cazella (2006, p. 33) já destacam que os estudos mais recentes sobre território apontam, por um lado, que sua formação resulta do “encontro e da mobilização dos atores sociais que integram um dado espaço geográfico e que procuram identificar e resolver problemas comuns”. Por outro lado, apontam que um “território dado”, cuja demarcação é político-administrativa, pode englobar vários “territórios construídos”.

Território é, ainda, uma “unidade ativa de desenvolvimento, que dispõe de recursos específicos e não transferíveis de uma região para outra”. Dessa forma, são recursos materiais ou não, como, por exemplo, um “saber-fazer” original que pode ser ligado a uma história local (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006, p. 36).

Do mesmo modo, o espaço territorial, para Rallet (2007, *apud* JEAN, 2010), não é dado nem definido por uma instância administrativa, mas construído por seus atores, pela história, pela cultura e por redes sociais que desenham suas fronteiras. Os limites físicos do território terminam onde termina a rede de relações.

O território é, então, uma construção social, criado pelo sistema de atores locais:

O território não é, portanto, uma realidade geográfica ou física, mas uma realidade complexa, ao mesmo tempo humana, social, cultural e

histórica. Isso significa que as mesmas condições técnicas e financeiras não geram os mesmos efeitos econômicos em termos de desenvolvimento em dois territórios diferentes (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006, p. 36).

Os estudos de território promovem uma rearticulação entre economia e espaço. Na gênese da construção de territórios encontra-se o mecanismo da proximidade geográfica “que combina a coordenação de atores situados e a ancoragem desses atores em um espaço físico determinado” (PEQUEUR, 2006). Assim, para Jean (2010, p. 52), “o território não se define por sua escala, e sim pelo modo de organização e pela maneira segundo a qual os atores constitutivos dos territórios conseguem coordenar suas ações”.

Jean (2010) apresenta a noção de território e de desenvolvimento territorial, que pode ser considerada uma construção social fruto da ação dinâmica de atores sociais, provenientes da sociedade civil, ocupando um espaço determinado.

O desenvolvimento territorial já compreende todo o processo de mobilização dos atores que “leve a elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território” (PEQUEUR, 2005, p.12).

Nesse sentido, Abramovay (2010) discute que a cooperação social necessária para a configuração territorial também é fruto de um conjunto de habilidades sociais e políticas dos atores que conseguem estabelecer regras básicas entre si, de forma a viabilizar os processos de colaboração mútua. A ausência de tais habilidades entre os atores pode comprometer o desenvolvimento do território, pois a capacidade do grupo em alterar a correlação de forças, dentro de um determinado campo, e sua competência em impor um novo modelo de relacionamento recíproco, com base na cooperação, fica severamente comprometida.

Lévesque (2010) expõe que o desenvolvimento territorial, na visão de Bernard Pecqueur, Bruno Jean e Ricardo Abramovay (grandes autores dessa abordagem), constitui um novo discurso acadêmico que “supera os enfoques em termos de desenvolvimento regional (e local) e um novo discurso social designando novas realidades socioeconômicas, especialmente novas relações entre economia e território” (p. 78).

A noção de desenvolvimento territorial rompe com uma tradição mais antiga de estudos sobre o desenvolvimento regional ou desenvolvimento espacial (ABRAMOVAY, 2010), porém, ainda não possui um arcabouço doutrinário ou teorias estáveis (JEAN, 2010).

No desenvolvimento territorial não se enxerga apenas a organização, mas o tecido de relações e a cultura que faz com que uma mesma organização atue de maneira diferente, dependendo da natureza das relações sociais (COCCO; GALVÃO e SILVA, 1999).

Vieira et al. (2006) levantam uma crítica sobre as intervenções analíticas e práticas utilizadas por meio do desenvolvimento territorial; segundo os autores, há um viés *economicista* nas intervenções, e esse é um desafio tanto para formuladores e gestores de políticas públicas, quanto para pesquisadores e agentes de desenvolvimento (VIEIRA et al., 2006). Abramovay (2010, p. 27) já acusa que a literatura sobre desenvolvimento territorial é “marcadamente normativa e a ela faltam definições teóricas claras sobre a natureza dos laços sociais que formam os territórios”. Outra lacuna dos estudos territoriais, para o autor, é a “ausência de fundamentos teóricos consistentes para a noção de território e desenvolvimento territorial”, faltando-lhe assim, “uma teoria de interação social” (ABRAMOVAY, 2010, p. 31).

O desenvolvimento territorial pressupõe que cada território deve construir, por meio de uma dinâmica interna, seu próprio modelo de desenvolvimento. Jean (2010, p. 74), defende que “um modelo que obteve êxito num determinado território, num dado momento, pode muito bem fracassar em outro território”.

Novas formas de cooperação e redes são fundamentais em processos de desenvolvimento territorial, que passa também pelo inventário dos recursos locais. Os perímetros do desenvolvimento não são as zonas administrativas e pressupõem a mobilização de múltiplos atores (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006, p. 36).

Mais tarde, neste bloco, poderá ser percebida a importância da abordagem territorial para os estudos e análises de dinâmicas de territórios rurais. Na próxima seção, serão apresentados os acontecimentos que embasaram o conceito de desenvolvimento sustentável, que foram contemporâneos aos debates sobre desenvolvimento territorial.

2.3.4 Desenvolvimento Sustentável

Os fatos precedentes ao conceito de desenvolvimento sustentável foram aqueles relacionados aos preparativos das grandes conferências mundiais sobre o meio ambiente, no qual foram formuladas e discutidas muitas questões emergentes, dentre elas o *ecodesenvolvimento*.

O enfoque do *ecodesenvolvimento* foi gestado durante as reuniões que prepararam a Conferência de Estocolmo, em 1972, e só consolidou-

se como um instrumento de análise e intervenção por ocasião da Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro, em 1992 (VIEIRA et al., 2006). Os debates e conferências sobre o meio ambiente iniciaram mais expressivamente com o Relatório de Founex (Suíça 1971), na Declaração de Estocolmo (Suécia, 1972), e a Declaração de Coyococ (México, 1974). Esses encontros e respectivos relatórios “continham uma mensagem de esperança com respeito ao planejamento e à implementação de estratégias ambientais viáveis para promover um desenvolvimento socioeconômico equitativo” (SACHS, 1993, p. 12).

Primeiramente, foi chamado de “abordagem do ecodesenvolvimento” e, logo após a Conferência (Estocolmo), foi renomeado de “desenvolvimento sustentável”. O autor ressalta que foram os pesquisadores anglo-saxões que denominaram mais tarde “desenvolvimento sustentável”, mas que para ele se trata de um sinônimo de “ecodesenvolvimento” (SACHS, 1993, p. 7 e 12).

Layrargues (1997) já contraria, dizendo que os dois conceitos não são sinônimos; apresentam diferenças, no mínimo sutis, mas que traduzem ideologias diferentes, uma vez que se pode encontrar no desenvolvimento sustentável traços de incompatibilidade entre a meta pretendida e seus meios utilizados. Por outro lado, alguns pesquisadores (MENEZES; VIEIRA, 2011) acreditam num consenso quanto à utilização do termo “desenvolvimento sustentável” em lugar de “*ecodesenvolvimento*”.

A ideia do *ecodesenvolvimento* é oferecer respostas efetivas, num horizonte de longo prazo, para a busca de cumprimento das necessidades básicas das populações, garantindo ao mesmo tempo a perenidade dos recursos naturais, a resiliência do ecossistema e o acesso à cidadania ambiental. Assim, os conceitos de ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável sugerem “uma posição flexível de bom senso, que se expressa em comportamentos norteados por uma preocupação antecipativo-preventiva, obrigando-nos a pensar nas consequências de longo prazo dos nossos atos e hábitos cotidianos” (TONNEAU; VIEIRA, 2006, P. 315).

Para Sachs (1986, p. 18),

o *ecodesenvolvimento* é um estilo de desenvolvimento que, em cada região, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas à longo prazo.

Com o Relatório de Brundtland, em 1987, foi criado o documento “*Our Common Future*” (Nosso futuro Comum), que trouxe um novo olhar sobre o desenvolvimento, definindo-o como o processo que “satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (SACHS, 1993). Essa é ainda a noção mais empregada de desenvolvimento sustentável.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ou Eco-92), sediada no Rio de Janeiro, foi também um encontro de destaque, comemorando os 20 anos de Estocolmo. Nesse encontro, concebeu-se o meio ambiente e o desenvolvimento como duas faces de uma mesma moeda. Na ocasião da Eco-92, aconteceu conjuntamente o “Grande Encontro da Terra” que terminou instituindo uma agenda de desenvolvimento sustentável, a “Agenda 21”. A mesma sugeriu um quadro de referência para os debates de ações políticas que envolvem autoridades, associações civis e empresas, apontando caminhos para o ecodesenvolvimento, caminhos estes “que são diversos e devem fazer o melhor uso possível da diversidade biológica e cultural dos diferentes ecossistemas e ambientes sociais” (SACHS, 1993, p. 8).

Em outra obra, Sachs (2007) evidencia que os relatórios das avaliações globais como o Relatório Founex, Declaração de Estocolmo de 1972 e a Declaração de Cocoyoc de 1974, começaram a transmitir uma mensagem de esperança sobre a necessidade e a possibilidade de se projetar e implementar estratégias ambientais adequadas, para se promover um desenvolvimento socioeconômico equitativo.

Aconteceram, também, outros encontros, como a Conferência de 2002 em Johannesburgo (África do Sul), marcando o 10º aniversário da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (e por isso foi denominada Rio+10) e, recentemente, houve no Brasil, no ano de 2012, a Rio+20, marcando o 20º aniversário da primeira conferência no Brasil (Eco-92) e contou com a presença de Chefes de Estado e de Governo ou outros representantes da sociedade civil (ONU, 2014).

Sachs (2004) destaca que, durante as três décadas que separaram a conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (Estocolmo em 1972 e Johannesburgo em 2002), o conceito de desenvolvimento sustentável foi refinado, levando a importantes avanços epistemológicos.

Para Sachs (2012) a Cúpula do Rio em 2012 apresentou dois grandes desafios:

(i) *Conter a mudança climática*, que cada vez mais resulta de fontes antropogênicas – o aquecimento produzido pela emissão maciça de gases que contribuem para o efeito estufa, com consequências deletérias para as condições de vida dos sete bilhões de seres humanos da espaçonave Terra [...] e (ii) *Pôr fim ao escândalo da desigualdade abissal* nas condições e na qualidade de vida existentes hoje em cada nação e entre as nações (SACHS, 2012, p. 7 e 8).

O autor defende a efetiva participação da sociedade civil na cena política como um “terceiro sistema de poder, ao lado dos Estados e do poder econômico para que o desenvolvimento sustentável possa ter caminhos efetivos” (SACHS, 1993).

Outros autores confirmam que, com o aprofundamento da crise ambiental, juntamente com a reflexão sistemática sobre a influência da sociedade nesse processo, o conceito de desenvolvimento sustentável emergiu a partir da década de 1990, tornando-se um dos termos mais utilizados para se definir um novo modelo de desenvolvimento (VAN BELLEN, 2004). No entanto, o autor contesta que “a crescente legitimidade do conceito não veio acompanhada, entretanto, de uma discussão crítica consistente a respeito do seu significado efetivo e das medidas necessárias para alcançá-lo” (VAN BELLEN, 2004, p. 67).

Para Andion (2007) e Van Bellen (2004), não há uma definição hegemônica do conceito de “Desenvolvimento Sustentável” coexistindo diferentes definições de sustentabilidade.

Bonnal e Maluf (2009) discorrem que a dimensão da sustentabilidade tornou-se referência obrigatória em quase todos os programas e ações públicas desde, ao menos, a década de 1980, em face da relevância adquirida pela temática ambiental em todo o mundo. A sustentabilidade é, assim, um componente essencial dos processos de desenvolvimento. Os autores destacam também que, por outro lado, as noções e significados atribuídos às noções de desenvolvimento sustentável são diversos, e algumas vezes são contrastantes.

2.3.4.1 Implicações e Dimensões do Ecodesenvolvimento

Para Sachs (1993), desenvolvimento e meio ambiente não são separáveis, e devem ser tratados “mediante a mudança de conteúdo, das modalidades e das utilizações do crescimento”. Desse modo, devem ser observados três pilares fundamentais do desenvolvimento: “equidade

social, prudência ecológica e eficiência econômica” (SACHS, 1993, p. 7).

Para Jean (2010) a especificidade do desenvolvimento sustentável é a possibilidade de um modelo de desenvolvimento que possa tornar compatíveis as oportunidades econômicas com as questões ambientais e expectativas sociais.

O desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento contempla também a equidade econômica e tecnológica entre os países. Assim, para Sachs (1993, p. 8):

A economia mundial, por sua vez, deve ser reestruturada, de maneira a proporcionar uma transferência adequada de técnicas e recursos do Norte para o Sul. Também é necessário um esforço contínuo com respeito à educação e um ajuste do binômio Ciência e Tecnologia para a produção e disseminação de tecnologias apropriadas.

Sachs (1993) apresenta cinco **dimensões da sustentabilidade** que estruturam a noção de desenvolvimento sustentável. A primeira delas é a *sustentabilidade social*, que é inspirada em outro tipo de crescimento e uma nova visão do que é uma “boa sociedade”. Ela possui como meta “construir uma civilização do ‘ser’, em que exista maior equidade na distribuição do ‘ter’ e da renda” de modo que possa melhorar significativamente os direitos e as condições da grande massa da população (SACHS, 1993, p. 25).

A segunda dimensão é a *sustentabilidade econômica*, que pode ser possível por meio de uma alocação e gestão mais eficiente dos recursos e por um “fluxo regular de investimento público e privado”. Sob essa dimensão a “eficiência econômica deve ser avaliada mais em termos macrossociais do que apenas por meio de critérios de lucratividade micro empresarial” (SACHS, 1993, p. 25).

A *sustentabilidade ecológica* é a terceira dimensão, que engloba vários pontos a serem melhorados, tais como: intensificação do uso dos recursos potenciais dos vários ecossistemas, com um mínimo de dano às formas de vida; menos consumo de combustíveis fósseis e troca por recursos ou produtos renováveis; redução dos resíduos e da poluição; diminuição do consumo em massa, principalmente nos países desenvolvidos; fortalecimento da pesquisa com tecnologias limpas; e normatização do uso dos recursos ambientais (SACHS, 1993).

A quarta dimensão trata da *sustentabilidade espacial*, e é “voltada a uma configuração rural-urbana mais equilibrada e a uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas”, possui destaque nas seguintes medidas: reduzir a concentração nas áreas metropolitanas; frear a destruição de ecossistemas frágeis; promover práticas modernas e regenerativas de agricultura e agrossilvicultura; explorar o potencial da industrialização descentralizada, acoplada à nova geração de tecnologias; e criar uma rede de reservas naturais para proteger a biodiversidade (SACHS, 1993, p. 26). A quinta dimensão é a *dimensão cultural*, que trata do respeito à cultura de cada local, garantindo continuidade e equilíbrio entre a tradição e a inovação.

2.3.4.2 Os caminhos para o ecodesenvolvimento

Os caminhos para o desenvolvimento sustentável passam também por uma ação global conjunta.

A comunidade global pode influenciar e delimitar as estratégias nacionais por meio de um conjunto de tratados e convenções internacionais [...] negociados de forma a respeitar a assimetria de obrigações por parte dos diferentes grupos de países (SACHS, 1993, p. 52).

Nesse sentido, o autor destaca, ainda, o grande abismo entre os países do Norte e do Sul, em termos de desenvolvimento econômico, social, tecnológico, e outras questões relacionadas à poluição dos mais ricos (Norte) e as condições miseráveis de muitos países do Sul que têm como “modelo a ser seguido” os países do Norte. Para o autor, “embora reconhecendo a ligação entre meio ambiente e desenvolvimento, o Norte insiste na ideia de riscos ambientais globais e na responsabilidade compartilhada de enfrentá-los” (SACHS, 1993, p. 14).

Ao analisar o debate atual sobre meio ambiente e desenvolvimento, Andion, Serva e Lèvesque (2006) mostram que as causas dos problemas socioambientais se encontram mais na esfera da *práxis* e menos no âmbito da produção teórica.

O professor José Henrique de Faria, prefaciando o livro de Philippi Jr. et al. (2012), discutem que a sustentabilidade não é apenas preservar os recursos ambientais, mas democratizar e coletivizar a responsabilidade por seu uso e conservação.

A sustentabilidade não pode ser guiada pelo critério da lucratividade e nem assentada em uma

lógica de exploração, mas executada em um ambiente de democracia social visando ao atendimento das reais necessidades da condição humana (PHILIPPI JR et al., 2012, p. 18).

Desenvolvimento e crescimento não são sinônimos. Para Sachs (2004, p. 14) o crescimento “mesmo que acelerado, não é sinônimo de desenvolvimento se ele não amplia o emprego, se não reduz a pobreza e se não atenua as desigualdades”. O crescimento econômico tem um valor apenas instrumental. Já o desenvolvimento requer um equilíbrio entre as cinco dimensões (social, ecológica, econômica, cultural e espacial), e que se evite a “armadilha da competitividade espúria”, que é autodestrutiva e deprecia o homem e os recursos naturais. O autor ainda ressalta que “o desenvolvimento não pode ocorrer sem crescimento, no entanto, o crescimento não garante por si só o desenvolvimento” (p. 71).

2.3.5 Desenvolvimento territorial sustentável

Há um grande esforço de pesquisa e busca de evidências práticas para a aproximação das abordagens do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento territorial. Desde 2003, uma equipe interdisciplinar vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina vem empreendendo estudos teóricos e práticos, e também em âmbito comparativo, buscando uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas territoriais de desenvolvimento sob o enfoque do *ecodesenvolvimento* (VIEIRA et al., 2006).

O desenvolvimento territorial sustentável é uma tentativa de unir duas vertentes teóricas – o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento territorial. Serva (2010) ressalta que, apesar dos esforços de diferentes pesquisadores, não se há uma certeza que haverá uma abordagem unificada e duradoura.

Com o objetivo de ampliar e aproximar as duas abordagens, no ano de 2007 aconteceu, na cidade de Florianópolis, o **I Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável**, onde se encontraram pesquisadores renomados no âmbito nacional e internacional sobre desenvolvimento territorial e desenvolvimento sustentável. Outra grande meta do evento era discutir sobre os pré-requisitos de viabilidade de um programa de longo fôlego, com pesquisas comparativas, principalmente em Santa Catarina e na Paraíba, sobre a problemática e aplicação do desenvolvimento territorial sustentável (CIDTS, 2007).

Serva (2010, p.9) tece algumas observações sobre a perspectiva do DTS:

[...] Podemos já identificar algumas bases estabelecidas e alguns desafios lançados [...] Primeiramente, faz-se necessário identificar que se trata de uma abordagem que traz um fundamento normativo, embora este não seja o seu caráter dominante.

As dimensões do desenvolvimento sustentável podem ser compatibilizadas e complementares à abordagem do desenvolvimento territorial. A perspectiva do desenvolvimento territorial com a participação efetiva dos atores sociais oriundos da sociedade civil, mostra-se como uma estratégia de desenvolvimento que busca, ao mesmo tempo, assegurar a satisfação das necessidades fundamentais das populações, e promover a equidade social, o respeito à natureza, a participação democrática e a inovação econômica e social. Os princípios do desenvolvimento sustentável e das teorias do desenvolvimento territorial estão epistemologicamente próximos, e convergem no reconhecimento dos atores sociais como agentes responsáveis pela construção cotidiana de seu território e da articulação de lógicas de desenvolvimento (JEAN, 2010).

Andion, Serva e Lèvesque (2006) ressaltam que para confrontar os desafios colocados pela crise socioambiental contemporânea, se faz necessário utilizar novos enfoques analíticos no campo do desenvolvimento. O desenvolvimento territorial sustentável se expressa como uma iniciativa que busca transcender as dicotomias clássicas do pensamento ocidental.

Para os autores, a aproximação da abordagem da sustentabilidade aos estudos territoriais pode contribuir também no sentido de preencher algumas lacunas das abordagens tradicionais de desenvolvimento territorial, pois as abordagens de território enfocam principalmente a dimensão socioeconômica do desenvolvimento, deixando a questão ecológica em segundo plano (ANDION; SERVA; LÈVESQUE, 2006).

Porém, Menezes e Vieira (2011) destacam que a articulação das duas noções está em estágio embrionário, havendo também, para Vieira et al. (2006) uma fragilidade em outros âmbitos, dificultando maiores visões na abordagem no âmbito dos governos, das empresas e da sociedade civil organizada.

Para articular as noções de sustentabilidade e território é preciso que se leve em conta a articulação entre as escalas global e local, pois,

segundo Zuindeau (2000, *apud* ANDION; SERVA e LÈVESQUE, 2006 p. 204).

A sustentabilidade possui uma dimensão claramente normativa e global, na medida em que exige a adoção de alguns princípios gerais, como a solidariedade intergerações, a integração das dimensões econômica, social e ambiental; a preservação e a gestão prudente dos recursos naturais, entre outros. Entretanto, para que tais princípios sejam aplicados faz-se necessária sua apropriação pelos atores sociais sediados num contexto espacial e temporal específicos.

A emergência da noção de desenvolvimento territorial sustentável, além de revelar um novo “conceito” ou “sentido”, exprime a complexificação do debate epistemológico no campo dos estudos sobre desenvolvimento (ANDION, 2007).

Para Jean (2010), a ligação entre o desenvolvimento territorial e o desenvolvimento sustentável se dá por meio da ideia de articular adequadamente uma pluralidade de espaços de desenvolvimento, que permite a um dado território alcançar um estado de resiliência. Dessa forma, as duas abordagens convergem num ponto fundamental, segundo o autor: “no reconhecimento das capacidades dos atores sociais que constroem cotidianamente territórios onde se articula uma pluralidade de lógicas de desenvolvimento” (JEAN, 2010, p. 59).

Os estudos na área de desenvolvimento territorial sustentável sugerem uma nova forma de desenvolvimento, mais equitativo, que valoriza a cultura e a dinâmica local e proporciona, concomitantemente, sustentabilidade econômica, sociocultural e ambiental ao espaço. O desenvolvimento territorial sustentável, no âmbito dessa pesquisa, tem como âncora as cinco dimensões de sustentabilidade apresentadas por Sachs (1993).

Os estudos de desenvolvimento territorial sustentável podem trazer, ainda, grandes contribuições para a agricultura familiar; por isso, na próxima seção, passa-se a discutir como o cenário rural e a agricultura familiar podem ser evidenciadas a partir do DTS.

2.3.6 Enlaces das abordagens do DS e DT para a agricultura familiar

O desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento territorial possuem muitas relações com os territórios rurais, especialmente com a categoria da agricultura familiar.

O olhar do desenvolvimento territorial permite uma nova compreensão da dinâmica rural, exigindo que se analise a maneira como interagem os diferentes atores sociais no território (ABRAMOVAY, 2010). O desenvolvimento territorial é, assim, “um discurso social que designa novas estratégias de desenvolvimento local e regional, e novas formas de intervenção e de experimentação socioeconômicas, também em territórios rurais” (LÉVESQUE, 2010, p. 79).

Abramovay (2010, p. 29) ainda defende que a noção de território favorece os estudos das regiões rurais ao menos em quatro dimensões:

- (i) estimulam o entendimento de que o meio rural vai muito além da agricultura, que a considera como um único setor e os agricultores como os únicos atores; (ii) ela impede a confusão entre crescimento econômico e processo de desenvolvimento, [...] a análise territorial, além disso, exige a análise das instituições em torno das quais se organiza a interação social localizada; (iii) para se compreender as situações localizadas, o estudo empírico dos atores e de suas organizações é importante; (iv) o território coloca ênfase na maneira como uma sociedade utiliza os recursos que dispõe em sua organização produtiva e, portanto, na relação entre sistemas sociais e ecológicos (ABRAMOVAY, 2010, p. 29).

Sachs (1993) traz, em síntese, as estratégias ambientalmente viáveis para a agricultura, discutidas numa conferência organizada conjuntamente pela FAO e pelo Ministério da Agricultura, Natureza, Administração e Pesca da Holanda. O relatório dessa conferência levantou que a prioridade da agricultura era assegurar a alimentação para todos, proporcionar emprego e melhorar a subsistência e a segurança da renda nas áreas rurais. O autor ainda apresenta comentários acerca da agricultura sustentável e da importância das atividades pluriativas: “a agricultura sustentável deve resultar de um processo dinâmico de desenvolvimento rural, em que a promoção de alternativas de sustento fora de atividades estritamente agrícolas constitui importante objetivo” (SACHS, 1993, p. 28).

Sachs (1993) elenca alguns elementos que são necessários para promover o desenvolvimento agrícola e rural sustentáveis:

(i) envolvimento e participação ativa da população rural; o provimento dos meios de vida em base sustentável não pode ter sucesso sem o fortalecimento dos grupos locais; (ii) descentralização, elevando o *status* e a capacidade de gestão das comunidades locais, em vez de se apoiar em mecanismos administrativos “de cima para baixo”; (iii) estabelecimento de direitos e obrigações legais com respeito ao uso da terra e dos recursos naturais, incluindo programas de reforma agrária quando necessário; (iv) investimento na reabilitação e conservação dos recursos naturais, para manter e até mesmo aumentar a capacidade de carga dos ecossistemas (SACHS, 1993, p. 29).

Cazella (2006, p. 226) discute que a diversidade social da agricultura familiar é pouco conhecida e, na maioria das vezes, negligenciada enquanto “um trunfo importante para o desenvolvimento territorial sustentável”.

Os territórios rurais concebidos sob uma perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável se caracterizam por (1) serem portadores de ecossistemas saudáveis, paisagem agradável e um patrimônio natural e construído bem cuidado; (2) apresentam viabilidade econômica em seu meio, como o aumento do empreendedorismo, diversificação econômica e redução da pobreza; e (3) demonstram maior equidade social em virtude do fim da imigração rural, especialmente dos jovens, com inclusão social das minorias e acesso aos serviços públicos (JEAN, 2010).

Jean (2010) também acredita no protagonismo e na coordenação dos atores para a constituição de territórios rurais mais sustentáveis. O autor aposta num desenvolvimento territorial solidário³³ para os territórios rurais. A terminação “solidário” implica numa melhor

³³ O autor defende a formação do conceito de desenvolvimento territorial solidário, para uma necessidade específica: a necessidade de solidariedade entre os diversos agrupamentos humanos. Essa noção segundo o autor poderia ser a base de como deveriam ser construídos as configurações rural-urbanas. Isto é, o desenvolvimento solidário como fomentador de novas relações entre as populações rurais e urbanas dado as relações de interdependência que envolvem as economias rurais e urbanas (JEAN, 2010).

compreensão das relações de interdependência que envolvem as economias rurais e urbanas, bem como o reconhecimento dos direitos das comunidades rurais de se desenvolverem com o uso dos recursos disponíveis em seu território (JEAN, 2010). O autor também cita que iniciativas como o *comércio justo*³⁴ são uma das formas de diminuir as dicotomias do rural com o urbano.

As organizações agroecológicas estudadas buscam fomentar o desenvolvimento da agroecologia no Alto Vale do Itajaí. Nos estudos territoriais, é importante conhecer o cenário político e socioeconômico ao qual estão inseridas as organizações de agricultores familiares e acontecem as ações. Assim, na próxima seção, apresenta-se o território dado³⁵ do Alto Vale do Itajaí, destacando-se sua história, formação dos municípios, características principais do território e alguns dados socioeconômicos dos municípios integrantes.

2.4 O ALTO VALE DO ITAJAÍ

Antes de procurar entender a participação das organizações para as dinâmicas de desenvolvimento da agricultura familiar no Alto Vale do Itajaí, faz-se necessário descrever alguns aspectos históricos, demográficos e socioculturais da formação desse território, e inseri-lo, em alguns aspectos, ao contexto brasileiro, para melhor entendimento.

Assim, a presente seção busca apresentar as origens comuns de imigração desse território e sua similaridade nos aspectos demográficos e socioculturais. Iniciando pelo aspecto histórico da imigração e formação das cidades, resgata-se, inicialmente, esse processo no contexto brasileiro e no estado de Santa Catarina.

2.4.1 O processo de imigração no Brasil

A partir do século XIX, o Brasil foi palco de um processo migratório europeu, um movimento intimamente ligado ao fim da escravidão. Já por volta da década de 1840, em função das crescentes

³⁴ Comércio Justo trata-se de um movimento social e uma modalidade de comércio internacional que busca o estabelecimento de preços justos, bem como de padrões sociais e ambientais equilibrados nas cadeias produtivas, promovendo o encontro de produtores responsáveis com consumidores éticos (COTERA e ORTIZ, 2009). Jean (2010) defende que é preciso fazer com que os recursos urbanos (essencialmente financeiros) possam assegurar a viabilidade de um processo de revitalização do campo.

³⁵ Limites políticos, conforme apresentam Carrière e Cazella (2006).

pressões pela extinção do tráfico negreiro, os grandes proprietários de terras das lavouras cafeeiras do estado de São Paulo, com o apoio do governo do Segundo Reinado, iniciaram um processo de fixação de imigrantes alemães, italianos, suíços, portugueses e belgas. Nessas regiões, os imigrantes eram contratados como mão de obra assalariada, numa estratégia dos fazendeiros em contornar as crescentes dificuldades de obter mão de obra escrava. Tal modalidade de imigração gerou uma série de conflitos entre os grandes proprietários rurais, acostumados a lidar com escravos, e os imigrantes vindos de países já industrializados (PRADO JÚNIOR, 1987).

Na região sul do Brasil o processo de imigração foi diferenciado. As características geográficas irregulares e o clima subtropical impediam a instalação de grandes fazendas produtoras de bens para exportação. Paralelamente, a baixa densidade demográfica deixava a região sujeita a invasões estrangeiras. A necessidade de incrementar o povoamento da região levou o governo imperial a fomentar o desenvolvimento de colônias nas quais os imigrantes eram atraídos com a promessa de se tornarem pequenos proprietários rurais. Para Prado Júnior (1987), essa modalidade de colonização trouxe vantagens para o governo imperial em termos de ordem social, pois se formavam verdadeiros povoados, fixados na terra, e com ela identificados.

Rocha (2004) evidencia que a vinda de imigrantes europeus para o Brasil foi incentivada pelo decreto de 25 de novembro de 1808, quando D. João VI permitiu aos estrangeiros o acesso a terra. Anterior a esse decreto, o desenvolvimento do Brasil estava vinculado apenas ao trabalho do colonizador português, que, durante muitos anos, explorou índios e negros na execução de tarefas.

Concomitante à defasagem de trabalhadores no Brasil, no contexto europeu, com o desenvolvimento do capitalismo em países como a Alemanha e a Itália, gerou-se um excedente populacional sem terra e sem trabalho, ocasionando muita tensão social nesses países.

[...] A acumulação de capital, a concentração da propriedade do solo e a emergência da indústria tiveram como contrapartida a expulsão do camponês da terra e a desarticulação do trabalho artesanal (PESAVENTO, 1984 *apud* RADIN, 2001, p. 47).

Seyferth (2009) recorda que o objetivo da imigração era a colonização do Brasil. Durante a época do Império, até 1889, manteve-se no Brasil a forma de assentamento em linhas coloniais; a imigração,

assim, ficou atrelada à colonização, e as empresas privadas tinham grande interesse, principalmente, na venda das terras a longo prazo. Essas empresas ainda concediam financiamentos e empréstimos para permitir a instalação dos imigrantes nos lotes. Radin (2001) ressalta, por outro lado, que o governo brasileiro também se preocupava com a ocupação do espaço, buscando “elemento humano” para as áreas destinadas à colonização no Brasil.

Os estudos de Giralda Seyferth apontam as razões pela qual os imigrantes alemães deixaram seu país:

(...) a escassez de terras, a fragmentação das propriedades, o excesso de trabalho nas áreas industrializadas e os baixos salários tanto dos operários como dos trabalhadores rurais. Além disso, havia também a propaganda das companhias de colonização e de agentes de emigração, tanto do Brasil como de outros países. Essa propaganda se fazia em torno de concessão de terras do Novo Mundo com a afirmação de que todos seriam proprietários, sem qualquer referência às dificuldades que os futuros colonos teriam que enfrentar (SEYFERTH, 1974, p.9).

O grande contingente de imigrantes alemães entrou no Brasil entre 1850 e o final do século, período em que foram fundadas inúmeras colônias. Seyferth (1974) chama atenção para o fato de que as colônias alemãs, em geral, ficaram isoladas durante muitos anos até, aos poucos, serem introduzidos nelas imigrantes de outras procedências, principalmente italianos, fato que iniciou somente após 1870.

Sobre a imigração Italiana, Radin (2001, p. 46) detecta que os italianos “provenientes de uma Itália com problemas de toda ordem, deixaram sua pátria e buscaram *fazer a América*”. Significa dizer que buscavam uma vida “com mais dignidade, com trabalho, alimento e liberdade, onde pudessem ter uma perspectiva de futuro”. A imigração resultava para muitos como “a solução para não morrerem de fome” (p. 50).

No Sul do Brasil, formaram-se núcleos coloniais etnicamente homogêneos, nos quais a introdução posterior de imigrantes de outra origem não alterou fundamentalmente o sistema de colonização (SEYFERTH, 1974).

A maioria desses imigrantes fazia parte de uma sociedade camponesa europeia. Sua organização se dava no seio da família,

predominando divisões de tarefas que eram diferenciadas por sexo e faixa etária.

[...] Uma sociedade profundamente permeada de um espírito religioso totalizante que se confundia, até o ponto de identificarem-se, com a moral e ética social, confiando às estruturas eclesiásticas tarefas de cura das almas, administrativas, políticas etc. (RADIN, 2001, p. 49).

O tipo de agricultura desenvolvido pelos imigrantes italianos aqui no Brasil era muito rudimentar, era uma maneira tradicional de cultivar a terra com diversas limitações.

Desde cedo [o imigrante] enfrentou uma crise gradativa, pois as propriedades foram dividindo-se sempre mais, em virtude das partilhas por herança, do esgotamento do solo e pela falta de técnicas adequadas para recuperá-lo, além dos impostos e preços baixos nos produtos (RADIN, 2001, p. 65).

Os elementos de organização social e agrícola trazidos pelos imigrantes serviram de base para a organização da vida nas novas terras brasileiras. São esses elementos que, mais tarde, vão organizar a vida associativa nas primeiras colônias instaladas no Alto Vale do Itajaí.

2.4.2 A Colonização no Vale do Itajaí

A colonização do Alto Vale do Itajaí se deu no contexto da vinda dos imigrantes para a mesorregião do Vale do Itajaí³⁶.

Seyferth (1999) evidencia que no ano de 1828 os primeiros alemães chegaram a Santa Catarina e fundaram a primeira Colônia de imigração, em São Pedro de Alcântara, lugar que se localizava na estrada que levava aos campos de Lages. Depois de duas décadas, iniciou com maior intensidade a vinda de imigrantes alemães, fundando-se a Colônia Blumenau, no Médio Itajaí-Açu (1850), a Colônia de D. Francisca (1851), nas terras da Princesa D. Francisca, casada com o Príncipe de Joinville (Francisco Fernando Filipe Luís Maria d'Orleães), a de Itajaí-Brusque, no médio Itajaí-Mirim (1860), e a de Ibirama no alto Itajaí-Açu (1899).

A colonização do Vale do Itajaí começou em 1850, com a fundação de uma segunda colônia particular (a primeira foi a de São Pedro de Alcântara), num ponto do rio Itajaí-Açu no qual este deixa de

³⁶ Região que envolve três micro regiões: Alto Vale, Médio Vale e foz do Itajaí.

ser navegável. Após uma longa negociação com os governos provincial e imperial, Hermann Blumenau formou uma empresa colonizadora, que obteve uma concessão de terras devolutas destinada à ocupação com imigrantes alemães, em regime de pequena propriedade familiar (SEYFERTH, 1999).

O Vale do Itajaí é conhecido como uma região de colonização “alemã”. Seyferth (1999) destaca que a exclusividade dessa etnia restringiu-se às duas primeiras décadas de ocupação; depois desse período há registros de entrada de italianos (em um maior número), russos, húngaros, austríacos, irlandeses e franceses. Essa heterogeneidade em parte foi provocada pelas dificuldades de atrair um número maior de imigrantes alemães, mas também relacionada às preocupações das autoridades brasileiras com possíveis grupos homogêneos no Vale (SEYFERTH, 1999).

Em outra obra anterior, Seyferth (1974, p. 33) ressalta que no Vale do Itajaí, local de ampla colonização alemã, os colonos italianos “recebiam terras em alguns distritos ainda não totalmente povoados com imigrantes alemães, como Rodeio, Benedito Novo e Rio do Sul”.

Para tentar fixar o imigrante alemão na região Sul, o governo lhe propiciava maior quantidade de terras, a fim de tornar possível a permanência naquele ambiente, bem como estimular a propaganda para que outros desejassem morar no Brasil (ROCHA, 2004). “A fixação do imigrante em seus lotes seguiu uma distribuição racional da terra e da possibilidade de abastecimento de água, seguindo mais as condições do relevo, o que possibilitou um povoamento disperso” (ROCHA, 2004, p. 23).

Seyferth (1999) evidencia que a grande intenção do governo na época era o povoamento do território, com imigrantes preferencialmente europeus, distribuídos em pequenas propriedades. O acesso à terra pelos imigrantes era por compra, à vista ou a prazo, e os títulos eram concedidos somente após a finalização do pagamento. Esse processo muitas vezes gerava a chamada “dívida colonial” para os imigrantes (SEYFERTH, 2009).

Por outro lado, Zago (2002) aponta que, nos assentamentos, o governo financiava as terras com prazo máximo de 4 ou 5 anos, encarregando-se de dar subsistência nos primeiros 90 dias. Posteriormente, oferecia trabalhos alternativos em obras de infraestrutura, na abertura de estradas e na construção de pontes, proporcionando, assim, recursos para a manutenção familiar nos períodos iniciais de colonização.

A formação das propriedades rurais no território foi, então, influenciada pelo modelo de colonização adotado e pelas dificuldades enfrentadas pelos primeiros imigrantes. Para Seyferth (1999) o modelo idealizado de colonização, configurado na legislação, nas plantas cadastrais, estava distante da realidade enfrentada pela maioria dos imigrantes ao longo do processo colonizador da região. Esses aspectos foram determinantes para a formação da identidade do colono na região.

[...] Mas, apesar dos problemas, a constância do fluxo imigratório e as demandas por terras das gerações subsequentes de colonos impulsionaram a formação de um campesinato cuja base fundiária traduz-se na pequena propriedade familiar policultora. A identidade social de colono foi construída a partir de um *ethos* camponês, independentemente da procedência nacional dos imigrantes (SEYFERTH, 1999, p. 65).

Dessa maneira, Radin (2001, p. 102) aponta que “a forma como se deu a colonização, as características regionais e a maneira como trabalhavam, raramente conseguiam além da produção de sua subsistência ou de sua reprodução como agricultores”.

O modelo de colonização proporcionava a formação do “lote” (também chamado de *colônia*), que funcionava como unidade básica de um sistema de exploração agrícola camponês, caracterizado pela policultura e trabalho familiar, e pela utilização de técnicas agrícolas consideradas “primitivas”³⁷ (SEYFERTH, 1999).

A forte presença da imigração alemã no Vale do Itajaí é manifestada principalmente na língua. Seyferth (1999) evidencia que, nas primeiras décadas da República, o idioma falado nas áreas rurais e urbanas do Vale do Itajaí era o alemão. “Em algumas localidades, é comum, até hoje, o uso da língua materna (um dialeto germânico)” (SEYFERTH, 1999, p. 72). Além da língua, as características germânicas que se destacam são a arquitetura, os cemitérios, traçados urbanos, organização das atividades rurais (como a policultura).

³⁷ Nos primeiros anos de assentamento os colonos estabeleceram uma agricultura de subsistência, empregando a técnica da coivara (derrubada, queimada e plantio manual com uso de enxada), sendo a produção destinada, em primeiro lugar, ao consumo da família, o excedente trocado nas casas comerciais locais (as ‘vendas’) (SEYFERTH, 1999, p. 66).

2.4.3 A chegada dos imigrantes no Alto Vale do Itajaí

O processo histórico de colonização do Alto Vale do Itajaí, como já apresentado, deriva das condições de imigração estabelecidas no estado de Santa Catarina e, principalmente, no Vale do Itajaí, que no contexto político atual é a mesorregião que abriga a microrregião do Alto Vale do Itajaí.

Desde a fundação de Blumenau, com a chegada dos primeiros imigrantes para a colônia, o dirigente alemão Hermann Bruno Otto Blumenau tinha a intenção de colonizar todas as terras pertencentes à essa colônia. Hass Júnior (2009) recorda que, como todo o Alto Vale estava dentro dos limites de Blumenau, já no século XVIII começaram as explorações dessa área; assim, expedições foram organizadas, com o objetivo de fazer o reconhecimento do rio, sendo as mais conhecidas àquelas realizadas pelo engenheiro Emil Odebrecht.

Apesar do interesse em colonizar todas essas terras, a intenção principal da direção da colônia Blumenau era, desde o início, a fixação dos colonos alemães em Blumenau e no seu entorno (onde hoje se situam os municípios de Gaspar, Massaranduba, Indaial, Pomerode, Timbó e Ibirama – primeira colônia implantada no Alto Vale) (HASS JÚNIOR, 2009).

Quanto à exploração do local, os imigrantes alemães e italianos, vindos da Europa na década de 1850, instalaram-se às margens do rio Itajaí-Açu. No interior da densa floresta viviam muitos índios das tribos Xokleng, Kaingang e Guarani. No contexto da imigração e da consequente colonização da região, tanto a floresta quanto os índios que ali habitavam foram considerados obstáculos ao estabelecimento dos colonos nessa área (APREMAVI, 2014).

Nesse período de colonização (século XVIII), a ocupação do Alto Vale ainda era pequena. Haas Júnior (2009, p. 22) expõe que a região “era formada por algumas poucas famílias italianas, um número significativo de alemães e uma grande leva de caboclos³⁸ nome dado aos habitantes do planalto que desceram a serra em busca de novas terras”. Somente a partir de 1913, no entanto, teria se iniciado uma nova etapa

³⁸ O caboclo na literatura antropológica e sociológica diz respeito à mestiçagem, próxima ou remota de brancos e índios (SEYFERTH, 1999). A maioria dos caboclos das regiões do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Paraná originaram-se nas fazendas de gado na segunda metade do século XVIII, com o deslocamento de indígenas, principalmente das áreas das Missões Jesuíticas e se miscigenaram ao fazerem contato com outras populações do mesmo espaço.

do processo de colonização, com enfoque voltado preferencialmente para pequenas propriedades.

A exploração do Alto Vale do Itajaí se deu quando o engenheiro Emílio Odebrecht recebeu a incumbência de construir uma estrada de rodagem entre Blumenau a Curitiba (SILVA, 1954). Assim, por meio dessa construção toda a zona se povoou.

[...] Muitos membros ou seus descendentes da colônia Blumenau, mormente alemães e italianos, com a certeza de que seus lotes não eram suficientes para si e seus filhos, saíram em busca das glebas [terrenos próprios para cultivar] que estavam situadas mais acima. [...] Os trabalhadores, empregados na construção de estradas de rodagem e demarcação, por sua vez, fixaram-se pelas redondezas. Além disso, nas colônias já desenvolvidas, os lotes de terras subiram de preço consideravelmente. A solução era o colono subir para o planalto (SILVA, 1954, p. 17).

A ocupação das terras na região da então nova colônia de Hamônia (atual cidade de Ibirama, no Alto Vale do Itajaí) se deu devido à migração interna, motivada pela pressão demográfica e esgotamento dos solos.

O lote de 25 hectares [...] pode servir às necessidades de uma família camponesa, mas torna-se impraticável para reproduzir socialmente a segunda geração, cujo destino mais óbvio seriam as novas áreas coloniais abertas dentro e fora do Vale do Itajaí (SEYFERTH, 1999, p. 67).

A citada colônia de Hamônia (atual cidade de Ibirama) foi instalada na confluência dos Rios Itajaí-Açu e Itajaí do Norte e, a partir dela, iniciou-se o processo de colonização das terras da região do Rio Itajaí do Norte, no local hoje estão inseridas seis cidades que fazem parte do Alto Vale do Itajaí (José Boiteux, Ibirama, Witmarsum, Presidente Getúlio, Dona Emma e Vitor Meireles) (HASS JÚNIOR, 2009). A Colônia Hamônia tinha como primeira finalidade colonizar as terras devolutas³⁹ dos Vales do Rio do Norte e Itapocu⁴⁰ (SILVA, 1954).

³⁹ Havia um interesse estrangeiro na formação de empresas particulares para obter concessões de terras devolutas – áreas do governo – com o interesse de colonizá-las com imigrantes europeus (SEYFERTH, 2002).

O Alto Vale, então, sofreu influência das colônias alemãs de Blumenau, e de São Pedro de Alcântara. Os primeiros buscavam um canal de ligação entre o litoral e o planalto e, com isso, como já apresentado, investiram no povoamento de Ibirama (Hamônia), Rio do Sul, entre outros municípios. Os colonos de São Pedro de Alcântara, por outro lado, intentavam a migração para Blumenau, e foram povoando os locais em que hoje se encontram as cidades do entorno de Ituporanga (MENEZES, 2009).

As companhias colonizadoras desenvolveram um papel importante no assentamento dos colonos em diferentes partes do território. Essas empresas particulares organizaram a ocupação de diversas áreas, inclusive o Alto Vale do Itajaí, na região compreendida pela Hamônia. (SEYFERTH, 1999).

2.4.3.1 O tropeiro e a Estrada de Ferro Santa Catarina

O trabalho pioneiro do engenheiro alemão Emil Odebrech nos anos de 1862 a 1881 em abrir os trechos entre Blumenau e Rio do Sul e, posteriormente, até Curitiba, foi importante para mais tarde os tropeiros⁴¹ fazerem uma rota de transporte de gado e comércio entre o litoral e o planalto. Os picadões, linhas e clareiras eram abertos de modo estratégico, perto de córregos, e alguns lugares tinham alguma estrutura para pouso dos tropeiros e descanso dos animais (STAROSKI, 2011).

Os tropeiros foram personagens significativos também para o processo de construção do território do Alto Vale do Itajaí. Staroski (2011) evidencia que

[...] Esses espaços eram também percorridos pelos remanescentes do tropeirismo que cruzavam o 'caminho do sul'[com referência à região atual de Ituporanga] e cortavam a área realizando comércio em direção aos campos de Lages (STAROSKI, 2011, p. 20).

Os tropeiros tinham também o papel de escoamento do excedente agrícola das propriedades das colônias que tinham uma produção de subsistência (BLOGOSLAWSKI; SILVA, 2011). Os tropeiros, assim,

⁴⁰ Inclui a parte Norte do Estado, com as cidades de Jaraguá do Sul e Massaranduba como exemplos.

⁴¹ Tropeiro é a designação dada aos condutores de tropas ou comitivas de muares e cavalos entre as regiões de produção e os centros consumidores no Brasil a partir do século XVII.

negociavam mercadorias, ação que impulsionava a economia local, trazendo a melhoria da qualidade de vida na colônia⁴².

A respeito da estrada de ferro que também impulsionou a região, Hass Júnior (2009) relata que, feito o reconhecimento da área, o engenheiro Odebrecht defendia a ideia de construção de uma estrada de ferro que ligasse o porto de Itajaí ao Alto Vale. Assim, as primeiras pesquisas para a sua construção só começaram em 1882, e as obras em 1906.

Durante a construção e após inaugurado o primeiro trecho, em 3 de maio de 1909, a EFSC – Estrada de Ferro Santa Catarina foi um dos vetores para o desenvolvimento econômico dos núcleos urbanos do Vale do Itajaí. Seu trecho de estrada de ferro chegava até a cidade de Agrolândia, no Alto Vale do Itajaí. A última etapa ferroviária da EFSC a ser inaugurada, e que permaneceu efetivamente em uso, foi a do trecho até Trombudo Central, no ano de 1958, e até Itajaí havia sido inaugurada em 1954. A desativação de todo o trecho aconteceu em 1971; portanto, permaneceu em pleno funcionamento de seu trecho total somente pouco menos de duas décadas (WITTMANN, 2008).

A EFSC foi o caminho mais efetivo para a agilidade de povoação com os imigrantes europeus no Alto Vale do Itajaí, durante seus 20 anos iniciais de funcionamento. Promoveu a ligação da sede da colônia Blumenau com outros núcleos urbanos no Alto Vale, que, mais tarde, ao longo dos inúmeros desmembramentos, se transformaram nas cidades de: Indaial, Acurra, Ibirama, Lontras, Rio do Sul e Trombudo Central. A EFSC ainda transportou, durante mais de seis décadas, no Vale do Itajaí, cimento, fécula, gado, madeira, areia, soda cáustica, correio e passageiros (WITTMANN, 2008).

2.4.3.2 Formação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí

O município de Rio do Sul foi formado a partir de sua emancipação de Blumenau, na primeira metade do século XX (no ano de 1931), e deu origem aos municípios de Agrônômica, Aurora, Laurentino, Lontras, Taió, Pouso Redondo, Rio do Oeste e Trombudo Central. Dos desmembramentos posteriores do município de Taió originaram-se os municípios de Rio do Campo, Salete e Mirim Doce. Outros municípios foram criados a partir do desmembramento de

⁴² Alguns municípios e localidades do Alto Vale mais tarde tiveram seus nomes atrelados aos “pousos” dos tropeiros, como é o caso de Pouso da Caixa, Pouso do Cincerro e o município de Pouso Redondo (THOMÉ, 2012).

Trombudo Central: Agrolândia e Braço do Trombudo (HASS JÚNIOR, 2009).

Na parte sul do Alto Vale, foram criados os municípios de Atalanta, Imbuia, Petrolândia e Chapadão do Lageado, a partir dos desmembramentos do município de Ituporanga (cuja terras antes pertenciam ao município de Palhoça⁴³). Pertencendo à região geográfica do Norte do estado, mas integrando o Alto Vale do Itajaí, o município de Santa Terezinha foi emancipado do município de Itaiópolis somente em 1991 (HASS JÚNIOR, 2009).

Staroski (2011) levanta que poucos tropeiros se fixaram na terra, mas de forma inexpressiva, na região do Alto vale do Itajaí. A partir da segunda década do século XX, a área foi sendo percorrida e ocupada por colonizadores e exploradores de diversas procedências: “caboclos ligados ao tropeirismo tardio e a construção de estradas carroçáveis, (...) colonos alemães que subiam pelo rio Itajaí do Sul e seus afluentes das áreas coloniais mais antigas” (STAROSKI, 2011, p. 21).

2.4.3.3 A vida nas colônias

Com base nas pesquisas de caracterização sócio cultural dos agricultores do Alto Vale do Itajaí, Zago (2002) ressalta que no local destinado a cada assentamento, o colono imigrante iniciava seu próprio desbravamento da floresta. Para facilitar a convivência entre os recém-chegados nas comunidades, era preciso estabelecer o espírito comunitário de ajuda mútua, previsto pelos colonizadores, incluindo a construção de igrejas e escolas de forma comunitária, o que permitia estabelecer vínculos de fusão cultural entre alemães e italianos.

Após o assentamento, os colonos começavam o desbravamento das áreas florestais, visando o corte da floresta com a queimada, para facilitar a limpeza das áreas, permitindo o plantio das culturas de subsistência, que supriam os alimentos aos familiares em várias épocas do ano. O desbravamento acontecia nos meses de maio a novembro, quando as condições climáticas eram favoráveis à implantação de cultivos das principais culturas de milho, mandioca, feijão, fumo, arroz, cana-de-açúcar e amendoim (ZAGO, 2002).

⁴³ Palhoça foi elevada à categoria de município em 1894, quando de seu desmembramento de São José. Ao município de Palhoça pertenciam Santo Amaro do Cubatão, Águas Mornas, Enseada do Brito e Garopaba (FARIAS, 2001).

Os colonizadores cultivavam ao mesmo tempo várias culturas como: milho, mandioca, cana-de-açúcar, arroz e fumo, criavam suínos e gado de leite, e na indústria caseira beneficiavam vários produtos como: farinha de mandioca, polvilho, açúcar, aguardente, fubá, canjica, banha, salame, cerveja, charutos, doces e arroz (SEYFERTH, 1974).

Até a década de 1980 a indústria madeireira exerceu forte papel na economia da região, sendo a principal responsável pela devastação das espécies nativas e de madeira nobre da mata atlântica. Mais tarde, com a agricultura, especialmente a fumicultura, foi a grande responsável pela destruição das florestas da região (APREMAVI, 2014).

Outro aspecto também do início da colonização no Alto Vale do Itajaí foi o conflito com os índios que habitavam a região. As relações dos colonos, que começaram a habitar a região, com os indígenas marcou o início da ocupação da região. Na pesquisa de Staroski (2011), foi reconhecida que a história da ocupação do Alto Vale é, em parte, a afirmação da colonização europeia, por meio das migrações internas, sobre os territórios indígenas: “Como ocorreu em todo o Alto Vale, os indígenas foram perdendo espaços para os colonos que sistematicamente foram se estabelecendo nas áreas por eles ocupadas” (STAROSKI, 2011, p. 16).

Rocha (2004) levanta que houve vários conflitos dos índios (chamados também de bugres) com os imigrantes alemães, em razão da invasão da terra dos primeiros. Com o tempo, os índios foram perdendo o domínio das terras e, inclusive, começaram a ser dizimados. Com os ataques indígenas nas propriedades, foram recrutados os caçadores de bugres, (chamados de “bugreiros”), pessoas que tinham a missão de torná-los mais civilizados; mas, o que ocorreu foi a morte de muitos índios⁴⁴.

2.4.3.4 O imigrante e sua solidariedade

Quanto à organização social da colônia, Radin (2001) destaca que foram também as condições de isolamento enfrentadas no “novo mundo” que levaram ao fortalecimento da solidariedade e do espírito

⁴⁴ A contratação dos bugreiros deve-se ao fato de que os indígenas assaltavam os tropeiros, tirando-lhes pertences que tinham valor a eles, provocando assim, uma resposta violenta pelos tropeiros em busca de segurança (DE LIMA CABRAL, 2013).

comunitário entre os imigrantes. A família era o centro do *microcosmo* dos migrantes e havia, ao mesmo tempo, um espírito solidário interfamiliar, “ocasião em que a pequena comunidade tornava-se uma grande família” (RADIN, p. 125).

Esse importante aspecto da organização social da colônia pode ser observado pela troca de produtos entre as famílias, especialmente por ocasião do abate de animais, como suínos ou gado. [...] Esta prática, comum à sua organização econômica e social, também se estendia a outras situações do cotidiano (RADIN, 2001, p. 104).

Os imigrantes também tinham bastante cooperação no âmbito da comunidade: juntos, construíam a sua igreja, a sua escola e o seu cemitério. Havia, ainda, a ajuda espontânea de vizinhos na construção da casa e durante as colheitas (SILVA, 1954). Eles criavam sociedades recreativas que

refletiam a vida da comunidade e era por seu intermédio que os colonos se arregimentavam para propugnar uma ideia ou construir uma obra pública. Nessas ocasiões, não havia distinções entre sócios ou não. Todos uniam seus esforços no sentido de amparar as sociedades em suas festas beneficentes ou nos dias aziagos⁴⁵ para socorrer da desgraça os membros da comunidade (SILVA, 1954, p. 132).

Os imigrantes italianos tinham o trabalho como prática necessária à sobrevivência nas pequenas propriedades. Os mesmos também procuravam momentos de lazer: o culto aos domingos, e a caça e pesca à tarde eram as atividades principais de divertimento e encontro entre eles (RADIN, 2001).

O catolicismo era um dos elementos básicos de sua organização. “Os ensinamentos e princípios religiosos eram, em regra, tão respeitados que o microcosmos [a família] dos colonos se organizava a partir deles” (RADIN, 2001, p. 136).

Apresentados os aspectos históricos da formação dos municípios do Alto vale do Itajaí, passa-se às características do estado, e, principalmente, do território do Alto Vale do Itajaí.

⁴⁵ Que anuncia ou faz recluir calamidade, azar.

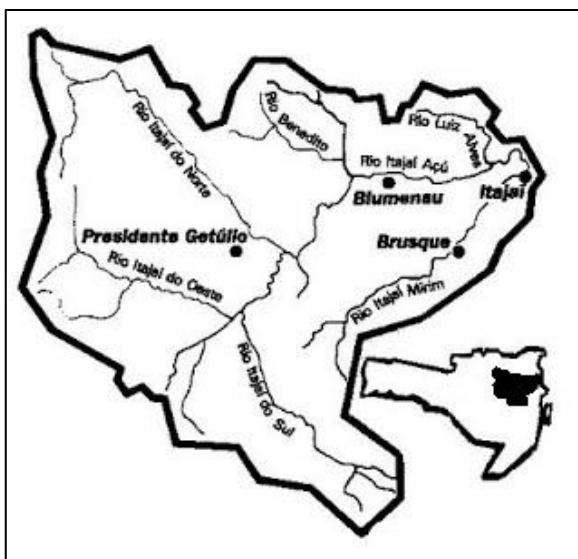
2.4.4 Alto Vale do Itajaí: caracterização do território

Hass Júnior (2009) descreve como os rios que cruzam o Alto Vale do Itajaí formam o Rio Itajaí e determinam as características da região:

Os principais afluentes do Rio Itajaí são, inicialmente, o Itajaí do Oeste e o Itajaí do Sul que, ao confluírem, na altura de Rio do Sul, formam o chamado Rio Itajaí-Açu. Este que por sua vez, recebe as águas do Rio Itajaí do Norte (ou rio Hercílio) nas terras pertencentes ao município de Ibirama e do Rio Benedito, na altura do município de Indaial e, por fim, do rio Itajaí mirim, no município de Itajaí, momento em que passa a ser chamado somente de Rio Itajaí (HASS JÚNIOR, 2009, p. 20).

A Figura 2 ilustra a bacia hidrográfica do Rio Itajaí-Açu, onde aparecem os rios supracitados, que cruzam e demarcam região do Alto Vale do Itajaí.

Figura 2- Bacia hidrográfica do Rio Itajaí-Açu

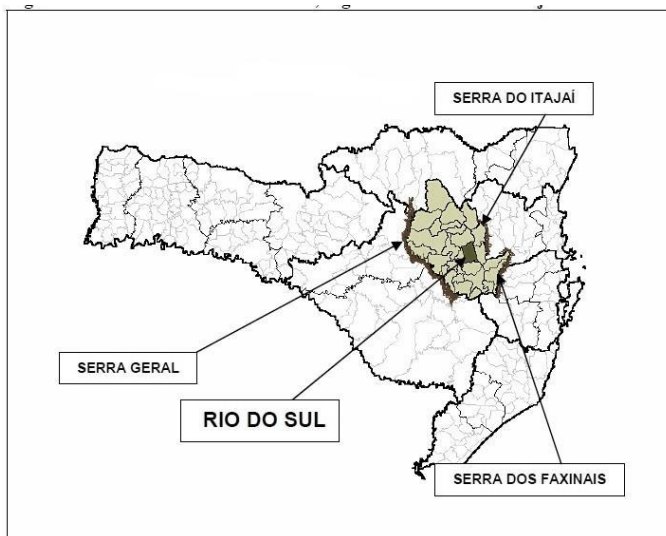


Fonte: AMAVI, 2014.

A formação da bacia hidrográfica que dá forma ao Rio Itajaí-Açu condiciona também a caracterização de um relevo comum (Vale) na área. O território se localiza numa altitude média superior a 400 metros, limitando-se ao norte com o Planalto, à oeste com a Serra Geral, à leste e sul, respectivamente, com as serras do Itajaí e dos Faxinais, que, em conjunto, compõe a Serra do Mar (CAZELLA; ALVES, 2004).

No mapa da Figura 3 é possível também perceber a demarcação do Alto Vale do Itajaí no contexto do estado de Santa Catarina. Aponta-se, também, as serras citadas que demarcam sua área.

Figura 3- O Alto Vale do Itajaí



Fonte: IBGE, 2009a.

O Alto Vale do Itajaí está localizado no centro de Santa Catarina; seu território compreende uma das três partes constituintes do Vale do Itajaí, que é uma mesorregião de Santa Catarina. Essas três partes (Foz do Itajaí, Médio Vale e Alto Vale do Itajaí) iniciam no litoral e avançam em direção ao planalto serrano.

A região do Alto Vale abriga, ainda, três áreas ecologicamente protegidas: o *Parque da Mata Atlântica de Atalanta*, a *Floresta Nacional de Ibirama*, e a *Área de Relevante Interesse Ecológico do Município de Vitor Meireles*. O território conta, ainda, com uma reserva indígena no município de José Boiteux, a *Reserva Duque de Caxias* (MENEZES, 2009).

A área do território é calculada em 7.514km² (cerca de 7% da área total do estado de Santa Catarina) e concentra 269.410 habitantes, significando 4,3% da população de Santa Catarina (IBGE, 2010). O território é composto por vinte e oito municípios: Agrolândia, Agronômica, Atalanta, Aurora, Braço do Trombudo, Chapadão do Lageado, Dona Emma, Ibirama, Imbuia, Ituporanga, José Boiteux, Laurentino, Lontres, Mirim Doce, Petrolândia, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Saleté, Santa Terezinha, Taió, Trombudo Central, Vidal Ramos, Vitor Meireles e Witmarsum.

A Figura 4 apresenta os municípios que integram o território, com seus limites e perspectivas de área.

Figura 4- Municípios do Alto Vale do Itajaí



Fonte: AMAVI, 2014

A densidade demográfica média dos municípios do Alto Vale do Itajaí é de 41,06 hab./km², ficando abaixo dos 65 hab./km² do estado (IBGE, 2010). O município de Rio do Sul apresenta-se como o mais

populoso do território (61.198 hab.), e possui 92,79% de sua população na área urbana, concentrando a maior densidade demográfica do Alto Vale do Itajaí (236,83 hab./km²). A média da densidade demográfica, excluindo-se o município de Rio do Sul, resulta em 33,81 hab./km².

Quanto à divisão da população urbana e rural no território, o Alto Vale do Itajaí concentra 63,77% da população na área urbana (IBGE, 2010). Conforme pode ser visto na tabela da distribuição da população rural e urbana no território (ANEXO 1), 15 municípios (dos 28 que compõem o território) concentram a maior parte de sua população na área rural. Municípios como Chapadão do Lageado, Santa Terezinha, Vidal Ramos, Vitor Meireles e Witmarsum, por exemplo, possuem 70% ou mais de seus residentes na área rural.

Comparando o território com o estado de Santa Catarina, esse apresenta 84% de sua população na área urbana (IBGE, 2010). Esses índices do território (36,23% da população vive na área rural) demonstram o quanto o “rural” possui relevância para a região, e como ações ou iniciativas que surgem na área rural produzem um grande efeito em seus municípios e no território.

O perfil produtivo do Alto Vale do Itajaí é bastante diferenciado, destacando-se a atividade agrícola, ao lado dos setores agroindustrial, madeireiro, eletro-metal-mecânico e têxtil-vestuário (VIEIRA et al., 2010).

A característica geográfica da região – um vale – imprime terrenos bem acidentados, onde a prática da grande agricultura não é viável, fortalecendo, assim, a pequena agricultura⁴⁶ (MENEZES, 2009). Outro fator que contribuiu para a pequena propriedade foi a distribuição de terras entre os colonos, realizada pelas companhias colonizadoras. Eram pequenos lotes que, ao longo do tempo, inviabilizavam a reprodução familiar e obrigavam o chefe de família a dividir suas terras ou a comprar novos lotes para os filhos.

Quanto aos índices de desenvolvimento humano⁴⁷ do Alto Vale do Itajaí, no levantamento realizado por Menezes (2009), o território, apesar de sua dinâmica de desenvolvimento e avanços alcançados no

⁴⁶ Os dados que evidenciam a importância e representatividade da pequena agricultura ou agricultura familiar no Alto Vale do Itajaí já foram apresentados no item 2.2.7 deste trabalho.

⁴⁷ Os índices de desenvolvimento humano são importantes para considerar outros aspectos do desenvolvimento. Os três pilares que são levados em conta na constituição do IDH são saúde, educação e renda (PNUD, 2013).

campo socioeconômico, não tem mostrado um crescimento nos campos social, cultural, político e ambiental.

O Alto Vale do Itajaí apresentou em 2000, em relação à sua macrorregião, os menores índices de alfabetização, IDHM e renda per capita, sendo 0,795; 0,87 e 0,693, respectivamente. Comparando com as outras duas microrregiões do Vale do Itajaí, o Médio Vale, que apresenta índices de 0,82; 0,903 e 0,737 e o Baixo Vale, com 0,809; 0,883 e 0,747 respectivamente, o Alto Vale está abaixo da média da sua macrorregião (MENEZES, 2009, p. 6).

Os dados do IDH-M⁴⁸ dos municípios do território são apresentados na Tabela 4:

Tabela 4 - IDH-M do Alto Vale do Itajaí

Brasil	0,727
Santa Catarina	0,774
Media dos índices no Alto Vale	0,731
Rio do Sul	0,802
Braço do Trombudo	0,78
Trombudo Central	0,775
Taió	0,761
Presidente Getúlio	0,759
Rio do Oeste	0,754
Laurentino	0,749
Ituporanga	0,748
Salete	0,744
Dona Emma	0,742
Agronômica	0,741
Ibirama	0,737

⁴⁸ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano (PNUD, 2013).

Presidente Nereu	0,737
Atalanta	0,733
Aurora	0,733
Rio do Campo	0,729
Agrolândia	0,725
Pouso Redondo	0,72
Petrolândia	0,716
Imbuia	0,713
Witmarsum	0,71
Mirim Doce	0,708
Chapadão do Lageado	0,704
Lontras	0,704
Vidal Ramos	0,7
José Boiteux	0,694
Vitor Meireles	0,673
Santa Terezinha	0,669

Fonte: PNUD, Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2013.

Apesar de o Índice Gini de Santa Catarina apresentar um baixo valor (0,445 - apresentado na Tabela 4), significando menores disparidades em termos de distribuição de renda, os dados do IDH-M dos municípios do território do Alto Vale do Itajaí não fortalecem tal destaque. Percebe-se que, dos 28 municípios que compõem o território do Alto Vale do Itajaí, apenas três obtêm um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) superior à média do estado. Um grande número de municípios (treze) apresentam índices de desenvolvimento humano superiores à média nacional. Porém, nem todos os municípios alcançam níveis de desenvolvimento satisfatórios, apesar de sua homogeneidade cultural e similar processo de desenvolvimento histórico; doze municípios possuem um IDH abaixo da média do índice nacional.

Ao demonstrar algumas características socioeconômicas e geográficas do Alto Vale do Itajaí delinea-se o cenário ao qual estão inseridas as organizações agroecológicas estudadas neste território.

A seguir, apresentam-se os procedimentos metodológicos que orientaram este estudo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, são apresentados os elementos metodológicos que conduzem este estudo. Definiu-se, a partir dos objetivos deste estudo, o enquadramento da pesquisa, que envolve a abordagem adotada, o tipo de estudo e a estratégia de pesquisa. Apresentam-se, também, as técnicas de coleta de dados utilizadas, aspectos considerados no trabalho de campo e, por fim, a forma como foram analisados os dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Quanto ao enquadramento metodológico, essa investigação teórico-empírica possui abordagem qualitativa, de natureza descritivo-exploratória e têm como estratégia um estudo de multicasos.

3.1.1 Abordagem da pesquisa

Os métodos *qualitativos* e *quantitativos* se destacam entre os conjuntos de métodos de investigação existentes. Sua escolha se dá em relação à natureza do problema, objetivos de pesquisa e seu nível de aprofundamento (RICHARDSON; PERES, 1999; VERGARA, 2005).

Ao olhar novamente para o objetivo deste estudo: “Analisar a ação das organizações de agricultores familiares agroecológicos e os efeitos no desenvolvimento da agroecologia no território do Alto Vale do Itajaí”, identifica-se que a abordagem *qualitativa* é a que melhor se adéqua a este estudo.

A abordagem qualitativa, segundo Richardson e Peres (1999, p. 80), é “uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”. Essa abordagem permite descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, e “possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento de particularidades do comportamento dos indivíduos” (p. 80).

Lakatos e Marconi (2007) afirmam que, na pesquisa qualitativa, a preocupação é na análise e interpretação de aspectos mais profundos sobre os fenômenos, descrevendo a complexidade do comportamento humano.

Por meio do método qualitativo, o investigador entra em contato direto e prolongado com o indivíduo ou grupos humanos, com o ambiente e a situação que está sendo investigada, permitindo um contato de perto com os

informantes (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 272).

Godoy (1995) apresenta, ainda, as dimensões da pesquisa qualitativa. Segundo o autor, há preocupação com o processo e não simplesmente com os resultados ou produto, o ambiente e as pessoas são analisados holisticamente, as pesquisas possuem um caráter descritivo e se busca o entendimento do fenômeno como um todo. Diante das dimensões da pesquisa qualitativa, apresenta-se a natureza deste estudo.

3.1.2 Natureza do estudo

Vergara (2000) aponta que a pesquisa pode ser classificada quanto à natureza em exploratória, descritiva e explicativa. Richardson (2009) defende que, muitas vezes, a pesquisa se molda em mais de uma dessas naturezas, e a sua escolha deve proporcionar um princípio útil para a organização do plano da pesquisa, de acordo com a característica de cada categoria.

Assim, a partir dos objetivos deste estudo, essa investigação possui uma natureza descritiva e exploratória, uma vez que foi realizada uma descrição do fenômeno da ação coletiva dos agricultores, bem como do ambiente institucional no qual estão inseridos; da mesma forma, se procurou explorar quais as contribuições dessas ações para o desenvolvimento da agroecologia no território estudado.

Quanto ao delineamento da pesquisa qualitativa, Deslauries e Kérisit (2012) expõem que a pesquisa qualitativa muitas vezes é utilizada para descrever uma situação social (*pesquisa descritiva*), ou para explorar determinadas questões (*pesquisa exploratória*).

A pesquisa descritiva para Cervo et al. (2007),

busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexos (CERVO et al., 2007, p. 62).

Para Deslauries e Kérisit (2012, p. 130), “uma pesquisa descritiva colocará a questão dos mecanismos e dos atores (o ‘como’ e ‘quê’ dos fenômenos); por servir de base para pesquisas qualitativas mais desenvolvidas”. De acordo com Collins e Hussey (2005), ela é utilizada para identificar e obter informações sobre as características de um determinado problema ou questão, descrevendo o comportamento dos fenômenos.

Já a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema em estudo e é usada para compreender melhor um fenômeno. Para Vergara (2000), a pesquisa exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento científico acumulado ou sistematizado.

Há poucas pesquisas que evidenciam o funcionamento dos grupos agroecológicos do ponto de vista de sua ação coletiva. Por isso, a presente pesquisa possui também essa característica exploratória.

A pesquisa exploratória tem ainda algumas finalidades principais, como proporcionar maiores informações sobre o assunto, facilitar a delimitação do tema da pesquisa, orientar a fixação dos objetivos e das hipóteses ou descobrir um novo enfoque sobre o assunto (VERGARA, 2000).

3.1.3 Estratégia de pesquisa adotada: Estudo de caso

Em termos de estratégia de ação para a realização desta pesquisa, trata-se de um estudo de caso do tipo multicaso⁴⁹. De acordo com Triviños (1987), o estudo de caso é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa de forma intensiva e seus resultados não permitem uma inferência para outros casos. Yin (2010) assegura que o estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, principalmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência.

No estudo de caso deve-se reunir, o maior número de informações e, a partir de diferentes técnicas de pesquisa, apreender uma determinada situação e descrever a complexidade de um fato (LAKATOS, MARCONI, 2007).

Sobre os estudos de casos múltiplos, Godoy (1995) assegura que, quando o pesquisador tem duas ou mais unidades de análise, é apropriado utilizar o termo “casos múltiplos” ao se referir ao tipo de pesquisa.

Triviños (1987) denomina de estudo de *multicasos* quando o pesquisador estuda dois ou mais sujeitos ou organizações, sem a necessidade de fazer uma comparação entre os casos. O estudo de multicasos proporciona uma maior abrangência dos resultados, não se limitando às informações de uma só organização (YIN, 2010).

⁴⁹ Ou estudo de casos múltiplos (GODOY, 1995).

Nesta pesquisa, a estratégia de estudo de multicasos se justifica, uma vez que se pretendeu estudar mais de uma organização de agricultores, de maneira a compreender todas as organizações de agricultores agroecológicos atuantes no Alto Vale do Itajaí.

Na presente pesquisa, não se fez uma comparação entre as organizações, mas levantar os seus pontos em comum, que caracterizem as contribuições para a agroecologia e agricultura familiar agroecológica no território; portanto, será realizado um *estudo de multicasos*.

Para o estudo de multicasos, foram identificadas seis organizações de agricultores agroecológicos no Alto Vale do Itajaí. Em todas as organizações foram realizadas entrevistas com agricultores e observações de algumas atividades coletivas, como feiras e reuniões. Entre as organizações, três possuem quatro ou menos anos de atuação e as outras três possuem mais de dez anos de atuação na agroecologia. Essas diferenças de trajetória são determinantes para entender as suas atuações.

3.2 COLETA DE DADOS

A coleta de dados no *estudo de caso* pode ser feita a partir de seis fontes de evidências: documentos, registros em arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos. Essas formas podem ser combinadas diante das especificidades do fenômeno (YIN, 2010).

No levantamento dos dados para este estudo, predominou a utilização de fontes primárias de dados, apoiando-se em *entrevistas semiestruturadas* e *observação não participante*. As fontes secundárias, utilizadas em menor grau, consistiram na *análise de documentos* de programas e políticas públicas atuantes no território.

A análise e a combinação dos dados obtidos das diversas fontes pode ser chamado de *triangulação metodológica* (VERGARA, 2005; YIN, 2010). Esse processo evita algumas distorções, sobretudo as decorrentes de viés dos informantes, podendo produzir resultados mais estáveis e confiáveis à pesquisa qualitativa (Yin, 2010).

A triangulação permite uma compreensão multidimensional de problemas complexos. Seu objetivo principal é aumentar a validade da pesquisa, garantindo que os resultados e suas interpretações sejam confiáveis (LINCOLN; GUBA, 2006).

No processo de triangulação metodológica deste estudo foram realizadas entrevistas semiestruturadas com agricultores familiares

agroecológicos e representantes das demais entidades relacionadas à agroecologia no território; e, ao mesmo tempo, foi observada, de forma não participante, a dinâmica das organizações, suas reuniões, processos de gestão e produção em comum. Essas duas técnicas, aliadas com a análise de alguns documentos das entidades e políticas públicas, permitiram uma melhor compreensão do fenômeno da ação coletiva dos agricultores agroecológicos e das ações em torno da agroecologia no território do Alto Vale do Itajaí.

3.2.1 Entrevistas semiestruturadas

As entrevistas podem ser do tipo *estruturadas*, *semiestruturadas* ou *abertas* (LAKATOS; MARCONI, 2012). No primeiro tipo, as perguntas são fechadas e o entrevistador segue rigorosamente o que foi planejado. Nas abertas, as perguntas são amplas e podem captar o máximo de informações com o maior detalhamento possível. No tipo semiestruturada, embora exista um conjunto de questões previamente definidas, o entrevistador não fica restrito a elas, dando ao entrevistado liberdade para discorrer sobre o tema proposto e conduzir o diálogo.

O tipo de entrevista adotada neste estudo foi a do tipo *semiestruturada*, porque ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação (TRIVIÑOS, 1987).

A entrevista *semiestruturada* apresenta a vantagem de adequar à realidade do entrevistado. “Gozando de um máximo de liberdade para se expressar sobre o ou os temas de pesquisa, ele é mais capaz de fazê-lo segundo suas próprias categorias e sua própria linguagem” (POUPART, 2012, p. 224). O papel do entrevistador passa a ser o de “facilitador”, com atitudes e intervenções para que os pontos de vista do entrevistado venham livremente.

A *entrevista semiestruturada* tem como objetivo principal compreender, por meio dos comentários dos atores, qual a contribuição das organizações de agricultores familiares agroecológicos para a agroecologia no território. As entrevistas foram orientadas por um “guia de tópicos”, que forneceu uma linha mestra para as perguntas formuladas (GODOY, 2006)⁵⁰.

⁵⁰ O guia de tópicos com as dimensões levantadas será apresentado na seção “4.2.3 Operacionalização da coleta de dados”, por meio do Quadro 4.

O número de entrevistados não foi definido *a priori*, nas primeiras entrevistas foram sendo identificados atores principais das organizações, das entidades públicas e das ONGs. Conforme é exposto em Duarte (2002), o número de entrevistados depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência dessas informações. Desse modo, “enquanto estiverem aparecendo ‘dados’ originais ou pistas que possam indicar novas perspectivas à investigação em curso as entrevistas precisam continuar sendo feitas” (p. 144).

Dessa maneira, primeiramente, foram realizadas todas as entrevistas com os agricultores e com um representante do Centro de motivação ecológica e alternativas rurais (CEMEAR). À medida que os agricultores mencionavam outros programas e instituições apoiadoras da agroecologia, foi procurado contato e realizadas as entrevistas com essas entidades, com o objetivo de identificar suas ações para a agroecologia e relações com as organizações agroecológicas estudadas.

Foram entrevistados ao total, desde os primeiros contatos, 15 (quinze) atores: 9 (nove) de organizações agroecológicas que desempenham ações e acompanharam o início do grupo ao qual participam; e 6 (seis) representantes de entidades relacionadas à agroecologia no território.

Assim, para fins de preservação da identidade dos entrevistados e redação do relatório final, utiliza-se, para os agricultores participantes dos grupos entrevistados, as denominações “A1, A2, A3,...A9” e para os representantes das entidades as denominações “E1, E2, E3, ...E6”. O Quadro 2 apresenta as características dos entrevistados, seus grupos ou entidades que representam, e a duração das entrevistas:

Quadro 2 - Participantes da pesquisa

Entrevistado	Grupo/Entidade	Função	Tempo de Entrevista
A1	Sementes do Futuro	Agricultor	55min.
A2	Natureza é Vida	Agricultor	1h
A3	Geração Saudável	Agricultor	45min
A4	APAOC	Agricultor	1h e 20min
A5	APAOC	Agricultor	55min
A6	Natural da Terra	Agricultor	50min
A7	Natural da Terra	Agricultor	1 h
A8	Semear sementes para o futuro	Agricultor	1h e 10min
A9	Semear sementes	Agricultor	1h e 19min

	para o futuro		
E1	CEMEAR	Técnico	1h e 50min
E2	CEMEAR	Técnico	1h e 9min
E3	AMAVI	Técnico	57min
E4	CONSAGRI	Secretário de Agricultura	54min
E5	Epagri	Agrônomo	1h e 44min
E6	Diversificação produtiva de áreas com tabaco	Técnico	1h e 12min

Fonte: elaboração própria

Ressalva-se que a maior parte dos dados utilizados na análise foram obtidos por meio dos comentários e posições dos agricultores dos grupos, que são o objetivo central deste estudo. Os quais foram devidamente gravados e anotados no caderno de campo. Alguns apontamentos e comentários dos sujeitos das entidades foram incluídos em momentos oportunos da discussão no âmbito do território e do grupo de trabalho para a agroecologia no Alto Vale do Itajaí.

3.2.2 Observação não participante

A observação das organizações foi realizada concomitantemente com a realização das entrevistas. Da mesma forma, Godoy (2006) ressalta que a técnica de observação é frequentemente combinada com a entrevista.

A observação, enquanto procedimento de coleta de dados na pesquisa qualitativa, implica na atividade de um pesquisador que

[...] observa pessoalmente e de maneira prolongada, situações e comportamentos pelos quais se interessa, sem reduzir-se a conhecê-los somente por meio das categorias utilizadas por aqueles que vivem essas situações (JACCOUD; MAYER, 2012, p. 254).

Para Jaccoud e Mayer (2012), a observação aparece ao lado de outras técnicas de coleta qualitativas, como a entrevista, história de vida, ou, ainda, a pesquisa documental. É a forma de obter informações utilizando os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade (LAKATOS; MARCONI, 2007). Assim, a importância da observação na pesquisa social se dá na possibilidade de apreensão de

novos objetos e de uma compreensão mais profunda da realidade social (JACCOUD; MAYER, 2012).

Nesse mesmo sentido, para Alencar (1999) a observação é um instrumento importante quando se pretende compreender uma determinada realidade social em que os fatos, valores, razões e ideias não são sempre expressos verbalmente. A observação permite, assim, confrontar os fatos observados com as informações obtidas por meio das entrevistas, e com a literatura pesquisada.

Lakatos e Marconi (2007) apresentam várias modalidades de observação: *estruturada, não estruturada, participante, não participante, individual e em equipe*.

O tipo de observação utilizado nesta pesquisa é a do tipo *não participante*⁵¹. Nela, o pesquisador toma contato com a comunidade, mas sem integrar-se a ela: permanece de fora, isto é, "[...] presencia o fato, mas não participa dele; não se deixa envolver pelas situações; faz mais o papel de espectador" (LAKATOS; MARCONI, 2012, p.78).

Na observação não participante se incluem

as observações realizadas durante visitas de reconhecimento do local, observações de reuniões, observações feitas por ocasião da realização de entrevistas e outras situações para qual o pesquisador tenha sido convidado (GODOY, 2006, p. 133).

Com a intenção de tornar a observação sistemática e organizada, importância dada por Lakatos e Marconi (2007), utilizou-se um **caderno de campo**, a fim de anotar as informações pertinentes ao contexto da observação, com esquemas e tópicos essenciais para remeter a uma análise mais integrada ao fenômeno possível.

As anotações de campo consistem, segundo Triviños (1987), na descrição por escrito de todas as manifestações (verbais, ações, atitudes etc.) que o pesquisador observa no sujeito, bem como as circunstâncias físicas que estão em seu entorno e que são necessárias ao entendimento. "Também as anotações de campo devem registrar as reflexões do investigador que surjam em face da observação dos fenômenos" (p.

⁵¹ Yin (2010) chama este tipo de observação de *observação direta*. É quando o pesquisador atua apenas como espectador atento, procurando ver e registrar o máximo de ocorrências que interessam ao seu trabalho.

155), que podem representar as primeiras buscas espontâneas de significados.

Na pesquisa de campo, além das entrevistas, foram observadas duas reuniões de grupos de agroecologia e uma reunião preparatória para a Feira/mostra de agroecologia e Economia Solidária do Alto Vale do Itajaí, realizada em Rio do Sul, em outubro de 2014; na reunião estavam presentes representantes de todas as organizações estudadas e dois técnicos do CEMEAR que conduziram a reunião.

A Feira também foi observada nos seus dois dias de duração. Nesses dias foram observados aspectos da organização dos agricultores, o engajamento em torno do núcleo de agroecologia ao qual fazem parte e a interação com as entidades apoiadoras e consumidores. O evento foi também uma oportunidade de aproximação do pesquisador com os agricultores e as organizações agroecológicas do território.

Ademais, foram observadas duas reuniões de entidades do território: uma do Grupo de Trabalho em Agricultura Orgânica e, outra, do CONSAGRI – Conselho dos Secretários de Agricultura do Alto Vale do Itajaí. Nessas reuniões, foram observadas as ações dessas entidades para com a agricultura orgânica no Alto Vale do Itajaí.

3.2.3 Pesquisa documental

No estudo de *multicasos*, a análise de documentos pode trazer contribuições importantes, principalmente em função da corroboração e ampliação das evidências oriundas de outras fontes, que neste estudo são as entrevistas e a observação direta (YIN, 2010).

A análise documental pode eliminar, em parte, a dimensão da influência exercida pela presença ou intervenção do pesquisador do conjunto de acontecimentos pesquisados, anulando assim possíveis reações dos sujeitos (CELLARD, 2012). O autor ainda chama atenção para o cuidado com a autenticidade, a confiabilidade e a natureza do texto/documento.

Os dados secundários utilizados para complementar a coleta de dados, foram documentos de entidades ligadas à agroecologia no território, atas das reuniões das organizações para conhecer o histórico das mesmas e editais e políticas públicas para os agricultores do território.

4.2.4 Operacionalização da coleta de dados

Para a operacionalização da pesquisa, apresenta-se, no Quadro 3, a articulação entre os objetivos específicos, as questões norteadoras e as

técnicas de coleta de dados utilizadas para responder aos objetivos específicos:

Quadro 3 - Objetivos, questões norteadoras e técnicas de coleta de dados.

Objetivos específicos	Questão norteadora	Técnicas coleta de dados
Analisar como ocorre a ação coletiva dos agricultores familiares agroecológicos	Como os grupos de agricultores familiares agroecológicos se organizam?	Entrevistas, Observação não participante e Pesquisa documental.
Apresentar a articulação das organizações agroecológicas em torno da agroecologia e da agricultura familiar agroecológica - AFA;	Como é a articulação das organizações agroecológicas em torno da agroecologia e da agricultura familiar agroecológica no território do Alto Vale do Itajaí?	
Apresentar as interações das organizações agroecológicas com o território e analisar os efeitos para desenvolvimento da agroecologia no território do Alto Vale do Itajaí.	Quais as interações dos grupos agroecológicos com o território e como eles podem influenciar a agroecologia no território do Alto Vale do Itajaí?	

Fonte: elaboração própria

Para a realização da coleta de dados, por meio das entrevistas, foram elaborados alguns “tópicos iniciais para a coleta de dados”, amparados no referencial teórico. Assim, buscou-se ir a campo com menores julgamentos teóricos possíveis, de modo a permitir que as problemáticas e principais questões emergentes que lá existem apareçam com naturalidade, por meio das entrevistas e observações. Porém, como evidencia Triviños (1987), o pesquisador, sem dúvida, ao iniciar qualquer tipo de busca, parte precavido de algumas ideias gerais, elaboradas conscientemente ou não.

Nessa postura na coleta de dados, novas informações podem ser buscadas, de acordo com as respostas dos entrevistados. Como discute Triviños (1987), a pesquisa qualitativa não segue sequência muito rígida

nas etapas de desenvolvimento; com isso, a coleta e análise dos dados não são divisões estanques.

No Quadro 4 apresenta-se o quadro de referência para o trabalho de campo, que contém, a partir dos objetivos propostos, as dimensões principais a serem analisadas e os tópicos iniciais para a coleta de dados.

Quadro 4 - Quadro de referência para trabalho de campo.

Objetivos específicos	Dimensão	Tópicos iniciais para a coleta de dados
Analisar como ocorre a ação coletiva dos agricultores familiares agroecológicos	Ação Coletiva	História do grupo; Objetivos; Critérios e formas de ingresso nos grupos; Reuniões; Divisão de trabalho; Atividades desenvolvidas; Dificuldades de trabalhar em grupo; Resolução de conflitos; Benefícios de trabalhar em grupo.
Apresentar a articulação das organizações agroecológicas em torno da agroecologia e da agricultura familiar agroecológica - AFA	Agricultura Familiar Agroecológica (AFA)	Atividades desenvolvidas dentro e fora das propriedades; A transição agroecológica; A prática da agroecologia nos grupos; Benefícios da agroecologia; Entraves à produção agroecológica; Aspectos da Multifuncionalidade; Contribuição dos grupos de agroecologia para a AFA.

Apresentar as interações das organizações agroecológicas com o território e analisar suas influências para o desenvolvimento da agroecologia no território do Alto Vale do Itajaí.	Desenvolvimento Territorial Sustentável	Interação com as outras entidades do território; Participação nas políticas públicas; Comercialização dos grupos; Feiras; Dificuldades na comercialização.
--	---	--

Fonte: elaboração própria

Percebe-se, pelas dimensões apresentadas e tópicos iniciais de coleta de dados, que os dados foram coletados de modo a responder cada objetivo específico, que se integram em torno do objetivo geral, que é analisar a ação coletiva dos grupos familiares agroecológicos e os efeitos no desenvolvimento da agroecologia no Alto Vale do Itajaí.

3.3 O TRABALHO DE CAMPO

O trabalho de campo envolve o uso das ferramentas e técnicas de coleta de dados no campo de pesquisa. O campo de pesquisa é entendido enquanto um “recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das fundamentações teóricas que fundamentam o objeto de investigação” (MINAYO, DESLANDES, 1994, p. 53).

No território, foram identificadas seis organizações de agroecologia (grupos informais e associações) que, em muitos casos, abrangem agricultores de mais de um município. Percebe-se, pela Figura 5, que elas se concentram mais na parte leste do Alto Vale do Itajaí e possuem uma relativa proximidade entre si.

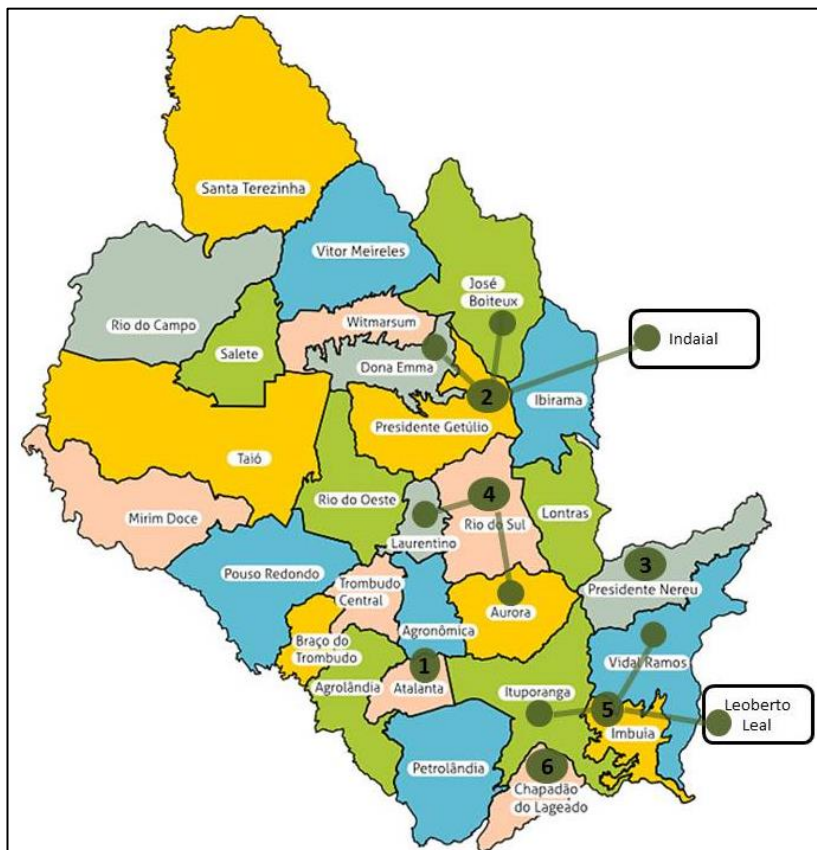
A Figura 5 evidencia a localização e os municípios abrangidos pelas organizações agroecológicas; as mesmas são também identificadas por meio de números⁵²:

- 1 – Associação Sementes do Futuro;
- 2 – Associação Natureza é Vida;
- 3 – Grupo Geração Saudável;
- 4 – Grupo Natural da Terra;

⁵² No início da seção de análise de dados as organizações serão apresentadas, juntamente com seus históricos e características principais.

- 5 – Grupo Semear sementes para o futuro;
 6 - Associação de Produtores de Alimentos Orgânicos e Coloniais (APAOC).

Figura 5- Organizações agroecológicas encontradas no território



Fonte: AMAVI, 2014

O trabalho de campo foi realizado com essas seis organizações de agricultores familiares. A partir das entrevistas com essas organizações percebeu-se que um grupo de entidades (públicas e do terceiro setor) também está desenvolvendo ações que buscam incentivar a agricultura orgânica no território. Assim, foram entrevistados alguns atores dessas organizações, uma vez que suas ações influenciam direta ou indiretamente os grupos agroecológicos.

O grupo de entidades que promovem ações para o desenvolvimento da agricultura agroecológica ou orgânica no território é composto por: AMAVI, APREMAVI, Banco do Brasil, CRESOL, CEMEAR, COOPERFAVI, COOPERTEC, EPAGRI, IFC-SC, Prefeituras Municipais, SENAR, UNIVALI e UNIDAVI.

A opção por pesquisar todas as seis organizações se deu em função da relativa proximidade entre as mesmas, por todas fazerem parte do Núcleo Alto Vale de Agroecologia⁵³ e possuírem diferentes tempos de existência e atuação na agroecologia: três possuem mais de 10 anos de atuação, e três possuem no máximo quatro anos de atividades agroecológicas.

As primeiras aproximações com as organizações agroecológicas do território se deram nos meses de maio e outubro de 2014, neste último, em virtude da Feira/mostra de agroecologia e Economia Solidária. Nesses momentos, pôde-se constatar a viabilidade e a relevância do estudo. A partir dessas aproximações, e das conversas com atores desse processo (alguns agricultores e dois motivadores agroecológicos do território), estruturou-se o plano de trabalho, composto de três fases:

- i) na primeira fase foram realizadas entrevistas com os atores (agricultores) das organizações, utilizando-se um quadro de referência para levantamento dos temas emergentes dessas organizações, dentro das dimensões apresentadas no Quadro 4. Essa fase foi realizada durante os meses de outubro e novembro de 2014;
- ii) na segunda fase de pesquisa foram realizadas entrevistas com alguns atores representantes das entidades que incentivam a agricultura orgânica no território. Essa fase se deu na primeira quinzena de dezembro de 2014;
- iii) a terceira fase, em janeiro de 2015, consistiu na busca de dados secundários, como editais de políticas públicas e demais documentos da AMAVI e entidades envolvidas com a agroecologia no território.

Durante essas fases em campo buscou-se, além das entrevistas, fazer a observação do funcionamento das organizações, da produção agroecológica e da integração das famílias por meio das reuniões, feiras e encontros realizados.

⁵³ Núcleo que participa da Rede Ecovida e representa as organizações estudadas.

3.4 MODELO DE ANÁLISE DOS DADOS

A etapa da análise dos dados se concentra em encontrar um sentido para os dados coletados e em demonstrar como eles respondem ao problema de pesquisa formulado durante o estudo (DESLAURIÉS; KÉRISIT, 2012).

A análise de dados na pesquisa qualitativa não é a última fase do projeto de pesquisa; ela é feita ao mesmo tempo em que é realizada a coleta de dados. Essa etapa “inclui uma atividade reflexiva que resulta num conjunto de notas que guia o processo, ajudando o pesquisador a mover-se dos dados para o nível conceitual” (GODOY, 2006, p. 137).

O modelo de análise dos dados foi estruturado de acordo com a fundamentação teórica já apresentada e com as questões emergentes que surgiram em campo. O uso dos textos científicos, nesse sentido, ajuda a formular uma explicação tanto durante a coleta de dados, como em sua análise, permitindo clarear e avaliar os dados, estabelecendo ligações entre eles.

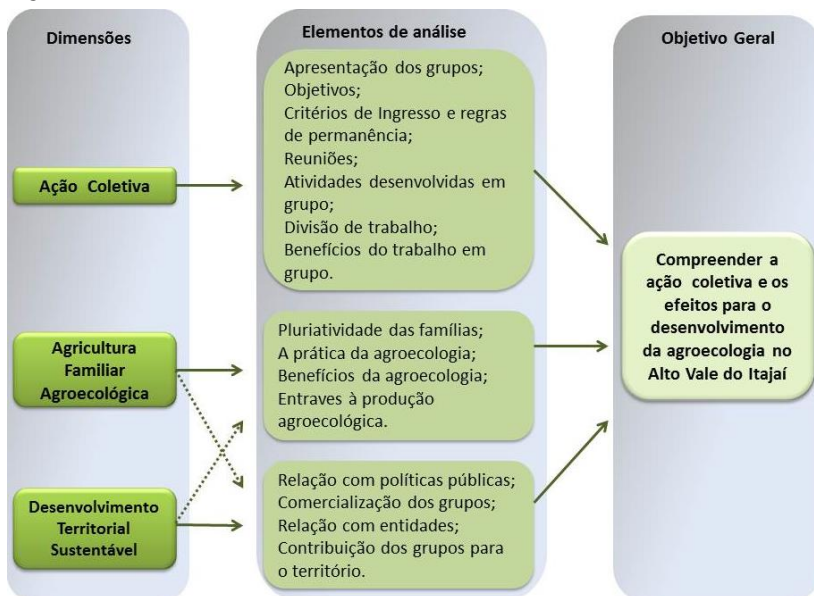
No processo de análise de dados, as entrevistas foram transcritas e, após, selecionadas as partes principais, com os elementos comuns e relevantes aos grupos agroecológicos. Assim, deu-se a formação de um quadro de análise mais sintetizado e relevante para compreender a ação coletiva dos agricultores familiares e sua contribuição para o desenvolvimento da agroecologia no território.

A partir daí, os posicionamentos dos agricultores sobre os elementos relevantes observados e relatados em campo foram relacionados com o referencial teórico utilizado neste estudo. Destaca-se que os elementos levantados não foram analisados por uma dimensão fixa de análise; houve casos em que as dimensões da abordagem da agricultura familiar agroecológica e do desenvolvimento territorial sustentável se complementavam para a análise de um único elemento.

A segmentação dos dados em elementos permitiu dar um sentido próprio aos mesmos, mantendo, ao mesmo tempo, a conexão com o todo, e buscando responder ao objetivo central deste estudo.

A Figura 6 demonstra o esquema de análise adotado neste estudo. As três grandes dimensões deste estudo originaram, juntamente com as entrevistas e observações, alguns elementos para a análise, dentro de cada dimensão.

Figura 6 - Modelo de análise dos dados



Fonte: elaboração própria

Observa-se, pela Figura 6, que cada conjunto de elementos converge para o objetivo geral deste estudo, que é analisar a ação coletiva dos agricultores familiares agroecológicos e seus efeitos no desenvolvimento da agroecologia no território do Alto Vale do Itajaí. Assim, na análise de cada elemento, foram ainda incorporados partes da observação (relatada em caderno de campo) e da pesquisa de documentos com o objetivo de explorar as impressões dos agricultores.

Os conjuntos de elementos foram analisados sob a ótica das dimensões sugeridas pelos objetivos específicos; ressalva-se que houve elementos analisados sob mais de uma dimensão (conforme Figura 6), afim de relacionar melhor os dados com as referências teóricas.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, apresenta-se os dados levantados na pesquisa de campo, relacionando-os com o referencial teórico que embasa este estudo. Dessa forma, a análise também está estruturada em torno das três dimensões de análise principais, correspondendo a cada objetivo específico. Ressalta-se que as dimensões não estão separadas com cada grupo de elementos nas análises, mas um grupo de elementos pode suscitar a análise por mais de uma dimensão teórica, como é o caso da agricultura familiar e do desenvolvimento territorial sustentável.

A primeira seção da análise trata de apresentar as organizações agroecológicas estudadas, resgatando suas histórias e características principais. Num segundo momento desta seção, inicia-se o atendimento dos objetivos deste trabalho, com a análise do primeiro conjunto de elementos sob a ótica da ação coletiva. Desse modo, apresentam-se as características principais, formas e regras de funcionamento, objetivos, principais atividades desenvolvidas, divisão do trabalho, dentre outros aspectos inerentes à organização coletiva dos agricultores familiares agroecológicos.

A segunda parte da análise evidencia os aspectos que permitem compreender a contribuição da ação coletiva dos agricultores para a agricultura familiar agroecológica. Assim, apresentam-se os elementos relacionados às atividades das famílias, ao processo de transição agroecológica dos grupos, à prática e benefícios da agroecologia, bem como às dificuldades da produção agroecológica nos grupos.

A terceira parte da análise, por sua vez, discute quais os efeitos das ações coletivas familiares para o desenvolvimento da agroecologia no território. Desta forma, levantam-se as ações relacionadas à agroecologia no território, do ponto de vista das organizações da AFA e de outras entidades que também estimulam a agroecologia no território. Apresentam-se, as relações com as entidades governamentais, promotoras da agroecologia e com as políticas públicas relacionadas à agricultura. Destacam-se as inovações que as organizações da AFA estão trazendo para o território, principalmente no que tange à prática das feiras livres.

Essas três dimensões principais apresentam importância substancial ao objetivo maior deste estudo, que é analisar a ação coletiva dos agricultores familiares agroecológicos e os efeitos no desenvolvimento da agroecologia do Alto Vale do Itajaí.

4.1 APRESENTAÇÃO E HISTÓRIA DOS GRUPOS

Nesta seção, são apresentadas as organizações entrevistadas, que, juntamente com outras entidades, compõem o Núcleo Alto Vale de agroecologia⁵⁴. Busca-se, assim, resgatar suas histórias, atual composição e principais produtos produzidos.

4.1.1 Associação de Produtores Agroecológicos Sementes do Futuro

Os trabalhos iniciais em agroecologia da Associação de Produtores Agroecológicos “Sementes do Futuro” começaram em 1995, por um grupo de cinco famílias do município de Atalanta. Em entrevista com uma participante, que acompanhou o início da associação, percebeu-se que os agricultores iniciaram a plantação orgânica principalmente por motivos de saúde, visto que todos trabalhavam em plantações convencionais de fumo ou cebola: “nenhum entrou para plantar orgânicos dizendo, ‘eu entrei porque gostava daquilo’, todos tem um histórico de doença por trás... Mais por uma necessidade do que uma vontade própria” (A1).

No início das atividades, a APREMAVI incentivou a produção orgânica e forneceu todo o apoio necessário, com orientação e infraestrutura para a formação do grupo:

Mas ninguém sabia o que é que era aquilo, não sabia nem como começar e o que fazer. Mas eles foram orientando e formando um grupo para se juntar e para ser mais fácil à produção “né”, porque tudo que se faz em grupo é mais fácil (A1).

Iniciaram o grupo em cinco famílias, que se reuniam às vezes semanalmente, ou algumas vezes durante o mês, conforme precisavam. “Do jeito que tinha necessidade se reunia pra ver do jeito que estava fazendo, porque ninguém sabia plantar sem colocar veneno e fertilizante” (A1).

No começo do grupo, a entrevistada conta que os agricultores tinham muitas dúvidas acerca da produção agroecológica e de sua

⁵⁴ O núcleo Alto Vale de agroecologia é o órgão formado pelas organizações agroecológicas do Alto Vale do Itajaí, e possui ligação com a Rede Ecovida. Os núcleos são formados pelos membros da Rede em determinada região geográfica, com características semelhantes, facilitando a troca de informações e a certificação participativa (ROVER, 2011).

comercialização: “Como que nós íamos fazer? Vender onde? Começamos a produzir um cantinho para ver como dava” (A1).

Inicialmente, começaram fornecendo produtos para outra associação no município de Ituporanga, que realizava feira todos os sábados em Florianópolis, na Lagoa da Conceição. Assim, a partir de maio de 1996, o grupo começou a participar da feira:

Ele fez a proposta para nós irmos juntos com ele. Aí juntávamos as coisas de cada um e levávamos até Ituporanga e de lá ia junto com ele para vender lá. Aí passamos um ano indo até Florianópolis, um do grupo das cinco famílias sempre ia junto (A1).

Após um ano de experiências em Florianópolis, surgiu a proposta da abertura de uma feira livre em Blumenau, aos sábados, somente de produtos orgânicos e artesanato. A agricultora relata que foram ver a proposta e decidiram dar início à feira em Blumenau, deixando a feira de Florianópolis, devido a um menor deslocamento. Assim, em Julho de 1997, o grupo passou a comercializar em Blumenau todos os sábados, apesar de algumas dificuldades: “no começo era difícil porque não tinha carro apropriado para levar os produtos” (A1). A APREMAVI ajudou mais uma vez, com um veículo para levar os produtos, onde o grupo pagava apenas o combustível para a ONG: “pagar frete era muito difícil, e num carro pequeno não cabia muita coisa” (A1).

Inicialmente, formavam um grupo, mas desde então foram empreendendo esforços para constituir uma associação: “fomos atrás de estatuto, de toda a burocracia para formar uma associação” (A1). Até que no dia 7 de abril de 1999 foi fundada a Associação de Produtores Agroecológicos Sementes do Futuro. A associação conta atualmente com cinco famílias; quatro delas são da formação do grupo inicial.

A associação possuía um veículo Kombi, que foi adquirida no ano 2000; cada sócio contribuiu mensalmente para a compra do mesmo. Uma parte foi dada de entrada e outra foi financiada; em dois anos, o veículo foi totalmente pago com recursos da associação, segundo a agricultora. Depois de uns anos, a agricultora conta que, entraram em acordo e venderam o veículo: o dinheiro da venda está esperando a correta aplicação dentro da associação, conforme rege o estatuto, uma vez que não pode ser dividido entre os membros.

Os principais produtos produzidos são temperos, cebolas, batatas, geleias (possuem de 12 a 15 variedades de geleias nas feiras), conservas,

hortaliças e extrato de tomate. Para a realização de feiras, a agricultora ressalta que “quanto mais variedade melhor para as feiras” (A1).

4.1.2 Associação “Natureza é Vida”

A Associação “Natureza é Vida” iniciou suas atividades no ano de 1998 e dela faziam parte agricultores de dois municípios (Presidente Getúlio e Dona Emma). Por volta do ano 2004, essa associação recebeu agricultores remanescentes da Associação “Vale Norte”, que havia encerrado suas atividades. À “Natureza é Vida” foram também integrados outros agricultores do município de José Boiteux.

Atualmente, a associação conta com 10 famílias associadas e dois sócios apoiadores. Metade das famílias associadas é formada por pessoas mais idosas, e já não possuem muito vigor para a produção de orgânicos. Todos são produtores agroecológicos.

A agricultora entrevistada relata que havia duas famílias das quais participavam somente as mulheres; porém, voltaram para a cultura do fumo, desistindo da associação: “obrigado ninguém é a vir” (A2). Há uma família de Indaial (um município um pouco distante e pertencente ao Médio Vale) que também integra a associação, e um jovem de Ascurra, que é apoiador na realização das feiras.

Nas feiras, a associação oferece suco de uva, vinho e geleias. Há, também, chuchu, mamão, banana, maracujá, limão, laranja, citrus, uva, cenoura, rúcula, alface, beterraba, folhas de couve, salsinha, cebolinha, entre outras frutas e verduras de época.

4.1.3 Grupo Geração Saudável

O grupo iniciou suas atividades no ano de 2005. Na época, o agricultor conta que eram 10 famílias que começaram a se encontrar, e planejaram uma feira no centro do município de Presidente Nereu, cidade à qual pertencem os agricultores. A feira ainda acontece no mesmo local, toda quinta-feira, desde 2005.

Após algumas desistências no grupo, restaram apenas quatro famílias. O agricultor entrevistado evidencia que as famílias foram saindo do grupo porque não havia muitas formas de comercialização para os produtos. “Apareceram outras oportunidades e foram saindo. Outros saíram do município [...]. Na época, o grupo não foi procurar outros lugares para fazer feira” (A3).

Um modo de comercializar, que abriu mercado para o grupo, foi o fornecimento de produtos numa loja de produtos naturais no município de Rio do Sul. Ao levar os produtos na loja, os agricultores já faziam

contato com alguns clientes e realizavam algumas vendas diretas; com isso, sentiram vontade de abrir uma feira livre em Rio do Sul, relata o agricultor.

A Epagri forneceu grande contribuição para escolher o local certo e montar a feira. Hoje, possuem um bom local de feira, que facilita a participação dos membros do grupo. No começo, também não tinham certificação orgânica. Com a certificação, o processo ficou mais cuidadoso e mais exigente: “tinha que fazer tudo dentro da lei” (A3).

O grupo buscou a formalização e instituir uma associação, mas, ao ver os custos para isso, perceberam que o valor seria alto para apenas quatro famílias. Por isso, decidiram ficar somente como grupo: “precisa ter registro, pagar todo ano, pagar contador, prestar conta de tudo... Ainda não temos recursos para isso tudo, resolvemos ficar em grupo, como a certificação aceita grupos, ficamos assim” (A3).

Ao mesmo tempo, o agricultor relata que um dos entraves de ser um grupo informal é quando há a possibilidade de algum repasse público de recursos, fato que ficaria mais fácil se já fossem associação com CNPJ: “hoje faltam membros para ser uma associação, precisamos no mínimo de 12 pessoas” (A3). Porém, acreditam que, por momento, ser um “grupo informal” é suficiente: “Por enquanto estamos nos virando assim, não estamos necessitando ser associação” (A3).

O grupo produz batatinha, cenoura, feijão, cebola, alho. No total, o agricultor afirma que há 25 produtos diferentes no grupo.

4.1.4 APAOC – Associação de Produtores de Alimentos Orgânicos e Coloniais

O início da associação se deu com uma mobilização promovida por um projeto do CEMEAR no município no ano de 2011. A Associação APAOC foi formalizada no início de 2013, e abrange somente o município de Chapadão do Lageado.

Um dos agricultores entrevistados relatou que, no início, acompanhava somente as reuniões, entrando como sócio no final de 2013. “A Associação APAOC está registrada desde 2013, mas os encontros em grupo acontecem desde 2011” (A4).

No ano de 2013, a associação visitou uma feira de produtos orgânicos em Porto Alegre; isso motivou boa parte do grupo para a produção e comercialização orgânica, segundo um dos agricultores. “Lá na feira tem regras... São preços iguais para o ano todo. No [produto] convencional não existe isso... Sobrou produto ou faltou, o preço altera bastante” (A4).

Na fala de um dos entrevistados, a associação está ainda se estruturando: “estamos em fase de início, e estruturando a associação” (A4). O entrevistado faz parte do conselho fiscal da associação, preenchendo vagas de alguns que saíram. Outra evidência do início da organização da associação se encontra em outra fala:

Estamos “se” aperfeiçoando, há muita coisa para organizar, para colocar em ordem, [a associação] nasceu praticamente ontem. Primeiro, queremos colocar a associação nos trilhos, para depois pensar em algo maior, uma cooperativa talvez (A4).

Com a atuação do Projeto Diversificação de Áreas Produtivas de Tabaco, no ano de 2014 a associação foi ampliada, uma vez que este projeto prevê alternativas aos plantadores de tabaco, e soma forças para que os mesmos procurem formas mais limpas de agricultura. Devido a isso, muitos agricultores estão procurando conhecer a associação, e muitos estão acompanhando as reuniões.

A Associação de agroecologia conta atualmente com 14 sócios. O entrevistado informa que há mais algumas famílias que estão fora da associação, mas estão recebendo formação, e já manifestam intenção em participar. Para outro agricultor, o número de membros ainda não é certo, uma vez que há algumas famílias entrando e outras saindo: “porque às vezes um chega e outro sai. Tem outros chegando, e tem alguns que estão desistindo” (A4).

Há, na associação, apenas um agricultor que vive exclusivamente da agroecologia; em sua propriedade há uma casa construída somente com recursos advindos dessa atividade. Os demais agricultores estão em processo de transição de culturas convencionais para orgânicas.

A Associação possui um espaço que funciona como um centro de distribuição no centro da cidade, e que foi cedido por um agricultor, membro da associação. Ela conta, também, com um caminhão, que foi obtido com recursos públicos via prefeitura do município, mas cuja posse ainda não está com o grupo por trâmites burocráticos.

A associação produz e comercializa olerícolas (folhas), aipim, batata doce, batata salsa, tomate, repolho, berinjela, maçã, melancia, frutas, morangos, feijão, milho, acerola. De acordo com um agricultor, para o próximo ano está prevista a comercialização de 30 a 40 produtos diferentes pelo grupo.

4.1.5 Grupo “Natural da Terra”

O grupo “Natural da Terra” está formado desde 2011. Antes, havia na mesma região outro grupo com o mesmo nome, que tinha outra certificadora (ECOCERT); ao ser desmembrado, restou apenas um agricultor, que convidou outras famílias e reiniciou as atividades do grupo, mantendo o mesmo nome do grupo.

O grupo é formado, atualmente, por quatro famílias, pertencentes aos municípios de Rio do Sul, Aurora (2) e Laurentino. Todas as famílias possuem certificação participativa da Ecovida⁵⁵.

O coordenador do grupo ressalta que algumas famílias já se conheciam (pertenciam à mesma igreja), e decidiram marcar uma reunião, para conversar, formar o grupo para obter uma certificação. O entrevistado expõe que “no primeiro encontro já juntamos as quatro famílias, combinamos e fizemos a primeira ata e estamos até hoje” (A6).

O CEMEAR forneceu apoio fundamental no reinício do grupo, juntamente com um agrônomo da EPAGRI. Antes do grupo, alguns agricultores já produziam produtos orgânicos, mas sem certificação; ao vender os produtos no mercado, recebiam como “produtor convencional”, o que desestimulava seus esforços.

O grupo produz morango, abóbora, aipim, couve-flor, brócolis, vagem, alho e cebola, além de uma gama de outros produtos e olerícolas, informa o agricultor.

4.1.6 Grupo “Semear sementes para o futuro”

O grupo iniciou suas atividades com as reuniões e encontros realizadas no âmbito do projeto “Acolhida na colônia”, e também com incentivos de técnicos da prefeitura de Imbuia.

Desde 2005, vinham discutindo aspectos do projeto “Acolhida na Colônia”, que tem como objetivo a produção orgânica de alimentos, em especial aquela que é servida para o turista. Assim, “o agricultor

⁵⁵ A certificação participativa é um tipo de certificação que fortalece a rede agroecológica, fornecendo força social e favorecendo o protagonismo de agricultores, consumidores e parceiros. Ela prevê a disponibilização do selo aos produtores orgânicos. A certificação das propriedades se dá após a troca de experiência entre os grupos, com avaliação, auditorias e propostas de melhorias. Esses aspectos fazem com que a certificação seja um processo construtivo e não um mero instrumento burocrático ou normativo (ROVER, 2011).

continua na lavoura, mas tem o turismo como uma renda extra, a economia principal tem que ser a agricultura continuada” (A9).

A agricultora conta que, desde então, se discutia, em âmbito municipal, um apoio maior à agricultura orgânica, e cobrava-se também a coordenação do projeto “Acolhida na Colônia” para dar uma atenção especial à questão da agroecologia, uma vez que os agricultores do município praticavam, em sua maioria, a agricultura convencional.

Aos poucos, foram buscando contato com o CEPAGRO⁵⁶, de Florianópolis, que trabalha com agroecologia e agricultura urbana, para convidá-los a apoiar a iniciativa coletiva que no grupo iniciava. A ONG citada já trabalhava no município vizinho de Leoberto Leal, atuando no projeto “diversificação de áreas produtivas com tabaco”, para o pessoal ter alternativas de renda para áreas do fumo: “Então eles vinham às vezes e participavam das reuniões, foram trazendo informações sobre agroecologia, sobre a Rede Ecovida⁵⁷ e assim foi colocada uma sementinha no grupo”. Esse primeiro contato se deu em 2008 e 2009.

Em abril de 2011, conseguiram fundar o grupo para participar do circuito de comercialização da Rede Ecovida. E, desde então, a agricultora relata que se vem buscando, de alguma forma, estruturar e melhorar o grupo, de modo que os agricultores possam estar produzindo e vendendo seus produtos. Ela relata que, nas primeiras conversas com o grupo, os agricultores tinham muitos medos relacionados à produção:

Mas como é que eu vou produzir orgânico? Quem vai dar assessoria técnica? O medo deles era produzir e não conseguir colher; hoje, quem já está mais tempo que viu que dá de produzir orgânico, o medo é vender (A9).

No início do grupo, eram seis propriedades e 10 famílias que estavam discutindo o projeto da “Acolhida na Colônia”. A agricultora ressalta que os agricultores ainda não se sentem preparados para trabalhar com o agroturismo: “não se sentem preparados para receber turista, a questão do turismo nunca emplacou” (A9).

O grupo atualmente conta com 16 famílias; durante a semana da pesquisa uma integrante idosa se desligou do grupo, por problemas de saúde. “Essa senhora teve uma cirurgia do coração do início do ano e

⁵⁶ Centro de Estudos e da Promoção da Agricultura de Grupo

⁵⁷ A Rede Ecovida é composta por agricultores familiares, técnicos e consumidores e se estende no três estados do Sul do País e São Paulo. Todos os grupos estudados fazem parte da Rede. A Rede será apresentada no item 5.4.5.1 deste trabalho.

desde então não tem mais forças para trabalhar na agricultura” (A9). O grupo atual conta com nove famílias de Imbuia, três de Vidal Ramos, dois de Leoberto Leal e uma de Ituporanga. Portanto, o grupo hoje perpassa quatro municípios.

O grupo, atualmente, faz parte do Núcleo Litoral Catarinense, mas os agricultores afirmam que a tendência é mudar para o Núcleo Alto Vale. Atualmente, eles pertencem ao grupo do litoral devido ao trabalho do CEPAGRO nos primeiros anos de fundação do grupo.

Quem apoiou a gente no início foi o CEPAGRO, que é a ONG que trabalha a extensão rural na área do litoral. Já foi sugerido que participássemos do Núcleo Alto Vale, e ao mesmo tempo a gente tem participado da organização do Núcleo litoral, com reuniões bimestrais do comitê de ética (A9).

Das 16 famílias, somente três produzem em escala maior e vivem exclusivamente da agroecologia; as outras famílias estão em transição agroecológica. O grupo é coordenado por uma técnica do município, que os acompanha desde os primeiros encontros.

O grupo produz uma grande diversidade de produtos; entre eles, destacam-se o feijão, alho-poró, tomate, pepino, pimentão, berinjela, repolho, caqui, pêssego, algumas olerícolas, e processados, como doces, conservas, sucos, farinhas e queijos, todos orgânicos.

4.2 A AÇÃO COLETIVA DOS GRUPOS

Neste primeiro item de análise, busca-se contemplar o primeiro objetivo específico deste estudo, que é compreender a ação coletiva dos agricultores familiares agroecológicos.

A ação coletiva estudada foi analisada a partir de diferentes abordagens da ação coletiva apresentadas previamente no referencial teórico (Quadro 1), uma vez que se constatou, com a pesquisa de campo, diferentes manifestações e lógicas de atuação dos grupos.

Andion (1998) destaca que a análise da ação coletiva e das formas de funcionamento das organizações da sociedade civil é relevante para compreender as suas atuações no território. Por isso, busca-se, nesta seção, compreender como se dá e como se organiza a ação coletiva dos agricultores agroecológicos.

4.2.1 Características dos grupos

Percebe-se que as organizações de agricultores agroecológicos do Alto Vale do Itajaí possuem duas configurações principais, se dividindo entre grupos informais (grupos de agricultores) e associações formais. Cohen e Arato (1997) inferem que a sociedade civil também possui uma diversidade de formas. A diversidade de formas das organizações dos agricultores é, portanto, uma característica presente nas organizações da sociedade civil. No mesmo sentido, para Andion (2009), a sociedade civil se manifesta numa diversidade de grupos, que se caracterizam pela sua variedade, automobilização, autocriação.

A ação coletiva dos agricultores se dá de forma espontânea e fluida e adquire diversas configurações, corroborando, dessa forma, com Andion (2013). Percebe-se também que os atores sociais se constituem na medida em que empreendem uma ação coletiva (REYNALD, 2004).

Essas organizações foram criadas a partir de engajamento dos próprios agricultores, ou, em alguns casos, por motivação inicial de outras entidades, como o CEMEAR ou a Associação “Acolhida na Colônia”. Portanto, são articulações da sociedade civil, visando resolver algum problema, ou somente buscando alternativas de melhorar as suas próprias condições de vida (ANDION, 2009).

A adesão ao grupo ou associação, como ressalta Sabourin (2008), não ocorre por essência ou nascimento, como acontece no caso da comunidade, e sim por escolha voluntária e mediante relação contratual. Nos grupos pesquisados, também se observa esse fenômeno de livre associação à ação coletiva, com obediência à algumas regras (SABOURIN, 2008), que serão exploradas mais adiante.

O engajamento coletivo dos agricultores ainda se dá fora do aparelho do Estado, definindo-se como uma esfera particular, conforme se observa em Bresser-Pereira (1999) e Andion (2009). Porém, ao mesmo tempo, mantém algumas relações com entidades públicas e organizações privadas, onde Andion (2009) destaca que a sociedade civil, apesar de ser uma esfera particular, mantém relações de interface com o Estado e o mercado⁵⁸.

A seguir, no Quadro 5, apresenta-se um quadro-resumo das principais características das organizações estudadas.

⁵⁸ As relações de interface das organizações estudadas com o Estado, principalmente no que tange o acesso e participação nas políticas públicas, serão apresentadas nos itens 5.4.1 e 5.4.3.

Quadro 5 - Características das Organizações e áreas de abrangência

Organização	Município(s) abrangidos(s)	Número de famílias	Início das atividades
1- Associação de Produtores Agroecológicos Sementes do Futuro	Atalanta	5	1995
2 - Associação Natureza é Vida	Presidente Getúlio, José Boiteux, Dona Emma, Indaial e Ascurra.	10 famílias associadas e 2 sócios apoiadores	1998
3 - Grupo Geração Saudável	Presidente Nereu	4	2005
4 - Grupo Natural da Terra	Rio do Sul, Aurora e Laurentino.	4	2011
5 - Grupo Semear Sementes para o Futuro	Imbuia, Vidal Ramos, Leoberto Leal e Ituporanga.	15	2011
6 - APAOC – Associação de Produtores de Alimentos Orgânicos e Coloniais	Chapadão do Lageado	14	2011

Fonte: elaboração própria

Percebe-se que as organizações, em sua maioria, possuem abrangência em mais de um município; isso se dá pelo fato de que as organizações da sociedade civil não são, necessariamente, delimitadas por limites políticos das regiões. Muitos agricultores, de diferentes municípios, se conhecem, por diferentes meios, e decidem formar um grupo ou associação agroecológica, e também convidam agricultores de outros municípios. Esses aspectos manifestam que o território construído ultrapassa os limites do território dado (PECQUEUR, 2005).

Quanto ao número de membros, nos grupos mais antigos (formados até 2005), percebe-se uma quantidade mais estável de membros no decorrer dos últimos anos. Já nos grupos novos constata-se

uma grande rotatividade de pessoas, sendo difícil, segundo os agricultores, precisarem o número de famílias do grupo: “teve gente que saiu, mas teve bastante gente que entrou” (A5). As organizações estudadas possuem em média nove famílias associadas. Ressalta-se que o número de famílias de cada grupo, apresentado no Quadro 5, corresponde ao período da pesquisa. As famílias são compostas, em sua maioria, pelo casal (esposo e esposa) que atuam na agricultura e possuem filhos matriculados nas escolas ou – quando maiores – residindo nas cidades da Região.

Três grupos são recentes, possuindo no máximo quatro anos de existência, e outros possuem dez ou mais anos de atuação. Percebem-se assim diferenças significativas quanto à organização nesses grupos. Nos grupos mais recentes, percebem-se dificuldades no engajamento e o início da articulação para a realização de feiras livres; os grupos mais estabelecidos já apresentam um maior engajamento e formas mais estáveis de comercialização, por exemplo.

Observa-se portanto que a ação coletiva dos agricultores se dá de forma espontânea e fluida e adquire diversas configurações (COHEN; ARATO, 1997; ANDION, 2009), com destaque para grupos informais e associações, estas mais formalizadas.

4.2.2 Objetivos dos grupos

Os grupos do Alto Vale do Itajaí possuem seus objetivos inerentes às atividades e áreas de atuação. Bresser-Pereira (1999) defende que é por meio dos objetivos que os grupos buscam a afirmação de seus interesses e valores éticos.

No grupo 1, por exemplo, os membros buscam a “produção com a conformidade orgânica e a perpetuação do grupo” (A1). Porém, segundo a agricultora, este último objetivo não está sendo fácil de alcançar, uma vez que o grupo deseja que a associação continue e no momento não estão conseguindo a inclusão de novas famílias: “nós estamos envelhecendo e não tem outro que vem atrás” (A1).

Percebe-se, em um dos grupos, que o objetivo principal é a obtenção da certificação⁵⁹ orgânica das propriedades: “porque sem uma certificação você não consegue vender” (G5). Esse interesse comum para a certificação reforça alguns aspectos de agrupamento em torno de

⁵⁹ A certificação participativa fornecida pela Ecovida exige a atuação dos agricultores em grupos e estes integrados à um núcleo regional de agroecologia. No caso dos grupos pesquisados eles pertencem ao Núcleo Alto Vale de Agroecologia.

um objetivo comum do grupo, diferentemente da diversidade de interesses apontados por Olson⁶⁰ (1999). Dessa forma, todos os agricultores precisam trabalhar e zelar em prol da certificação de suas propriedades⁶¹.

Para Reynald (2004) a ação coletiva não se dá por meio de um interesse comum: é a pressão moral, as restrições organizacionais que se colocam em prática, além dos limitantes institucionais que estabilizam a ação coletiva. Dessa forma destacam-se as regras presentes no grupo, que serão objeto do próximo item, que organizam a ação coletiva dos agricultores.

Porém, Serva e Andion (2008) ressaltam que, em termos ideais, o interesse na obtenção do selo para os produtos não deve ser o motivo principal de adesão dos agricultores à Rede Ecovida; a certificação deve ser um meio e não um fim. O processo de certificação deve criar oportunidades de geração e disseminação de conhecimentos, de troca de experiências entre os produtores, além de aperfeiçoar a sua capacidade de levar adiante um empreendimento através de práticas democráticas.

Há, ainda, objetivos que reforçam as relações de reciprocidade (SABOURIN, 2009) entre os agricultores. Assim, a troca de conhecimentos e produtos são manifestadas no grupo 3:

Um aprende com o outro, há trocas de experiências, onde as pessoas compartilham que tipo de adubação fez ou outros procedimentos. [...] Quando a gente pode ajudar, a gente sempre ajuda, às vezes faz um preço mais em conta e um pode comprar as coisas do outro (A3).

Nas organizações iniciantes há a busca por procedimentos em conformidade com a agroecologia, como a construção de barreiras e o planejamento das propriedades, que são, inclusive, requisitos essenciais para a certificação orgânica. Mas, como afirma o representante do grupo 4, “isso é uma coisa que não conseguimos fazer de uma hora só” (A4). No mesmo sentido, Costabeber e Moyano (2000) já identificam que os atores estabelecem relações de interesse comum no sentido de buscar o reconhecimento, inclusão social, e construção de alternativas orientadas para a resolução de seus próprios problemas.

⁶⁰ Com uma abordagem mais utilitarista, para Olson (1999) há uma diversidade de interesses na ação coletiva e os indivíduos não agirão para atingir os objetivos comuns, ao menos que haja alguma coerção para forçá-los a tanto.

⁶¹ Para obterem a certificação participativa todos os agricultores precisam participar de um grupo.

Os grupos buscam, também, melhorar os aspectos de suas atividades, tais como melhor comercialização para seus produtos, e tecnologias para a produção. Conforme se observa em Bresser Pereira (1999, p. 8), a sociedade civil pode lutar pelo interesse geral, mas a defesa dos interesses particulares “é inerente à própria ideia de sociedade civil”.

Não se percebe, nas entrevistas, um interesse individual na busca de melhores condições de comercialização, uma vez que todo o grupo é beneficiado com a abertura de novos canais. Dessa forma, ao analisar os objetivos dos grupos, e com base nas observações realizadas, se constata que um objetivo transversal a todos os grupos é a orientação agroecológica das propriedades; e, principalmente, nos grupos com mais de 10 anos de atuação, percebe-se a convergência da maior parte dos membros para o cumprimento dos objetivos dos grupos.

Em relação aos objetivos, as organizações estudadas possuem a maior parte de seus objetivos convergindo para uma produção agroecológica de qualidade, com vistas ao fortalecimento e perpetuação da ação coletiva no território. Esses são aspectos relevantes para a organização dos agricultores que buscam novas formas de fazer agricultura no território.

4.2.3 Critérios de ingresso e regras de permanência nos grupos

Levantou-se, também, as normas e regras de funcionamento que regem a ação coletiva dos agricultores familiares agroecológicos, que, de acordo com Reynald (2004) a regulação é uma característica geral da ação social. Algumas regras dizem respeito aos critérios para o ingresso de novos membros e normas para a permanência nos grupos. Porém, como evidencia Costa (2004), a aderência dos indivíduos às ideias, comportamentos e regras, não depende exclusivamente das preferências pessoais dos membros, mas requer também uma negociação dentro da dinâmica do coletivo no qual estão inseridos.

Para Reynald (2004) toda ação social tem uma dimensão normativa com o intuito de organizar ação coletiva visando determinar um comportamento. Assim, um agricultor expõe que, para ingressar num grupo de agroecologia, é preciso, principalmente, que se tenha um compromisso com a produção agroecológica, e que participe efetivamente no grupo: “a pessoa tem que ter o interesse, então a gente convida para que participe de algumas reuniões pra ver o que é o que acontece... Então são passadas as regras, uma cópia do estatuto é dada, o que pode e o que não pode” (A1).

Outras regras são expressas pelos agricultores:

Para ser sócio precisa participar, conhecer a caminhada e precisa se identificar ou comungar com os princípios da agroecologia que estão acima da associação. A associação é somente um mecanismo de organização, na verdade a agroecologia é o que perpassa tudo isso, é o projeto maior (A2).

Pra ser sócio tem que estar com vontade e ter a ideia da agroecologia (A4).

Percebe-se, nos excertos acima, que a aderência aos princípios da agroecologia é condição essencial para o ingresso e permanência nas organizações estudadas. Nesse sentido, Sabourin (2009) destaca que cada organização elabora as próprias regras e, para haver cooperação e comprometimento com os objetivos traçados, é necessário que as mesmas sejam integralizadas no grupo.

Portanto, cada grupo coloca seus critérios específicos para o ingresso de membros. Em um deles, por exemplo, é preciso que o agricultor tenha a indicação de outros três membros, e que participe de um curso de agroecologia oferecido pelo CEMEAR. Em dois grupos, que são associações, é exigida também uma quantia financeira, em torno de 10% de um salário mínimo.

[...] Mas, a partir desse ano, vai ser feito um regimento interno aumentando essa porcentagem; isso é pra aprender a valorizar o trabalho da associação (A1).

Normalmente, depois de demonstrado o interesse, por parte do agricultor, em participar do grupo, é feita uma visita à propriedade do mesmo para identificar a viabilidade da produção agroecológica. Essa visita busca, também, mostrar ao agricultor quais os esforços que ele precisa fazer na propriedade para a transição agroecológica.

Quando a pessoa quer entrar para a associação vamos olhar o terreno dele, como é, e se ele já poderia entrar como orgânico, em transição ou se não tem possibilidade de produzir orgânicos (A4).

Se ele vem do convencional, se resiste um pouco para aceitá-lo [como membro], mas se já está simpático da agroecologia, se considera o agricultor na transição, porque tem uma prática, já

está indo para este lado, mas ainda não associa. Ele precisa vir com toda essa bagagem da agroecologia, ele tem que querer, tem que assumir e criar laços de confiança (A2).

Percebe-se, no excerto da fala acima, a importância da confiança no desenvolvimento da atividade (agroecologia) e no grupo, para que o mesmo possa aceitá-lo como membro. A confiança pode ser entendida, também, como um aspecto da reciprocidade presente na ação coletiva. Dessa forma, para Sabourin (2009), não há cooperação sem reciprocidade. Os agricultores fazem o esforço de identificar os outros atores envolvidos e os consideram como possíveis cooperantes. Assim, “*a priori*, cooperam com aqueles que manifestam essa intenção e se negam a cooperar se não houver reciprocidade” (p. 95).

Outro requisito de ingresso nas organizações é o acompanhamento das reuniões realizadas para o conhecimento da realidade do grupo:

Que venha participar das reuniões do grupo. A gente convida para que participe sem o compromisso de ser membro oficial. E aí vai sentindo as dificuldades que o grupo tem, se a pessoa quiser entrar de cara e quiser ser produtor orgânico pode vir a ser também (A9).

Assim tem que ser conversado e acompanhar o grupo, mesmo que não queira ser sócio, está aberto ao conhecimento, para começar a ver como funciona (A4).

A maioria dos grupos está aberta à inserção de novos membros: “a associação sempre esteve de portas abertas, não é um grupo fechado. Se não tiver ideia de produzir para a venda que comece no próprio quintal” (A4). Da mesma forma, o entrevistado vê com bons olhos o crescimento do grupo:

Que bom se nós tivéssemos hoje 100 sócios. [...] Quanto mais é melhor porque aumenta a divulgação, tanto nossa, como do município, daqui a pouco quem sabe seria um foco no Estado que mais diversificação tem [para os plantadores de fumo] (A4).

As vantagens de um grupo grande estão, para Olson (1999), no compartilhamento dos benefícios e dos custos. Assim, o autor evidencia

que, “quanto maior o numero de membros disponíveis para partilhar os benefícios e os custos, melhor” (p. 49).

Porém, há um grupo que prefere continuar com a mesma quantidade de membros, devido à facilidade de organização.

Como o grupo é formado por quatro famílias, recentemente alguém pediu para entrar, mas o grupo não aprovou. Somos oito votos e teve mais abstenção do que votos a favor da entrada do novo membro, [...] o grupo preferiu assim, pela não entrada (A6).

Olson (1999) discute que o tamanho do grupo influencia na cooperação dos membros, e quanto maior for o grupo, mais ele precisará de acordo e organização. Assim, o mesmo agricultor ressalta que quanto mais o grupo cresce, mais é difícil coordenar as ações dos membros para o atendimento das regras dos processos de certificação participativa: “mas nosso grupo não pode crescer demais, porque senão se torna difícil para poder cuidar. Porque se alguém utilizar algum agrotóxico a culpa vai cair em cima do grupo” (A6).

As regras que advém do estatuto da associação ou combinadas em grupo fazem parte, segundo Ostrom (1991), de regras coletivas, uma vez que são decididas pelo grupo e fundamentam as regras operacionais. Assim, espera-se o comprometimento dos agricultores: “de um membro espera-se que participe e que seja fiel, que faça tudo o que diz e promete” (A3). Outra agricultora corrobora com a fala anterior: “tem que se comprometer a cumprir aquilo que rege o estatuto e trabalhar pelo bem-estar da associação” (A1).

Ressalta-se ainda que a verificação do cumprimento das normas da produção agroecológica é permanentemente exercida pelos agricultores integrantes de cada grupo local e assessorados pelo seu respectivo comitê de ética (SERVA; ANDION, 2008). Esse processo visa o acompanhamento e a incorporação das regras, bem como as eventuais correções no processo produtivo.

Sabourin (2009) infere ainda que, para Ostrom, as sanções existem para aqueles que traem a confiança dos outros. Dessa forma, o não comparecimento às reuniões de grupo, por exemplo, pode levar ao desligamento do agricultor do grupo. Em um dos grupos, se o agricultor não participou três vezes das reuniões por ano, sem justificativas, ele perde o certificado, principalmente porque “em três meses muita coisa andou, muito trabalho aconteceu e em muitos aspectos a pessoa deixou de contribuir” (A2).

As normas para a permanência nos grupos são expressas em termos do cumprimento do estatuto (em caso de associação), regras da certificação, no comparecimento à maioria das reuniões, e no zelo com a produção agroecológica. Muitas vezes, a não observância das regras de produção agroecológica pode ameaçar a certificação do agricultor e até mesmo do grupo, em caso de não resolução. “Em caso de uso de agrotóxicos nas propriedades, o grupo é penalizado e deve tentar corrigir o problema” (A5).

Para Sabourin (2009) há a necessidade de as normas serem integralizadas no grupo, a fim de que haja cooperação e comprometimento com os objetivos traçados. As regras se legitimam no grupo à medida que são compartilhadas e aceitas por todos os indivíduos (REYNALD, 2004). Dessa forma, as principais normas no grupo dizem respeito aos critérios de ingresso e permanência na ação coletiva, e devem ser partilhados por todo o grupo, para que haja coesão e cooperação interna.

Diante da não conformidade com as regras do grupo e da produção agroecológica surgem alguns conflitos na ação coletiva dos agricultores. Assim, relata-se que há um esforço imediato dos agricultores em busca da solução para seus problemas: “quando tem um problema a gente se reúne para tentar resolver, não deixar enrolar muito porque daí não dá certo. [...] Quando tem um conflito, coloca-se pro grupo e se tenta resolver” (A3).

Em casos de não solução dos conflitos, é pedido o afastamento do agricultor das atividades do grupo: “se uma vez foi lá falar com ele e ele não estiver disposto a mudar daí é conversado e a pessoa é convidada a deixar o grupo, se é preciso vem o CEMEAR ou outro grupo de fora para dar um apoio” (A3)⁶². Muitas vezes, o desligamento ocorre por parte do próprio agricultor, principalmente quando um agricultor não se identifica com a causa da agroecologia: “Se a pessoa não quer saber, por si só já sai fora mesmo” (A3).

Verifica-se, portanto, a existência de regras que regem o ingresso e permanência dos agricultores nos grupos. Essas regras organizam a ação coletiva dos agricultores e, principalmente, orientam para a obtenção e manutenção da certificação participativa das propriedades.

⁶² Muitas vezes são chamados também os representantes do comitê de ética do núcleo ao qual os grupos fazem parte. Serva e Andion (2008) ressaltam que no âmbito de cada Núcleo Regional, há um Conselho de Ética, composto por representantes dos Comitês de Ética de cada grupo. O Conselho de Ética é a instância responsável pela gestão do processo de certificação na região.

Os princípios da agroecologia regem a ação dos grupos e diante do não atendimento das regras ou com práticas nas propriedades não permitidas ou condizentes com os princípios da agroecologia surgem alguns conflitos.

4.2.4 Reuniões

Uma forma de organização interna dos grupos agroecológicos é por meio de reuniões mensais, que são também requisitos ao processo de certificação participativa das propriedades.

As reuniões em quatro dos grupos estudados acontecem mensalmente; nesses, há um dia e semana fixa do mês para a reunião, ocorrendo, geralmente, na primeira segunda ou quarta-feira de cada mês. Nos demais, as reuniões são marcadas quando há necessidade: “a pessoa responsável do mês liga para as demais para combinar uma data que seja viável a todos” (A7). Em um dos grupos, por exemplo, elas são mensais, “mas às vezes chega a passar, mas tem mês que é preciso fazer até duas reuniões, porque depende dos assuntos que precisam ser tratados” (A3). Dependendo dos compromissos dos agricultores, as reuniões são remarcadas.

Há grupos que, devido à proximidade das propriedades, e por entregarem os produtos no mesmo local, estão sempre em contato: “todo mundo se conhece e se comunica” (A4). Em um dos grupos mais novos, somente nos últimos meses a reunião mensal é uma prática:

Antes só se reunia quando tinha um projeto que estava chegando, ou uma viagem para ir. Antes não tinha uma união do grupo, agora se está pegando o hábito de organizar os compromissos e na primeira segunda-feira de cada mês sempre nos encontramos. Agora não precisa estar ligando para confirmar reunião, somente para outros encontros (A4).

Alguns encontros contam com a presença de técnicos da prefeitura ou do CEMEAR, que assiste essas organizações, “quase sempre tem os recados do técnico da prefeitura, às vezes vem o pessoal do CEMEAR com mais informações sobre comercialização, o CEPAGRO também participa às vezes” (A8). No mesmo sentido, Sabourin (2009) destaca que a aprendizagem de regras não envolve somente as regras do âmbito local e da própria organização, mas também as regras de funcionamento das instituições externas, como o mercado e o poder público.

Nas reuniões, geralmente são discutidos assuntos sobre a organização, produção e certificação. É um momento de troca de ideias e informações sobre normas, leis, organização sindical, dentre outras coisas. “Discute-se, também, alguma novidade da legislação, aspectos sobre a Rede Ecovida, e se tem algum encontro que precisa estar participando em nome da associação” (A2). A aprendizagem das regras e normas é, também, um modo de construção da ação coletiva evidenciado por Sabourin (2009), o que se manifesta nas reuniões dos agricultores.

As reuniões são também exigências da Rede Ecovida e do processo de certificação participativa. Assim, Serva e Andion (2008) ressaltam que, para fazer parte da Rede Ecovida, os agricultores devem realizar uma reunião mensal do seu grupo, oportunidade em que é discutido, entre outros assuntos, o cumprimento das normas estabelecidas pela Rede.

Em todos os grupos os encontros acontecem durante o dia, e cada vez na propriedade de uma família, em forma de rodízio. O objetivo é, também, visitar as propriedades, para acompanhar a produção da família e ajudá-la em caso de dificuldades com alguma cultura. O processo de rodízio das reuniões é, também, uma exigência do processo de certificação participativa (SERVA; ANDION, 2008). “O processo de certificação é assim, uma propriedade tem que estar conhecendo outra. É uma forma de estar criando vínculo e ajudar na associação também” (A5). Da mesma forma, Serva e Andion (2008) evidenciam que as reuniões permitem a verificação *in loco* sobre andamento da evolução da produção com relação aos princípios da agroecologia e, consequentemente, aos métodos aprovados pela Rede Ecovida.

O comentário do agricultor, se referindo à criação de vínculos entre os membros, enseja mecanismos de reciprocidade, que reforçam o pertencimento e enraizamento dos agricultores no grupo e na comunidade rural (SABOURIN, 2003).

Nas reuniões, a família anfitriã sempre tem o costume de oferecer um café ou uma janta no final do dia aos presentes, abrindo um espaço de integração entre o grupo. “Quando [as reuniões] acontecem de manhã termina com almoço e, quando termina à tarde, termina com café” (A7). Muitos grupos realizam, ao final de cada ano, uma confraternização ou reunião festiva.

Na fala de um dos agricultores, se expressa bem o significado desse momento:

Pra tu ter também aquele momento de descontração, tomar um café junto, bater um papo furado, conversar alguma coisa gostosa... Mas muitas vezes se volta a falar de orgânicos, nesse sentido (A6).

Os grupos também realizam, em cada final de reunião, o registro em ata⁶³ dos assuntos discutidos. Elas são registradas sempre pela mesma pessoa, eleita secretária do grupo, e com mais habilidades de escrita. “As atas não são registradas, mas servem como um histórico do grupo, do que a gente está fazendo, como, por exemplo, saber o que tinha em tal ano, para lembrar” (A7).

A prática das reuniões proporciona a troca de ideias e experiências entre os membros: “há troca de experiências direto, se tem alguma dúvida o outro tenta ajudar” (A3). Por isso, precisa-se da participação das famílias: “alguém da família sempre precisa participar da reunião. A importância da reunião está na troca de ideias, na própria visita à propriedade um do outro” (A7). Nesses aspectos, Serva e Andion (2008) também evidenciam que as reuniões não se encerram na verificação, elas são também momentos de troca entre os agricultores sobre técnicas agroecológicas de plantio e de prevenção de pragas, sementes crioulas, comercialização, entre outras, além de possibilitar uma forte socialização entre os mesmos.

Sabourin (2009) também destaca que as reuniões nos grupos são momentos de aprendizagem, que permitem uma percepção comum da agroecologia, a transmissão de saberes e técnicas, como também regras de manejo e exploração dos recursos (agroecologia).

Todos do grupo têm espaço para participação nas reuniões. Nas falas a seguir percebe-se a abertura dos grupos:

A intenção dentro do grupo é cada um ter a possibilidade de estar falando, colocando as angústias (A5).

Há uma pauta a ser seguida com assuntos que precisam ser discutidos, debatidos e encaminhados. Sempre no começo há um

⁶³ Os grupos possuem guardadas todas as atas desde a sua fundação. Elas também são exigências para a obtenção e manutenção da certificação participativa: “Precisa primeiro ser grupo, precisa ter atas e assinaturas para provar que se reúnem” (A1).

momento de socialização, o que cada um tem a colocar e acrescentar a pauta que é em parte também construída na hora (A2).

Porém, há grupos que comentam da falta de participação dos agricultores nas reuniões:

As pessoas estão faltando bastante nas reuniões, não há uma participação assídua. [...] Eu espero que o grupo reaja mais dentro desta questão, corresponda... Quando há uma reunião que [os agricultores] vejam esse momento como de fundamental importância para a vida do grupo em si. Às vezes é ao contrário, as pessoas julgam que este dia atrapalha o andamento das coisas e tem sempre pressa de voltar para casa (A2).

Percebe-se, no último excerto, que, embora todos os membros do grupo tenham um interesse comum em alcançar um objetivo coletivo, muitas vezes eles não estão dispostos a pagar o custo do provimento desses objetivos específicos, conforme aponta Olson (1999).

Em quatro grupos as reuniões proporcionam também a organização e o planejamento da produção dos agricultores, a fim de garantir que se tenha diversidade de produtos, durante todo o ano, para as feiras.

Para dois grupos, as reuniões são também momentos para a realização de oficinas e cursos sobre vários aspectos da agroecologia, como melhoramento do solo e outras técnicas orgânicas. “São coisas que a gente tem que melhorar, a gente nunca sabe tudo” (A9).

Porém, muitas vezes não há tempo hábil nos encontros para a realização dos cursos:

[...] mas às vezes tem tantos retornos de questões burocráticas, que tem reunião, tem isso, tem aquilo, que quando vê a gente não conseguiu fazer os cursos. Estamos tentando “se programar” a partir do próximo ano, que a cada reunião a gente consiga fazer ao menos algo prático (A9).

Observa-se, nos grupos, que as reuniões são levadas a sério, e significam um compromisso do grupo: “a gente não vê como uma simples reuniãozinha, a gente vê como uma coisa séria, como um compromisso assumido” (A7). No mesmo sentido, outra agricultura apresenta a importância da reunião para o grupo: “o dia da reunião é o

dia que alimenta a alma, o espírito. A vida do grupo é muito importante, a gente sente falta dele e sempre o busca” (A2).

As reuniões permitem a ampla participação dos membros e se constituem no mecanismo central de organização dos agricultores. Ademais, as reuniões são momentos de troca de experiências, realização de cursos, transmissão de informações e novas regras do processo de certificação, além de ser um espaço para a organização da produção e comercialização dos grupos agroecológicos. A realização das mesmas é também exigência do processo de certificação que os agricultores estão envolvidos (SERVA; ANDION, 2008). Elas são abertas à participação de todos os membros, e encaradas como um momento muito importante do grupo no mês.

4.2.5 Atividades desenvolvidas em grupo

No processo de ação coletiva, as organizações estudadas desenvolvem algumas atividades além da produção agroecológica em suas propriedades. Assim, são também ações de engajamento e comprometimento dos agricultores: a participação nas reuniões do Núcleo Alto Vale de agroecologia⁶⁴, as reuniões em grupos, as visitas em outras propriedades, e as auditorias realizadas em outras propriedades para processos de certificação.

Na fala a seguir percebe-se o envolvimento com essas outras atividades: “há sempre representantes nas reuniões da plenária da ECOVIDA e nas reuniões do Núcleo Alto Vale de Agroecologia, onde é preciso estar e resolver os assuntos mais importantes” (A3). Porém, os agricultores relatam que essas atividades demandam tempo e às vezes participar exige um grande esforço.

Tirar uma tarde a mais por mês é complicado (A9).

Ultimamente é tudo corrido, às vezes as coisas da gente estão ficando tudo para trás para atender, pra ajudar com ideias, para melhorar o nosso lugar (A4).

No mesmo sentido, Serva e Andion (2008) ressaltam que a participação em atividades externas implica no afastamento do agricultor de seu local de trabalho por várias jornadas, acarretando em

⁶⁴ Como já mencionado, O núcleo Alto Vale de agroecologia é o órgão formado pelas organizações agroecológicas do Alto Vale do Itajaí, e possui ligação direta com a Rede Ecovida.

difficultades para desempenhar suas próprias atividades produtivas, uma vez que os agricultores quase sempre não contam com um contingente ideal de pessoas na produção, o seu afastamento da propriedade torna-se um problema.

Formas de ajuda mútua também são praticadas pelos grupos. Um dos grupos, por exemplo, realiza pequenos mutirões entre os agricultores na realização de alguma construção, carpina ou plantio de produtos. Nesse grupo uma cisterna foi construída na propriedade de um dos agricultores. “Esse é o sonho do grupo, de trabalhar através de mutirões. Devido à dificuldade em encontrar mão de obra”. As formas de ajuda mútua nos grupos, por meio de mutirões, podem ser consideradas manifestações de estruturas de reciprocidade camponesas (SABOURIN, 2009).

Os grupos também se organizam e visitam outras propriedades, buscando conhecer novas técnicas e feiras de agroecologia (principalmente os grupos que ainda não realizam).

A prática de transmissão de conhecimentos também é realizada em grupo. Uma das formas de aprendizagem se dá por meio da participação dos agricultores em cursos. A aprendizagem pode ser entendida como uma modificação duradoura do comportamento em decorrência da aquisição de conhecimentos ou valores (SABOURIN, 2009). A aquisição de conhecimento e novas técnicas permite aos agricultores melhorar suas propriedades e produzir com mais facilidade. Esses momentos de formação beneficiam os produtores: “Porque daí vai ajudando os novos [membros] e quem já está mais tempo vai trocando essa experiência com eles” (A4).

Os agricultores participam de cursos de agroecologia, para a “reciclagem” de técnicas e apreensão de novas informações para praticar nas propriedades. Alguns estão realizando cursos oferecidos pelo PRONATEC⁶⁵, outros fizeram um curso de agroecologia com o agrônomo boliviano Jairo Restrepo Rivera⁶⁶, promovido pela AMAVI. Outros agricultores, beneficiários do Programa Diversificação de Áreas

⁶⁵ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego organiza cursos em diversas áreas visando a educação profissional e tecnológica.

⁶⁶ É agrônomo e consultor com mais de 30 anos de experiência em agricultura orgânica, proteção ambiental, análise cromatológica dos solos, reciclagem e desenvolvimento rural sustentável.

Produtivas com Tabaco, participam dos cursos oferecidos pela COOPERTEC⁶⁷.

Constata-se, nos grupos, a produção e manutenção de equipamentos coletivos, como os instrumentos utilizados nas feiras, bens móveis e veículos que os grupos possuem. Essas evidências constituem formas de compartilhamento de recursos comuns, constituindo relações de reciprocidade entre os agricultores (SABOURIN, 2009).

Nas entrevistas, ainda, foram mencionados aspectos a respeito da participação dos agricultores nas atividades dos grupos. Em cinco dos grupos pesquisados há um bom envolvimento dos membros para com o grupo. Em uma das respostas, o agricultor expõe que “a participação é muito boa, dificilmente falta alguém. O povo assume o compromisso de participar e participa mesmo. A turma conversa, conta umas piadas, se tem alguma dúvida um fala para o outro” (A8).

Em um dos grupos mais iniciantes, onde há muitos agricultores em culturas convencionais, também há uma boa participação, mas em época de colheita os agricultores não se envolvem muito com o grupo: “[...] em época de safra de fumo, principalmente na colheita, é bem difícil de mobilização. [...] É a época da colheita, é a renda dos caras” (A5).

Outra agricultora já menciona que no grupo em que participa há uma passividade entre seus membros, resultando em pouco engajamento, fato que, segundo a agricultora, não é salutar para o grupo:

O grupo já tem idade suficiente para estar num nível maior de integração, mas ainda ele não está. As pessoas ainda não estão com este nível de compreensão. Isso não deixa o grupo como ele podia evoluir e se desenvolver em tudo, na produção, na organização, no bem-estar, na alegria de fazer parte de um grupo e de ser produtor de orgânico; isso é fundamental. É um grupo que prefere ficar calado e não contribui muito, mas que também não traz assuntos desagradáveis. O grupo poderia se manifestar mais, colocar ideias diferentes, conflitar elas, debater. Sinto que o grupo é muito devagar, não há muito avanço de uma reunião para outra (A2).

⁶⁷ Entidade que coordena o projeto diversificação de áreas produtivas com tabaco no Alto Vale

Percebe-se, com a fala da agricultora, que nem todos no grupo têm a mesma noção de engajamento e nem participam igualmente das atividades. Para Costa (2004), o fato de indivíduos estarem em grupo não significa que haverá entre eles uma sinergia de ideias que resulte numa ação conjunta. Da mesma forma, os agricultores ressaltam que muitas vezes não se observa uma integração ou disposição para algumas atividades no grupo:

Para o grupo funcionar todo mundo precisa trabalhar num só sentido; caso contrário, o processo desestrutura. Muitas vezes, há pessoas dentro do grupo que somente criticam ou reclamam do trabalho (A5).

Tem um pessoal dentro da associação que nunca tem tempo para nada, assim desestimula o pessoal (A4).

Com os comentários dos agricultores, percebe-se que, na ação coletiva, nem todos convergem para a coesão do grupo, confirmando, em alguns aspectos, a diversidade de interesses na ação coletiva, apontados por Olson (1999).

No mesmo sentido, alguns agricultores mostram uma preocupação maior em produzir e não participar de outras atividades: “É a [técnica] que coordena tudo, que vai atrás das vendas. O agricultor se preocupa em plantar, não se preocupa com outras coisas” (A8). Assim, a abertura de novos espaços de feiras também precisa do comprometimento dos agricultores: “às vezes vamos fazer uma feira e um não quer começar a tocar. Daí tem que ir indo na frente, depois trazer as experiências e passar pro grupo” (A3).

A dificuldade em lidar com documentações é mencionada como um dos motivos do não envolvimento deles:

[...] E depois ninguém tem muito estudo, pra essa coisa da parte de organização e documentação precisa ter bastante estudo, porque fazer alguma coisa errada ali já complica (A8).

Observa-se que, muitas vezes, os agricultores têm alguns receios em relação ao envolvimento com os processos e trâmites burocráticos, preferindo ficar em suas propriedades e concentrar seus esforços na produção agroecológica. Por outro lado, nos grupos mais estáveis, percebe-se uma liderança e maior proatividade dos agricultores no

comparecimento às reuniões e em outras atividades do grupo, como feiras e representação externa do mesmo.

Quanto à dificuldade nas questões administrativas e burocráticas, Serva e Andion (2008) ressaltam que nos processos de gestão da certificação participativa, os agricultores possuem mais habilidades ligadas, obviamente, à sua especialidade; portanto o conhecimento acumulado pelos membros do grupo diz respeito às questões agrícolas e não às questões administrativas.

Constata-se, então, muitas atividades desenvolvidas pelos agricultores, além da produção agroecológica em suas propriedades, exigindo do grupo uma grande articulação e divisão de trabalhos, fatos que serão analisados no próximo item.

4.2.6 Divisão de trabalho

Sabourin (2009) evidencia que no trabalho de Ostrom (1991) a autora apresenta três modos de coordenação e construção da ação coletiva, que são indissociáveis: a *delegação de responsabilidade e de poder*, a *aprendizagem* e a *elaboração de novas regras*. Dessa maneira, nas organizações estudadas, também se percebe a delegação das responsabilidades, que geralmente fica a cargo do coordenador do grupo; a aprendizagem, que é coletiva, por meio de trocas de informações, conhecimentos e participação em cursos; a elaboração de novas regras, que são construídas em grupo, com a concordância de todos.

Percebe-se que, entre grupos que possuem o formato de associações, há uma divisão mais clara entre presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro. Numa delas, todas essas funções são desempenhadas por mulheres, e nos grupos mais informais essa divisão entre presidente e secretário não é tão clara. Nesses, predomina a “boa vontade” no uso das habilidades de cada um:

Quem tem disponibilidade de escrever melhor, que escreva, quem estudou um pouco mais faz as atas, o [membro] estudou, e enquanto escuta consegue escrever como a certificação é participativa todo mundo tem de participar (A3).

A coordenação e a secretaria do grupo geralmente são funções atribuídas para membros mais experientes: “aqui em casa eu sou presidente e ele é o secretário, já foi feito assim para que eu continuasse fazendo as atas” (A1).

Quanto à divisão de trabalho, num grupo que realiza feira, há um revezamento entre dois coordenadores da feira para a condução da mesma em outra cidade: “sempre são duas pessoas que vão para a feira, um coordenador e um membro da associação” (A2).

Duas coordenadoras de grupos relatam que há uma dificuldade em motivar os agricultores a assumirem funções dentro do grupo. Um dos coordenadores, por exemplo, deseja que outra pessoa assuma a presidência do grupo, dando outro encaminhamento e dinâmica. Entretanto, os demais membros da associação desejam que ele continue na presidência do grupo, por ter mais habilidades de articulação com as entidades.

Em cada grupo, há também atribuição de dois agricultores para fazerem parte do conselho de ética⁶⁸ do Núcleo Alto Vale, e realizarem as auditorias nas propriedades de outros grupos. Conforme apresentam Serva e Andion (2008), cada grupo de famílias de agricultores elege representantes que devem compor um Comitê de Ética, encarregando-se do encaminhamento à coordenação do Núcleo Regional das questões relativas ao cumprimento das normas pelos membros do grupo⁶⁹.

Esses representantes são trocados a cada ano: “sempre vai trocando os representantes para não cansar tanto” (A7); “a gente tem que dividir tarefas” (A9). Há também membros responsáveis pela representação do grupo fora, em reuniões do Núcleo, por exemplo.

Constatou-se que as organizações agroecológicas possuem divisões de trabalho entre seus membros. Nos grupos mais formais, essa divisão é mais nítida, e nos demais grupos não há uma divisão clara de funções, predominando, em muitos casos, a “boa vontade”. Os agricultores possuem, também, algumas atribuições dentro das organizações, como, por exemplo, representação da mesma em eventos externos.

Percebe-se que as organizações da sociedade civil desenvolvem seus mecanismos próprios de divisão de trabalho interno. As atribuições mais comuns nos grupos, e exigidas no processo de certificação

⁶⁸ Aprovam ou não a certificação orgânica das propriedades.

⁶⁹ Os membros desse Conselho são responsáveis pelas visitas periódicas (anuais) às propriedades cujos agricultores demandem a certificação, com o objetivo de atestar as informações referentes ao cumprimento das normas (além de dar orientação sobre melhoria de procedimentos) geradas pelo Comitê de Ética de cada grupo, ao longo do ano. A visita gera um relatório que embasa a liberação do selo e/ou do certificado, ambos com a validade de um ano (SERVA;ANDION, 2008).

participativa dentro de um grupo, apontadas por Vieira (2008), são: a coordenação, secretarias, tesourarias e conselhos de ética. Essas atribuições também são percebidas nas organizações agroecológicas estudadas.

Além da produção agroecológica em suas propriedades, percebe-se muitas atividades desenvolvidas pelos agricultores, que demandam a divisão de trabalho no grupo. Algumas atividades dizem respeito à participação nos comitês de ética dos processos de certificação das propriedades, reuniões do Núcleo de Agroecologia e representação do grupo em outras esferas. Os agricultores ainda participam de cursos e atualizações sobre agroecologia. A participação nessas atividades demanda um tempo extra dos agricultores além do tempo dedicado com a produção na propriedade.

4.2.7 Benefícios do trabalho em grupo

O trabalho em grupo permite aos agricultores algumas vantagens, quando comparada à atuação individual. No grupo, os agricultores ganham apoio e se motivam para o cultivo agroecológico.

Quando uma coisa não está muito boa o outro dá uma injeção de ânimo e um ajuda o outro. O grupo fortalece a gente, faz a gente ver que tem mais pessoas com o mesmo objetivo nosso. [...] Sozinhos parecia que só a gente está pensando diferente, e no grupo tem mais pessoas pensando na preservação, na saúde da gente e do próximo (A7).

Sozinho não funciona, tem que ter o grupo. O grupo é necessário, não tem como fugir disso. A tendência é continuar no grupo, não tem como trabalhar sozinho (A8).

Percebe-se que o grupo é importante para o início e a continuação da atividade agroecológica. Nesse sentido, Costabeber e Monayo (2000) destacam que o associativismo vem sendo utilizado pelos agricultores familiares para enfrentar problemas que surgem no início de novas práticas agrícolas e de gestão de suas propriedades, problemas que, segundo os autores, não podem ser resolvidos individualmente. A prática da agroecologia pode ser entendida como uma nova cultura na agricultura local, e, assim, é também beneficiada pela ação coletiva dos agricultores.

Costabeber e Monayo (2000) também ressaltam que as ações coletivas são resultado e causas do processo de transição agroecológica. Dessa forma, estar em grupo impulsiona e permite a transição agroecológica dos agricultores, visto que há agricultores nos grupos iniciantes que ainda possuem plantações convencionais.

Os grupos retomam práticas de ajuda mútua entre as famílias. Nas reuniões, por exemplo, as famílias se encontram e se motivam para o cultivo agroecológico: “às vezes a gente dá uma desanimada, mas quando acontece a reunião, ficamos animados de novo. Lá surgem ideias novas, então a gente volta e começa de novo” (A8). Essas ajudas entre os membros dos grupos demonstram, também, elementos de reciprocidade (SABOURIN, 2009).

Outra manifestação de elementos de reciprocidade da ação coletiva é a troca de conhecimentos e experiências (SABOURIN, 2009). Nesse sentido, os agricultores relatam esses elementos:

Alguns que sabem alguns detalhes que deu certo em sua propriedade passam para o outro, ninguém fica escondendo coisas (A5).

Nos encontros são trocados conhecimentos e experiências. Todo plantador de orgânico, em qualquer reunião que vai, um sempre está passando informação para o outro (A3).

Os agricultores agroecológicos mencionam que a permanência em grupo facilita a produção e a comercialização dos produtos:

Quando estavam sozinhos estava difícil, em grupo é melhor. Com o grupo acabam adquirindo mais conhecimento, mais ideias, e para vender os produtos também é muito melhor (A7).

Até para conseguir comercializar é melhor em grupo do que sozinho. Orgânico não é um sozinho, um sozinho não consegue nada. No convencional você precisa produzir até que tenha um caminhão cheio, e no orgânico não. No orgânico até dá um caminhão cheio, mas de variedades. Cada um produzindo um pouco enche um caminhão (A8).

Percebe-se, pelos excertos acima, que a ação coletiva é importante para o desenvolvimento da agroecologia. A produção e comercialização agroecológica é facilitada com o trabalho em grupo dos

agricultores. No mesmo sentido, Oliveira e Hespanhol (2011) também afirmam que os agricultores familiares encontram, na organização coletiva, maiores condições de obtenção de êxito no setor.

Mesmo que os agricultores agroecológicos tenham como meta a produção agroecológica ou a comercialização, como algumas entrevistas apontam, os agricultores podem alcançar, por outro lado, a reprodução social do grupo e, conseqüentemente, a dinamização da unidade familiar (OLIVEIRA; HESPANHOL, 2011).

A atuação em grupo permite a obtenção da certificação participativa da Rede Ecovida. Se a certificação fosse obtida de forma individual, seria mais onerosa para todos, segundo os agricultores.

Um sozinho tem muito gasto, principalmente para certificação. Por exemplo: para ter uma certificação participativa tem que ter um grupo. Se não possui grupo e quer uma certificação é preciso pagar uma certificadora particular, o que é mais caro (A6)⁷⁰.

Além da certificação, o planejamento da produção em grupo permite também que cada agricultor plante determinadas espécies, de acordo com sua preferência e viabilidade. “É muito divertido trabalhar assim. E daí cada um planta aquilo que gosta mais de plantar. Por exemplo, se eu não plantar tomate um ano acho que fico doente” (A8). Dessa forma, consegue-se uma grande variedade de produtos, o que é muito importante, principalmente, para a realização de feiras.

Nos grupos se percebem, portanto, elementos de reciprocidade que contribuem para o pertencimento e enraizamento dos agricultores no grupo, bem como o fortalecimento da ação coletiva dos agricultores. Esses elementos de reciprocidade favorecem ainda a produção agroecológica, a obtenção da certificação participativa e a comercialização dos produtos agroecológicos; da mesma forma que

⁷⁰ A certificação individual ou por auditoria é dada por empresas individuais que analisam a conformidade ou não com as normas técnicas das propriedades. Serva e Andion (2008) relatam que a visita periódica (geralmente anual) de um auditor dotado de conhecimento especializado, enviado pela certificadora à propriedade do agricultor, é o mecanismo básico da auditoria. “Com a produção crescente de alimentos orgânicos, várias organizações certificadoras foram criadas, ocasionando o surgimento de um verdadeiro mercado de certificação, espaço em que tais organizações competem entre si” (p.4) Dessa forma as certificações por auditorias são economicamente onerosas e unilaterais.

contribui para a perpetuação da família no grupo e a dinamização da propriedade familiar (OLIVEIRA; HESPANHOL, 2011).

4.3 A ARTICULAÇÃO DOS GRUPOS EM TORNO DA AGROECOLOGIA E DA AFA

Os itens seguintes se concentram em atender ao segundo objetivo específico deste estudo, que consiste em compreender a articulação das organizações agroecológicas em torno da agroecologia e da Agricultura Familiar Agroecológica – AFA.

4.3.1 Pluriatividade das famílias

Para fins de caracterização das famílias integrantes das organizações estudadas, questionou-se sobre as atividades desempenhadas dentro e fora das propriedades, buscando perceber se há elementos que caracterizem pluriatividade nas famílias. A pluriatividade, segundo Schneider (2003).

Constatou-se, em campo, que muitas famílias vivem exclusivamente da atividade agroecológica, principalmente entre os grupos mais estabelecidos. Nos grupos iniciantes é comum perceber, com as entrevistas e observações, que muitos membros possuem, na mesma propriedade, cultivo agroecológico e cultivos convencionais, destacando-se as plantações de fumo, cebola, ou a produção de leite (atividades comuns na região).

Dentre essas famílias, muitas já conseguem ter como principal fonte de renda a agroecologia:

Mas elas [as famílias] já têm como principal atividade na propriedade a produção orgânica (A9).

A maioria vive da agroecologia, só uma família que tem sua principal fonte de renda a fumicultura. Outros também têm aposentadoria. Outras mulheres vendem produtos de beleza ou fazem docinhos para diversificarem suas fontes de renda (A2).

Percebe-se, nessas propriedades, a diversificação das fontes de renda, destacando-se, como principal atividade, a agroecologia. A diversificação de atividades dentro da propriedade é chamada por Schneider (2009) de atividades “para-agrícolas”, que são mais intensas à

medida que forem mais complexas e diversificadas as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem situados.

Há, também, alguns membros das famílias dos grupos estudados que desempenham atividades externas em outras áreas, como, por exemplo, trabalhos em empresas (uma família), trabalhos informais diários com outros produtores (uma família), vendas de roupas e produtos de beleza, e fabricação de itens de padaria para a venda. Em uma das famílias visitadas, o esposo trabalha há um ano e meio fora em virtude de dificuldade financeira da família e baixa de produção numa safra anterior. Esses aspectos reforçam elementos de pluriatividades das famílias, caracterizando, também, uma estratégia de permanência dessas famílias no meio rural, e de manutenção dos vínculos com o patrimônio familiar (WANDERLEY, 2001).

Percebe-se, com essas atividades pluriativas dos agricultores, a manutenção das atividades agrícolas da propriedade, juntamente com a complementação de renda fora da propriedade. A pluriatividade permite, assim, a inserção econômica de pequenos agricultores ou camponeses na propriedade (SCHNEIDER, 2003).

Há, ainda, algumas famílias que possuem outras fontes de renda, como aluguéis e aposentadorias, aspectos que reforçam a permanência dos agricultores no meio rural e caracterizam, também, atividades pluriativas. A pluriatividade é heterogênea e diversificada, e depende das características do contexto ou do território em que estiver inserida (SCHNEIDER, 2009).

Algumas famílias dos grupos participam também da Associação “Acolhida na Colônia”. Dessa forma, essas famílias atuam no agroturismo, e recebem visitantes que acompanham o dia a dia da propriedade, constituindo, assim, uma alternativa a mais de renda. Da mesma forma, Carneiro (1998a) já destacava a pluralidade de ações na zona rural, como a reinvenção das festas comunitárias, o turismo rural e o ideal ecológico, que são portadores de valores culturais urbanos e rurais, reforçando, paradoxalmente, as identidades ameaçadas.

Outras famílias possuem, ainda, agroindústrias dentro de suas propriedades, reunindo alguns agricultores do grupo interessados no beneficiamento de alguns produtos, como a fabricação de doces, geleias, conservas, vinhos e outros, com fins de agregar valor aos produtos e diversificar a oferta das feiras.

Essas estratégias múltiplas da agricultura familiar agroecológica demonstram uma capacidade de inovação, estabelecendo um fator fundamental para a manutenção nos mercados tradicionais e a consolidação em novos mercados (ESTEVAM; MIOR, 2014).

Constata-se que muitos agricultores familiares agroecológicos dos grupos estudados são pluriativos. Essas múltiplas atividades desenvolvidas pelos membros das famílias ensejam classificá-las como um sistema de atividades que são desempenhadas pelos membros da família rural e são destinadas a realizar as funções necessárias à reprodução econômica e social da família (BONNAL et al., 2008). Para Sachs (2004) se torna importante incentivar o desenvolvimento rural, principalmente em atividades não agrícolas, de modo a promover a pluriatividade das famílias nas zonas rurais bem como fortalecer o empreendedorismo rural.

4.3.2 A prática da agroecologia nos grupos

Este item se concentra em descrever a prática da agroecologia nos grupos estudados, bem como evidenciar o processo de transição agroecológica pelo qual muitos agricultores ainda passam.

Para entender melhor a atuação dos grupos na agroecologia é preciso compreender, antes, os aspectos relacionados à transição agroecológica dos agricultores, visto que algumas famílias (principalmente nos grupos iniciantes) ainda estão passando por esse processo, possuindo ainda áreas convencionais na propriedade.

A cultura do fumo, que é forte em alguns municípios, traz algumas consequências para os agricultores que buscam diversificar suas propriedades:

Ela deixa o agricultor um pouco acomodado, as coisas vêm direto na propriedade (A5).

Para sair do fumo, aonde os materiais vem tudo na porta, para entrar num processo diferente é preciso uma mudança grande; é preciso buscar, se aperfeiçoar, modificar o próprio terreno que não está adequado para essas culturas (A4).

Os financiamentos obtidos para as culturas convencionais acabam por segurar os agricultores nessas plantações, uma vez que eles precisaram investir em estruturas e implementos agrícolas de significativo valor financeiro, obrigando os mesmos a realizarem longos financiamentos. “Eles não tem como tirar dinheiro do fumo para estar investindo em outra cultura, cada propriedade tem uma realidade diferente [...]” (A5).

Além disso, os agricultores relatam que, muitas vezes, a agricultura convencional é mais atrativa e muitas vezes mais fácil que a

orgânica. “Ele [o agricultor] não quer mais voltar a usar a enxada, a roçadeira... O agricultor não quer ir porque acha que não vai produzir, ou coisa assim” (A6).

Outras resistências ao cultivo agroecológicos são ainda apresentadas:

Já há um pessoal deixando a terra em descanso por um tempo, fazendo adubação verde. Mas ainda estão com desconfiança que pode dar certo, porque não tem segurança nenhuma. Até mesmo o setor de seguro, que hoje no convencional existe seguro para granizo e excesso ou falta de chuvas. Mas quem está indo para esse sistema agroecológico não tem amparo (A4).

O agricultor relata uma resistência econômica advinda do cultivo orgânico: as principais fontes de financiamento para a agricultura ainda não consideram a agroecologia, não possuindo um seguro caso aconteça alguma intempérie. Recentemente, o Pronaf abriu uma linha de crédito para a agroecologia, mas os agricultores ainda não obtiveram acesso à essa linha de financiamento⁷¹.

Na maioria dos casos, o início da transição agroecológica se dá por meio de experimentos em pequenas áreas das propriedades, separadas por barreiras, e, em outra área, continuam o cultivo convencional. Desta forma, compreende-se que a transição agroecológica é um processo com múltiplas dimensões, principalmente a social e a ambiental, aliados à questão econômica (COSTABEBER; MONAYO, 2000).

Nos grupos iniciantes os agricultores relatam que o processo de transição é lento:

Dá a impressão de que os agricultores precisam estar lá e conviver para ver se é aquilo que se quer ou não (A5).

É preciso respeitar o tempo das pessoas (A2).

A agroecologia no grupo foi devagarinho [sic], eram pequenas áreas, às vezes somente o quintal, o pessoal tinha medo de não conseguir produzir, depois produzir e não sabia se ia vender (A9).

⁷¹ Os aspectos sobre as políticas públicas serão abordados no item 5.4.1.

Nas propriedades que hoje são totalmente agroecológicas, a transição foi se dando aos poucos, na utilização de menos agrotóxicos, por exemplo.

Nós já usávamos pouco [agrotóxicos], no último ano nos “foi dado” algumas misturas para aplicar nas plantas, aí a gente viu que deu cebola também, sem o uso de venenos para insetos, somente passando no ‘mato’. Foi um caminho que a gente viu que a coisa poderia andar (A1).

A maioria das famílias que hoje estão em grupos agroecológicos, antes plantavam culturas convencionais e, em muitos casos, tinham histórico de doença na família, advindas do cultivo com agrotóxicos: “Muitas pessoas que estão no grupo vieram por problemas de intoxicação com as culturas convencionais⁷²” (A9).

Além de aspectos de saúde, algumas pessoas ainda buscam a agroecologia por uma causa mais utilitarista, com vistas na obtenção de um ganho fácil com a produção, segundo um agricultor. “Há pessoas que só estão entrando porque estão vendo aí um mercado aberto, mas não estão vendo a questão da agroecologia” (A9). Porém Caporal e Costabeber (2002) já afirmavam que a transição agroecológica não se limita a apenas se enquadrar nos estímulos do mercado, mas também incorporar valores ambientais e a orientar para a construção de uma nova ética de relação da sociedade com a natureza.

No mesmo sentido, um agricultor ressalta que, para se tornar um bom produtor agroecológico, é preciso um compromisso pessoal com a causa da agroecologia:

Muitos agricultores têm medo de partir para essa área. Isso precisa estar no coração da pessoa e tem que ter a visão para orgânicos senão ele não se torna um agroecologista ou um produtor orgânico, que é o certo. Eu vejo que isso tem que estar no ser humano que parte para essa área (A6).

O excerto da fala acima evidencia que a agroecologia exige, além de uma racionalidade econômico-produtiva, mudanças nas atitudes e valores dos atores sociais, com respeito ao manejo e conservação dos recursos naturais, e nas relações sociais entre os atores implicados (CAPORAL, 2008).

⁷² Outros aspectos do benefício da agroecologia para a saúde dos produtores serão abordados no item 5.3.3.

Nos grupos mais estabelecidos, a maioria de suas propriedades já são agroecológicas: “no grupo, todas as quatro propriedades são todas orgânicas. Não possuem áreas convencionais” (A6).

A agroecologia é entendida pelos grupos como um sistema de vários fatores interligados: “não pode ser separado, tem que ter a preservação do meio ambiente, do solo, da água. tem que ser um conjunto, pra mim não existe diferença” (A1). Para outro agricultor, na agroecologia, “quanto mais preservar, melhor” (A3).

Nesse sentido, percebe-se, pelo relato dos agricultores a seguir, que a agroecologia envolve uma visão integradora da propriedade:

Agroecologia é muito mais que só não produzir sem veneno e sem adubo, é muito mais que isso, é como olhar o entorno da casa dele, da propriedade dele, e perceber como está a questão do lixo, a questão da água, como são feitas as coisas lá, [...] (A2).

Tanto que aí se avalia a propriedade como um todo e não somente a área de produção, onde a família convive como um todo. Eu não posso ter uma produção orgânica para vender e passar veneno ao redor da casa onde a família circula. É o respeito à vida acima de tudo, a vida de qualquer um. A começar pela família, as plantas que tem para produzir, os cuidados com a água com o solo. Agroecologia é um todo (A9).

Os comentários dos agricultores confirmam que a agricultura agroecológica é aquela que possui uma compreensão holística dos ecossistemas, da mesma forma como apresentado por Caporal (2008).

Percebe-se que a agricultura orgânica, diferentemente da agricultura convencional, necessita de mais mão de obra, não busca uma superprodução, e tem preocupações ambientais. Características bem diferentes daquelas apresentadas por Wanderley (2000) sobre as dimensões da agricultura convencional, inspiradas na Revolução Verde.

Nesses termos, um agricultor faz um contraponto da agroecologia com o sistema convencional:

Tu olha diferente para a propriedade, na produção convencional você só tem que estar produzindo, com adubo, veneno e todo o pacote tecnológico. Na agroecologia você já procura buscar um equilíbrio do solo, dos minerais, dos micro-organismos, pra ter uma planta equilibrada (A5).

O sistema convencional, oriundo do paradigma tecnológico da Revolução Verde, utiliza os conhecimentos da química e da biologia para difundir uma trajetória tecnológica baseada no uso intensivo de recursos químicos (ALBERGONI; PELAEZ, 2007); com isso, os agricultores entram num ciclo de produção em que é preciso acompanhar as inovações químicas e ter determinados níveis de produtividade, para compensar os investimentos realizados, causando grandes impactos no solo e na biodiversidade.

Para a produção agroecológica, os agricultores citam que é preciso dedicação e compromisso: “tem que se dedicar, não adianta de dia ser orgânico e de noite não” (A3). Assim, surgem também alguns conflitos diante da não conformidade das práticas de alguns membros com a produção agroecológica: “há pessoas que tem a certificação, mas que não tem o resultado que se espera lá na propriedade” (A2).

Em algumas entrevistas observou-se também que a agroecologia é uma escolha pessoal do agricultor:

para que as propriedades sejam agroecológicas e não simplesmente [plantações] orgânicas, pedem que a gente vá além. É como se fosse uma vocação, uma escolha de vida que eu trabalhe com orgânico (A9).

A agroecologia permite práticas sustentáveis ambientalmente nas propriedades. Assim, são realizados reflorestamentos, cuidados de nascentes, mata ciliares de rios e córregos. Alguns chegam a afirmar, inclusive, que “nas propriedades agroecológicas até o ar é mais gostoso” (A8). Essas ações confirmam os cuidados com os recursos ecológicos integrantes da agroecologia, apresentados por Gliessman (2000).

Sachs (1986) cita como uma das características marcantes do *ecodesenvolvimento* a gestão e exploração dos recursos naturais com uma perspectiva de atenção às gerações futuras. Dessa forma, a prática da agroecologia permite uma aproximação com os pilares do desenvolvimento sustentável.

Os cuidados com o solo são evidenciados nas entrevistas:

A ideia é valorizar ao máximo o solo (A9).

Você consegue produzir de tudo no orgânico, é só você melhorar a terra, o convencional não pensa em melhorar a terra. O agricultor convencional pensa em alimentar a planta e o agricultor orgânico pensa em alimentar a terra para ela alimentar a planta (A6).

A prática agroecológica dos grupos pode ser vista por meio do olhar da multifuncionalidade da agricultura (CARNEIRO; MALUF, 2003), uma vez que ela permite o cumprimento das quatro funções principais da agricultura familiar: a reprodução socioeconômica das famílias rurais, a promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade, a manutenção do tecido social e cultural, e a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

Novas práticas acontecem nas propriedades, e os benefícios ambientais são visíveis: “antes a gente quase nunca via minhocas na terra, hoje a gente está capinando e a gente acha os bichinhos” (A7). Antes, com o cultivo convencional, ela afirma que a primeira coisa que eliminavam com venenos era o predador natural, “as coisas que faziam o bem para a natureza” (A7).

Na agroecologia, o processo natural das plantas é entendido de uma forma mais integral: “a gente não pode fazer nada contra a natureza, a gente planta, tenta cuidar e faz a nossa parte. A gente faz o que dá para fazer e o restante a gente deixa” (A7). A agricultora ressalta que, na agroecologia, “o mato vem, cresce, fecha o ciclo e morre, assim é a natureza” (A7). Refletem-se, nessas falas, aspectos integrantes da agricultura agroecológica, como a aceitação e tolerância das condições locais e poucas tentativas de controle sobre o meio ambiente, apontadas por Gliessman (2000). O respeito aos ciclos ecológicos é também uma premissa do *ecodesenvolvimento* de Sachs (1986).

Na Figura 7 são apresentadas imagens da prática da agricultura agroecológica dos grupos pesquisados.

Figura 7 – Prática da agroecologia nos grupos.



Fonte: trabalho de campo, 2014.

A noção de tempo nos projetos da ação coletiva dos agricultores familiares é um fator a ser considerado. Nesse sentido, Serva (1997) já alerta que a ação coletiva pressupõe uma duração ancorada nos ritmos biológicos e sociais. Na agroecologia, também é preciso esperar as condições ambientais favoráveis ao cultivo de determinados produtos, respeitando a sazonalidade.

Os agricultores ainda realizam entre o grupo a troca de sementes e produtos para consumo das famílias, expressando assim dois fundamentos da agroecologia apontados por Gliessman (2000):

Eu compro produtos dos outros membros para consumo, como batatinha, alho, uva, sucos... eu gosto de consumir produtos orgânicos; a gente tenta cortar ao máximo de produtos não orgânicos (A6).

Há trocas de sementes também, quando a gente pode ajudar, a gente sempre ajuda [...] (A3).

A troca de sementes na agroecologia, além de manifestar um elemento de reciprocidade, contribui também para o resgate do patrimônio genético e biodiversidade que, em parte, o modelo da Revolução Verde fez perder (ANDION, 2007).

A agroecologia pode ser entendida como um manejo ecológico dos recursos naturais (ALTIERE, 1998). Nas organizações estudadas, o manejo é realizado por várias técnicas: uns utilizam a agrofloresta, outros fazem hortas mandalas⁷³, e outros, ainda, criam tecnologias para aplicar na propriedade e facilitar o trabalho. “Cada produtor tem um sistema, nós é no meio do “mato” mesmo [agro floresta], outro usa o sistema de canteiros, outro utiliza a capinadeira que ele mesmo puxa” (A8).

A agroecologia nas propriedades é caracterizada pela diversidade, em contraposição com a monocultura, que busca a especialização. Nesse sentido, uma agricultora enfatiza que “não queremos ninguém que só vai plantar repolho, ninguém que só vai plantar cenoura. Dessa forma seria uma reprodução da monocultura, e na agroecologia não funciona” (A2).

A prática da agroecologia é, então, nas palavras de um agricultor, uma agricultura de pequeno porte. “Este orgânico é pra quem está meio solitário, sem muita dívida, porque tem que plantar aos pouquinhos e vender. Porque faz pouco dinheiro, não faz muito dinheiro” (A8). Por outro lado, há muitos relatos de agricultores que conseguem mais renda com a agroecologia do que com a atividade convencional anterior, e também “muitos agricultores pagaram as dívidas da fumicultura somente com a produção orgânica” (A5).

A agroecologia exige um esforço maior dos agricultores, principalmente na comercialização: “[é preciso] utilizar o que tem dentro da propriedade, trabalhar com adubação verde, tirar os atravessadores e ir lá comercializar direto” (A5). A comercialização direta, por meio de feiras, foi apontada na pesquisa de Zoldan e Karan (2005) como a principal estratégia de comercialização adotada pelos agricultores agroecológicos.

A prática da agroecologia permite, ainda, o resgate de culturas crioulas que “se perderam com o tempo”. Essas, segundo os agricultores, possuem um valor nutricional superior ao produto híbrido. A agroecologia promove um resgate do patrimônio genético e da

⁷³ As hortas mandalas são as plantações em forma canteiros circulares, utilizando adubação orgânica de compostagem ou esterco das propriedades, cobertura morta com palhada e plantio de várias espécies num só canteiro (CEPAGRO, 2013).

biodiversidade que o modelo da Revolução Verde fez perder, conforme apontado por Andion (2007).

A agroecologia ainda se propõe à oferta de produtos "limpos", ecológicos, isentos de resíduos químicos, em oposição àqueles característicos da Revolução Verde (CAPORAL e COSTABEBER, 2002). Nesse sentido, alguns agricultores dizem conhecer pelo cheiro se um produto é orgânico ou não.

Os cuidados com a produção orgânica são também controlados por agências públicas, como a CIDASC, e técnicos do MAPA. Os agricultores relatam que, aleatoriamente, são recolhidos produtos nas propriedades ou nos locais de comercialização para a realização de testes, a fim de verificar a ausência de agrotóxicos nos mesmos. Dos grupos visitados, nenhum, até o momento da pesquisa, mencionou que foi detectada a presença de agrotóxicos em seus produtos.

Conclui-se que a agroecologia praticada pelas organizações estudadas é portadora das dimensões social, econômica e ambiental (COSTABEBER; MONAYO, 2000). Essas dimensões são, também, pilares fundamentais do desenvolvimento sustentável, apontados por Sachs (1993). Assim, sua prática nos grupos contribui para a conservação dos recursos naturais e do patrimônio natural, preza pela qualidade dos alimentos, e possibilita a reprodução social das famílias nos grupos estudados.

Algumas famílias, principalmente nos grupos iniciantes, se encontram no processo de transição agroecológica. As culturas convencionais ainda trazem algumas consequências para as famílias, como por exemplo, o uso de insumos químicos e o endividamento das famílias atrelado aos financiamentos adquiridos em maquinários ou estruturas necessárias ao cultivo convencional. A transição agroecológica nos grupos se deu aos poucos, em pequenas áreas e experimentos nas propriedades. Os agricultores que hoje são totalmente agroecológicos antes cultivavam plantações convencionais, principalmente o fumo e, devido a isso, tinham várias complicações de saúde.

Para a transição agroecológica, há a necessidade da incorporação dos princípios da agroecologia afim de que a mudança não se dê apenas motivada por uma oportunidade econômica para as famílias (CAPORAL; COSTABEBER, 2002). Nesse sentido, os agricultores destacam que é preciso um compromisso pessoal ou uma "vocação" para o trabalho na agroecologia.

A agroecologia é entendida como uma mudança de olhar e das ações na propriedade, de forma holística e integrada. É ainda uma

prática que permite a compreensão de outras funções na agricultura familiar. Assim, as ações na agroecologia contribuem para o equilíbrio socioeconômico e ambiental das propriedades. Dessa forma, permite-se inferir que dimensões do desenvolvimento sustentável são alcançadas com as práticas agroecológicas.

4.3.3 Benefícios da agroecologia para as famílias

A prática da agroecologia nos grupos traz benefícios para as famílias que cultivam nesse sistema. Entre os benefícios da produção orgânica apontados nas entrevistas, a saúde da família é a mais citada. Assim, para uma das famílias, a agroecologia significou uma “mudança do dia para a noite” (A1) uma vez que “antes tudo o que comia fazia mal” (A1).

Outra família afirma que ganhou qualidade de vida depois da transição agroecológica:

Meus filhos diminuiu [sic] bastante a preocupação com saúde. Meu filho mais novo, com 7 anos, eu quase nunca vou no médico com ele. Antes, a cada mês, eu parava uma ou duas vezes no posto de saúde porque eles ficavam doentes (A7).

As famílias que iniciaram na agroecologia relatam que obtiveram um ganho em saúde devido, principalmente, ao manejo ser com tecnologias que causam poucos danos ao meio ambiente e, consequentemente, aos agricultores. Nas propriedades, há sempre produtos saudáveis disponíveis para o consumo: “não precisa ter medo de comer, pode ir lá na roça, limpar um pouquinho e comer lá mesmo” (A3). A promoção da saúde e da qualidade de vida advindas da agricultura agroecológica é relatada também na pesquisa de Azevedo e Pelicioni (2011).

A troca de experiências proporcionada entre os membros é outro benefício da agroecologia, aspecto bem diferente, quando comparada com a agricultura convencional, segundo uma agricultora.

Onde tem um grupinho de produtores agroecológicos eles estão sempre comentando. “Ó eu fiz isso, eu fiz aquilo, aquilo deu certo, aquilo deu errado”. Já onde existe um grupo de produtores convencionais nunca a gente escuta esses comentários, por quê? O que deu certo pra mim eu quero saber, o outro não precisa saber, o outro que se dê mal. Dentro da agroecologia não

existe isso, existe uma harmonia, uma troca, todos querem que vá tudo bem. Não existe concorrência na verdade. Acho que há amizade e a cabeça é mais aberta porque se eu estou bem eu quero que o outro também esteja bem (A1).

Percebe-se, pelo relato, que o cultivo agroecológico permite a ajuda mútua entre os agricultores, com objetivo de melhorarem suas propriedades. Nesse sentido, outro agricultor relata:

No orgânico não tem competição. Inventei uma maquininha de semear cenoura, eu não fiquei pra mim, passei pra um monte de gente, até fiz maquininha de semear para passar pra outras pessoas (A3).

Melhoras de renda também são percebidas com a agroecologia, por meio dos comentários:

Já conseguimos melhorar o carro... e assim vai indo. É sinal que há algum dinheiro entrando e está sendo pago tudo com dinheiro da agroecologia (A3).

A maior parte da renda obtida na propriedade vem do cultivo de orgânicos e da receita de duas casas alugadas, que foram também construídas com a atividade da agricultura orgânica anos atrás (A6).

Hoje que estamos mais velhos conseguimos fazer mais dinheiro com o orgânico do que fazíamos antes. Agora vamos pegar dinheiro do orgânico para pagar o banco que foi financiamento da cebola convencional. O dinheiro do tomate vai ser usado para pagamento das dívidas da produção da cebola convencional (A8).

O cultivo agroecológico permitiu, então, melhoras nas condições econômicas das famílias. Os agricultores demonstram satisfação nessa forma de cultivo:

Eu gosto da lavoura, escolhi aqui, as opções de emprego fora para mulher são ou facção [costura] ou diarista, e é sempre um lugar fechado, aqui é bem sossegado (A7).

Estamos contentes com a produção orgânica, mas sempre queremos melhorar e aprender modos

novos para não errar na produção. A gente nunca sabe, está sempre aprendendo coisas novas (A8).

Os benefícios da agroecologia para as famílias estão ligados, principalmente, na melhora da saúde e bem-estar das mesmas; algumas salientam que a questão econômica também é melhor, quando comparada às culturas convencionais. Outros benefícios se dão também por meio das relações de reciprocidade que favorecem o engajamento e o apoio nas atividades produtivas das famílias. As práticas agroecológicas permitem relações de reciprocidade, como a troca de produtos e conhecimentos entre os agricultores, contribuindo para a segurança alimentar e inserção social das famílias envolvidas.

4.3.4 Entraves à produção agroecológica

Na produção agroecológica, os agricultores familiares se deparam com muitos entraves. Dentre eles, destaca-se a alta demanda de trabalho exigida na produção, uma vez que realizam o manejo ecológico e natural dos recursos sem uso de pesticidas ou outras técnicas químicas (CAPORAL; COSTABEBER, 2002). Assim, a principal dificuldade apontada na produção dos grupos encontrados é com a mão de obra. “A principal queixa é que trabalham bastante” (A2). “Porque não há o uso de agrotóxicos e a demanda por serviços manuais aumenta” (A6).

Relacionado ao problema da mão de obra está o fenômeno do envelhecimento das famílias rurais, segundo os agricultores.

[...] Somos só nós dois e não temos mais 20 anos. Muitos dos agricultores estão aposentados. Onde tem um filho que vai continuar o trabalho dos pais, beleza! Mas têm filhos que ainda preferem ir com um vaporizador [aplicando agrotóxicos] do que ir com a enxada capinar (A8).

Na maioria das famílias está somente o homem e a mulher, os filhos foram embora e o casal já é mais velho. Ou quando é casal novo os filhos são pequenos. E muitos tem filhos jovens mas eles não querem entrar no orgânico porque veem o pai e a mãe trabalhando demais. Carpindo muito, não saem dali, não tem folga. Isso não serve de estímulo, está faltando melhoria nas técnicas para facilitar o trabalho deles (A9).

Está tendo bastante êxodo rural, quem está sobrando é gente mais de idade. E esse pessoal mais idoso não tem condições de plantar fumo e ainda fazer outra cultura (agroecologia) (A5).

A questão do êxodo rural, principalmente entre os jovens, que acarreta num envelhecimento relativo da população que permanece no campo, é também evidenciada no trabalho de Stropasolas (2006).

De outro modo, algumas propriedades não apresentam condições de abrigar uma produção agroecológica, segundo um agricultor.

Nem sempre o espaço permite a produção agroecológica. Há terras que ficam mais baixas e são ‘bombardeadas’ pelos vizinhos que utilizam agrotóxicos. A consciência deles está ali, mas eles não conseguem produzir pelo local (A1).

Assim, dependendo da localização da propriedade, nem sempre é possível obter uma certificação orgânica. Por isso, quando novos membros entram nos grupos, eles são orientados, e recebem visitas, nas propriedades, de outros membros, com o objetivo de verificar a possibilidade do cultivo agroecológico e obtenção da certificação participativa.

Outra dificuldade apontada em um dos grupos é a falta de empenho em aumentar a produção. “Aqueles que reclamam que não têm renda é porque plantam pouco, porque não há o que se fechar para a comercialização” (A2).

Já para um dos grupos que possui menos de três anos há problemas de produção atrelados com a deficiência de um meio de comercialização estável.

Temos diversidade, mas temos pouca quantidade de produtos. É uma coisa que pode ser melhorada a partir do momento que se tem certeza da venda, mas como ter certeza da venda se não tem produto para mostrar? (A9).

Alguns agricultores, nos grupos iniciantes, ainda não produzem dentro das normas da produção agroecológica, uma vez que esses ainda estão imbuídos da lógica da agricultura convencional:

A maior dificuldade é quando é alguém quer entrar e ainda não teve uma capacitação, um curso. E mesmo alguns que estão há mais tempo no grupo ainda estão muito com a visão das

técnicas convencionais, de remover muito o solo, não manter palhada. Vamos estar mais evoluídos nas propriedades a partir do momento que andar pelas propriedades depois que choveu e sair com os calçados limpos (A9).

A incorporação de novas técnicas de produção orgânica é um dos fatores principais para alavancar a produção das propriedades e, ao mesmo tempo, otimizar a mão de obra dos agricultores:

Cada vez mais pessoas estão trabalhando com orgânico, as técnicas vão melhorando também e vão ajudar o agricultor a reduzir os problemas com mão de obra, visto que é uma grande dificuldade encontrada hoje (A9).

Um dos agricultores aponta ainda a necessidade de investimento em maquinários para maior produção em sua propriedade:

A família está um pouco descapitalizada e só tem um tobatinha⁷⁴ velho para trabalhar. [...] A gente se sente um pouco de mãos amarradas por não poder produzir mais e haver demanda e pedidos para novos produtos. [...] Assim, com pouco maquinário colhemos poucas caixas, com um trator poderíamos colher umas 50 caixas de tomate. [...] O que não pode é estar esperando pelos outros para fazer as coisas, aí não funciona (A9).

Por outro lado, o uso de implementos agrícolas não é muito apoiado pelos defensores da agricultura agroecológica, uma vez que a mecanização da produção pode levar a um aumento na escala de produção, aspecto da agricultura convencional, inspirada pela Revolução Verde (SCHNEIDER, 2006, p. 16).

A falta de recursos para investimentos na propriedade também é apontada num dos grupos, onde uma parte das famílias possui pouca renda para iniciar a plantação de orgânicos, ou estão envolvidas em dívidas devido às culturas convencionais. Da mesma forma, Paulilo (1990) já apresentava em uma parte de sua pesquisa que os produtores “integrados” possuem dívida com o banco em função de financiamentos necessários à produção e com a própria agroindústria, devido aos

⁷⁴ Tobata é um micro trator utilizado em trabalhos agrícolas.

insumos utilizados. No comentário abaixo se percebe essa dificuldade em um dos grupos:

Muitas vezes precisa de recursos para investir na propriedade, para melhorar solo, comprar alguma muda, uma irrigação, e esse é o problema, a questão financeira, muitos não tem dinheiro para estar investido. [...] Tem gente que tem interesse, quer mudar, mas não tem recursos para investir. Para acessar financiamentos via banco é também um problema para os agricultores do grupo, visto que muitos deles estão inadimplentes, com dívidas da cultura do fumo (A5).

Outros problemas, como falta de incentivos e atrasos em repasses das políticas públicas (PAA e PNAE), também são mencionados, e acabam desestimulando a produção:

Porque todos os dias somos tentados a desistir. Sempre tem os problemas de atrasos em pagamentos. Tudo envolve, nós somos uma rede, e um problema que dá aqui afeta diretamente ou indiretamente os outros. Há outras questões também que veem e dão um cansaço na gente (A2).

Para a produção, muitas vezes, há a dificuldade em conseguir as sementes apropriadas: “às vezes é difícil conseguir sementes certas. A semente muitas vezes é cara” (A3). As intempéries muitas vezes também prejudicam a produção: “[a instabilidade] traz dificuldade para você produzir, se chove demais tem a sua dificuldade, se chove pouco também tem a sua dificuldade” (A6). Outro agricultor evidencia, no mesmo sentido, que: “o clima desequilibrado, tudo isso são ameaças que deixa o agricultor desanimado se ele não estiver bem firme” (A2).

Os principais entraves com a produção agroecológica estão relacionados, principalmente, à indisponibilidade de mão de obra nas propriedades, altas demandas de trabalho e, em algumas vezes, à não viabilidade de produção das terras e intempéries. Alguns grupos enfrentam também baixa produção em virtude da não certificação das propriedades ou insegurança sentida na comercialização. Os repasses de algumas políticas públicas encontram-se bloqueados pelo governo, fato que também acarreta em uma dificuldade econômica nas propriedades.

4.4 INTERAÇÕES E EFEITOS COM O DESENVOLVIMENTO DA AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO

Neste item busca-se atender ao terceiro objetivo deste estudo, que consiste em analisar os efeitos das organizações agroecológicas para o desenvolvimento da agroecologia no território.

A partir do pressuposto de que o espaço é socialmente construído (HAESBAERT, 2004), busca-se, nesta subseção, apresentar as principais ações dos grupos agroecológicos e outras entidades, que convergem para o desenvolvimento da agroecologia no Alto Vale do Itajaí.

Para isso, sob a luz de da abordagem do desenvolvimento territorial sustentável, descreve-se as interfaces das organizações agroecológicas estudadas, com as políticas públicas e demais entidades atuantes no território, que possuem algumas relações com a agroecologia. Desse modo, constatou-se, em campo, que há ações conjuntas dessas entidades para com a agroecologia no território; há, assim, a necessidade de apresentá-las, uma vez que muitos agricultores dos grupos são beneficiários das mesmas.

4.4.1 Interação com Políticas públicas

Os agricultores agroecológicos dos grupos estudados participam de algumas políticas públicas direcionadas à agricultura. As mais acessadas são referentes à comercialização de produtos, via mercado institucional (PAA e PNAE), financiamento das atividades (Pronaf) e crédito fundiário. Da mesma forma, Ghilhoto et al (2007) evidenciam que as políticas públicas voltadas para o segmento familiar - de crédito, de assistência técnica, de pesquisa e de comercialização - são importantes para incrementar a produtividade do trabalho e, por consequência, a sustentabilidade econômica dos agricultores familiares.

Com o PAA os agricultores fornecem alimentos para hospitais, orfanatos e casas de ajuda no território e no Banco de Alimentos localizado em Blumenau. As vantagens deste programa, segundo Camargo et al. (2013), estão na dispensa de licitação e na possibilidade de entregar produtos dentro da sazonalidade da produção.

Na participação no PAA, os agricultores relatam que possuem muitas dificuldades de pagamento dos produtos entregues, principalmente no corrente ano da pesquisa, em virtude de suspensão provisória, por parte da CONAB, devido a algumas irregularidades na

operação do programa⁷⁵. Por isso, uma das agricultoras protesta: “tem muitos pagamentos atrasados” (A9).

Por meio do PNAE, os agricultores fornecem seus produtos diretamente nas escolas dos municípios ao qual pertencem. Cada família pode vender produtos ao PNAE, até atingir o limite de R\$ 20 mil por ano. Desta forma, para um agricultor “a merenda escolar tem um limite e às vezes os preços praticados não são atrativos” Apesar de essa política pagar até 30% a mais pelos produtos orgânicos, em relação aos produtos convencionais, muitos agricultores preferem as feiras.

No fornecimento para escolas via PNAE, os agricultores enfrentam também algumas dificuldades burocráticas. Uma das agricultoras relata que nunca conseguiu fornecer para a alimentação escolar do município, pois a prefeitura alega que só compra por meio de cooperativa (contrariando as regras do programa). “Dois anos seguidos já a gente tentou entrar, mas não conseguimos. Tem que preencher toda a papelada, daí a gente desistiu de tentar” (A7).

Na operação do PNAE, os agricultores enfrentam algumas dificuldades em fornecer quantidades fixas estipuladas nos contratos, devido, principalmente, à intempéries, da mesma forma como apontam Camargo et al. (2013). Os agricultores manifestam também que não há possibilidade de troca por outros produtos ou remanejamento do contrato: “uma vez que o agricultor se comprometeu a entregar ele deve cumprir” (A3).

Para uma entrevistada das entidades, os agricultores que migraram de culturas convencionais acham baixos esses valores do PAA e PNAE, uma vez que estão acostumados a investir grandes quantidades.

Os agricultores acham que os valores máximos permitidos por ano para o PAA e PNAE são poucos porque eles estão acostumados a investir 80 ou 100 mil, mas eles não sabem quanto eles tiram ou o que eles ganham de líquido, o que importa é o volume de dinheiro que o processo te suga (E6).

O Pronaf também é utilizado, principalmente na sua versão Pronaf-custeio. Este programa tem por objetivo o financiamento de despesas normais de custeio da produção agrícola e pecuária, além de

⁷⁵ O PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) teve suas atividades suspensas no ano de 2014 em virtude de irregularidades na prática de alguns contratos de fornecimento.

melhorar a renda e inserção do trabalhador rural (BANCO DO BRASIL, 2015).

O Pronaf oferece uma linha de crédito para a agroecologia, o Pronaf Agroecologia. Essa é uma das poucas fontes de financiamento específicas para a atividade, segundo os agricultores, e oferece como vantagem um seguro, caso a produção tenha alguma intempérie (seca ou chuva prolongada, e granizo).

Porém, entre os grupos entrevistados, os agricultores ainda não acessam o Pronaf Agroecologia. Segundo eles, os bancos ainda não estão preparados para esclarecer as informações sobre o financiamento, além de a política exigir um controle rígido sobre quais produtos serão plantados, e as quantidades. “É difícil fazer uma planilha de controle para os diferentes produtos produzidos para o acesso a essa política. É algo novo e ainda não sabemos operar bem” (A9). Gazola (2004) também evidencia alguns problemas com a utilização do Pronaf; segundo ele, a política não consegue fomentar a produção dos agricultores, ou induz, às vezes, a um padrão produtivista.

Uma das entrevistadas, representante de uma das entidades, aponta, também, a dificuldade no uso do Pronaf Agroecologia. Segundo ela, são precisos determinados aspectos, como plantas no zoneamento da região e previsão de mercado, fatores que muitas vezes os agricultores não possuem.

Hoje em dia, por exemplo, é muito difícil o Banco do Brasil receber um Pronaf Agroecologia, porque tem que ter zoneamento, a planta tem que estar no zoneamento da região, senão não recebe o seguro, em caso de estragos. Ainda é preciso uma previsão de mercado, e os agricultores não tem isso. Tem todo um projeto que precisa ser feito (E6).

Percebe-se que há, no acesso e operação das políticas públicas, muitos procedimentos burocráticos que os agricultores agroecológicos não conseguem realizar ou não possuem controle, como por exemplo, a previsão de mercado. Serva (1997), nesse sentido, aponta que muitas políticas públicas possuem um caráter setorial, e muitas vezes, são incapazes de gerar vias de socialização ou, ainda, de mudança cultural. Assim, para o autor, a forma tradicional pelo qual as políticas públicas são elaboradas não favorece o desenvolvimento de uma parceria produtiva com a sociedade civil.

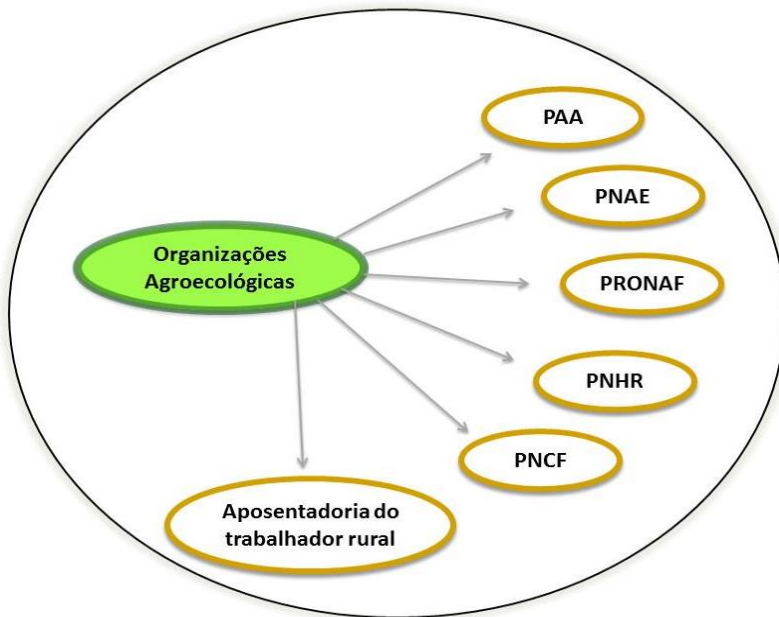
Além das questões específicas exigidas pela política, há o despreparo de alguns profissionais das agências bancárias na oferta e esclarecimento da mesma, segundo a entrevistada. “Mas o maior entrave são os profissionais que assumem as agências dos bancos e não têm clareza dos financiamentos. Muitas vezes, o próprio banco não incentiva” (E6).

Os agricultores das organizações estudadas utilizam-se, ainda, de políticas relacionadas à compra de terras e habitação rural. Assim, respectivamente, alguns são beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). O primeiro oferece condições para que trabalhadores rurais, com pouca ou sem nenhuma terra, possam comprar um imóvel rural (CAIXA, 2015), e o PNHR concede subsídios para o beneficiário (pessoa física), agricultor familiar ou trabalhador rural, organizados por uma entidade organizadora (sindicatos, cooperativas, associações), para a aquisição de material de construção, para construção, conclusão ou reforma/ampliação da unidade habitacional em área rural (CAIXA, 2015). Percebeu-se que alguns agricultores dos grupos visitados possuem terras recém adquiridas, e casas construídas com financiamentos e bonificações advindas dessas políticas; mostrando-se satisfeitos com as terras próprias e/ou novas habitações.

A aposentadoria do trabalhador rural também é outro tipo de benefício recebido, visto que muitos agricultores dos grupos possuem 50 anos ou mais, e conseguem, assim, com a aposentadoria, a complementação da renda agrícola. Para requerer o benefício, os agricultores familiares e trabalhadores rurais devem preencher dois requisitos: ter idade mínima de 55 anos para as mulheres e, 60 para os homens, e ter no mínimo 15 anos de tempo de atividade rural comprovada (INSS, 2015).

A Figura 8 sintetiza as principais políticas públicas utilizadas pelos agricultores familiares agroecológicos:

Figura 8 - Interface com políticas públicas



Fonte: elaboração própria

Percebe-se que os agricultores participam de algumas políticas públicas e, ao mesmo tempo, possuem algumas dificuldades no acesso a elas. Nesse sentido, Carneiro e Maluf (2003) destacam que a noção de multifuncionalidade, aplicada na concepção e operação das políticas públicas destinadas à agricultura familiar, pode valorizar outros aspectos, além da função econômica, como a questão social e ambiental.

Aliada à noção de multifuncionalidade, as organizações da sociedade civil, como as estudadas, possuem importância fundamental na participação da elaboração e execução das políticas públicas. Teixeira (2002) destaca que a esfera do espaço público, local de atuação da sociedade civil, passa a exercer um papel político amplo de construir alternativas nos vários campos de atuação do Estado, e de oferecê-las ao debate público, coparticipando, inclusive, na sua implementação e gestão das políticas.

4.4.2 Comercialização dos grupos

A comercialização nos grupos é uma forma de relacionamento com o território. As organizações agroecológicas realizam a

comercialização por distintos canais, com destaque na venda direta, principalmente em feiras livres. Desse modo, confirma-se os achados de Zoldan e Karan (2005), que apontam que os grupos agroecológicos possuem diferentes estratégias e canais para comercialização, tendo na venda direta sua maior expressão.

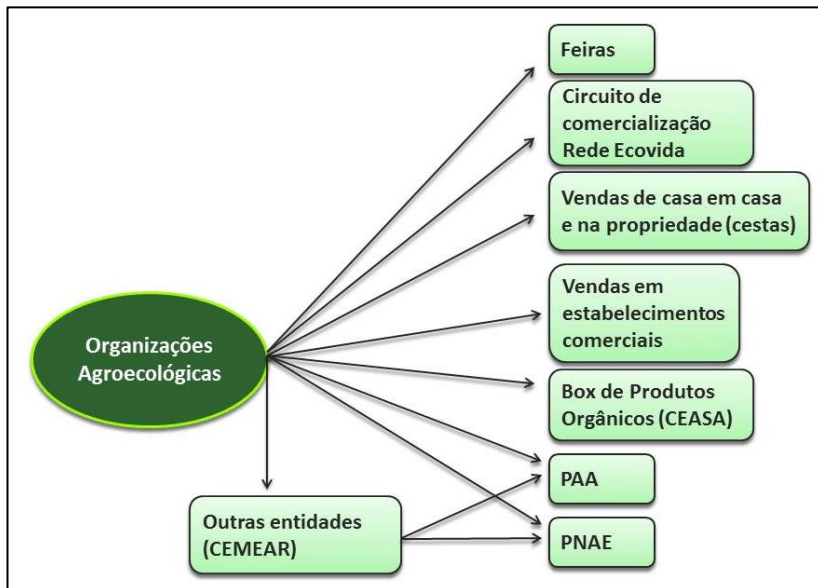
Nas vendas institucionais, todos os grupos pesquisados participam dos editais, fornecendo produtos para escolas (PNAE) e outras entidades (PAA). Para o PNAE, por exemplo, como apresenta o agricultor, “a cada seis meses é feita uma nova chamada e cada agricultor tem uma quantidade certa. As escolas priorizam produtos orgânicos” (A8). A comercialização por esses meios permite que os produtores orgânicos recebam 30% a mais por seus produtos, quando comparados a produtos convencionais.

O CEMEAR, que atua como entidade representativa dos grupos, também assume algumas chamadas públicas do PAA e PNAE. Assim, a entidade recolhe produtos semanalmente de alguns grupos para o fornecimento à essas políticas. Há agricultores que participam também de outras cooperativas, para poderem fornecer alimentos em outras cidades, via mercado institucional.

Outras formas de venda direta também são realizadas, como a venda de casa em casa (realizada por quatro produtores em seus municípios - Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Chapadão do Lageado e Vidal Ramos) e a venda de produtos diretamente na propriedade. “Há muitos clientes fixos que vêm até a propriedade comprar seus produtos” (A6). Muitas vendas de casa em casa acontecem na modalidade de entrega de cestas de alimentos, de forma combinada ou não com os consumidores. Essas evidências de campo confirmam o que apresenta Darolt (2012) sobre os principais canais de comercialização dos produtores agroecológicos.

Na Figura 6 são apresentadas as principais formas de comercialização dos grupos agroecológicos do Alto Vale do Itajaí.

Figura 9 - Comercialização das organizações agroecológicas



Fonte: elaboração própria

Percebe-se, pela Figura 9, a diversificação da comercialização dos agricultores familiares agroecológicos. As diferentes estratégias de comercialização adotadas pelos grupos no Alto Vale do Itajaí, conforme apresentam Darolt et al (2013), podem potencializar a agricultura de base ecológica, aproximar agricultores e consumidores, e reconectar o mundo rural e o urbano.

Estevam e Mior (2014) expõem que a abertura de alternativas de comercialização para os agricultores – como feiras livres, mercados de cadeias curtas e mercados institucionais, além das cadeias tradicionais de produto - proporcionam ao agricultor a vantagem de comercializar seus produtos sem a ameaça de informalidade ou o medo de perder seus tradicionais direitos como agricultor (ESTEVAM; MIOR, 2014).

As vendas diretas realizadas permitem uma ampliação das relações sociais com os consumidores, e a expansão da demanda à medida que o produto se torna mais conhecido. Além disso, as vendas diretas permitem a troca de informações, saberes, receitas, impressões (FERRARI, 2014). Da mesma forma, uma agricultora comenta: “no espaço de feira se aprende muito, principalmente dicas de como se preparar os produtos” (A2).

Três grupos não realizam feiras diretas. Porém, por meio das entrevistas, percebeu-se que os agricultores desses grupos fornecem seus produtos para outros grupos que realizam feiras. Assim, participam indiretamente das feiras realizadas pelos grupos feirantes. Um desses grupos, por exemplo, realiza parte de suas vendas no Box de produtos orgânicos do CEASA⁷⁶. Segundo um agricultor, “já são 16 feiras da grande Florianópolis que compram alimentos lá do Box” (A8).

Os grupos não feirantes comercializam, também, por meio das políticas públicas (PAA e PNAE), vendas diretas de casa em casa, em redes de supermercados e lojas de produtos naturais. Ocasionalmente, comercializam com empresas de distribuição e beneficiamento de produtos orgânicos, situadas em Florianópolis, Joinville e São Paulo.

Constata-se que a venda para atravessadores ou supermercados não garante um bom pagamento para os agricultores: “o supermercado coloca uma margem de lucro muito alta e paga pouco aos agricultores” (A7). Desse modo, há também uma preocupação com o preço final oferecido para os consumidores:

O que a gente não quer é que o pessoal que está na cidade acha que o produto orgânico é muito caro, que o agricultor que produz orgânico está rico e na verdade quem ganha é o intermediário que está no meio do caminho. A ideia é que o produto orgânico possa chegar ao consumidor num preço mais semelhante possível ao pago ao agricultor (A9).

Percebe-se que os grupos iniciantes não possuem canais estáveis de comercialização, vendendo, assim, em diferentes meios, e, em muitos casos, para atravessadores. Devido a isso, a incerteza das vendas para os grupos iniciantes é sempre um entrave para a produção do grupo. Assim, “o medo de todo mundo é que vai plantar e não vai conseguir vender” (A8).

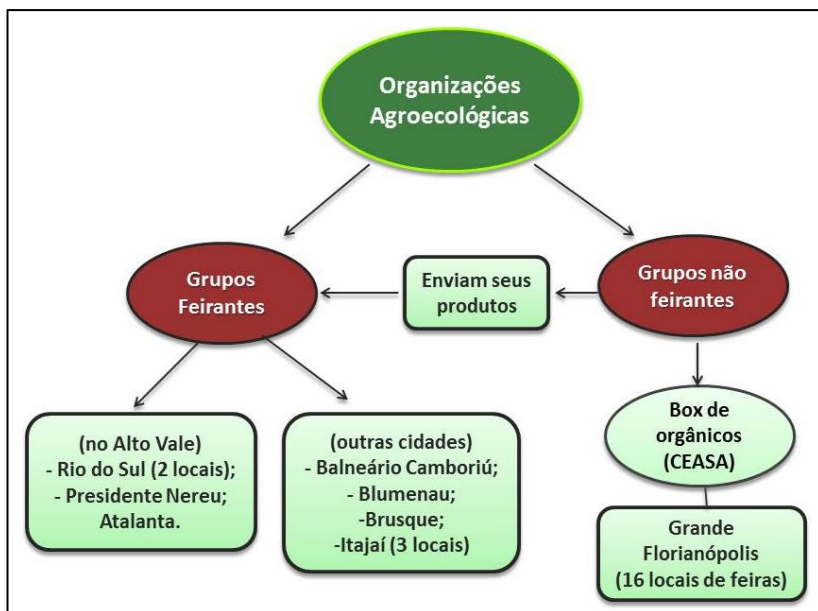
Um dos entraves encontrados na comercialização é a pequena escala de produção que os grupos conseguem produzir, inviabilizando a logística para grandes centros consumidores. “Às vezes se tem demanda, mas os mercados em que tem demanda maior estão mais longe. E com as quantidades que temos hoje, de certa forma, seria inviável, então precisa melhorar a questão de logística” (A9).

⁷⁶ O Box 721 do CEASA da Grande Florianópolis iniciou suas atividades no ano de 2013, é o único no local destinado exclusivamente à comercialização de produtos orgânicos neste centro de distribuição de alimentos.

As feiras e vendas diretas parecem ser um dos caminhos de comercialização consolidados pelos grupos mais estabelecidos (com mais de 10 anos de atuação). Nesses, os agricultores afirmam que sempre há espaço para comercialização: “demanda de consumo tem muita, poderia ter o dobro ou triplo que ainda iria tudo” (A1). Da mesma forma, os agricultores relatam que os produtos de seus grupos são bem procurados: “muita gente está querendo os produtos do grupo porque são bons, bem feitiños e caprichados; o produto é de primeira qualidade” (A8).

Esses grupos realizam feiras em cidades do Alto Vale do Itajaí e em outras maiores. As feiras promovidas acontecem nas cidades de Rio do Sul (em dois locais), Atalanta e Presidente Getúlio. Os grupos ainda realizam feiras em cidades como Balneário Camboriú, Brusque, Blumenau e Itajaí. A Figura 10 demonstra os principais locais de realização de feiras pelos grupos.

Figura 10 - Locais de feiras dos grupos



Fonte: elaboração própria.

Nos três grupos iniciantes não se percebe canais estáveis de comercialização; assim, esses grupos não realizam feiras diretamente, fornecendo parte de sua produção aos grupos feirantes. As feiras e

vendas diretas parecem ser um dos caminhos de comercialização consolidados pelos grupos mais estabelecidos, preferindo, assim, esses canais às políticas de abastecimento.

Constata-se que os grupos de agroecologia buscam diversificar as formas de comercialização (ZOLDAN; KARAN, 2005). Os principais meios são o fornecimento de produtos para as políticas de abastecimento (PAA e PNAE) e as vendas diretas, com destaque para as feiras livres. As feiras são circuitos curtos de comercialização, e, por meio delas, consegue-se uma interação face a face com o consumidor, possibilitando assim retornos sobre a qualidade esperada pelos produtos. Os circuitos curtos permitem num preço justo aos consumidores, uma vez que dispensa a participação de intermediários no processo.

Em visita aos municípios do Alto Vale do Itajaí, constata-se que as cidades dessa microrregião não possuem o hábito da feira livre em suas praças, predominando a compra direta nos supermercados. Desse modo, percebe-se que as organizações agroecológicas parecem estar fomentando a cultura de feiras nesses municípios. Os grupos estão buscando sempre novos espaços de feiras, e a liberação de prefeituras para a exposição e comercialização de seus produtos.

Nesse sentido, merece destaque a prática da feira livre disseminada pelas organizações agroecológicas.

4.4.3 Feiras livres

As feiras livres permitem ofertar produtos diretamente aos consumidores sem a mediação de outros atores, diminuindo as etapas de comercialização e contribuindo para a valorização dos produtos (FERRARI, 2014). Os agricultores reconhecem essa relação direta: “o consumidor dos nossos produtos é aquele que tu olha no olho” (A2). A relação direta das feiras fornece, ainda, o benefício econômico aos agricultores, expresso nos comentários: “a venda pela feira tem a vantagem de ser venda direta, onde somente são tiradas as despesas e o saldo resultante é repassado diretamente pro colono⁷⁷” (A8); “difícilmente tem uma perda ou prejuízo, recebe-se na hora” (A2).

As feiras, segundo Ferrari (2014), permitem a ampliação das relações sociais com os consumidores e expansão da demanda à medida que o produto se torna mais conhecido. Assim, um agricultor comenta

⁷⁷ O "colono" remete ao trabalhador rural estrangeiro que veio para o Brasil logo após a escravidão. No Sul do País, onde a imigração foi mais forte, a palavra ainda é usada pelos próprios agricultores, descendentes dos colonos antigos, referindo-se aos que obtém da terra seu sustento.

sobre as relações com os consumidores: “quem faz feira tem que conviver com pessoas, porque vai vender direto para o consumidor. [...] Na feira tem que saber lidar com as pessoas, conversar, não pode ser estúpido” (A3).

A prática da feira livre se dá por meio de circuitos curtos de comercialização, caracterizando um dos princípios fundamentais da agroecologia (MOREIRA; CARMO, 2007). Os circuitos curtos são importantes para aproximar os produtores dos consumidores, e são pautadas por aspectos de confiança, qualidade, transparência e localidade, e impulsionam o desenvolvimento local (DAROLT, 2012, 2013).

Percebe-se também, com a participação nas feiras, uma crescente preocupação dos consumidores com a proveniência e manipulação dos alimentos (FERRARI, 2014). Isso também se constata nas feiras realizadas, uma vez que os consumidores elogiam a qualidade dos produtos, segundo os agricultores, ressaltando algumas vantagens da alimentação orgânica: “Tem algumas pessoas que não podiam mais comer feijão e agora, comendo nosso produto, podem” (A3).

Os preços praticados nas feiras são calculados e dependem do custo de produção, e são alterados, no máximo, duas vezes por ano, afirma uma agricultora: “a ideia da feira não é ficar aumentando e diminuindo valor, mas manter um preço estável durante seis meses” (A2). A prática dos preços nas feiras busca permitir a participação de todas as camadas da população: “a gente sempre tem um precinho bom, não só pra atender as pessoas com mais dinheiro, mas sim com toda faixa de renda. A gente chega até a doar alguma coisa também quando vê que a pessoa tem pouco dinheiro” (A3).

As práticas comerciais agroecológicas estão ancoradas em princípios sustentáveis, permitindo a criação de um ambiente de democracia social, com o atendimento das reais necessidades da condição humana (PHILIPPI JR et al., 2012).

As principais dificuldades na realização das feiras estão relacionadas às intempéries:

Há algumas semanas que a feira não ‘dá boa’, depende do tempo, aí sobra muitos produtos às vezes. Em dias de chuva, por exemplo, é difícil fazer feira, se molham bastante e o vento até às vezes derruba a barraca (A3).

Nas feiras são somente ofertados produtos de épocas, de acordo com a sazonalidade. Por isso, em alguns períodos do ano, há menor

oferta de produtos: “agora inicia o verão e é um pouco de crise, a banca tem redução de produtos, de diversidade” (A2). Muitas vezes os grupos feirantes buscam produtos em outros grupos para complementar a diversidade de produtos ofertados. “Muitas vezes são produtos de outros locais, justamente aqueles que não temos” (A2). O cultivo de produtos de acordo com a sazonalidade é, também, um princípio da agroecologia (GLIESSMAN, 2000).

Para a organização logística das feiras, um ou mais agricultores recolhem dos outros produtores, ou, até mesmo, cada produtor se encarrega de deixar os produtos num local determinado pelo grupo. Cada agricultor elabora uma marca para diferenciar seus produtos, podendo ser, por exemplo, a cor da caixa, uma cor de barbante, ou o tipo de corte nos produtos.

A organização e controle de produtos para as feiras são realizados por meio de romaneios⁷⁸ e outras anotações: “sempre que termina a feira em qualquer espaço é feita a contagem das sobras, que são anotadas no verso do romaneio” (A2). Já os gastos com os materiais utilizados e o transporte são divididos em grupo:

É tudo anotado, quantas quantidades foram e quantas sobras têm no dia de feira. Se desconta uma porcentagem, que fica em caixa para pagar as despesas de transporte e da feira (banca e materiais). E uma porcentagem fica para quem vai realizar a feira (A1).

Se tem alguma coisa pra comprar é comprado em grupo e dividido em grupo (A3).

Muitas vezes há excedentes de produção para as feiras, que são entregues nos programas PAA e PNAE. Já com as sobras das feiras, principalmente produtos perecíveis, são feitas doações em algumas instituições: “quando tem muito produto sobrando é buscado opções para doação” (A3). O que não é perecível é trazido de volta e, na semana seguinte, é levado novamente para a feira. Outra agricultora ainda relata que fabrica geleias e conservas com as sobras de frutas e legumes.

As feiras representam, além de uma integração mercantil dos produtores, a possibilidade de uma renda importante para manutenção da unidade de produção familiar (FERRARI, 2014). Assim, os grupos

⁷⁸ Segundo a agricultora, “romaneio” é um bloco que possui os campos para o nome, a data, o destino e quantidade de produtos entregues para o posterior recebimento dos feirantes (A2).

que não realizam feiras já discutem nas reuniões as possibilidades da realização e os possíveis locais: “a gente tem que ver outros caminhos também, a feira é uma área que a gente tem visto que vale a pena” (A7). A agricultora mencionou que o grupo já promoveu uma feira no centro da cidade de Imbuia, mas que não houve muita participação da comunidade local, fato este que causou uma grande decepção no grupo, e a opção, no momento, de não realizar mais feiras.

Há possibilidades de aberturas de feiras em novos lugares, mas os agricultores apresentam algumas resistências em alguns grupos:

Há um convite para abrir uma feira também em Blumenau, mas os agricultores do grupo são mais velhos e não estão motivados a tocar uma feira, estão querendo ficar no cantinho deles e produzirem os alimentos (A9).

O CEMEAR está buscando novos espaços de feiras, mas o grupo ainda não aceita fazer porque o agricultor se vai sair muito não sobra tempo para produzir, e quem vai produzir? (A8).

No comentário do último agricultor se percebe uma preocupação em deixar a propriedade para realizar feira. Nesse sentido, um coordenador de grupo comenta: “os agricultores não querem ficar na feira” (A9). Percebe-se que um dos fatores que leva a isso é a alta demanda de trabalho na propriedade e a falta de mão de obra na mesma. Com isso, os agricultores preferem ficar na propriedade a ir à feira: “nós temos que se preocupar com o plantio e não em sair vender” (A8).

As feiras livres geram, também, novos significados às relações de trocas, e são também lugares de articulação política e reprodução da identidade de um território. Por isso, são espaços privilegiados, que guardam grande potencial para ações coletivas, fortalecendo as organizações e redes da agricultura familiar (ESTEVAM, et al., 2014). Da mesma forma, no território se percebe que a prática das feiras livres beneficia a organização coletiva dos agricultores familiares.

Constata-se que nos centros dos municípios do Alto Vale do Itajaí não há a cultura de feira livre, predominando a compra de alimentos no varejo tradicional. Assim, os esforços empreendidos para a realização de feiras nos municípios pelos grupos de agroecologia parecem trazer uma inovação ou o resgate de uma antiga prática no território: a feira livre.

As feiras são promovidas em 10 locais diferentes, quatro desses nos municípios do território. Os grupos parecem resgatar a prática de comercialização direta nas praças dos municípios do território, práticas

até então em desuso nesses municípios. As feiras livres se mostram, então, como grandes contribuições dos grupos nesses espaços, à medida que incentivam novas interações entre produtores e consumidores e fornecem produtos sem agrotóxicos para estes.

Percebe-se assim que as feiras se constituem na principal estratégia de comercialização das organizações estudadas, por permitir uma relação direta com os consumidores, a prática de um preço satisfatório, além de outros atributos que essa prática favorece.

Com o intuito de fomentar a cultura de feiras no Alto Vale do Itajaí, o Núcleo Alto Vale de agroecologia – organização que integra as organizações pesquisadas, o CEMEAR e a Cáritas⁷⁹ de Santa Catarina, organizaram e promoveram uma “Feira/mostra de Agroecologia e Economia Solidária” no município de Rio do Sul, no ano de 2014, com a participação de todos os grupos agroecológicos estudados e outras organizações de Economia Solidária⁸⁰.

Feira/mostra de agroecologia e economia solidária

A feira/mostra de agroecologia aconteceu nos dias 17 e 18 de outubro de 2014, e tinha como objetivo, segundo um dos entrevistados, “difundir a ideia de agroecologia perante os consumidores e mostrar que têm famílias fazendo agroecologia, que há grupos que estão se organizando e produzindo” (E1).

Para a organização desta feira/mostra, foram realizadas reuniões com os grupos na sede do CEMEAR, na cidade de Presidente Getúlio. Em uma das reuniões observadas, estavam presentes representantes de cinco grupos agroecológicos. Na reunião, pôde-se observar a articulação dos representantes do CEMEAR com os grupos agroecológicos para a organização da feira.

Na reunião, foram definidos aspectos operacionais da feira, bem como os grupos participantes, a logística dos dias e a programação do evento. No âmbito dos grupos, também foram realizadas reuniões para deliberar, dentre outros aspectos, o que cada agricultor iria levar para a feira/mostra.

⁷⁹ A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário.

⁸⁰ Economia Solidária é um modo de produção que se caracteriza pela igualdade de direitos e processos de autogestão. Nela, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles (SINGER, 2008).

A Figura 11 expõe algumas imagens da feira/mostra de agroecologia.

Figura 11 - Feira/mostra de agroecologia



Fonte: trabalho de campo.

A participação na feira/mostra de agroecologia significou um estímulo para a articulação de novas feiras, principalmente para os grupos que ainda não as realizam diretamente. Assim, dentre os agricultores entrevistados, muitos gostaram do resultado da feira, apesar de não venderem muito nesses dias, segundo uma agricultora. Ademais, com a feira/mostra, dois grupos estão se articulando e planejando ter um lugar fixo para começar a feira.

O evento proporcionou, ainda, a demonstração de produtos para clientes, estabelecimentos comerciais e um restaurante industrial do município, que está em negociação com um grupo para o fornecimento de alimentos orgânicos.

A articulação dos grupos e das entidades (Prefeituras municipais, CEMEAR, Cáritas, Epagri, AMAVI e outras) para a realização da feira e demonstração de produtos para os consumidores, permitiu criar

espaços para o desenvolvimento da agroecologia no território no Alto Vale do Itajaí.

4.4.4 Interação com entidades do território

Os grupos agroecológicos estabelecem algumas relações com entidades públicas e ONGs no território do Alto Vale do Itajaí. As organizações da sociedade civil, como já apontado no trabalho de Cohen e Arato (1997), possuem interfaces com o Estado e o mercado, nas quais emergem, também, muitos conflitos e sinergias. Portanto, é intenção mostrar as interações das organizações agroecológicas com entidades que possuem alguma interface na agroecologia, e, da mesma forma, relatar algumas dificuldades encontradas nessa relação.

Destaca-se que algumas entidades do território possuem atuação diretamente na área da agroecologia, como o CEMEAR e a EPAGRI; outras já atuam em esferas específicas do poder público, mas possuem algumas ações que, indiretamente, fazem relação com os grupos, como, por exemplo, as prefeituras municipais, por meio das secretarias de agricultura, com seus agrônomos e técnicos agrícolas. É importante, então, compreender essas relações e as ações dessas entidades no território, uma vez que as organizações estudadas participam dessas ações.

Assim, as relações dos grupos agroecológicos com as entidades se dão por apoio tanto às atividades agroecológicas, envolvendo a produção e comercialização dos produtos, quanto à formação e capacitação dos agricultores, por meio da participação em cursos. Nesse sentido, o CEMEAR e a EPAGRI são as entidades que mais prestam assistência aos grupos.

O CEMEAR, por exemplo, acompanha alguns grupos desde seu início, e presta assistência para a produção e comercialização. A entidade ainda organiza os grupos de agricultores para ações em torno do Núcleo Alto Vale de agroecologia, coordena o processo de certificação participativa das propriedades e auxilia nos “assuntos burocráticos” dos grupos. Nos comentários dos agricultores, percebe-se a importância da atuação da entidade para com as organizações pesquisadas.

Os técnicos do CEMEAR preparam o espírito da pessoa para o sistema agroecológico (A5).

O CEMEAR é uma mão para ajudar, eles ajudam na distribuição de produtos, indicam mercados [PAA, PNAE e feiras] e ajudam nos papéis. Eles

ajudam também para organizar, fazer reuniões, e na certificação que nem é função deles. Eles reúnem os grupos e organizam e a gente vai participando (A3).

A maior parte dos cursos que o grupo participa são promovidos pelo CEMEAR (A4).

O CEMEAR possui, portanto, uma forte atuação nos grupos de agroecologia. Por outro lado, um agricultor expõe que, muitas vezes, os grupos ficam muito dependentes das ações do CEMEAR, faltando, segundo ele, um protagonismo da parte dos agricultores, para eles próprios resolverem seus problemas:

[Os agricultores] estão deixando muito por conta da ONG CEMEAR para fazer as coisas e a ONG não dá conta de fazer tudo. A ONG deveria ter o papel de somente assessorar a organização dos produtores. Os agricultores estão muito ligados a eles, qualquer coisa que precisa se recorre a ONG, ainda não criaram um mecanismo de organização que pudessem estar agindo sozinhos (A9).

A relação de dependência dos agricultores para com as entidades é um aspecto observado somente nos grupos iniciantes na agroecologia; possivelmente, porque ainda não possuem uma maior articulação e organização interna. Conforme um dos representantes do CEMEAR apresenta, a ONG estimula a autonomia dos grupos e os auxilia quando pode: “tem grupo que caminha muito bem, que já conquistou sua autonomia. De vez em quando chamam, e se o CEMEAR pode, vai” (E2).

A Epagri também é uma entidade que presta apoio direto aos grupos, por meio de seus agrônomos, principalmente em três dos grupos visitados: “o agrônomo da EPAGRI acabam trazendo coisas novas, coisas para testar, incentivando mudanças na produção” (A6).

Porém, são mencionadas unidades da Epagri no território que não possuem um envolvimento dos técnicos com o cultivo de orgânicos: “[aqui] o agrônomo da Epagri nunca se envolveu com orgânicos” (A9).

No apoio prestado pelos técnicos agrícolas e agrônomos das prefeituras, alguns grupos recebem visitas quando necessitam, conforme os comentários dos agricultores:

No que a gente precisa eles apoiam bastante. A prefeitura deu apoio no projeto, no que a gente

precisa, vai lá conversa e pede, demora um pouquinho, mas consegue (A1).

Sempre que a gente precisa e eles não sabem, eles vão atrás de informação para passar pra gente daí (A7).

Porém, há alguns técnicos de prefeituras que não incentivam a agroecologia em seus municípios: “o agrônomo da prefeitura nunca se envolve, acho que ele não tem vocação para trabalhar com orgânico” (A9).

Outras vezes, as prefeituras contribuem diretamente com apoios materiais e financeiros: “já temos carros da prefeitura a disposição para visitar outras propriedades, com outros tipos de plantações” (A4). Um membro da AMAVI destaca também a preocupação das prefeituras por uma alimentação mais saudável: “observa-se que vários municípios estão preocupados com esta questão porque querem oferecer para as crianças e para as pessoas alimentos de melhor qualidade” (E3).

Outros grupos já são enfáticos, e apresentam que o apoio das prefeituras é bastante limitado, principalmente no que tange os aspectos burocráticos:

[...] É bem escassa as ajudas [sic], mas eles cuidam das estradas e coisas assim. [...] Mas lá é sempre muita burocracia, um deixa, daí o outro diz que não pode mais, daí vão pela lei e a lei diz que não pode. Eles ajudam com máquinas e coisas assim, agora com custos não (A3).

Um dos grupos situados mais ao leste do território possui relação com o CEPAGRO, que também promove a agricultura de grupo no litoral e centro-sul do Estado. Dessa ONG, receberam o apoio para a formação inicial do grupo, e agora a mesma os auxilia na comercialização.

O programa “Diversificação de Áreas Produtivas com Tabaco” ainda tem atuação forte com dois grupos pesquisados, em que a maior parte desses agricultores está inserida no programa, uma vez que ainda possuem cultivo de tabaco ou outras culturas convencionais em suas propriedades. Com o programa, esses agricultores recebem formações em diversas áreas, como gestão da propriedade rural, cursos de agroecologia, piscicultura e outros. Alguns desses cursos são promovidos pelo PRONATEC.

Algumas famílias participam também da Associação “Acolhida na Colônia”, que incentiva o cultivo de orgânicos na propriedade,

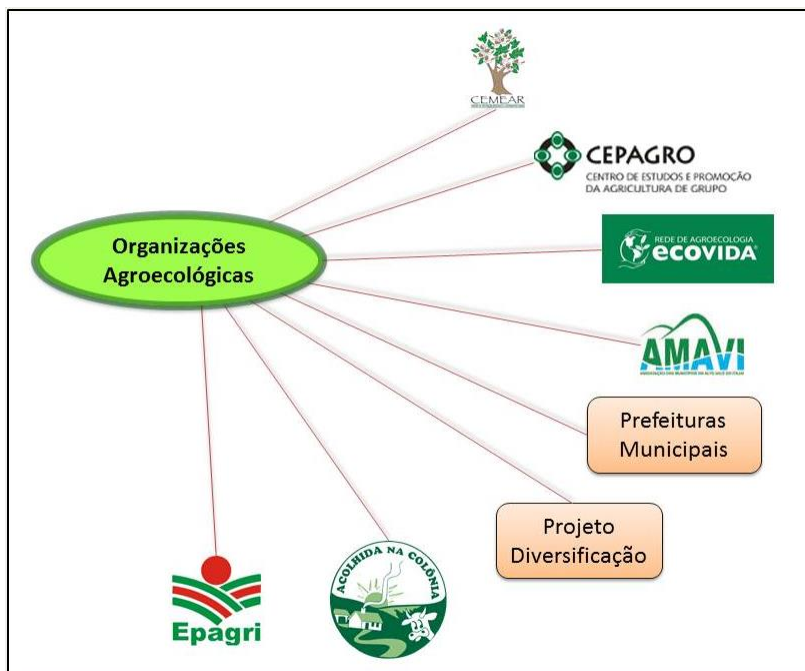
atrelado ao turismo rural ecológico. Foi por meio das discussões do projeto dessa Associação que um dos grupos começou a se organizar para a produção agroecológica.

Os grupos também possuem relação com a Rede Ecovida, de onde trocam produtos por meio dos circuitos de comercialização, participam com o Núcleo Alto Vale das reuniões e assembleias promovidas pela Rede, além de utilizarem a certificação participativa organizada pela Rede.

Ao observar os projetos coletivos empreendidos pelas diferentes organizações que apoiam a agroecologia no Alto Vale do Itajaí, percebe-se uma aproximação com o conceito de território, de Bonnal et al. (2008), que é caracterizado como resultado de projetos coletivos voltados para a construção de recursos específicos.

Destaca-se, assim, a mobilização dos diferentes atores, que são elementos de constituição de um território (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006). Assim, na Figura 12 são apresentadas as principais interfaces das organizações agroecológicas com as entidades que desenvolvem ações na agroecologia do território.

Figura 12 - Interface com entidades



Fonte: elaboração própria

A AMAVI é outra entidade, citada nas entrevistas, que possui relações com os agricultores dos grupos, por meio da coordenação no “Grupo de Trabalho em Agricultura Orgânica”. Esse grupo desenvolve ações para promover a agricultura orgânica no Âmbito do Alto Vale do Itajaí, visando, principalmente, uma produção em grande escala, e suficiente para a alimentação escolar da rede pública da região. Assim, são promovidos cursos, eventos e visitas em outras propriedades e empresas do ramo alimentício, com o objetivo de conscientizar os agricultores sobre formas de agricultura mais sustentável, e as oportunidades de comercialização para a mesma.

Os grupos se relacionam, portanto, com diferentes entidades no território. O CEMEAR e a Epagri se destacam no apoio e assessoria técnica aos grupos de agroecologia. Todos os grupos estão também vinculados à Rede Ecovida de Agroecologia, por meio da participação no Núcleo Alto Vale de Agroecologia e nos circuitos de comercialização da Rede.

No Alto Vale do Itajaí há, portanto, a cooperação de diferentes atores e entidades públicas, empenhados em ações que impulsionam o cultivo orgânico. Pode-se inferir que essas ações ensejam a construção de um território (PECQUEUR, 2006). No próximo item, são apresentadas entidades que também possuem forte atuação com as organizações agroecológicas estudadas, e, na última subseção, dá-se destaque para o Grupo de Trabalho em Agricultura Orgânica.

4.4.5 Entidades promotoras da agroecologia no território

Dentre as entidades que possuem relação com as organizações agroecológicas, algumas se destacam por desempenharem ações para promover a agricultura orgânica e os grupos agroecológicos. Assim, as principais são a Rede Ecovida de Agroecologia, o CEMEAR, o Projeto Diversificação de Áreas Produtivas com Tabaco, e outras entidades agrupadas em torno do “Grupo de Trabalho em Agricultura Orgânica”.

5.4.5.1 Rede Ecovida de Agroecologia

A Rede Ecovida de Agroecologia foi formada no ano de 1998, e congrega grupos de agricultores familiares, organizações e movimentos sociais, além de outras organizações de apoio, especialmente ONGs e organizações de consumidores, que visam congregar forças e dar maior consistência política ao movimento agroecológico da agricultura

familiar no Sul do Brasil. Os grupos e os núcleos integrantes são os que tomam as principais decisões e encaminhamentos organizativos da Rede (ROVER, 2011).

A Rede Ecovida é uma organização composta por agricultores familiares, técnicos e consumidores que estão reunidos em associações, cooperativas e grupos informais, juntamente com pequenas agroindústrias, comerciantes ecológicos e pessoas comprometidas com o desenvolvimento da agroecologia (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2013).

Atualmente a Rede Ecovida conta com 23 núcleos regionais, abrangendo em torno de 170 municípios. Seu trabalho congrega, aproximadamente, 200 grupos de agricultores, 20 ONGs, 10 cooperativas de consumidores e mais de uma centena de feiras livres que se estendem nos três estados do Sul do país (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2013).

Dentre os objetivos da Rede Ecovida, podemos destacar: “desenvolver e multiplicar as iniciativas em agroecologia; estimular o trabalho associativo na produção e consumo de produtos ecológicos; ter uma marca e um selo que expressam o processo, o compromisso e a qualidade” (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2013)

A Rede Ecovida se articula em torno de um **Circuito de Comercialização**, que funciona desde 2006, e é baseado em sete estações e dez subestações de distribuição de produtos, integrando feiras, cooperativas e associações de agricultores e consumidores. As organizações que participam do sistema devem fazer parte da Rede Ecovida e ter sua produção certificada. O circuito permite a troca de produtos entre regiões, possibilitando o incremento de variedade nas feiras, tornando-as mais atrativas aos consumidores (CEPAGRO, 2013).

Os circuitos de comercialização permitem a distribuição de alimentos entre os territórios. Assim, alimentos agroecológicos facilmente produzidos em um determinado território podem ser obtidos em bancas da Rede Ecovida em outros territórios. Como a maior parte dos alimentos são sazonais, com a integração pode-se ampliar a oferta de determinados alimentos para além daqueles períodos em que são produzidos em determinado território.

Os grupos do Alto Vale do Itajaí, como já apresentado, integram o Núcleo Alto Vale de agroecologia, e participam do circuito de comercialização Serra-vale-litoral. Esse circuito permite a troca de produtos advindos dessas regiões para as feiras livres realizadas pelos grupos, que possui na forma de feira livre a ênfase principal do Núcleo.

A Rede Ecovida também foi responsável pela criação da **Associação Ecovida de Certificação Participativa**, que está voltada para a certificação orgânica das propriedades e disponibilização do selo aos produtores orgânicos. A certificação das propriedades se dá após a troca de experiência entre os grupos, com avaliação, auditorias e propostas de melhorias. Esses aspectos fazem com que a certificação seja um processo construtivo e não um mero instrumento burocrático ou normativo (ROVER, 2011).

5.4.5.2 CEMEAR

O CEMEAR - Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais - foi fundado no ano de 1999 por agricultores e agrônomos; hoje, integra, aproximadamente, 60 famílias de agricultores familiares agroecológicos, distribuídas em seis grupos de agroecologia. A presidência atual do CEMEAR é conduzida por uma agricultora.

A entidade possui atuação no Alto Vale do Itajaí e seu desafio principal é a “cooperação e agroecologia como forma da melhoria da qualidade de vida da agricultura familiar”. A entidade possui participação dos agricultores familiares agroecológicos dentro da sua estrutura, contribuindo nos principais processos da entidade, como planejamentos, eventos, projetos, decisões, dentre outras.

As atividades desempenhadas se referem, principalmente, à organização e motivação dos grupos existentes de agroecologia, no que tange a questões de produção, comercialização, processamento, capacitação e formação. A entidade possui parcerias e projetos em andamento com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Rede Ecovida, CEPAGRO, PROINF⁸¹, Programa Diversificação de Áreas Produtivas com Tabaco.

5.4.5.3 Programa Diversificação de Áreas Produtivas com Tabaco

O Programa Diversificação de Áreas Produtivas com Tabaco apoia ações de desenvolvimento rural, para motivar a adesão dos agricultores familiares às propostas de diversificação produtiva nas regiões produtoras de tabaco.

⁸¹ O Proinf - Projetos de Infraestrutura e Serviços têm como objetivo viabilizar, por meio de recursos não reembolsáveis, a estruturação e a qualificação de processos produtivos e econômicos da agricultura familiar nos Territórios Rurais (MDA, 2015).

O programa tem atuação forte com dois grupos pesquisados, nos quais a maior parte dos agricultores é beneficiária do programa, uma vez que ainda possuem cultivo de tabaco ou outras culturas convencionais. Esses agricultores recebem formações em diversas áreas, como gestão da propriedade rural, cursos de agroecologia, piscicultura e outros. Alguns desses cursos são promovidos pelo PRONATEC.

O programa atua em 10 municípios do Alto Vale do Itajaí (Taió, Vitor Meireles, Rio do Campo, Rio do Oeste, Agronômica, Ituporanga, Chapadão do Lageado, Petrolândia, Imbuia e Vidal Ramos), e são, ao total, 880 famílias assistidas no Alto Vale do Itajaí (80 famílias por município), que estão recebendo formação e incentivos para diversificar a propriedade, com alternativas rurais mais sustentáveis e economicamente viáveis.

Cada município conta com um técnico fazendo ATER⁸² e acompanhando os agricultores. Assim, são ofertados aos agricultores formações e esclarecimentos na área de piscicultura, produção de leite, padaria, gestão rural e agroecologia, dentre outras.

Um dos representantes de articulação do projeto expõe que os agricultores que são selecionados devem cultivar o tabaco ou outras culturas convencionais na propriedade e querer iniciar um novo projeto de diversificação. Assim, para o articulador,

Os agricultores tem essa vontade de mudança, mas para isso eles precisam sair da propriedade, interagir com outros grupos, participar de reuniões a noite, participar de um curso e disponibilizar tempo pra isso, a pessoa tem que querer (E6).

No esforço empreendido para diversificação com agroecologia, um articulador do programa destaca a importância da transmissão dos princípios da nova cultura para a conscientização dos produtores, para que os mesmos não migrem apenas por uma oportunidade de mercado:

Assim, dentro desse processo do incentivo à produção orgânica se tu não trabalhar com esses princípios, vai ser por uma questão econômica e daí isso não se torna sustentável unicamente. [...] Aí a lógica é a mesma, o princípio não mudou (E6).

No mesmo sentido, os comentários dos agricultores confirmam os achados de Serva e Andion (2008). Os autores relatam que a

⁸² Assistência Técnica e Extensão Rural.

interiorização real dos princípios da agroecologia concorre com o imediatismo que caracteriza parte dos produtores; essa interiorização exige tempo e, sobretudo, participação ativa nos processos grupais.

No mesmo sentido, o entrevistado expõe os desafios de apresentar uma nova proposta de agricultura mais sustentável no Alto Vale. Segundo ele, os agricultores ainda estão imbuídos do espírito da agricultura convencional:

A ‘agri-cultura’ é muito mais do que uma reprodução de técnicas. É preciso uma nova ‘cultura’ entre os agricultores, que entendam os princípios do solo e a importância de preservá-lo. Mas os agricultores ainda não estão prontos para isso. O agricultor quer o pacote pronto para isso. Quer que o técnico vá à propriedade e dê todas as orientações (E6).

Esse programa também desenvolve ações juntamente com o “Grupo de trabalho em Agricultura Orgânica”.

5.4.5.4 Grupo de Trabalho em Agricultura Orgânica

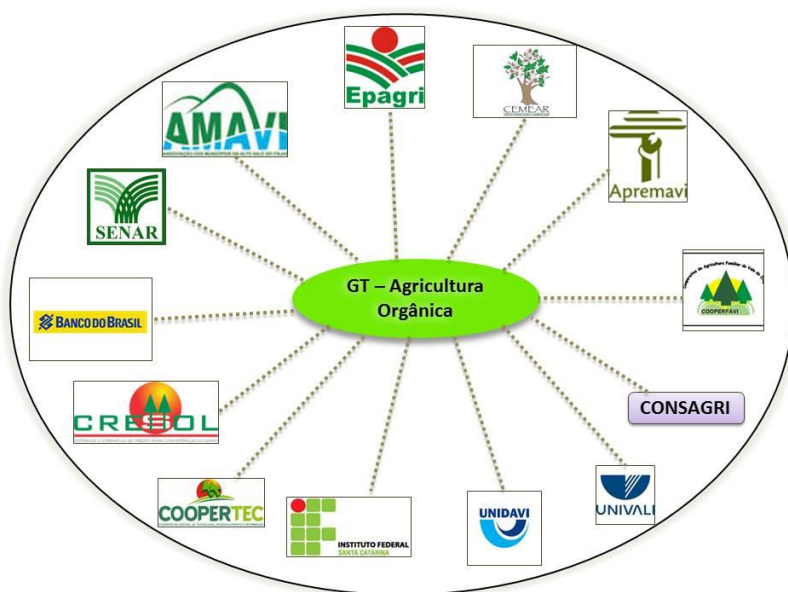
O Grupo de Trabalho em Agricultura Orgânica começou seus primeiros encontros no ano de 2012, e vem buscando desenvolver a agricultura orgânica no Alto Vale do Itajaí, inicialmente para garantir a alimentação orgânica na merenda escolar das escolas da rede pública da região e, num segundo momento, visando um mercado amplo para os agricultores, segundo um dos representantes do GT. “A primeira meta é abastecer todas as escolas do Alto Vale do Itajaí com frutas e verduras orgânicas. Imagina que ganho de qualidade de vida e saúde teremos” (E3).

O entrevistado ressalta que “há uma série de instituições que estão pensando e se articulando para desenvolver a agroecologia na região”. O grupo de trabalho é constituído por 13 entidades, a saber: AMAVI, APREMAVI, Banco do Brasil, CRESOL, CEMEAR, COOPERFAVI, COOPERTEC, EPAGRI, IFC-SC, Prefeituras Municipais (por meio do CONSAGRI), SENAR, UNIVALI e UNIDAVI.

Essas entidades, reunidas em torno da AMAVI, promovem ações que possuem efeitos diretamente nos grupos agroecológicos, e também no desenvolvimento da agroecologia no território do Alto Vale do Itajaí, uma vez que buscam incentivar uma agricultura mais sustentável, do ponto de vista ambiental, social e econômico.

A Figura 13 demonstra as entidades reunidas em torno do Grupo de Trabalho em Agricultura Orgânica.

Figura 13 - Grupo de Trabalho em Agricultura Orgânica



Fonte: elaboração própria

Conforme apresenta Jean (2010), é a coordenação das ações dos atores que constituem os territórios e definem o seu modelo de desenvolvimento. Nesse sentido, as ações das entidades reunidas no de “GT – agricultura orgânica” parecem ensejar um modelo de desenvolvimento para a agricultura do Alto Vale do de Itajaí de modo a fazer o território conhecido pela agricultura e alimentação escolar orgânica.

Percebe-se, ainda, processos de colaboração mútua entre as entidades que promovem a agroecologia. As entidades se reúnem, trocam materiais e informações, e desenvolvem ações conjuntas. A reciprocidade dos atores é uma das características principais da economia dos territórios (PECQUEUR, 2006).

Para promover a agricultura orgânica no território, o grupo de trabalho promove cursos, organiza visitas⁸³ a empresas e propriedades rurais, e ainda conferências públicas.

Os cursos promovidos possibilitam a formação em agricultura orgânica para agricultores, técnicos e outros atores, com fins de formação para multiplicadores para a região.

Dois cursos de técnicas de agricultura orgânica já foram realizados⁸⁴ com o formador Jairo Restrepo Rivera, especialista em produção orgânica em grande escala. Nos cursos, que tinham duração, cada um, de quatro dias, foram passadas técnicas e informações para agricultores, técnicos agrícolas e agrônomos, visando que estes as repassem em seus locais de atuação no território.

Nos cursos promovidos, são passadas técnicas que buscam promover e tornar viáveis uma agricultura orgânica em grande escala:

Porque ainda há um mito de que a produção orgânica é só pra pequena escala, não para grande escala, que a produção orgânica é mais cara, é difícil assim, queríamos quebrar num primeiro momento esses mitos, parece que conseguimos (E3).

Nesse sentido, para o entrevistado, a agricultura orgânica permite o uso de técnicas mais avançadas:

Quando estamos falando de agroecologia não estamos descartando a possibilidade de utilizar uma máquina, um equipamento, um cultivo protegido em estufas. Não estamos querendo uma volta ao passado. Mas sim algum resgate nas formas de trabalhar (E3).

O GT em agricultura orgânica reconhece e apoia os grupos de agroecologia já existentes no Alto Vale do Itajaí, segundo o entrevistado:

⁸³ As viagens e visitas realizadas no ano de 2014 foram para a Expoiner (em Esteio – RS), em uma plantação de mirtilo (em Benedito Novo – SC), visita à uma empresa de comercialização de orgânicos em Joinville (Viapax Bio) e uma visita à “Ranac” empresa de processamento de carne de rã (em Antonio Carlos – SC).

⁸⁴ Um curso introdutório deu-se em agosto de 2014 e outro com aprofundamento das técnicas ocorreu em março de 2015.

A extensão rural vê com bons olhos todas as ações que são voltadas para o associativismo, para a agregação de valor, elas são apoiadas. [...] Se este associativismo estiver voltado para a produção orgânica, melhor ainda, mais apoio se entende que este grupo vai ter. [...] Já temos bons exemplos aqui no Alto Vale de associativismo, que parece que caminham (E3).

Segundo um dos entrevistados, o GT em Agricultura Orgânica é ainda um grupo iniciante, mas possui uma articulação inicial e algumas ações já desenvolvidas: “estamos buscando um sinergismo de forças desses órgãos, evitando sobreposição de funções, evitando concorrência, para podermos otimizar os recursos que temos” (E1).

Nesse sentido, as entidades reunidas em torno do GT estão promovendo ações para o desenvolvimento da agroecologia, dentre as quais, alguns agricultores dos grupos participam. “O nosso sonho é transformar o Alto Vale do Itajaí num polo de produção de alimentos orgânicos” (E1). Assim, permite-se inferir que esse esforço e dinamização das entidades contribuem para o desenvolvimento da agroecologia no Alto Vale do Itajaí.

Percebeu-se que as entidades que possuem ações diretamente para a agroecologia no território são a Rede Ecovida, o CEMEAR, o Projeto “Diversificação de Áreas Produtivas com Tabaco” e o Grupo de Trabalho em Agricultura Orgânica. Esse reúne um grupo de entidades visando desenvolver a agricultura orgânica em grande escala no Alto Vale, com vistas, inicialmente, para o fornecimento à alimentação escolar dos municípios e, posteriormente, o suprimento de mercados tradicionais. O Grupo organiza cursos e visitas para incentivar esse tipo de agricultura e muitos agricultores dos grupos estudados participam dessas ações e cursos.

Entende-se também que as ações dos grupos estudados e das entidades contribuem para o desenvolvimento sustentável do território, ao permitir avanços consideráveis nas esferas ambiental, social e econômica das famílias envolvidas.

4.4.6 Contribuição dos grupos de agroecologia no território

A ação coletiva dos agricultores agroecológicos, com seus mecanismos de troca e reciprocidade, contribui para o desenvolvimento da agroecologia no Alto Vale do Itajaí. Nesse sentido, o território, para Pecqueur (2006), é uma construção de um grupo combinado num espaço definido e por vezes provisório, estruturado em torno de recursos

compartilhados. Os recursos compartilhados e as ações das organizações agroecológicas perpassam, muitas vezes, limites político-administrativos de municípios, o que também é uma característica dos territórios (PECQUEUR, 2006).

Os agricultores, membros dos grupos agroecológicos, também acreditam que estão contribuindo para uma agricultura mais sustentável, como afirma uma agricultora:

[...] Apesar de todas as dificuldades e passos lentos, os grupos estão persistindo. [...] A persistência e a resistência desses grupos é tudo e mais um pouco para emplacar a agroecologia no Alto Vale do Itajaí e para Santa Catarina. É uma soma, cada grupo é um pedacinho para a rede (A2).

As ações dos agricultores agroecológicos contribuem para fortalecer o espaço da agroecologia no território dado do Alto Vale do Itajaí. Da mesma forma que apresenta Aresi (2006), o espaço pode ser essencialmente dado, mas a organização e o sentido do espaço são produtos da translação, da transformação e da experiência social vivida pelos grupos sociais.

As práticas de agroecologia nos grupos se aproximam bastante, também, da noção de *Ecodesenvolvimento*, de Ignacy Sachs (1993). Esse conceito tem como premissas a perenidade dos recursos naturais, a resiliência do ecossistema e o acesso à cidadania ambiental.

Um dos pilares do *Ecodesenvolvimento* está no comprometimento da sociedade com o equilíbrio natural do ecossistema (Sachs, 1993). Esses aspectos podem ser vistos nas práticas agroecológicas dos grupos pesquisados, uma vez que os mesmos zelam pela perpetuação dos recursos naturais e resiliência do ecossistema, por meio do manejo ecológico nas propriedades e uso de técnicas agrícolas com poucos impactos negativos ao ambiente. Nesse sentido, os grupos agroecológicos prezam por ações sustentáveis e possuem o desejo de contribuir para melhorar as condições de vida de todos. A declaração de uma agricultora expressa esse intuito:

A agroecologia é a vontade e o desejo de concretizar um sonho. [...] É uma consciência que te pede: você está aqui para fazer o diferente, senão não vale a pena passar por este mundo, se é para fazer a mesma coisa; tem tanta gente já fazendo a mesma coisa (A3).

O acesso à cidadania ambiental é percebido pela consciência dos próprios agricultores, em suas ações e conhecimentos repassados diretamente aos consumidores nas feiras, e também na abertura das propriedades para a visitação de outras famílias, escolas e entidades.

O grupo já está recebendo visitas estudantis e servindo de exemplo para outros produtores, visitam três ou quatro propriedades. A maior razão de receber as visitas é de a gente ter um grupo, que se reúne mensalmente, que troca experiências (A9).

Assim, outra contribuição dos grupos agroecológicos para com o território é a abertura da propriedade para visitas externas, inclusive de muitas famílias que estão pensando em migrar de cultivos convencionais para a agricultura agroecológica. As visitas às propriedades se dão também devido à participação de algumas famílias na Associação “Acolhida na Colônia”, que estimula a agroecologia e o turismo rural nas propriedades associadas. Assim, “quando a pessoa tem interesse de ver ou conhecer, a propriedade é aberta” (A3). Da mesma forma, relatam que “se não puder atender na hora a pessoa tem que caminhar comigo” (A6).

A agroecologia nos grupos pode trazer muitas contribuições para o desenvolvimento econômico e social do território (SABOURIN, 2008). Da mesma forma, percebe-se que a agroecologia nos grupos beneficia a troca de experiências entre as famílias e o cuidado integral da propriedade.

As propriedades dos grupos agroecológicos, além de espaços de produção de alimentos orgânicos, são também centros de manejo sustentável de recursos naturais, possuindo importância para a reprodução social das famílias, e para outras famílias que pretendem mudar de cultura. Com esses aspectos das propriedades agroecológicas, destaca-se a aproximação com a noção de multifuncionalidade agrícola, que permite a incorporação de outras dimensões à unidade produtiva (BONNAL et al., 2008).

Com o enfoque multidimensional, a agricultura é vista de modo mais amplo, não só como um espaço de transações econômicas, mas também como cenários de atividades socioculturais, interações ecológicas e relações ambientais (COSTABEBER; MONAYO, 2000).

O movimento da agroecologia preza pela diversidade, diferentemente do modelo pautado pela Revolução Verde, que é embasado no uso intensivo de agroquímicos, alterações genéticas e

mecanização da produção (ALTIERI, 1998). A ação coletiva dos grupos permite, também, resistir ao modelo da “modernização agrícola”.

Apesar de todas as tentações do sistema convencional ali na porta batendo, insistindo... As pessoas são chamadas de burras, de atrasadas, de malandras de tudo quanto é nome. Porque ela não quer seguir o modelo imposto pelas empresas que querem vender seus produtos. A maior riqueza que tem no Alto Vale do Itajaí é [sic] esses grupos resistindo a essas tentações (A2).

A resistência à agricultura convencional é percebida na atuação dos grupos. Por outro lado, as famílias se utilizam da ação coletiva também para solucionar problemas que surgem com novas práticas agrícolas (agroecologia) ou de gestão de suas propriedades, problemas esses que por via individual não seriam fáceis de serem solucionados (COSTABEBER; MONAYO, 2000).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste estudo buscam resgatar os elementos principais levantados na análise de dados, a fim de atender ao objetivo geral, que consistiu em analisar a ação coletiva dos agricultores e seus efeitos para o desenvolvimento da agroecologia no território do Alto Vale do Itajaí.

Percebeu-se que a ação coletiva dos agricultores agroecológicos se dá de forma espontânea e fluida, com a adoção de algumas regras de ingresso e funcionamento estabelecidas. As principais normas da ação coletiva dos agricultores estão relacionadas aos cuidados com a produção agroecológica e ao processo de certificação, ao cumprimento do estatuto (em caso de associação) e outros acordos do grupo.

Diante da não observância das regras surgem alguns conflitos, cujas soluções são buscadas rapidamente por todo o grupo; em caso de não solução, são previstas sanções que podem acarretar no afastamento do indivíduo no grupo e, até mesmo, a penalização de todo o grupo. A configuração da ação coletiva dos agricultores é resultante de objetivos, recursos e limites, conforme apresentado em Melucci (2001).

A principal forma de organização das organizações agroecológicas se dá por meio de reuniões, que, na maioria das vezes, são mensais e documentadas por meio de atas. Nos encontros são realizados cursos, há trocas de informações e são deliberados aspectos sobre a organização interna do grupo, relativos ao planejamento de produção e comercialização. Os encontros acontecem na forma de rodízio entre as propriedades do grupo, permitindo assim o acompanhamento da produção, as trocas de conhecimentos e possíveis ações corretivas na propriedade.

Os grupos desenvolvem ainda muitas atividades, que demandam a divisão de tarefas no grupo e exigem tempo e disponibilidade dos agricultores, além do tempo dedicado na propriedade com a produção. Assim, os grupos realizam reuniões, fazem visitas a outras propriedades e participam de cursos e formações em temas relacionados à agroecologia. Além disso, no âmbito da Rede Ecovida, as organizações envolvem-se nas assembleias, nos circuitos de comercialização e processos de certificação participativa, exigindo a realização de visitas e auditorias em outros grupos.

Observa-se nos grupos relações de confiança, ajuda mútua e trocas de conhecimentos e produtos, trazendo benefícios para os agricultores e ensejando elementos de reciprocidade (SABOURIN, 2008). Esses elementos estimulam e fortalecem as atividades

agroecológicas nas propriedades; além de possibilitar o pertencimento/enraizamento dos agricultores no grupo e nas comunidades rurais (SABOURIN, 2003). Com a atuação em grupo, os agricultores conseguem ainda algumas vantagens, como certificação participativa, diversificação das formas de comercialização e uma maior variedade de produtos.

Em relação às diferentes organizações agroecológicas estudadas, perceberam-se diferenças entre os grupos mais novos (e menos estruturados) e os grupos mais antigos (com mais de 10 anos de atuação). Os grupos mais antigos, por exemplo, possuem um maior engajamento entre seus membros e uma articulação na realização de feiras. Essas diferenças corroboram, de certa forma, os achados de Bauer e Mesquita (2007), sobre as três fases dos grupos agroecológicos: a formação do grupo, a organização do grupo e a solidificação do grupo. Constata-se, assim, que há grupos na fase de formação, outros na fase de organização e outros ainda estão mais consolidados, caracterizando a terceira fase.

Em síntese, a **ação coletiva dos agricultores agroecológicos do Alto Vale do Itajaí** se dá por livre associação, com aderência às regras e objetivos do grupo, divisão de tarefas, práticas de reuniões e relações de reciprocidade que contribui para a coesão grupal e aderência às regras e acordos decididos em grupo.

Acerca da **contribuição da ação coletiva dos agricultores em torno da agroecologia e da agricultura familiar agroecológica**, constatou-se que as famílias são predominantemente pluriativas, desenvolvendo outras atividades para complementar suas rendas e viabilizando a reprodução social nas propriedades (WANDERLEY, 1998). Algumas famílias, dos grupos iniciantes, estão em processos de transição agroecológica, e a maioria delas possui, como fonte principal ou única de renda, a agroecologia, demonstrando-se muitos satisfeitos com os retornos sociais, ambientais e econômicos advindos dessa cultura.

Entre as famílias que estão em processos de transição agroecológica, algumas encontram dificuldades em abandonar as culturas convencionais, devido a dívidas contraídas e financiamentos com produções convencionais. Outras expressam receios com as atividades agroecológicas, relativos à produção e comercialização dos produtos; e algumas possuem terras em locais que não são viáveis para o cultivo agroecológico. Em todos os casos, as demais famílias dos grupos agroecológicos estão acompanhando, fornecendo apoio e incentivando alternativas para os agricultores que desejam fazer a transição. A

agroecologia se mostra, assim, como uma alternativa aos agricultores migrarem de culturas convencionais de fumo ou cebola, que são fortes no Alto Vale do Itajaí, para um modo de agricultura mais sustentável, sob o ponto de vista econômico, social e ambiental.

A agroecologia é entendida como uma mudança de olhar e das ações na propriedade, de forma holística e integrada. A prática da agroecologia nos grupos possibilita o ganho de benefícios sociais, ambientais e econômicos ao território, permitindo perceber a atividade agroecológica a partir das múltiplas funções da agricultura (CARNEIRO; MALUF, 2003) e promotora das dimensões do *ecodesenvolvimento* (SACHS, 1986) ou desenvolvimento sustentável.

As três dimensões do *ecodesenvolvimento* apresentadas por Sachs (1986) também estão contempladas nas práticas dos grupos no território. Assim, sob o ponto de vista *social*, a agroecologia permite condições de participação ativa dos agricultores, por meio de ação coletiva e outras esferas de representação; no ponto de vista *ecológico* a atividade agroecológica promove a conservação da biodiversidade, o resgate e a conservação do patrimônio genético de espécies e possui baixo impacto ambiental, devido ao manejo adequado dos recursos naturais; na dimensão *econômica*, a agroecologia se apresenta viável economicamente para as famílias, contribuindo também para a permanência das mesmas no campo.

As dificuldades que os agricultores encontram com a produção agroecológica remetem, principalmente, à falta de mão de obra na propriedade, que está atrelada, por sua vez, ao êxodo rural dos jovens e o envelhecimento das famílias rurais. Esses fatores acarretam num aumento da demanda de trabalho dos agricultores nas propriedades, dificultando a participação em algumas atividades externas dos grupos.

Constata-se que a atividade coletiva dos agricultores é fundamental para a prática da agroecologia nas propriedades, conforme evidenciam Costabeber e Monayo (2000). É, então, por meio da ação coletiva, que os agricultores prestam-se ajuda-mútua, compartilham e comungam dos princípios da agricultura agroecológica, obtém certificação participativa, trocam produtos e conhecimentos entre si e articulam novas formas de comercialização.

As organizações estudadas contribuem também para agricultura familiar agroecológica, ao trazer benefícios para as famílias, que se manifestam no ganho de qualidade de vida e saúde dos agricultores. Os benefícios para as famílias são percebidos também nas esferas social e econômica das mesmas; os agricultores demonstram-se, na maioria dos grupos, engajados e inseridos socialmente, por meio das atividades dos

grupos, e satisfeitos com o retorno econômico da produção agroecológica, sobretudo com a realização de feiras livres.

Quanto à **interação com o território**, as organizações agroecológicas participam de políticas públicas, com destaque para os programas de abastecimento, PAA e PNAE. Surgem também algumas dificuldades na operação com as políticas públicas, que se relacionam, à trâmites burocráticos, desinformação do funcionamento das mesmas e atrasos no repasse de alguns benefícios. Em geral, os agricultores desaprovam as configurações das políticas públicas, uma vez que não valorizam o trabalho da agroecologia; destaca-se que a única linha específica de financiamento para a agroecologia (o Pronaf agroecologia) ainda não é utilizado pelos agricultores, devido à configurações em sua operação e despreparo dos agentes bancários.

As organizações agroecológicas realizam também algumas interfaces com entidades públicas e do Terceiro Setor no território. Assim, o CEMEAR possui muitas relações com os grupos estudados e se destaca, principalmente, no apoio e assessoria às atividades de produção e comercialização dessas organizações. Outra organização que atua diretamente com os grupos é a Epagri, prestando assessoria técnica por meio de assistência técnica e extensão rural aos agricultores dos grupos estudados.

Por meio da comercialização via feiras livres, os grupos também se relacionam face a face com atores importantes do território: os consumidores. A feira livre permite a relação direta com o consumidor e a oferta de produtos orgânicos, oriundos das propriedades agroecológicas, respeitando a sazonalidade de cada variedade. A prática da feira permite também criar uma conexão entre a produção e o consumo de alimentos, reconectando o alimento ao contexto social, cultural e ambiental de sua produção. Os preços praticados pelas organizações nas feiras são relativamente estáveis e buscam a participação ampla da população no consumo de alimentos orgânicos.

A feira livre realizada pelos grupos parece estar, aos poucos, fomentando a cultura da feira no território, promovendo assim mudanças no território, uma vez que os consumidores desses municípios não possuem o hábito de “fazer feira”, conforme observado nas cidades visitadas; devido a isso, há poucos espaços de feira livre nesses municípios. Por outro lado, os grupos agroecológicos reúnem esforços para a negociação e abertura de novos pontos de feiras no Alto Vale. Atualmente, há quatro pontos de feiras em três cidades do Alto Vale do Itajaí (Rio do Sul (2), Atalanta (1) e Presidente Nereu (1)).

As ações dos grupos agroecológicos como a produção de alimentos sem agrotóxicos, os cuidados ambientais nas propriedades, o resgate de relações de reciprocidade, a busca de um equilíbrio nas relações comerciais, a abertura da propriedade com o compartilhamento de conhecimentos e saberes com agricultores e outros atores interessadas na agricultura agroecológica, a prática das feiras livres, permite a oferta de um conjunto de bens tangíveis e intangíveis, aproximando-se, assim, do conceito de cesta de bens (PECQUEUR, 2006).

A cesta é composta por bens privados e públicos, podendo ser amenidades ambientais e também investimentos públicos (PECQUEUR, 2006). Dessa forma, a junção das ações dos grupos no território com o esforço das entidades que buscam promover a agricultura orgânica no Alto Vale, são elementos de construção da cesta de bens da agroecologia no território estudado.

Conforme já constatado, a ação coletiva das organizações estudadas manifesta muitos elementos de reciprocidade (SABOURIN, 2009), como ajuda mútua, o compartilhamento de materiais e a troca de conhecimentos e produtos. Esses aspectos de reciprocidade, juntamente com as habilidades sociais e políticas, bem como a convivência sob regras básicas permitem novas configurações para o território (ABRAMOVAY, 2010), contribuindo assim para o desenvolvimento da agroecologia no território do Alto Vale do Itajaí.

No âmbito das ações para a agroecologia no Alto Vale do Itajaí, apresentaram-se latentes no período do trabalho de campo, ações do “Grupo de Trabalho em Agricultura Orgânica”, reunindo entidades em torno da AMAVI, para a realização de ações (palestras, cursos e formações) com o objetivo de desenvolver a agricultura orgânica no Alto Vale do Itajaí e o posterior fornecimento de alimentação orgânica para todas as escolas do território. Observou-se, também, que alguns agricultores das organizações estudadas participam das ações desenvolvidas por esse grupo de entidades; por isso, procurou-se apresentar as ações desenvolvidas e quais os efeitos nos grupos estudados.

O território exige a organização e a cooperação dos atores locais com o objetivo de mobilizar e colocar em valor os recursos territoriais por meio de estratégias específicas tanto no nível organizacional, quanto institucional (ANDION, 2007). Deste modo, pode-se inferir que o há esforços organizacionais (grupos de agroecologia) e institucionais (GT – agricultura orgânica) para o desenvolvimento da agroecologia no território do Alto Vale do Itajaí.

À título de considerações finais deste estudo, constata-se que, apesar do tamanho reduzido das organizações estudadas (possuem em média nove famílias por grupo), e de suas iniciativas relativamente recentes (em média 9 anos de atuação na agroecologia), as organizações estudadas contribuem significativamente para o desenvolvimento da agroecologia no território do Alto Vale do Itajaí.

Essas contribuições se dão, principalmente, nos seguintes aspectos: i) a ação coletiva dos agricultores possibilita um ganho na qualidade de vida, em termos de saúde e bem estar, das famílias envolvidas; ii) a produção agroecológica é mais viável com a ação coletiva, possibilitando o desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável, sob os pontos de vista social, ambiental e econômico; iii) a ação em grupo permite diferentes estratégias de comercialização dos produtos, na forma de circuitos curtos de comercialização, meios que proporcionam a valorização dos produtos e a relação direta com consumidores; iv) os grupos realizam esforços para a realização de feiras livres no Alto Vale do Itajaí e inovam ao reestabelecerem essas relações diretas entre produtores e consumidores; v) nas feiras livres são oferecidos produtos locais, sazonais e sem agrotóxicos, advindos de cultivo agroecológico e tradicional; vi) a ação coletiva das famílias permite a viabilidade econômica das mesmas.

Por meio das ações desenvolvidas pelas organizações agroecológicas, é possível inferir que se aproximam do conceito de *ecodesenvolvimento* de Sachs (1986) e configuram elementos da economia dos territórios (PECQUEUR, 2006). As contribuições das organizações agroecológicas para o desenvolvimento da agroecologia no território do Alto Vale do Itajaí permitem, assim, uma aproximação com as ideias veiculadas pelos autores da abordagem do desenvolvimento territorial sustentável (JEAN, 2010, VIEIRA et al., 2006).

As limitações encontradas no desenvolvimento deste estudo no que tange o campo de pesquisa foram o tempo de pesquisa, as distâncias geográficas para deslocamento no território. As limitações em relação ao método utilizado estão na falta de uma vivência maior com os grupos pesquisados, métodos a partir da etnografia poderiam apresentar mais aspectos internos da organização da ação coletiva. O viés do pesquisador nos métodos utilizados (entrevista, observação e análise documental) também é um aspecto a ser considerado.

Os encaminhamentos para próximos estudos a partir deste se dão no sentido de aprofundar as características da ação coletiva dos agricultores, aprofundar os aspectos de organização interna, conflitos e efeitos nos atores individuais (atores). Outro possível desdobramento de

pesquisa é analisar as ações e os efeitos num horizonte de 5 ou 10 anos das entidades promotoras de agroecologia no território, uma vez que foram ações que se fortaleceram durante a realização deste estudo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **De camponeses a agricultores; paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, Ed. Unicamp, 1992.
- _____. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Brasília: MDA, NEAD, Consultoria IICA 940/98, 1998.
- _____. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: VIEIRA, Paulo Freire et al. (Org.). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento**. Florianópolis: APED, Secco, 2010. p. 27-47.
- AIAF – **Ano Internacional da Agricultura Familiar Camponesa e Indígena**. Disponível em: <<http://www.aiaf2014.gov.br/sitemda/o-ano-internacional>>. Acesso em 12 ago. 2014.
- ALBERGONI, L.; PELAEZ, V. Da revolução verde à agrobiotecnologia: ruptura ou continuidade de paradigmas? **Revista de Economia**, v. 1, n. ano 31, p. 31–53, 2007.
- ALBUQUERQUE, P. P. Associativismo. In: CATTANI, A. D. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. 306 p.
- ALENCAR, E. **Introdução a Metodologia de Pesquisa Social**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1999.
- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997. P. 33-55.
- ALTERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade / UFRGS, 1998.
- AMAVI. **Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí**. 2014. Disponível em: < <http://www.amavi.org.br/loc.e.dis>>. Acesso em 10 ago. de 2014.
- ANDION, M. C. M. Gestão no Campo da Economia Solidária: Particularidades e Desafios. **RAC**, v. 9, n. 1, p. 79–101, 2005.
- _____. **Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina: os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da Agreco**.

Florianópolis, 2007. 1 v. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas.

_____. Uma historiografia do conceito de sociedade civil: dos Clássicos aos Modernos. In: **Anais do XI Colóquio Internacional de Poder Local**. Salvador, dezembro de 2009. (CD Room).

_____. **Paradigma dos Novos Movimentos Sociais**. Material didático preparado para a disciplina Organizações da sociedade civil e esfera pública do Mestrado Acadêmico em Administração da ESAG/UDESC. Florianópolis, 2013.

ANDION, M. C. M.; SERVA, M. C. M.; LÉVESQUE, B. O debate sobre a economia plural e sua contribuição para o estudo das dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável. In: **Eisforia**, Número especial: Desenvolvimento territorial sustentável: Conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos, Ano 4 - Vol. 4, Dezembro 2006.

APREMAVI. **Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida**. O Vale do Itajaí. Disponível em: <<http://www.apremavi.org.br/cartilha-planejando/o-vale-do-itajai/>>. Acesso em 23 jun. de 2014.

ARAÚJO, C. A. M. **Caracterização da Associação dos Pequenos Agricultores no Contexto do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira- SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2005.

ARAÚJO, G. P.; GELBCKE, D. L. Turismo comunitário: Uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento. **Turismo-Visão e Ação**, v. 10, n. 3, p. 358-377, 2008.

ARESI, E. M. **Identidade Sócio-Espacial e gestão de redes sociais produtivas**: um estudo de caso comparativo da rede Ecovida de agroecologia. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2006.

AZEVEDO, E.; PELICIONI, M. C. F. Promoção da saúde, sustentabilidade e agroecologia: uma discussão intersetorial. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 715-729, 2011.

BANCO DO BRASIL. **Pronaf**. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/page44,8623,10817,0,0,1,1.bb>>. Acesso em 20 jan. 2015.

BATISTA, L. A. **Sujeito Social na Agricultura Familiar e a Busca Pelo Seu Espaço**. UNOPAR Científica Ciências Humanas e Educação, v. 13, n. 1, 2014.

BAUER, M. A. L.; MESQUITA, Z. As concepções de identidade e as relações entre indivíduos e as organizações: um olhar sobre a realidade da agricultura agroecológica. **Revista de Administração Contemporânea Eletrônica**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 16-30, jan./abr. 2007.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. Géographie socio-économique ou économie géographique? In: Benko, G. e Lipietz, A. (orgs.) **La richesse des régions – la nouvelle géographie socio-économique**. Paris, PUF, 2000.

BLOGOSLAWSKI, I. P. R.; SILVA, F. C. F. A Contribuição da estrada de ferro para o desenvolvimento regional de Rio do Sul 1931-1960. **Revista Caminhos (on-line)**, a. 2, n. 1. Rio do Sul, jan./mar de 2011. p. 249-267.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento. **Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar**. 2015. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/apoio/pronaf.html>>. Acesso em 23 jan. 2015.

BOEIRA, S. L.; GUIVANT, J. S. Indústria de tabaco, tabagismo e meio ambiente: as redes ante os riscos. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 20, n. 1, p. 45-78, 2003.

BONNAL, P.; CAZELLA, A.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjunção de enfoques. **Estudos sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro, v.16, n. 2, p. 185-227. 2008.

BONNAL, P.; MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. **Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, v. 1, p. 27, 2007.

BRASIL. **Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012**. Brasília, DF, 17 de outubro de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12727.html. Acesso em: 10 ago. 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado**. Sociedade e Estado em transformação. São Paulo: UNESP/ENAP, 1999.

CAIXA. **Programa Nacional de Habitação Rural**. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/assistencia_tecnica/produtos/repasses/pnhr_ogu/saiba_mais.asp>. Acesso em 20 jan. 2015.

CAMARGO, R. A. L.; BACCARIN, J. G.; SILVA, D. B. P. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Temas de Administração Pública**, v. 8, n. 2, 2013.

CAPORAL, F. R. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: FAKEIRO, F.G; FARIAS, A. L. (Orgs.) **Savanas: Desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina: Embrapa Cerrados, p. 895-929, 2008.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 2, p. 13-16, 2002.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1998a, 228 p.

_____. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.11, outubro de 1998b.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Mauad Editora Ltda. Rio de Janeiro, 2003.

CARRIÈRE, J-P.; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Revista Eisforia**, v. 4, n. 4. Florianópolis. 2006. P. 23-47.

CAZELLA, A. A.; ALVES, A. F. A multifuncionalidade agrícola em zonas rurais contrastantes. **Agricultura familiar**. Florianópolis: Insular, 2004.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF R. S. (org.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CAZELLA, A. Contribuições metodológicas da sócio-anthropologia para o desenvolvimento territorial sustentável. Florianópolis, **Eisforia**, v. 4, p. 225-247, 2006.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques, epistemológicos e metodológicos**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. P. 295-316.

CEPAGRO. Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo. **Diversificação Produtiva: alternativas ao cultivo de tabaco**. Coleção Saber na Prática. Vol. 4. Florianópolis: 2013.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 162p.

CIDTS. Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável. 1, 2007. Florianópolis. **Colóquio Internacional sobre o Desenvolvimento Territorial Sustentável**. Disponível em <<http://www.cidts.ufsc.br>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

CNMAD. Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

COCCO, G.; GALVÃO, A. P.; SILVA, M. C. P. Desenvolvimento local e espaço público na Terceira Itália: questões para a realidade brasileira. In: URANI, A.; COCCO, G.; GALVÃO, A. P. (Org.). **Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos: o caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

COHEN, J.; ARATO, A. **Civil society and political theory**. Cambridge: The MIT Press, 1997.

COSTA, R. Inteligência afluyente e ação coletiva: a expansão das redes sociais e o problema da assimetria indivíduo/grupo. **Razón y palabra**, n. 41, 2004.

COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. Transição agroecológica e ação social coletiva. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 1, n. 4, p. 50-60, 2000.

DAROLT, M. R. **Conexão Ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores**. Londrina: IAPAR, 2012. 162 p.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDEMBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Construção Social dos Mercados**, v. 10, n. 2, p. 8, 2013.

DE LIMA CABRAL, C. M. **Xokleng**: os primeiros contatos dos brancos com os indígenas do Vale do Itajaí. *Maiêutica - Curso de História*, v. 1, n. 1, 2013.

DUARTE, R. **Pesquisa qualitativa**: reflexões sobre o trabalho de campo. *Cadernos de Pesquisa*, n. 115, p.139-154, 2002.

EPAGRI. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. **Estrutura Fundiária de Santa Catarina em 2003**: número de estabelecimentos por estrato de área. 2006. Disponível em: <http://cepa.Epagri.sc.gov.br/Dados_do_LAC/tabelas/modulo1/Estrutura%20fundiaria%20EAP%20julho06.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. **Tabelas de Produção**. 2014. Disponível em: <http://www.Epagri.sc.gov.br/?page_id=2623>. Acesso em: 10 ago. 2014.

ESTEVAM, D. O.; SALVARO, G. I. C.; LANZARINI, J. J. S.; BUSARELLO, R. J. Feiras livres e mercados de proximidades: estudo sobre o perfil dos/das consumidores/as da Região Sul catarinense. In: ESTEVAM, D. O.; MIOR, L. C. (Orgs). **Inovações na agricultura familiar**: As cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. Florianópolis: Insular. 2014. p. 161-186.

ESTEVAM, Dimas de oliveira; MIOR, Luiz Carlos (Orgs). **Inovações na agricultura familiar**: As cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. Florianópolis: Insular. 2014.

FARIAS, W. F. São José: 250 anos. Natureza, história, cultura. São José: Ed. Do autor, 2001, p. 146.

FERRARI, D. L. Reciprocidade e trocas mercantis: a natureza das relações na feira livre. In: ESTEVAM, D. O.; MIOR, L. C. (Orgs). **Inovações na agricultura familiar**: As cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. Florianópolis: Insular. 2014. p. 129-159.

FERREIRA, A. D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos sociedade e agricultura**, n. 18v. 1, abril de 2002.

FIESC – Federação das Indústrias do estado de Santa Catarina. **Santa Catarina em Dados**. Florianópolis, 2013.

FLORIANI, N.; FLORIANI, D. Saber Ambiental Complexo: aportes cognitivos ao pensamento agroecológico. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 5, n. 1, 2010.

FORTUNATO, R. A.; TEIXEIRA, K. L. A gestão do conhecimento na organização do turismo rural nas encostas da Serra Geral – SC: O caso do projeto “Acolhida na Colônia”. **VIII Seminário ANPTUR**. Balneário Camboriú. Outubro de 2011.

GANANÇA, A. C. **Associativismo no Brasil**. Características e limites para a construção de uma institucionalidade democrática participativa. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciência Política, UNB, 2006.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**: uma análise a partir da produção de autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. UFRGS, Dissertação de Mestrado. 2004.

GERMER, C. A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola. **Reforma Agrária**. Campinas, ABRA, n.1, 2002.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006. P. 115-146.

_____. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 2, p. 57-63, Mar./Abr. 1995.

GODOY, P. R. T. A produção do espaço: uma reaproximação conceitual da perspectiva lefebvriana. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, n. 23, p. 125-132, 2011.

GOHN, M. G. M. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GRISA, C. WESZ JÚNIOR, V. Políticas Públicas para a agricultura familiar: entre avanços e desafios. **Carta Maior**, Porto Alegre. 30 de set de 2010.

GUILHOTO, J. M et al. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados**. Brasília: NEAD, 2007a.

GUILHOTO, J. M.; AZZONI, C. R.; SILVEIRA, F. G. [et al]. **PIB da agricultura familiar**: Brasil-estados. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007b.

HAESBAERT, R. C. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: **Seminário Internacional sobre Múltiplas Territorialidades**, 2004. Porto Alegre: UFRGS, 23 set. 2004.

HASS JÚNIOR, A. **Horizontes da escrita: Historiografia, uma ideia de região e a monumentalização do passado**. Alto Vale do Itajaí – SC (1985-2007). Dissertação (mestrado). UDESC: FAED. Florianópolis, 2009.

HERRERA, K. M.; BIROCHI, R. Uma releitura das organizações produtivas de mulheres rurais através da teoria da reciprocidade. **Temas de Administração Pública**, v. 9, n. 1, 2014.

INCRA. **Instrução Especial/INCRA/Nº 20, de 28 de maio de 1980**. Estabelece o Módulo Fiscal de cada Município, previsto no Decreto nº 84.685 de 06 de maio de 1980. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/institucional/legislacao/atos_internos/instrucoes/instrucao_especial/IE20_280580.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2006**: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2009a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

_____. **Censo Agropecuário 2006**: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/comentarios.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2014.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

INSS. Ministério da Previdência Social. **Comprovação de atividade rural**. Disponível em: < <http://www.previdencia.gov.br/comprovao-de-atividade-rural/>>. Acesso em 20 jan. 2015.

JACCOUD, M.; MAYER R. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques, epistemológicos e metodológicos**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 254-294.

JEAN, B. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial sustentável: rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais. In: VIEIRA, P. F. et al. (Org.). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento**. Florianópolis: APED, Secco, 2010. p.45-68.

LAGES, V. N.; BRAGA, C.; MORELLI, G. **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7a edição. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

_____. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAMARCHE, H. (coord.) **A agricultura familiar: comparação internacional – do mito à realidade**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1993.

_____. Por uma teoria da agricultura familiar. **A agricultura familiar: comparação internacional-do mito a realidade**. Campinas: Unicamp, p. 303-336, 1998.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito. **Revista Proposta**, v. 71, p. 5-11, 1997.

LÉVESQUE, B. Comentários: as bases teóricas e metodológicas do enfoque de desenvolvimento territorial sustentável: convergências e aportes específicos. In: VIEIRA, P. F. et al. (Org.). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento**. Florianópolis: APED, Secco, 2010. p.45-68.

LINCOLN, Y. S.; GUBA, E. G. Controvérsias paradigmáticas, contradições e confluências emergentes. in: DENZIN, Norman k;

LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto alegre: artmed, 2006. p. 169-192.

LIPIETZ, A. **Audácia: uma alternativa para o século XXI**. São Paulo: Nobel, 1991.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco**. 2015. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-projetosespeciais/programa-nacional-de-diversifica%C3%A7%C3%A3o-em-%C3%A1reas-cultivadas-com-tabaco>>. Acesso em 23 jan. 2015.

MELUCCI, A. A **Invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENEZES, E. C. O. ; SERVA, Maurício. Desenvolvimento territorial em debate: estrutura e organização da pesca artesanal na Grande Florianópolis. **Textos de Economia**, v. 15, p. 11-40, 2012.

MENEZES, E. C. O. **Industrialização e meio ambiente no estado de Santa Catarina**. Estudo de caso sobre a evolução e os impactos socioambientais do segmento têxtil-vestuarista na Microrregião do Alto Vale do Itajaí. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. UFSC, Florianópolis: 2009.

MENEZES, E. C. O.; VIEIRA, P. H. F. Aglomeração industrial, governança e meio ambiente: conceitos e premissas da abordagem do desenvolvimento territorial sustentável. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 24, p. 101-118, Curitiba: Editora UFPR. jul./dez. 2011.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, [1994]. 80p.

MIOR, L. C. et al. Redes, agroindústrias familiares e os novos mercados em Santa Catarina. In: ESTEVAM, D. O.; MIOR, L. C. (Orgs). **Inovações na agricultura familiar: As cooperativas descentralizadas em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular. 2014. p. 73-100.

MOREIRA, R. M.; DO CARMO, M. S. A agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, 2007.

MUSSOI, E. M. Agricultura familiar: reflexão a partir de novas perspectivas. In: VIEIRA, Paulo Freire, (organizador). **A pequena**

produção e o modelo catarinense de desenvolvimento. Florianópolis: APED, 2002.

NESKE, M. Z. **Estilos de agricultura e dinâmicas locais de desenvolvimento rural:** o caso da pecuária familiar no território Alto Camaquã do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

OLIVEIRA, A. R.; HESPANHOL, A. N. Associativismo e desenvolvimento rural no Brasil: olhares sobre a região do Pontal do Paranapanema, Estado de São Paulo. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011.

OLSON, M. **A Lógica da ação coletiva** – Os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais – ed. Edusp São Paulo/SP, 1999.

OSTROM, E. **Crafting institutions for self-governing irrigation systems.** San Francisco: Institute For Contemporary Studies, 1992.

PAULILO, M. I. S. **Produtor e agroindústria:** consensos e dissensos, o caso de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, v. 24, n. 1 e 2, p. 10–22, 2005.

_____. A guinada territorial da economia global. **Rev. Eisforia**. Florianópolis, v. 4 n. Especial - Desenvolvimento Territorial Sustentável, conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos, p. 81-103, 2006.

_____. A guinada territorial da economia global. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v.8, n.14, p. 79-105, abr. 2009.

PERONDI, M. A. et al. Prospecção de meios de vida alternativos ao cultivo do tabaco no Sudoeste do Paraná. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 28, n. 3, p. 675-696, 2011.

PHILIPPI JR., A.; SAMPAIO, C. A. C.; FERNANDES, Valdir (organizadores). **Gestão de natureza pública e sustentabilidade.** Barueri, SP: Manole, 2012.

PIRAUX, M., Comentários: Multifuncionalidade agrícola, serviços territoriais e sustentabilidade. In: VIEIRA, Paulo Freire et al. (Org.).

Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED, Secco, 2010. p.279-284.

PLEIN, C. Instituições e enraizamento nos mercados da agricultura familiar. **Revista Faz Ciência**. Vol. 12. N. 15. Jan/Jun. 2010. PP. 95-118.

PLOEG, J. D. V. O modo de produção camponês revisitado. in SCHNEIDER, S. (org.) **A diversidade a Agricultura Familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006. pp 13-54.

PNAPO. **POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA**. Decreto n. 7.794, de 20 de agosto de 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm>. Acesso em 15 de fev. 2015.

PORTO, M. S. G. & SIQUEIRA, D. E. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. **Cadernos de Sociologia**. V. 6, 1994.

POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques, epistemológicos e metodológicos**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 215-253.

PRADO JÚNIOR, C.. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1996

RADIN, J. C. **Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense**. 2. ed. rev. e ampl. Joaçaba: UNOESC, 2001.

REDE ECOVIDA de AGROECOLOGIA. Disponível em <<http://www.ecovida.org.br/a-rede/>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2013.

REYNAUD, J-D **Les règles du jeu**. L'action collective et la régulation sociale. Paris: Armand Colin, 2004 (tradução).

RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. **Compreendendo a complexidade sócioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. EDUFBA, 2009.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas. 2009.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. S. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl São Paulo (SP): Atlas, 1999.

ROCHA, M. N. M. **Três narrativas/o mesmo tema: a imigração alemã nos romances de Lausimar Laus**. Dissertação (Mestrado). Florianópolis, 2004.

ROVER, O. J. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 56-63, 2011.

SABOURIN, E. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. **Revista Raízes**, n. 20, p. 41-49, 1999.

_____. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. In: **Encontro Norte e Nordeste de Ciências Sociais**. Anais. Aracajú: UFS, 2003, vol. 1, p. 1- 26.

_____. **Multifuncionalidade da agricultura e manejo de recursos naturais: alternativas a partir do caso do semiárido brasileiro**. Revista Tempo da Ciência, v. 15, n. 29, p. 57-72, 2008.

_____. Dispositivos coletivos de apoio a produção e dinâmicas territoriais. **Raízes. Revista de ciências sociais e econômicas**, vol. 28. Campina Grande. 2010. P. 154-165.

SABOURIN, E. et al. O reconhecimento público dos atores coletivos da agricultura familiar no Nordeste. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 22, n. 2, p. 293-306, 2005.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vertice, 1986.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo (SP): Studio Nobel: Fundap, 1993.

_____. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

_____. **Rumo à ecossocioeconomia:** teoria e prática do desenvolvimento [Org. Paulo Freire Vieira]. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. De volta à mão visível: os desafios da Segunda Cúpula da Terra no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 5-20, 2012.

SANTOS, M. O espaço geográfico como categoria filosófica. In: **O Espaço em Questão**, Terra Livre, nº 5, São Paulo, 1988.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M L. (Orgs.). **Território:** globalização e fragmentação. 4. ed. São Paulo: Hucitec: ANPUR, 1998. p. 15-20.

_____. O dinheiro e o território. **Geographia. Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF**. Ano 1, No. 1. 1999. PP. 7-13.

_____. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 3º Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993. 143p.

SCHMIDT, W. Associativismo e cooperativismo: o terceiro setor no desenvolvimento rural catarinense. In: VIEIRA, P. F. et al. **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002.

SCHNEIDER, S. (Org.) **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2006.

SCHNEIDER, S. et al. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, v. 6, n. 11, p. 88-125, 2004.

SCHNEIDER, S., GAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S., SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M.(Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 1-2, p. 99-116, 2004.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 18 (51): 99-192, 2003.

_____. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. Quito, Ed. Flacso, p. 132-161, 2009.

SERVA, M. O Estado e as ONGs: uma parceria complexa. **Revista de Administração Pública**, v. 31, n. 6, p. 41-54, 1997.

_____. Gestão de Organizações e Desenvolvimento Territorial Sustentável: Desafios ao administrador na era da responsabilidade. In: AÑEZ, Miguel Eduardo Moreno; BATISTA, A.C.S; NASCIMENTO, T. C.; MEDEIROS, P. C.; MACHADO, H. V. (org.) **(Re)Pensando as Relações entre Organizações e Sociedade**: Excertos de Reflexões do I Encontro Franco Brasileiro de Responsabilidade Social. Natal: Editora da UFRN, 2010.

SERVA, M.; ANDION, C. Inovação e autonomia social numa rede de produção agroecológica: uma análise da certificação participativa na Rede Ecovida. In: CRUZ, J.; MARTINS, T.; AUGUSTO, P. (Orgs.). **Redes sociais e organizacionais em administração**. Curitiba: Juruá, 2008, p. 43-68

SEYFERTH, G. **A colonização Alemã no Vale do Itajaí Mirim**. Ed. Movimento, 1974. p 55.

_____. **Etnicidade, política e ascensão social**: um exemplo teuto-brasileiro. *Mana*, v. 5, n. 2, p. 61-88, 1999.

_____. Imigrantes colonos: ocupação territorial e formação camponesa no Sul do Brasil. In: NEVES, D. P.; DE MORAES SILVA, M. A. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, v. 2. P.39-63. 2009.

SILVA, Z. P. **O Vale do Itajaí**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1954. 183p.

SILVEIRA, P. R. C. et al. A diversidade do associativismo na Região do Corede-Centro/RS e sua importância para o desenvolvimento regional. **Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, Foz do Iguaçu. 1999.

SINGER, P. Economia solidária. **Estudos avançados**, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008.

STAROSKI, V. **A Colonização e a construção do espaço petrolandense na primeira metade do século XX**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

_____. **Desenvolvimento rural para quem?** Os desafios para a inclusão dos excluídos na ação extensionista. Grifos (Chapecó), v. 2021, p. 9-48, 2008.

TAMASSIA, S. T. J. **Indicadores técnico-econômicos para o gerenciamento do modelo Alto Vale do Itajaí de piscicultura integrada (MAVIPI)**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista. Jaboticabal, 2011.

TASCHNER, Gisela B. A pós-modernidade e a sociologia. **Revista USP**, n. 42, 1999.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR-BA), Salvador, 2002.

TESCHE, R. W. **As relações de reciprocidade e redes de cooperação no desempenho socioeconômico da agricultura familiar: o caso dos produtores de leite do município de Sete de Setembro/RS**. UFRGS, Dissertação de Mestrado. 2007.

THOMÉ, N. **Caminhos de tropeiros nos séculos XVIII e XIX como fatores pioneiros de desbravamento do contestado**. DRd-Desenvolvimento Regional em debate, v. 2, n. 1, p. 5-30, 2012.

TONNEAU, J. P.; VIEIRA, P. H. F. Que diretrizes de pesquisa para o desenvolvimento territorial sustentável no Brasil? **Revista Eisforia**. Florianópolis: ano 4, v. 4, dez. 2006, p. 311-334.

TRIVIÑOS, A. N. Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UBA, D. **Agricultores familiares e diversificação em áreas de cultivo de tabaco: o caso de monte castelo/SC**. Dissertação (mestrado).

Programa de Pós Graduação em Extensão Rural Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

VAN BELLEN, H. M. Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. **Ambiente & Sociedade**, v. 7, n. 1, p. 67-88, 2004.

VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol., v. 3, n. 5, p. 5-19, 2002.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas 2000.

_____. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VIEIRA, P. F. (org.). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002.

VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A. A.; CERDAN, C. Desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos. **Eisforia**, v. 4, n. 4. Florianópolis, 2006.

VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A. A.; CERDAN, C.; ANDION, C. Potencialidades e obstáculos à construção de territórios sustentáveis em Santa Catarina. In: VIEIRA, P. F. et al. (Org.). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil**: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED, Secco, 2010. p. 289-329

VIEIRA, P. H. F.; SEIXAS, C. S.; BERKES, F. **Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais**: conceitos, métodos e experiências. 1. ed. Florianópolis: APED, 2005.

VIEIRA, R. C. **A construção da agricultura ecológica**: racionalidade da organização do sistema Rede Ecovida no litoral norte do RS. Dissertação de Mestrado. UFRGS, 2008.

VILAÇA, H. **Território e identidades na problemática dos movimentos sociais: algumas propostas de pesquisa**. Sociologia, v. 3, p. 51-71, 1993.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**, v. 3, p. 21-55, 1999.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos sociedade e agricultura**, n.15, outubro de 2000. pp. 87-145.

_____. Olhares sobre o ‘rural’ brasileiro. In: **Raízes**. Campina Grande, vol. 23, n. 1 e 2, jan-dez, 2004, p. 82-98.

_____. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. **Una nueva ruralidad en América Latina**, p. 31-44, 2001.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 1, 2013.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: EdUFRGS, 2008.

WITTMANN, A. C. R. **A Ferrovia no Vale do Itajaí**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

WOLF, E. **Antropologia e poder**. Editora Unicamp, Campinas, SP: 2003.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZAGO, N. J. **Caracterização sociocultural de agricultores e avaliação de suas populações locais de milho 'crioulo' no alto Vale do Itajaí**. Dissertação (Mestrado) – UFSC. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Florianópolis, 2002.

ZOLDAN, P.; KARAM, K. Dinâmica e estratégias da comercialização de produtos orgânicos em Santa Catarina. **XLIII Congresso da SOBER - Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. 2005.

ANEXOS

ANEXO I – DADOS DA POPULAÇÃO E ÁREA DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ.

Municípios	Absoluta	Situação do domicílio			Área total (km²)	Densidade demográfica (hab/km²)
	Total	Urbana	Rural	Proporção da pop. em área urbana (%)		
Total (SC)	6 248 436	5 247 913	1 000 523	84	95 704	65
Total (AV do ITAJAÍ)	269 424	171 802	97 622	63,77	7 514	41,06
Agrolândia	9 323	5 959	3 364	63,92	207,1	45,01
Agronômica	4 904	1858	3 046	37,89	130,0	37,73
Atalanta	3 300	1368	1932	41,45	94,5	34,91
Aurora	5 549	1931	3 618	34,80	206,9	26,81
Braço do Trombudo	3 457	1898	1559	54,90	89,7	38,55
Chapadão do Lageado	2 762	513	2 249	18,57	124,5	22,19
Dona Emma	3 721	1868	1853	50,20	181,0	20,56
Ibirama	17 330	14 813	2 517	85,48	246,7	70,25
Imbuia	5 707	2 515	3 192	44,07	121,9	46,82
Ituporanga	22 250	14 832	7 418	66,66	337,0	66,03
José Boiteux	4 721	1611	3 110	34,12	405,5	11,64
Laurentino	6 004	4 374	1630	72,85	79,5	75,52
Lontras	10 244	7 014	3 230	68,47	198,4	51,63
Mirim Doce	2 513	1202	1311	47,83	336,3	7,47
Petrolândia	6 131	2 225	3 906	36,29	306,2	20,03
Pouso Redondo	14 810	9 024	5 786	60,93	359,5	41,19
Presidente Getúlio	14 887	10 535	4 352	70,77	295,7	50,35
Presidente Nereu	2 284	808	1476	35,38	224,7	10,17
Rio do Campo	6 192	2 632	3 560	42,51	506,2	12,23
Rio do Oeste	7 090	3 390	3 700	47,81	245,6	28,86
Rio do Sul	61 198	56 785	4 413	92,79	258,4	236,83
Salete	7 370	4 987	2 383	67,67	179,3	41,10
Santa Terezinha	8 767	1513	7 254	17,26	716,3	12,24
Taió	17 260	9 964	7 296	57,73	693,0	24,91
Trombudo Central	6 553	4 101	2 452	62,58	108,7	60,27
Vidal Ramos	6 290	1792	4 498	28,49	339,1	18,55
Vitor Meireles	5 207	1445	3 762	27,75	371,6	14,01
Witmarsum	3 600	845	2 755	23,47	150,8	23,87

Fonte: IBGE, 2010.

ANEXO II – DADOS AGRICULTURA ALTO VALE DO ITAJAÍ

Municípios	Agricultura Familiar		Não Familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Santa Catarina	168 512	2 643 241	25 156	3 419 265
Alto Vale do Itajaí	18 676	312 601	1 948	155 558
Agrolândia	584	9 374	61	3 073
Agrônômica	629	8 747	36	1527
Atalanta	507	7 280	34	666
Aurora	733	12 049	40	3 208
Braço do Trombudo	201	4 057	27	1667
Chapadão do Lageado	519	7 470	30	1283
Dona Emma	253	4 624	153	4 692
Ibirama	305	6 400	34	2 329
Imbuia	662	7 237	28	1 181
Ituporanga	1437	19 729	141	2 855
José Boiteux	540	11065	55	5 188
Laurentino	289	3 796	21	618
Lontras	493	7 810	37	3 521
Mirim Doce	299	6 692	55	15 643
Petrolândia	815	13 099	42	5 045
Pouso Redondo	1226	18 553	93	6 163
Presidente Getúlio	836	17 677	89	3 052
Presidente Nereu	323	5 935	65	7 327
Rio do Campo	697	14 321	55	9 505
Rio do Oeste	788	15 151	45	2 816
Rio do Sul	620	7 774	111	11228
Salete	497	9 933	35	3 567
Santa Terezinha	1847	28 476	223	18 497
Taió	1089	22 243	171	23 924
Trombudo Central	279	4 446	37	1567
Vidal Ramos	864	13 246	86	7 566
Vitor Meireles	857	15 685	51	5 534
Witmarsum	487	9 730	93	2 319

Fonte: IBGE, 2009a.